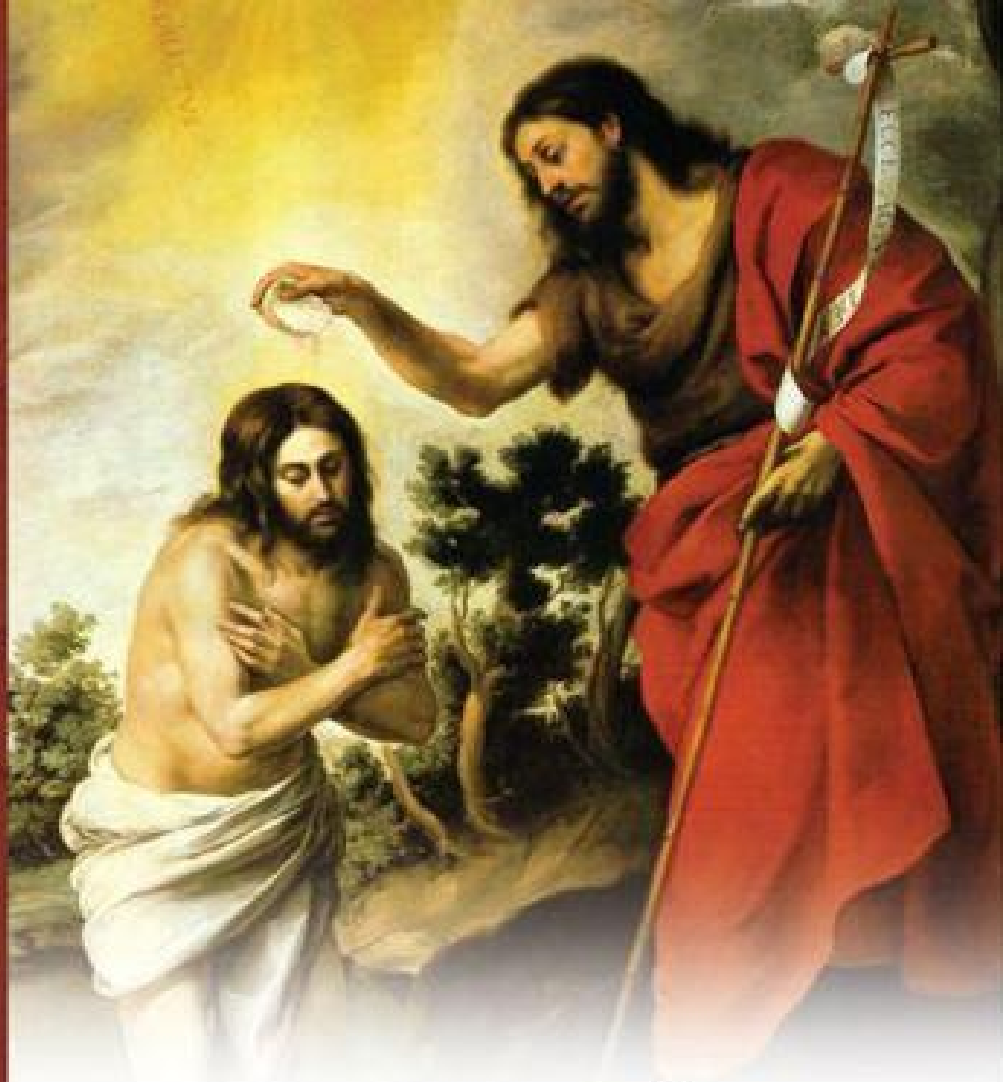




HISTÓRIA da IGREJA

volume II

Do Cisma do Oriente (1054)
até o fim do século XIX

CARLOS VERDETE

HISTÓRIA DA IGREJA CATÓLICA
VOLUME II

Do Cisma do Oriente (1054)
até ao fim do século XIX

Apontamentos
para a formação básica de cristãos leigos

Direcção de colecção e apresentação
Padre Senra Coelho

Imagem da capa:
Baptismo de Cristo, Bartolomé Esteban Murillo, século XVII

Pré-impressão e capa:
PAULUS Editora

Impressão e acabamento:
Manuel Peres, Júnior & Filhos, S.A.

Depósito legal n.º
ISBN: 978-972-30-1411-2

© PAULUS Editora, 2009
Rua Dom Pedro de Cristo, 101
749-092 LISBOA
Tel. 218 437 620 – Fax 218 437 629
editor@paulus.pt

Departamento de Difusão
Estrada de São Paulo
2680-294 APELAÇÃO
Tel. 219 488 870 - Fax 219 488 875
difusao@paulus.pt
www.paulus.pt

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, electrónicos ou mecânicos, incluindo fotocópias, gravações ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informação sem autorização prévia, por escrito, do editor.

Apresentação

Este volume ii inicia-se com a nova realidade que o Grande Cisma do Oriente levantou: duas cristandades separadas, o Oriente e o Ocidente. A partir de agora é necessário definir Igreja Católica, a Ocidente, e Igrejas Ortodoxas, a Oriente. Carlos Verdete encerra este segundo volume com o Pontificado de Leão XIII, que termina com a sua morte em 1903.

Nestas épocas, Baixa Idade Média e Modernidade, a cultura que surgiu devido ao contributo da Igreja vai-se separando progressivamente desta instituição, até se contrapor à própria Igreja e ao Cristianismo. Progressivamente, este afastamento irá assumindo contornos de cultura não católica, não cristã e não religiosa. Este desenvolvimento também teve relação com determinadas actividades da hierarquia, tais como a hierocracia e lutas com o Império pela concepção piramidal em que o papado se assumia como vértice, nicolaísmo, absentismo pastoral, acumulação de benefícios e simonia.

A Igreja manifestou nesta época uma necessidade quase obsessiva de auto-reforma, quer em alguns sectores do movimento monástico e mendicante, quer em teólogos e canonistas, e até mesmo nas associações de fiéis e em vários sectores da culta hierarquia. Assim, no século xvi, a Igreja empreendeu com as suas próprias forças uma nova reforma católica, que permitiu a riqueza de santos e vida católica pujante nos séculos xvii e xviii. Os séculos xviii e xix viveram das forças acumuladas pelos séculos anteriores e foi a partir dessa riqueza espiritual que sobreviveu aos enormes ataques dirigidos pelos ideais iluministas e, posteriormente, pelo movimento liberal.

Os movimentos Humanista e Renascentista proporcionaram à Igreja um forte espírito de renovação através do seu regresso às origens e do contacto com as fontes que a valorização do estudo das línguas clássicas e hebraicas lhe proporcionara. Foi também a época do renascimento das ciências teológicas, dos estudos bíblicos e patrióticos, a atenção às reformas litúrgicas e catequéticas e ainda o apreço pelo conhecimento histórico. Sabemos que nesta época a Igreja fez dolorosas experiências, tais como o desterro dos Papas de Avinhão e do Cisma do Ocidente, os diversos fracassos de tentativas de reformas gerais anteriores a Trento e as consequentes reformas em ruptura, a que chamamos reformas protestantes.

O século xvi aparece assim, na História da Igreja Universal, como um tempo marcadamente reformador, quer pela Reforma Católica, quer pela Reforma Protestante, ainda que nenhuma síntese globalizante possa permanecer sem correr o risco de reduzir os factos complexos a uma perspectiva subjectiva de análise colocada entre categorias pré-fabricadas. Uma das sãs interrogações que este tempo de grandes rupturas e mudanças nos sugere é se de facto as reformas de que a Igreja necessitava poderiam justificar uma alteração tão profunda no dogma da fé, que sobretudo os primeiros sete concílios da Antiguidade Cristã tinham forjado nas cristandades do Ocidente e do Oriente. De facto, o sécu-lo xvi assistiu aos efeitos de uma grave crise que originou o fim da unidade religiosa e cultural europeia e um conjunto de cruéis guerras religiosas que acabariam por ser citadas como justificação de certas atitudes contemporâneas depreciativas para com o fenómeno religioso, colocando ao nível dos meros sentimentos, sempre na categoria do irracional e do relativo.

Impõe-se ainda a questão histórica sobre os aspectos positivos e os contributos que os movimentos protestantes trouxeram à época de então. Um estudioso francês, não católico, L. Febvre, num seu estudo surgido em 1929¹, propõe uma nova explicação para o fenómeno protestante, sublinhando sobretudo os aspectos psicológicos. Segundo ele, os anos quinhentos guardavam um desejo difuso de que era preciso uma nova religiosidade, longe das superstições do povo e da avidez dos doutores da

escolástica, purificada de toda a hipocrisia, ansiosa de uma certeza que assegurasse uma autêntica paz interior. Segundo o autor citado, esta certeza podia ser obtida através da doutrina protestante da justificação através da fé.

A afirmação de L. Febvre pode ter interesse pela sua análise psicológica da História. Porém, a reforma desejada da Igreja não exigia nem poderia justificar uma alteração do dogma cristão.

A riqueza missionária chegou-nos pela nova realidade de que se revestiu a expansão da Europa para o novo mundo, sobretudo através de Portugal e de Espanha. Este desafio de evangelização do novo mundo proporcionou um novo alento às velhas Igrejas do Ocidente, que se viram confrontadas com o desafio da partida de multidões de missionários e com o nascimento de novos carismas para a vida religiosa e missionária.

Ao negar a importância da fé e da Revelação, e ao absolutizar como única via do conhecimento a razão, o Iluminismo colocou os pressupostos da laicidade, que a Revolução Francesa haveria de consignar constitucionalmente. Foi nova a situação que o século xix colocou à Igreja. A Revolução Francesa permaneceu no seu espírito através dos diversos movimentos liberais espalhados pela Europa, sobretudo entre os países de expressão linguística neolatina, incluindo os países da América do Sul e Central. Em comum, estes movimentos evoluíram para uma concepção estatizante do fenómeno religioso, historicamente conhecido por “Regalismo”. A Igreja reagiu a este espírito através de uma postura restauracionista, pela qual procurava repor a sua actuação segundo os critérios da velha ordem assumida antes da Revolução Francesa (Gregório XVI, encíclica *Mirari vos*, 15 de Agosto de 1832). Este olhar para trás gerou um desajustamento grave entre a Igreja e a sociedade do século xix, que atingiu o seu ponto mais elevado nos documentos de Pio IX, *Quanta Cura* e *Syllabus* (com data de 8 de Dezembro de 1864) e posteriormente no Concílio Ecuménico Vaticano I e na questão Romana «que desembocou na ocupação da cidade de Roma pelo movimento unificador de Itália» (20 de Setembro de 1870).

O final do século viveu intensamente a reforma industrial, que colocou problemas novos à sociedade e à Igreja. Através do Socialismo Utópico a sociedade procurou respostas para as novas indicações de vida que o movimento social colocava. A Igreja, através de Leão XIII, procurou evitar ficar de fora e utilizou-se das circunstâncias propícias para se apresentar como portadora de uma mensagem humanística com efeitos sociais de que a encíclica leonina *Rerum Novarum* (15 de Maio de 1891) foi pioneira e paladina. E com o Pontificado de Leão XIII (1878-1903) Carlos Verdete encerra este segundo volume.

O nosso autor não descurou outros temas fundamentais do segundo milénio: a Escolástica Medieval, as Cruzadas, o nascimento do espírito laico, os Papas de Avinhão, o movimento heterodoxo chamado “Conciliarismo”, as guerras religiosas, as perseguições aos Jesuítas e a concordata de Napoleão e Pio VII. Parece-nos que o seu critério é adaptado para os fins pretendidos com esta obra, em três volumes, e para as exigências e as necessidades de que uma catequização básica de adultos se reveste.

Padre Senra Coelho

No segundo milénio, a Igreja Católica tomou um novo rumo, a partir do Cisma de 1054, que a dividiu em duas: a Oriente, a chamada Igreja Ortodoxa, Igreja grega, oriental; a Ocidente, a Igreja latina, que mantém a designação de Igreja Católica, isto é, Universal.

Não obstante os múltiplos percalços por que passou, foi sempre «com alegria que ela [Igreja Católica] experimentou, de diversas maneiras, a realização incessante desta promessa: “Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo.”»²

Despojada, frequentemente, ao longo do segundo milénio, dos seus bens patrimoniais, perseguida, expulsa, por vezes, de alguns países, estes nunca conseguiram furtar-lhe o “tesouro espiritual” que é o próprio Cristo, presente no sacrifício eucarístico, «fonte e centro de toda a vida cristã»³.

«O Cristianismo é religião entranhada na História.»⁴ Pela Encarnação de Cristo, o Reino de Deus enraizou na História humana, estaca destinada a tornar-se uma grande árvore.⁵ O mistério pascal e o dom do Espírito foram o vértice e o cume da Encarnação, ficando a constituir o coração pulsátil do tempo⁶ que, com a sua diástole (alimento do pão eucarístico) e a sua sístole (cumprimento da missão de levar a Boa Nova a todos, o Reino de Deus a todo o lado), constitui um autêntico pacemaker da vida da Igreja.

Depois da talagarça oferecida pelo Império Romano, propícia ao “bordado” de um Cristianismo nascente, nos primeiros anos e séculos da Igreja, “bordando” uma Europa cristã que sucedeu ao desmoronado Império Romano do Ocidente, no século v. Uma Europa cristã graças ao monaquismo de São Bento de Núrsia, no século vi, com os mosteiros que fundou.

Saída da sua degradação máxima, do chamado século obscuro ou século de ferro, no final do primeiro milénio, emancipando-se a Igreja da tutela do imperador germânico para retomar o seu próprio rumo, livre, “pulsando” os séculos do segundo milénio com luzes e sombras, no caminho da reforma que empreendeu, a princípio muito timidamente (ao ponto de ser ultrapassada por uma Reforma Protestante desencadeada por um frade Agostinho, na Alemanha, Martinho Lutero), depois de cindida em duas quinhentos anos antes, aquando do Cisma do Oriente, a Igreja via-se agora novamente dividida em duas, na Europa, “separando” metade dos seus fiéis.

A Reforma Protestante tinha raízes fundas que foram beber às doutrinas conciliaristas da Idade Média, às filosofias nominalistas e aos nacionalismos eclesiásticos. A tudo isto se juntava a pesada carga tributária do papado de Avinhão. E, na transição para os tempos modernos, essas raízes beberam, ainda, da decadência moral do clero católico, em especial do próprio episcopado. A todo este quadro se veio juntar a cupidez dos príncipes, que viam na agitação religiosa uma excelente oportunidade e pretexto para se apoderarem dos bens eclesiásticos, sobretudo monásticos.

Nunca a promessa de Cristo se mostrou tão cumprida como nesses tempos. A Reforma Católica chegou. Tardou, mas chegou, embora pagando o ónus do atraso.

Mais tarde, no século xviii, as monarquias absolutistas e regalistas da Europa entraram em conflito com Roma. Dois séculos depois da revolta religiosa do Protestantismo, o próprio Cristianismo era posto em causa com o racionalismo, o deísmo, o cepticismo religioso, a maçonaria, as filosofias das Luzes, etc.

Mas o “coração” da Igreja continuava a pulsar no meio de tantos descabros. Até que surgiu no seu horizonte um novo e ameaçador perigo: a secularização, que conduziu a uma descristianização crescente e extensa, gerada numa incubação de revolução cultural, que precedia a revolução política por excelência: a Revolução Francesa.

Via-sacra da Igreja, que “ressuscita” na restauração do século xix, caminhando então a passos largos para ganhar o “prestígio” de outros tempos, com os últimos Papas do século xix, Pio IX, o Papa desse século que teve o mais forte apoio dos católicos de todo o mundo, exercendo o seu Magistério num período francamente positivo da História da Igreja, um Papa “próximo”, acessível ao Povo de Deus, que afluía de todo o mundo – multidões – para o verem, o primeiro Papa verdadeiramente “amado” da História Moderna do Pontificado, e Leão XIII, o último Papa do século, que levou o prestígio da Igreja a alcançar em todo o mundo níveis há muito tempo perdidos, um Papa que conquistou o “respeito” do mundo inteiro e teve o mérito de reconciliar a Humanidade moderna com a Igreja.

Neste segundo tomo da História da Igreja Católica debruçamo-nos apenas sobre os primeiros nove séculos do segundo milénio, reservando para um terceiro volume a História do século xx, cujos Papas trabalharam intensamente pelo Povo de Deus, tendo convocado um dos concílios ecuménicos mais importantes da História da Igreja: o Vaticano II.

A Igreja Ortodoxa

A Igreja do Oriente tomou para si a designação de Igreja Ortodoxa, auto-denominando-se “Igreja ortodoxa, católica e apostólica do Oriente”, tendo uma liturgia própria – a liturgia bizantina – e desvinculando-se, desde o século xi, da “Igreja católica, apostólica, romana”, no final de um longo percurso, como vimos no primeiro volume, que se arrastou desde o século iv (em 395), quando o imperador Teodósio dividiu o Império Romano entre os seus filhos, criando um Império Romano do Ocidente e um Império Romano do Oriente.

O pano de fundo de tal processo consistiu nas diferenças de língua e de liturgia, a ponto de a Igreja do Oriente ser conhecida desde sempre como “Igreja grega”.

Lembremos rapidamente os episódios desagregadores: a heresia monofisista e a controvérsia das imagens ou ícones, o recuo de Constantinopla em relação à profissão de fé do Concílio de Calcedónia, as tensões criadas pelas pretensões dos Patriarcas de Constantinopla de romperem os vínculos da Igreja Oriental com a Igreja Ocidental sem olharem a meios, a ponto de usarem meios fraudulentos, chegando ao Cisma do Oriente, em 1054, com o Patriarca Miguel Cerulário em Bizâncio e o Papa Leão IX em Roma.

A Igreja Ortodoxa não se organiza eclesiasticamente como a Igreja Católica: falta-lhe unanimidade organizacional, constituindo-se como uma união de Igrejas autónomas – onze Igrejas independentes – que vêm a sua unidade numa fé comum e na caridade mística. Tem, no entanto, um órgão supremo: o sínodo episcopal pan-ortodoxo. O Patriarca de Constantinopla exerce, como Patriarca ecuménico, um primado de honra.

Só aceita a autoridade dos sete primeiros concílios ecuménicos. Constituem-na quatro patriarcados e sete comunidades independentes. Os patriarcados são constituídos pelo patriarcado ecuménico de Constantinopla, o mais proeminente; o patriarcado de Antioquia, que compreende a Cilícia e grande parte da Síria e da Mesopotâmia; o patriarcado de Jerusalém, com parte da Síria, a Palestina e o Sinai; o patriarcado de Alexandria, incluindo o Egipto, Arábia, Líbia e Núbia.

As comunidades independentes são constituídas pela Igreja ou mosteiro do monte Sinai; a Igreja de Chipre; a Igreja da Rússia, que é numericamente a maior das Igrejas Orientais; a Igreja da Grécia, que inclui Creta, as ilhas Jónicas e a Tessália; a Igreja da Bulgária; a Igreja da Sérvia e a Igreja da Roménia.

A Igreja Ortodoxa reconhece os sete sacramentos, pratica o rito bizantino e tem ordens sagradas reconhecidas pela Igreja Católica. No entanto, os sacerdotes ortodoxos não mantêm o celibato. Na Eucaristia utilizam pão fermentado e a Confirmação ou Crisma pode ser ministrada pelos sacerdotes. “Igrejas Ortodoxas” e Igreja Católica permanecem próximas, além dos principais pontos de doutrina, também em termos de prática: mantêm os mesmos dias santos e festas e têm uma grande veneração pela Virgem Maria.

Inúmeras tentativas de reconciliação após a ruptura de 1054 acabaram bruscamente cento e cinquenta anos depois, com o saque de Constantinopla pelos cruzados da Quarta Cruzada à Terra Santa: três dias e três noites de pilhagens por parte dos cruzados ocidentais, que nunca mais foram esquecidos. A partir daí a esperança de reunificação das duas Igrejas, Ocidental e Oriental, desapareceu por completo, resistindo os cristãos ortodoxos a todas as tentativas empreendidas pelos Papas.

Os Ortodoxos haviam estado sujeitos ao domínio do Ocidente que, aquando do saque da Quarta Cruzada, fundara um reino latino em Constantinopla. O ódio do povo oriental pelo Ocidente era de tal

ordem que, quando em 1261 um imperador grego – Miguel VIII – reassumiu o poder em Constantinopla e propôs ao Papa Urbano IV um tratado de reunificação, reconhecendo ao Papa o primado de jurisdição, confessando a sua fé ao Concílio de Niceia, a reacção popular não se fez esperar, numa recusa feroz a tal tentativa de união.

E, quando o Papa Gregório X convocou um concílio ecuménico para Lião, tendo como finalidade uma reforma da Igreja, a união com os gregos e o auxílio à Terra Santa, o imperador Miguel VIII, Paleólogo, voltou a dirigir ao Papa uma nova proposta de união, pelo que deveria ser convidado a estar presente no concílio. E assim se realizou, em 1274, o décimo quarto concílio ecuménico, segundo de Lião, com a presença de quase trezentos bispos e teólogos e a participação de uma delegação grega. O imperador bizantino renovou a sua disposição de reconhecer o primado de Roma e a confissão de fé promulgada no concílio de Niceia e, muito significativamente, na celebração litúrgica de 29 de Junho (festa de São Pedro e São Paulo) a leitura do Evangelho foi feita em língua latina e grega. Alguns dias depois, o Papa Gregório X anunciou a conclusão da unificação das duas Igrejas, acabando, assim, o Cisma que existia desde o ano de 1054. Mas, mais uma vez, o clero e o povo do Oriente opuseram-se a essa unificação.

Foi sob o Pontificado do único Papa português – Pedro Hispano, o Papa João XXI – que as negociações a favor da união com os gregos chegaram a uma certa conclusão. O Imperador Miguel VIII – ainda o mesmo Miguel VIII que sobrevivera a seis Papas! –, num sínodo convocado pelo Patriarca de Constantinopla, declarou sob juramento, juntamente com seu filho, o seu reconhecimento do primado romano e da confissão de fé católica romana, embora com a conservação do rito bizantino até então praticado. Mas, quando a delegação grega chegou a Roma para entregar a confissão de fé, já João XXI tinha falecido vítima de um desabamento no palácio papal, em Viterbo. Mais uma vez parecera gorar--se a reunificação...

Com o Papa Martinho IV assiste-se ao absurdo de uma excomunhão, por iniciativa do Pontífice, em 1281, do imperador Miguel VIII, acusado de fomentador da heresia e do Cisma! Deste modo, foram completamente frustrados os intentos deste imperador que tanto se empenhara pela unidade das Igrejas. Mais um compasso de espera, ficando relegada para um futuro distante a almejada união. Os sucessores de Miguel VIII rejeitaram tão ferozmente os intentos do imperador que, quando este morreu, o sepultaram como um apóstata em solo não sagrado. Ele, um nacionalista, que procurara desesperadamente auxílio militar contra as investidas dos turcos otomanos, que lhe iam conquistando, a pouco e pouco, os seus domínios, tão desesperadamente que se prontificava a assinar qualquer compromisso em pontos doutrinários, nomeadamente a confissão da fé nicena.

E os turcos continuaram a avançar em direcção ao seu grande objectivo: Constantinopla. O resolutivo avanço turco era de tal maneira que, em 1438, o imperador bizantino João VIII chefio uma delegação de bispos ortodoxos que se deslocou a Itália, tendo entregado um apelo de ajuda, dispostos a concordarem com tudo quanto fosse preciso desde que obtivessem ajuda militar do Ocidente. E, de facto, com o Papa Eugénio IV e o Concílio de Florença chegou-se à assinatura do decreto de unificação entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente. Porém, tal como em 1274, esse decreto encontrou forte oposição do clero menor e do povo, que o rejeitaram inteiramente.

Em 1458 aconteceu o inevitável: os turcos conquistaram Constantinopla, morrendo o último imperador grego na batalha. Tal como já acontecera com os outros patriarcados do Oriente – Antioquia, Jerusalém e Alexandria – o Patriarca de Constantinopla ficou submetido ao sultão turco otomano. Daí em diante passaram a ser os sultões a nomear os Patriarcas, tal como já o haviam feito os imperadores bizantinos.

Até à queda de Constantinopla, os Patriarcas russos submetiam-se aos Patriarcas de Constantinopla,

passando depois da queda desta cidade a considerar-se herdeiros espirituais de Bizâncio e líderes do mundo Ortodoxo.

No século xiv, o Patriarca de Kiev, sob a pressão dos mongóis, transferiu--se, em 1325, para Moscovo. Os séculos xiv e xv foram férteis em santos e em missionários. Monges ortodoxos missionários pregaram aos mongóis e a tribos pagãs do Leste e Norte da Rússia e traduziram as Sagradas Escrituras e a liturgia para as línguas locais. Entre os santos russos mais famosos contam-se Santo Estêvão, bispo de Perm, São Sérgio de Radovezl, o mais venerado de todos os santos russos, fundador de todos os mosteiros da Rússia: o mosteiro da Santíssima Trindade, nas florestas ao norte de Moscovo, autêntica fortaleza a 75 quilómetros de Moscovo, defendendo esta cidade das investidas dos Tártaros.

Para comemorar a sua vitória sobre os Tártaros, o imperador russo Ivan IV mandara construir em Moscovo a Catedral de São Basílio, conhecida pelas suas coloridas cúpulas em forma de bolbo.

A queda de Constantinopla levava os príncipes russos a considerarem-se os sucessores dos imperadores bizantinos. Moscovo é a “terceira Roma”, pois constitui o novo centro da Cristandade.

Só no século xx é que seria revogada a excomunhão recíproca de 1054. No grande acontecimento desse século que foi o Concílio Vaticano II, na sessão do dia 7 de Dezembro de 1965, o cardeal Willebrands, membro do Secretariado para a União dos Cristãos, leu uma declaração conjunta da Igreja Católica Romana e do Patriarca de Constantinopla, em que se declarava que a excomunhão proferida em 1054 visava aplicar-se tão só às pessoas a que havia sido endereçada e não às respectivas Igrejas. Um abraço do Papa Paulo VI ao chefe da delegação ortodoxa sancionava o acto jurídico da revogação.

Essa declaração conjunta foi lida ao mesmo tempo na Igreja de São Jorge, em Constantinopla, com a presença de um cardeal católico – o cardeal Shehan, de Baltimore – que figurava como representante do Papa naquela solenidade.

Tinham, entretanto, decorrido nove séculos...

Os prodigiosos séculos da Idade Média: XI, XII e XIII

Após as invasões bárbaras, que conduziram a tempos de caos e anarquia, com a queda do Império Romano do Ocidente, em 475, começava a Idade Média. Até ao fim do primeiro milénio prosseguiu a evangelização dos novos povos que desenharam uma nova geografia política da Europa.

A crise moral da sociedade, com os abusos que se verificaram quando nasceu a sociedade feudal, no século ix, em que os grandes nobres, senhores da guerra, se consideravam donos absolutos dos seus territórios, de que procuravam tirar o maior proveito económico, chegando ao ponto de explorar o filão religioso.

Pois, apesar de tal handicap, o Cristianismo “impregnou” profundamente a vida dos homens, bem como as instituições familiares e sociais, gerando uma sociedade cristã que, embora imperfeita, não deixou de constituir um extraordinário progresso, tanto de ordem religiosa como, mesmo, de ordem cultural. Vários sinais reflectem essa impregnação cristã da vida na Idade Média.

Um primeiro sinal consiste na reacção ao clima de violência dos séculos bárbaros, com as suas guerras privadas crónicas e intermináveis, a que se seguiu, a partir do século ix, a violência feudal, cujas principais vítimas eram os fracos indefesos. A situação era de tal modo grave que, no século xi, por iniciativa da Igreja, se gerou, no sul de França, um movimento em favor da paz, fermentação de uma ideia pacificadora surgida em Cluny. Com o tempo e o apoio do Papa, tal movimento deu lugar a duas instituições que se revelaram eficazes na pacificação dos hábitos sociais: a Paz de Deus e a Trégua de Deus.

A Paz de Deus protegia os não-combatentes e estabelecia lugares especiais de asilo. O Papa Urbano II proclamou num concílio em Clermont: ficaria excomungado ipso facto todo aquele que não respeitasse os lugares sagrados ou, em caso de guerra, não respeitasse a população civil. As leis humanitárias futuras começaram aqui. O espírito de Cluny de amor pela paz revelava-se nesse decreto conciliar pela mão de um Papa que fora monge e prior em Cluny: Urbano II, eleito em 1008.

A Trégua de Deus proibia completamente a violência durante certos dias e épocas do ano. Assim, um concílio em Elna interditava a guerra privada nos fins-de-semana, de sábado a segunda. Um outro sínodo, em Narbonne, declarava sagradas as datas litúrgicas do Advento, Natal, Quaresma, Páscoa e as festas da Virgem e dos Apóstolos. E o primeiro Concílio de Latrão, já no século xii (1123) ameaça de excomunhão todos aqueles que roubassem os peregrinos de Roma.

Já na segunda metade do século xi, os senhores feudais secundaram as medidas pacificadoras da Igreja. As sanções eclesiásticas com que eram ameaçados os contraventores da paz de Deus e da trégua de Deus foram reforçadas pelos príncipes com penas civis.

Essas instituições de paz cedo passaram de França para a Espanha, a Alemanha e a Itália. Embora esse esforço pacificador não tenha conseguido pôr fim às guerras, teve, pelo menos, um efeito salutar: os senhores feudais foram-se habituando a resolver os seus litígios pela via do direito.

O poder e a força estavam exclusivamente nas mãos dos senhores da guerra na sociedade feudal da Idade Média. E a Igreja empreendeu a tarefa ciclópica de canalizar esse poder e essa força ao serviço da paz e do bem. E, assim, mais um sinal reflectindo a impregnação cristã da sociedade medieval consistiu no ideal do cavaleiro cristão. De homem de guerra o guerreiro medieval transformara-se em cavaleiro com um ideal inspirado pela Igreja: o de protector natural dos mais fracos e lutador em todas as causas justas.

A cerimónia de admissão de um nobre na cavalaria compreendia provas da sua força e das suas aptidões no uso das armas, perante o seu suserano feudal – o conde, o príncipe ou mesmo o próprio rei – e depois a cerimónia de sagração após uma noite de vigília em oração numa igreja ou capela, missa e comunhão de manhã. Recebia então a espada e a armadura benzidas por um sacerdote e, na presença novamente do seu suserano, pronunciava os seus votos solenes: lutar sempre pela causa da justiça, proteger especialmente os fracos, os oprimidos, os órfãos e as viúvas e abster-se de toda a violência. E o candidato seria armado cavaleiro.

A paz de Deus e a trégua de Deus encontravam na cavalaria cristã um complemento natural.

Uma outra criação da Igreja Ocidental na Idade Média consistiu no aparecimento das ordens militares. Tais ordens resultaram da necessidade de protecção dos peregrinos cristãos aos lugares santos da Palestina, bem como de cuidar dos peregrinos doentes.

Essas ordens de monges-soldados nasceram em Jerusalém. A primeira dessas ordens militares foi a Ordem de São João (Baptista) ou Ordem dos Cavaleiros Hospitalários, que observava uma regra semelhante à de São Bento e construía hospitais não só em Jerusalém, como também em todos os portos onde embarcavam ou desembarcavam peregrinos. Nas túnicas negras que vestiam ostentavam a bem conhecida cruz de oito pontas (a cruz de Malta). Mais tarde, a sede da Ordem passou para a ilha de Rodes e, depois, para a ilha de Malta, ilhas que os Cavaleiros Hospitalários tiveram de defender dos ataques dos Turcos. Esta Ordem subsiste ainda hoje, tem a sua sede em Roma e é conhecida como Cavaleiros da Ordem de Malta.

Um pouco mais tarde foi fundada a Ordem dos Cavaleiros Templários ou Ordem do Templo. Nascida também em Jerusalém, esta Ordem de monges--soldados desempenhou, tal como a Ordem do Hospital, um enorme esforço de guerra contra os infiéis muçulmanos que ocupavam episodicamente os lugares santos.

Ainda em Jerusalém nasceu a Ordem do Santo Sepulcro, reconhecida como ordem militar em 1125 pelo Papa, com a missão de guardar o Santo Sepulcro.

Uma outra ordem militar foi a dos Cavaleiros Teutónicos, que ainda hoje subsiste na Alemanha.

Na reconquista cristã na Península Ibérica nasceram algumas ordens militares: Santiago, Calatrava e Alcântara, em Leão e Castela; Avis, em Portugal.

A Ordem dos Cavaleiros Templários acumulou tais riquezas e tornou-se dona de grandes propriedades territoriais, de tal maneira que, já no século xiv, despertou a cobiça do Rei de França, Filipe, o Belo, que exigiu do Papa Clemente V a extinção da Ordem, sob vários pretextos falsos. O Papa vergou-se às exigências reais, dissolveu a Ordem, sendo os seus bens destinados às outras ordens de cavalaria. Porém, o rei francês conseguiu apossar-se de um grande quinhão dos mesmos. Já em Portugal, o rei D. Dinis fundou a Ordem de Cristo, com o assentimento do Papa, entregando-lhe os bens dos Templários em Portugal.

Sinal revelador de uma impregnação cristã da vida na Idade Média, especialmente nos séculos xii e xiii, está numa piedade cristã modelada nesses séculos e que persistiu até aos nossos dias.

Foi nos séculos xii e xiii que a Igreja fixou a doutrina teológica dos sete sacramentos. E, assim, o sacramento do Baptismo, em vez de ser ministrado apenas na Páscoa ou no Pentecostes, passou, tal como hoje, a ser ministrado em quase todo o lado às crianças recém-nascidas, logo nos primeiros dias ou meses de vida, em qualquer altura do ano. E, tal como acontece actualmente, o Baptismo deixou de ser por imersão, passando a ser por infusão, isto é, por derrame de um pouco de água sobre a cabeça do recém-nascido.

À obrigação de assistência à Missa nos domingos e dias santos de guarda – dever que, aliás, já existia desde há muito tempo – juntou a Igreja um outro dever: a obrigação de os cristãos confessarem

os pecados e comungarem ao menos uma vez por ano, pela Páscoa da Ressurreição, e na sua paróquia. Foi o quinto Concílio de Latrão que regulou esta obrigação no século xiii, em 1215.

O Matrimónio foi definitivamente estabelecido como um dos sete sacramentos, no século xiii. A Igreja arrogava-se o direito de exclusiva competência na definição dos impedimentos, bem como das condições de validade. Tal como hoje, o Matrimónio assentava no consentimento livre dos contraentes, fazendo--se a sua celebração publicamente, na igreja, integrada numa celebração litúrgica perante o sacerdote.

Além dos preceitos da Igreja de «ouvir Missa inteira nos domingos e festas de guarda», «confessar-se ao menos uma vez por ano», «comungar ao menos pela Páscoa da Ressurreição», juntava a Igreja mais dois preceitos: «guardar a abstinência e jejuar nos dias marcados pela Igreja» e «contribuir para as despesas do culto e para a sustentação do clero...». Ficavam, assim, definidos os cinco preceitos da Igreja que, passados oito séculos, são precisamente os mesmos.

No século xi, São Bernardo havia composto a Salve Rainha. A oração da Ave--Maria convertera-se numa oração popular, embora ainda incompleta (só viria a ficar completa com a última parte, a da intercessão, no século xv). São Domingos de Gusmão, que recorria constantemente a Nossa Senhora com as suas orações, foi pela Virgem Santíssima inspirado a formar o Santo Rosário, consistindo numa pregação dos mistérios principais da nossa salvação, recitando os ouvintes, seguidamente, o Pai Nosso e a Ave-Maria (ainda apenas a “saudação angélica”, sem a intercessão final, instituída mais tarde). Com a pregação e a oração deste Santo Rosário conseguiu São Domingos a conversão de milhares de hereges (albigenses). E a recitação do Terço entrou nos hábitos cristãos.

No século xiii foi instituída a festa do Corpo de Deus (Corpus Christi). A Missa dessa festividade foi escrita por São Tomás de Aquino, por incumbência do Papa Urbano IV. Ressaltou nessa festividade em honra do Santíssimo os belíssimos hinos litúrgicos: o Pange Lingua e o Tantum Ergo.

A Cristandade medieval alicerçou-se na população de homens livres que se foi congregando nas cidades. Homens de condição social modesta dedicavam--se ao pequeno comércio e ao exercício de numerosos ofícios. Esses comerciantes e esses operários eram levados pela piedade cristã que viviam a associar-se para ajuda mútua e para fins caritativos. Assim se constituíram, nas cidades, numerosas irmandades e confrarias, associando-se, ainda, os operários com a mesma profissão em corporações de ofícios e fraternidades que, mais tarde, deram lugar aos grémios.

Este fenómeno associativo, de inspiração religiosa, levava a estabelecerem--se vínculos de fraternidade e obrigações religiosas e assistenciais entre os seus membros. As corporações de ofícios eram postas sob a protecção de um Santo e constituíram mais um sinal revelador da impregnação cristã da vida em sociedade na Idade Média.

A religiosidade medieval manifestou-se, ainda, nas peregrinações a lugares santos. Entre estes estava o Santo Sepulcro de Jerusalém, sendo particularmente difícil e cheia de perigos a viagem para se chegar até lá.

Outro local muito visitado pelos peregrinos na Idade Média era Roma, onde se procuravam especialmente os sepulcros de São Pedro (Vaticano) e São Paulo (São Paulo fora de muros).

O sepulcro do Apóstolo São Tiago em Compostela, na Galiza, era também um local de peregrinações vindas de todos os pontos da Europa.

Tais peregrinações faziam-se com um profundo sentido penitencial (naquele tempo não se fazia o cómodo turismo...), para expiação dos pecados e para se ganharem méritos perante Deus.

No final do século xiii, em 1300, o Papa Bonifácio VIII decretou o jubileu para solenizar o começo do novo século. Nesse jubileu, os peregrinos a Roma lucravam a indulgência plenária. Tal indulgência estava até aí reservada apenas aos cruzados e aos que colaborassem nas Cruzadas, tal como fora

concedido pelo Papa Urbano II no sínodo de Clermont, no século xi, em 1095, a todos quantos “tomassem a cruz” para participarem na Primeira Cruzada de libertação dos lugares santos do Oriente.

A Cristandade medieval alicerçou-se, também, na instituição monástica, que constituiu o ponto de partida da tão necessária reforma da Igreja, uma reforma que deveria surgir a partir de dentro.

No século xi a Europa entrara num relativo equilíbrio, com a neutralização do sistema feudal, principal causador da decadência moral da própria Igreja, neutralização que consistia não só em retirar aos grandes senhores laicos o direito de designação dos bispos e, sobretudo, o primeiro deles, o bispo de Roma, mas também pela grande reforma moral da Igreja, encetada pelo grande Papa Gregório VII, monge cluniacense, estreito colaborador do seu antecessor, o monge Papa Nicolau II.

Emancipada a eleição pontifícia da tutela imperial com o Papa Nicolau II, tornava-se necessário, na etapa seguinte, estender essa emancipação a todo o corpo da Igreja.⁷

É esse o programa dos Papas gregorianos, muito especialmente do Papa Gregório VII. Este era o monge cluniacense Hildebrando, nomeado conselheiro pelo Papa Leão IX juntamente com um outro monge, o cardeal Humberto.

Hildebrando, eleito Papa por aclamação em 1073 pelo clero e povo de Roma, tomou o nome de Gregório VII, provavelmente pela admiração que sentia por um outro Gregório, o grande Papa Gregório I, o Magno, do século vi.

Gregório VII completou o programa reformador dos Papas que o antecederam, compilando o que ficou conhecido como a “reforma gregoriana”.

Os reformadores já haviam feito o diagnóstico dos males de que enfermava o clero:

- O nicolaísmo, isto é, a inobservância da lei do celibato pelos padres depois da ordenação;
- A simonia, isto é, a compra e venda de ministérios eclesiásticos;
- A investidura laica, isto é, a nomeação de leigos para cargos eclesiásticos feita por senhores temporais.

Estes abusos constituíam a raiz de todos os males do clero, de tal modo que os reformadores consideravam ser absolutamente necessário pôr fim à investidura.

Estava aí a origem dos conflitos que ficaram conhecidos como a Questão das Investiduras, que opôs o Pontificado ao Império, nas pessoas do Papa Gregório VII e do imperador germânico Henrique IV.

Houve uma luta aberta, uma autêntica guerra, que se iria prolongar por dois séculos.

Foi particularmente dura a luta pessoal entre Henrique IV e Gregório VII, porque o imperador lutava contra os grandes senhores feudais com o apoio do feudalismo eclesiástico da Alemanha.

A questão remontava a cem anos antes, quando Otão I foi sagrado como imperador, em 962, do Sacro Império Romano Germânico. O caso é que Otão I, com o fim de firmar o reino, exposto à pulverização da autoridade pelo feudalismo reinante, foi conferindo direitos senhoriais aos grandes eclesiásticos germânicos, que passaram, assim, a unir ao seu ministério espiritual a condição de príncipes temporais.

Deste modo, o rei reservava para si a investidura dos altos cargos eclesiásticos: bispos e abades. E isso não era tudo: a própria eleição do Papa, embora protegida da intromissão das poderosas casas feudais romanas, ficava submetida à sua escolha ou à sua aprovação.

Foi esta a situação encontrada por Gregório VII, cem anos mais tarde.

A eleição do Papa já se havia, entretanto, emancipado da tutela do imperador com o Papa Nicolau II. E Gregório VII pretende, então, fazer uma grande reforma moral da Igreja, tão minada pelos dois flagelos da simonia e do concubinato dos clérigos. Perante as resistências que foi encontrando, considerou que todo o mal provinha da investidura laica: eram necessários clérigos com mais consciência das suas responsabilidades, porquanto muitos bispos e abades eram de qualidade mais do

que duvidosa por serem nomeados pelos grandes senhores laicos.

Impunha-se, portanto, fazer desaparecer a investidura laica a todos os níveis. Esta decisão do Papa encontra a oposição do imperador germânico, Henri-que IV, já que com ela sentia-se despojado de uma grande parte da sua autoridade num país onde os bispos se contavam entre os maiores senhores.

O conflito prolongou-se muito para além da vida dos dois protagonistas, só chegando a solução com a concordata de Worms, de 1122, celebrada entre o Papa Calixto II e o imperador Henrique V, e, no ano seguinte, a confirmação solene no plano eclesial que lhe foi trazida pelo Concílio de Latrão (I), o primeiro concílio ecuménico realizado em Roma, na própria igreja episcopal do Papa – a Basílica de São João de Latrão.

Pela concordata e pela sua confirmação conciliar é restabelecida a paz. Fica estabelecido que a nomeação dos bispos seria por eleição canónica, recebendo o eleito do metropolitano (isto é, o bispo da capital da província) a investidura eclesiástica mediante a entrega do anel e do báculo, e do imperador a investidura secular, simbolizada pela entrega do ceptro, que significa a concessão de poderes temporais.

A partir de então os Papas tornaram-se os grandes senhores da Cristandade, tomando a iniciativa de convocar os concílios que diziam respeito apenas à Igreja latina (de 1123 a 1312 realizaram-se sete concílios ecuménicos, dos quais quatro em Latrão, tantos concílios quantos os que se realizaram no decurso dos onze primeiros séculos da Igreja).

Todo o trabalho de reforma iniciado no século xi é codificado e desenvolvido pelo primeiro Concílio de Latrão, com os seus vinte e cinco cânones, indo da condenação da simonia e das usurpações leigas, bem como da violação da trégua de Deus.

O triunfo do Pontificado é tal que as cartas dos Papas sobre assuntos variados (os decretais), reunidos em colecção, têm a mesma autoridade que a Sagrada Escritura.

O direito canónico torna-se onnipresente no governo da Igreja romana.

O século xii trouxera à Europa um incrível progresso económico, cultural e político, ao mesmo tempo que se desenvolviam rapidamente as artes e a arquitectura. Tinham terminado as últimas invasões de “bárbaros”: dos vikings (normandos), dos Magiares e dos Sarracenos. Tanto vilas como cidades, libertas de tantos perigos, cresceram com a difusão dos conhecimentos monásticos da agricultura e um incremento das trocas comerciais.

A fé cristã constituía o fundamento da grande comunidade dos povos da Europa durante os anos do apogeu da Idade Média: os séculos xii e xiii. Essa mesma fé que estava nas fundações do edifício era o cimento que ligava a sociedade e a Igreja. Essa forma de relacionamento resumia-se numa palavra: Cristandade.

Os monges de Cluny haviam já começado essa renovação da Igreja no século x. No século xi foram precisamente monges cluniacenses eleitos Papas que empreenderam as reformas, contando com os monges de onde tinham vindo: Gregório VII, Urbano II, Pascoal II.

Ainda no século xi, São Bruno fundou, em 1084, a Cartuxa, em que se combinam a vida eremítica e a vida comunitária, mas dando a maior importância à oração.

Vem, depois, em 1098, a fundação da abadia de Cister, primeiro mosteiro de uma nova ordem monástica – a Ordem de Cister – novo ramo do tronco beneditino, pretendendo regressar ao rigor beneditino que o tempo fizera um tanto ou quanto esquecer. Ao contrário dos beneditinos, que usavam hábitos de lã tingidos de preto, os monges cistercienses mantinham os seus hábitos com a cor branca original. Estes monges brancos de Cister cultivavam a terra e aspiravam em tudo um regresso à primitiva simplicidade das ordens monásticas. Assim, à pobreza do hábito juntavam a frugalidade na alimentação e a simplicidade dos edifícios que erguiam, num gótico primitivo. A tudo isso aliavam a

simplicidade da liturgia.

A Ordem de Cister conheceu um considerável desenvolvimento após a profissão monástica de Bernardo, jovem aristocrata da Borgonha, que fundou, em 1115, uma abadia em Claraval, em França. Bernardo funda mais sessenta e seis abadias e torna-se, em meados do século xii, a principal personalidade da Igreja, exercendo a sua influência em muitos aspectos: contribuiu para a reforma do clero e esforçou-se por cristianizar a sociedade feudal, atacando o luxo e a ostentação dos grandes senhores e a santidade do Matrimónio. Quando um monge de Claraval, Bernardo de Montemagno, seu discípulo, é eleito Papa, tomando o nome de Eugénio III, em 1145, Bernardo de Claraval propõe-lhe um programa de vida. Ele convidava os bispos a uma maior pobreza e a cuidarem melhor dos pobres. Pregador da Segunda Cruzada, o poder e o encanto da sua pregação eram incomparáveis, levando muitos à conversão e, até, a professarem a vida monástica. Dizia-se, mesmo que, quando se sabia que ele ia pregar, «as mães escondiam dele os filhos e as esposas os maridos...»⁸

São Bernardo de Claraval, ao morrer, em 1153, deixava trezentos e quarenta e cinco mosteiros, estabelecidos por doze países. A Ordem Cisterciense havia imposto um estilo arquitectónico sóbrio, sendo as igrejas bem proporcionadas, com uma única nave e um amplo transepto. Em Portugal temos um admirável exemplo na abadia de Alcobaça.

E, enquanto os séculos xi e xii foram os séculos monásticos, o século xiii foi o século dos frades. Um ideal de regresso ao Evangelho vai promover uma nova forma de vida religiosa: as ordens mendicantes. Para estas ordens, a pobreza evangélica era a virtude fundamental da vida religiosa.

Várias características as distinguiram dos cistercienses: não trabalhavam a terra como eles, despojavam-se de toda a espécie de bens e desejavam viver da caridade dos fiéis. Mais ainda: os mendicantes não fundavam mosteiros na solidão dos campos e dos bosques, mas sim conventos no centro das cidades, consagrando-se ao ministério pastoral nos populosos centros de uma vida urbana pujante, mercê de um desenvolvimento social e económico que então se verificava.

Francisco Bernardone nasceu em 1181, em Assis, filho de um rico mercador de tecidos. Em 1205, Francisco, no meio da opulência e da avidez dos prazeres em que vivia a Itália no seu tempo, consagra-se à pobreza, restituindo ao pai todos os seus bens, incluindo a roupa que vestia, passando a mendigar o seu sustento. Entrega-se ao restauro de igrejas, de que é exemplo a igreja de São Damião, que estava em franca ruína.

Em 1208 tem uma autêntica revelação, ao ouvir, na igreja da Porciúncula, a leitura do Evangelho: «[...] ide, proclamai que o Reino de Deus está perto [...] não possuiais ouro, nem prata [...]» (Mt 5 e ss.). Pôs-se a caminho, levando consigo alguns companheiros a anunciar a boa nova da paz. Em 1209 tem doze companheiros, dez anos mais tarde eles são três mil.

O Papa Inocêncio III recebe-o, em 1210, vestido como um pobre camponês da época: o seu hábito de lã atado com uma corda na cintura, os pés nus dentro de sandálias. O Papa ouviu-o falar na sua pretensão de pregar o Evangelho em toda a sua pureza e aprovou a sua missão, bem como a nova ordem que constituíra com o nome de frades menores.

Em 1212, Clara de Assis e as suas companheiras seguem o exemplo de Francisco de Assis, fundando a ordem das Clarissas.

Em 1219, Francisco parte para os lugares santos e aí tenta converter o sultão do Egipto.

Em 1223, Francisco de Assis redige uma regra para a sua Ordem e no ano seguinte é marcado pelos estigmas. Em 1226, a sua vida chega serenamente ao fim, aos 44 anos.

Dois anos mais tarde, em 1228, o Papa Gregório IX canonizou-o. O mesmo Papa canonizou um célebre pregador franciscano e português, António de Pádua (ou de Lisboa, de onde era natural).

São Francisco de Assis é o santo mais popular do século xiii, talvez mesmo de toda a História. A

ordem mendicante dos Frades Menores que fundara espalhara-se por vários países da Europa: Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Hungria e Síria. A maior parte dos frades era, inicialmente, constituída por leigos pouco instruídos que, não obstante o testemunho de pobreza que davam, precisavam de estar devidamente preparados para a pregação do Evangelho, pelo que essa necessidade os levou a agruparem-se em “conventos”, instalados nos arrabaldes das cidades, conventos que se tornam autênticas casas de estudo, onde se preparavam para a sua alegre pregação da Boa Nova, que a todos tocava, pois à palavra uniam indissolivelmente o exemplo das suas vidas.

Da mesma época é Domingos de Gusmão, que nasceu em Espanha, em 1170. No início da sua vida de pregador foi cônego regular de Osma.

Ao visitar, em 1205, no Sul de França, os cistercienses compreendeu imediatamente onde residia a ineficácia do clero que se dedicava a combater a heresia albigense. De facto, os monges, ao serem enviados pelo Papa, pensavam dever apresentar-se com o fausto de delegados oficiais. E aí colidiam com a austeridade dos pregadores albigenses. Esse contraste faz compreender a Domingos de Gusmão que a melhor pregação está na pobreza autêntica do pregador e, assim, com alguns companheiros, na região de Toulouse, parte ao encontro dos cátaros albigenses, levando como principal credencial uma «imitação da pobreza de Cristo pobre»⁹, sem esquecer uma boa formação doutrinária.

Domingos de Gusmão reuniu alguns clérigos com essas características – imitação de Cristo na pobreza e na doutrina – constituindo, a breve trecho, a Ordem dos Pregadores. Os membros desta ordem cedo começaram a ser conhecidos como “dominicanos”, do nome do seu fundador.

Essa ordem tinha uma finalidade principal: a pregação baseada numa formação doutrinal profunda e cuidada. Os dominicanos preparavam-se afincadamente, estudando muito, especialmente Teologia, em que se tornavam notáveis pelos seus conhecimentos. Domingos de Gusmão nunca esquecera a ineficácia dos monges cistercienses no combate à heresia, no Languedoc, não só pelo fausto e opulência com que se apresentavam, mas sobretudo pela sua ignorância crassa em pontos fundamentais da doutrina, o que os “derrotava” nas suas controvérsias com os albigenses ao serem completamente incapazes de rebater os seus argumentos.

Em 1216, o Papa Honório III aprova a Ordem dos Frades Pregadores, que adoptaram a Regra de Santo Agostinho.

Os Frades Pregadores são padres que abraçaram o ideal da pobreza, vivendo em pequenas comunidades onde desenvolviam a sua actividade, que repartiam entre a pregação e o estudo. Os seus meios de subsistência provêm da esmola – é uma “ordem mendicante” – mas também do seu trabalho de ensino, especialmente em universidades. O Papa incumbiu a Ordem de reprimir a heresia, entregando-lhe a responsabilidade da Inquisição.

Em 1221 morre Domingos, em Bolonha. O Papa Gregório IX, que já havia canonizado Francisco de Assis, canonizou-o em 1234.

No século xiii, ainda, surgiram novas ordens de frades e freiras mendicantes: a Ordem do Carmo, os ermitões de Santo Agostinho e a Ordem das Mercês, uma das obras dedicadas principalmente ao resgate de cristãos cativos em poder dos muçulmanos na Terra Santa.

No norte de França nascia, no século xii, uma nova arquitectura, cujo estilo iria influenciar a arquitectura das catedrais e igrejas em toda a Europa pelos séculos que se seguiram até ao Renascimento. Nascera a arte gótica que proporcionava a construção de igrejas mais altas, com melhor iluminação, graças à utilização de novas técnicas arquitectónicas: arcos ogivais, requerendo menor apoio do que os arcos redondos do estilo românico, permitindo que se fizessem janelas maiores por onde entraria mais abundantemente a luz e dispensando a necessidade de tantos pilares interiores como se usava até aí, permitindo que as paredes fossem mais finas. As janelas revestiam-se de vitrais;

os portais finamente esculpidos constituíam autênticas páginas de uma Bíblia em pedra. Os vitrais, as esculturas e os frescos pintados nas paredes faziam-se no sentido de uma autêntica catequese dos fiéis: numerosos episódios bíblicos, as verdades da fé, a história da salvação, as virtudes e os vícios, são retratados de modo a ficarem ao alcance de todos, cultos e iletrados, estes a grande massa constituída sobretudo pelos camponeses.

Este novo estilo espalhou-se rapidamente por toda a Europa, graças ao progresso económico que começara no século xii, trazendo riqueza que foi sobretudo utilizada na construção de catedrais e igrejas. Mais de quinhentas catedrais e muitas igrejas, mosteiros e conventos se construíram nos séculos que se seguiram ao século xiii.

As catedrais góticas, muitas vezes grandiosas, constituíam os maiores e mais importantes edifícios das cidades episcopais da Europa. Nas povoações menores – as vilas – construíram-se igrejas, por vezes notáveis e impressionantes. A religiosidade medieval manifestou-se ao nível das artes plásticas, de tal modo que há a convicção de que a arte na Idade Média foi fundamentalmente religiosa e cristã.

Antes do século xii a educação estava a cargo da Igreja. Todas as disciplinas eram leccionadas em latim. Em cada diocese o bispo dirigia uma escola, principalmente para educar os seus clérigos. E todos os mosteiros tinham, também, escolas para a formação dos seus monges.

Depois do século xii, as escolas diocesanas ou das catedrais conheceram uma grande expansão, dividindo-se, muitas vezes, numa escola inferior – chamada “escola de latim” – onde se aprendia Gramática e outras disciplinas básicas, e numa escola superior, para outros conhecimentos mais avançados.

Logo no princípio do século algumas dessas escolas superiores evoluíram para universidades, em que mestres e alunos, por acção da Igreja, se “associavam”. Assim, em 1200 surgiu a primeira dessas universidades: a de Bolonha, fundamentalmente uma Escola de Direito, que desempenhou um papel essencial na introdução ao Direito Romano no Direito Comum ocidental.

Seguidamente surge a Universidade de Paris, que privilegiava o ensino da Teologia. Paris tornou-se o protótipo das universidades que foram surgindo rapidamente: Oxford, Pádua, Tolosa, Coimbra, Valladolid... Característica comum: a educação ministrada nessas universidades era exclusiva dos clérigos, cujo número multiplicou.

Em Paris, a génese da universidade estava nas escolas superiores submetidas à jurisdição da Catedral e foram-se espalhando ao longo da margem esquerda do rio Sena (zona conhecida, actualmente, como “Quartier Latin”). Havia um “chefe do alojamento” – o abade de Sainte Geneviève – que superentendia nos “colégios” que recebiam os estudantes pobres.

A Universidade de Paris era constituída por quatro Faculdades: Artes Liberais, Direito Canónico, Medicina e Teologia. Como a universidade não tinha qualquer edifício próprio, os cursos eram ministrados pelos mestres nos próprios “colégios”, que a pouco e pouco foram evoluindo transformando-se em estabelecimentos de ensino. Um desses “colégios” – o colégio de Sorbon – deu o nome à Faculdade de Teologia, que viria a ser, mais tarde, a Universidade de Sorbonne.

Os mestres medievais procuravam fazer uma síntese de todo o conhecimento: o natural e o divinamente revelado. Assim, a Faculdade de Artes, sob influência da inglesa de Oxford, de Aristóteles e do pensamento árabe torna-se, em 1250, uma autêntica Faculdade de Filosofia.

Mas as ciências sagradas – a Teologia e o Direito Canónico – constituíam o cerne dos estudos de ciência dos séculos xii e xiii. Nascida no fim do século xi, a Teologia Escolástica pretendia, precisamente, fundir o conhecimento natural e o conhecimento sobrenatural transmitido pela Revelação Divina, de modo a obter, dessa síntese, uma cosmovisão. O método próprio dessa ciência teológica era o “escolástico” (isto é, ciência da “Escola”): em torno de um tema escolhido pelo

mestre, identificava-se a questão, passava-se à disputa dialéctica, acabando numa síntese.

Distinguiram-se mestres insignes na Escolástica: Santo Anselmo, um italiano precursor do século xi-xii (que ficou famoso pela sua máxima: «Acredito para poder compreender»); o francês Pedro Abelardo; e o franciscano Alexandre de Hales, que introduziu no ensino os quatro livros das «Sentenças», de Pedro Lombardo, livros cheios de textos patrísticos organizados de forma a constituírem um ensino completo da fé.

O século seguinte – xiii – foi o século de ouro da “escolástica”, respondendo ao desafio trazido pela obra de Aristóteles e às novas questões levantadas pelo confronto da revelação bíblica e dos textos de Aristóteles, que eram, então, traduzidos em toda a parte do grego e do árabe. Assim se foi construindo o Aristotelismo cristão.

Santo Alberto Magno, o grande filósofo de Colónia, dominicano, foi lente em Paris, em 1245, teve como discípulo Tomás de Aquino, italiano, de ascendência nobre (filho da condessa de Aquino), que havia entrado para a Ordem dos Dominicanos contra a vontade dos parentes, que tudo fizeram – desde o rapto até à prisão numa propriedade da família – para o levar a desistir de pertencer a uma Ordem mendicante.

Alberto Magno e Tomás de Aquino procuram a resposta para a grave questão da Fé e Razão, que, para muitos intelectuais, seriam como duas linhas paralelas que nunca se encontrariam. Os dois insignes pensadores cristãos empreenderam a ingente tarefa de negar tal asserção, “baptizando” a filosofia, nomeadamente a de Aristóteles. Tomás de Aquino construiu uma síntese teológica das verdades reveladas, bem como uma síntese filosófica das verdades que a razão podia atingir. A sua obra literária é extraordinária, consistindo em inúmeras obras filosóficas e teológicas, das quais se destacam a Suma Teológica e a Suma Contra os Gentios, obras máximas da Escolástica e que constituem autênticas enciclopédias. Morreu a caminho do Concílio de Lião, em 1274. Canonizado, São Tomás de Aquino ficou conhecido como o “Doutor Angélico”. A sua doutrina, o tomismo, sofreu alguns percalços nos séculos que se seguiram, sendo combatido por alguns franciscanos, logo desde o século xiii, deformado pelas distorções sofridas pela escolástica no século xv, esquecido e posto de lado, substituído por outras concepções e, finalmente, reabilitado em finais do século xix pelo Papa Leão XIII, que, na sua encíclica Aeterni Patris, de 1876, declarou que São Tomás de Aquino sobressaía acima de todos os outros Doutores, cujos ensinamentos completou, reduzindo-os a uma unidade harmónica. Por esta razão, Leão XIII determinou que a doutrina de São Tomás de Aquino passasse a servir de base ao ensino nos centros de estudos eclesiásticos. Todos os Papas que se seguiram a Leão, bem como o Concílio Vaticano II, adoptaram estas mesmas directrizes.

O prodigioso século xiii foi também o século de um rei santo: Luís IX, rei de França, canonizado poucos anos depois da sua morte pelo Papa Bonifácio VIII. Modelo de reis, juiz impoluto, árbitro na “selva” das contendias feudais da sua época em todo o mundo, São Luís foi a figura mais alta do século xiii. Tendo “tomado a cruz” em duas cruzadas, a Sexta e a Sétima, acaba por morrer junto às muralhas de Túnis.

Às figuras de São Luís de França, de São Tomás de Aquino, de São Francisco de Assis e de São Domingos junta-se, no século xiii, a de um grande Papa: Inocêncio III.

Considerado um dos mais insignes Papas da História da Igreja, Inocêncio, que ao nascer foi chamado de Lotário, em 1160, foi conde de Sequi, possuía uma notável formação teológica e grandes conhecimentos de Direito Canónico. Eleito Papa com apenas 38 anos, em 1198, chamou-se a si mesmo «servo de Deus»¹⁰ e «representante de Cristo»¹¹ («Dei vices gerens in terris»).

Logo a partir do começo do seu Pontificado torna-se um árbitro da Europa. Primeiro, com a morte do imperador alemão Henrique VI, em 1197, surgiu a questão da sua sucessão. Foram eleitos dois

príncipes alemães: uns elegeram Filipe da Suábia e outros Otão de Braunschweig. A controvérsia degenerou em guerra civil e empenho de ambos os candidatos por um reconhecimento papal. Em 1201, Inocêncio III decide-se pelo seu candidato, Otão, enquanto os príncipes alemães se haviam decidido, na sua maioria, por Filipe. Este, entretanto, é assassinado e Otão ganha mais adeptos, acabando por ser sagrado imperador em Roma, em 1209, com o nome de Otão IV. Mas Otão não foi fiel às promessas que havia feito ao Papa antes da sua eleição – a protecção do Pontífice – e em vez disso conquistou, logo em 1210, partes do Estado Pontifício. Inocêncio III excomunga-o e sugere aos príncipes alemães que elejam um novo rei. E de facto, em 1211, elegem Frederico II, filho de Henrique VI. Frederico II mostra a sua gratidão ao Papa ao editar, em 1213, a bula de ouro de Eger, na qual eram renovadas todas as promessas de Otão I: o Estado Pontifício era reconhecido na forma do direito real vigente.

Inocêncio III teve de intervir, também, em Inglaterra, para resolver a situação provocada pelo rei, João Sem Terra, que dera o seu apoio a uma eleição inválida para a cátedra episcopal de Cantuária, repelindo a intervenção do Papa. Por essa razão, Inocêncio III excomunga o rei e lança a interdição da celebração de ofícios divinos no país. João Sem Terra viu-se forçado, em 1215, a aceitar a Magna Carta, forjada pelos barões ingleses e por um aliado do Papa, o arcebispo de Cantuária.

No mesmo ano da Magna Carta celebrou-se o décimo segundo concílio ecuménico – o quarto Concílio de Latrão. Este concílio, já no final do Pontificado de Inocêncio III, foi o maior encontro eclesiástico da Idade Média, com os seus mais de 1200 participantes, entre bispos (mais de 400, de toda a Europa) e abades (cerca de 800). O Papa preside pessoalmente ao concílio. Dois temas sobressaíam: a união com a Igreja do Oriente e uma Cruzada, dependendo esta da primeira para ter probabilidades de êxito.

O concílio reuniu-se no dia 1 de Novembro de 1215 e funcionou em três sessões.

Ficou decidida a instituição de um tributo trienal para custear as despesas da Cruzada, sendo imposta aos bispos a obrigação de mandarem pregar a cruzada.

Pontos fundamentais da doutrina católica foram estabelecidos com maior precisão pelo concílio. Assim, a doutrina de Berengário de Tours sobre a Eucaristia foi repudiada: de facto, ele negava a presença real de Cristo nas sagradas espécies, considerando a Eucaristia uma mera refeição em “memória” do corpo e sangue de Cristo. O concílio repudia tal doutrina, empregando o termo “transubstanciação” das espécies eucarísticas para explicar a transformação do pão e do vinho no Corpo e Sangue de Cristo.

O concílio reafirmou as definições da Igreja sobre os Sacramentos: a doutrina da Igreja sobre o Baptismo, a Penitência e o Matrimónio foi reafirmada, sendo posta ênfase no dever de serem recebidos pelos féis na Eucaristia. O concílio decide ainda a tomada de providências contra a propagação das heresias, nomeadamente albigenses e valdenses, sendo da responsabilidade dos bispos a evangelização e a cura de almas.

O início da Quarta Cruzada ficou estabelecido para o ano de 1217.

O velho conflito das investiduras laicas entre os imperadores continuava a surgir periodicamente, conhecido agora por outro nome: Querela do Sacerdócio e do Império. Entre os seus episódios há o do Imperador Frederico I, o Barba-Ruiva, que, depois de se ter considerado dono e senhor de Roma, como sucessor de Constantino (!), acaba por se submeter ao Papa Alexandre III.

Entretanto, com o Papa Inocêncio III o papado havia chegado ao auge do seu poder. Roma é o centro incontestado da política europeia e Inocêncio é, realmente, o senhor do mundo, não no sentido da dominação absoluta, mas como árbitro da Europa.

Homem de Estado hábil e determinado, Inocêncio III dirigiu a sua política contra os alemães.

Chegou mesmo ao ponto de querer desempenhar um papel directo na designação do imperador...

Entretanto, Inocêncio III falecia em 1216. Durante o seu Pontificado de dezoito anos, de 1198 a 1216, o prestígio da Igreja chegou ao auge, considerando a Europa o Papa como a única personalidade capaz de salvaguardar os direitos da Igreja, bem como os das nações e dos fiéis.

Todas as nações consideravam o Papa como o árbitro supremo em todas as controvérsias e disputas.

Durante cinquenta anos após a sua morte sucederam-se, na Igreja Ocidental, quatro Papas, sempre em luta com Frederico II, que pretendia restaurar o Império Romano sob a sua égide, com a capital em Roma, reunindo as duas coroas, a germânica e a italiana.

Com Inocêncio IV decidido a fazer triunfar o papado, é convocado um concílio ecuménico em Lião, em 1245, onde a questão imperial é dominante: Frederico II é solenemente deposto. Mas Inocêncio IV, primeiramente instalado em Lião, retorna a Roma com a morte de Frederico II, ocorrida cinco anos depois de ter sido deposto. Nunca mais um imperador alemão se instalaria em Roma como senhor desde então.

Terminava, assim, uma luta que conduziu ao enfraquecimento do poder imperial. Durante vinte anos não há imperador: é o Grande Interregno (de 1254 a 1273). O Império germânico deixa de ser uma potência e na Itália e Alemanha desmembra-se numa série de territórios independentes.

A Europa cristã, que viu o seu apogeu nos prodigiosos séculos xii e xiii, fora preparada pela reforma gregoriana iniciada no século xi por um Papa monge cluniacense: São Gregório VII. Nessa época esplendorosa reuniram-se vários concílios ecuménicos: o primeiro de Latrão (1123), o segundo de Latrão (1139), o terceiro de Latrão (1179), o quarto de Latrão (1215), o primeiro de Lião (1245), o segundo de Lião (1274), ou seja, seis concílios ecuménicos em dois séculos.

Nasceram as universidades: Bolonha (1088), Paris (1215), Salamanca (1243), Oxford (1249), Lisboa (1288)...

Fundaram-se grandes Ordens Religiosas: a Ordem de Cister, a Ordem dos Frades Menores de São Francisco de Assis, aprovada em 1209 por Inocêncio III), a Ordem dos pregadores de São Domingos de Gusmão (aprovada por Honório III em 1216).

São os séculos em que nasceu a arte gótica, um novo estilo arquitectónico que permitiu a construção de igrejas e catedrais mais altas e mais bem iluminadas, paredes rasgadas revestidas de vitrais, portais e colunas esculpidas, uma estatuária em que esculturas juntamente com os vitrais e frescos pintados nas paredes constituíam uma autêntica Bíblia para os iletrados.

Séculos em que a Cristandade recorre à luta armada contra os inimigos da fé: por um lado os muçulmanos, que ocupavam os lugares santos; por outro, as heresias medievais. São assim os séculos das Cruzadas e da instituição da justiça repressiva das heresias: a Inquisição.

São esses dois acontecimentos da Idade Média, nos seus prodigiosos séculos – as heresias medievais e as Cruzadas –, que iremos passar em revista mais pormenorizadamente nos próximos capítulos.

A heresia medieval: Cátaros e Valdenses

Numa Europa acabada de sair da letargia feudal, no século xii, face a um Cristianismo enquistado no seu direito, ao escândalo de mosteiros e abadias a abarrotarem de riquezas e de um alto clero vivendo no meio do luxo, enriquecido por sete séculos de doações e prebendas, levando muitas vezes uma vida notoriamente depravada, descuidados dos seus deveres de pastores, surgiram muitas reacções de protesto evangélico, contestando uma Igreja demasiado rica e florescente. Opunham-se a uma Igreja feudal e poderosa, desejando que ela fosse fiel à pobreza do Cristo do Evangelho.

Um dos movimentos de reacção e de protesto começou no Oriente, nos Balcãs, em meados do século xii. É o movimento dos cátaros (do grego katharoi, ou seja, “puros”) que se difundiu rapidamente na Europa graças a uma pregação itinerante de tipo apostólico e a uma ascese rigorosa: não comem carne, condenam o matrimónio, rejeitam o serviço militar, os juramentos, os altares, os santos, as imagens e as relíquias. Rejeitam, inclusivamente, a Encarnação de Cristo.

A origem deste movimento remonta ao século x. O Império Bizantino já conhecia os “bogomilos” que ensinavam um dualismo mitigado, assente em antigas elucubrações gnósticas e maniqueístas: a existência de um Deus que reinava sobre um universo espiritual e cujo filho, revoltado – Satanael – teria sido criador do mundo material e do homem.

O Catarismo organizou-se sob a forma de Igreja, reforçando as suas ideias dualistas maniqueias com as doutrinas anti-sacerdotais e anti-sacramentais. Na Igreja cátara havia um grupo escolhido de “perfeitos” ou “puros” e a massa dos fiéis, simples crentes ou aderentes. Os “perfeitos” levavam uma vida austera e pobre, enquanto aos simples crentes pouco era exigido, nomeadamente no exercício da sexualidade; porém, era-lhes sobretudo pedido que ajudassem ao sustento dos “perfeitos”.

Do Oriente, os cátaros chegaram à Bósnia e à Albânia e daí à Lombardia, no norte da Itália, de onde se estenderam rapidamente ao sul de França, fixando-se na Provença, especialmente na cidade de Albi. Daí o nome de albigenses como também ficaram a ser conhecidos.

Numa época marcada por um forte desejo de renovação religiosa, a doutrina simples dos cátaros, aliada a uma moral fácil e muito pouco exigente para a massa comum dos fiéis, pastoreados por um clero de “perfeitos” ascetas e missionários, encontrou um terreno fértil no povo provençal. A própria aristocracia, encabeçada pelo seu conde soberano de Toulouse, Raimundo VII, acolheu com simpatia esta heresia.

Um outro movimento, este nascido no Ocidente, é o dos Valdenses. Este movimento devia o seu nome ao de um rico mercador de Lião, Pedro Valdo. Consistia numa fraternidade ascética, que se reunia em torno do seu fundador.

Pedro Valdo, ao ler uma tradução provençal da Bíblia, converteu-se às bem-aventuranças e começou por distribuir os seus haveres pelos pobres.

O curioso é que as prédicas e os escritos dos primeiros Valdenses não feriam a ortodoxia doutrinal e eram, até, muitas vezes, dirigidas contra os próprios cátaros. Porém, essas prédicas eram feitas por leigos, homens e mulheres, acabando por entrar em conflito com a Hierarquia, que as proibiu. Não obstante essas proibições, os Valdenses percorriam o país aos pares, pregando, tal como os Apóstolos enviados dois a dois.

A Sagrada Escritura era pregada na língua do povo e os evangelizadores valdenses sabiam, mesmo, longos excertos de cor.

Muita da aristocracia do sul de França os apoiou. No entanto, a Igreja inquietava-se, porque os pregadores não eram padres e punham em causa a riqueza da Hierarquia. Daí à exclusão pela Igreja foi

só um passo...

Ainda no tempo do Papa Inocêncio III, um grupo de Valdenses foi reintegrado na Igreja, passando a ser designados como «os pobres católicos»[12](#).

Outro ramo dos Valdenses, após a morte do seu fundador, optou por uma via mais radical, pela qual se aproximavam dos Cátaros. Assim, formou-se uma autêntica igreja de leigos, com uma liturgia e Sacramentos muito próprios, com a sua Eucaristia celebrada por leigos, as suas prédicas feitas só por leigos (não só homens, mas também mulheres). Seguiram os Cátaros na sua recusa ao serviço militar, aos juramentos e também aos altares, à veneração da cruz, ao purgatório e à pena de morte.

Pelo seu biblicismo absoluto, pela rejeição do culto dos santos, da confissão auricular e por mais alguns aspectos peculiares, os Valdenses acabaram em ruptura total com a Igreja, formando uma seita confinada ao norte da Itália, que preparou o caminho à reforma protestante, à qual aderiu em 1532.

Quanto aos Cátaros albigenses, os Papas começaram por querer combater a heresia por meios apenas religiosos, através de missões em que participaram São Domingos de Gusmão e o bispo de Osma, Diogo. Estas missões não tiveram êxito.

O Papa Inocêncio III decidiu, após o assassinato de um legado pontifício, começar a Cruzada contra os albigenses, apanhando de surpresa a nobreza do sul de França, que teve de lutar do lado albigense para defender as suas terras da cobiça oportunista da nobreza do norte capitaneada por Simão de Monforte.

Os cruzados antialbigenses levaram de vencida os heréticos e a nobreza que os apoiava, iniciando-se, depois, uma perseguição sem piedade. A cruzada completou-se com a instituição da Inquisição. Estava, assim, aberto o caminho a uma das páginas mais sombrias da Igreja. Ficava instituída uma perseguição judiciária sistemática aos heréticos por um tribunal eclesiástico da fé, com o apoio não só dos reis e imperadores, mas também de amplos círculos populares, sempre sequiosos do espectáculo das execuções dos heréticos (autos--de-fé).

O Papa Gregório IX incumbiu, em 1233, a Ordem dos Dominicanos da execução da Inquisição. O Papa Inocêncio IV confirmou esse encargo, estabelecendo numa bula de 1252 – a *Ad Extirpanda* – as regras das medidas inquisitoriais. Entre essas medidas estava prevista a tortura como meio processual.

As Cruzadas

Desde muito cedo os cristãos peregrinavam à Palestina, considerada por eles a Terra Santa, lugar da existência terrena de Jesus Cristo, onde Ele pregou e onde sofreu a Paixão e Morte, e, depois, a alegria da Ressurreição. Em espírito de penitência, os peregrinos dirigiam-se a Jerusalém vindos dos pontos mais longínquos do Império Romano.

Um dos peregrinos mais célebres foi a mãe do imperador Constantino, o Grande, a imperatriz-mãe Helena. Cristã sincera, concretizou o seu Cristianismo na construção de hospitais, asilos de idosos, orfanatos e albergues para peregrinos. Um grande desejo norteou a sua vida: o desejo de encontrar a Cruz em que padeceu e morreu Jesus Cristo. Para tal, peregrinou até Jerusalém e, lá chegada, ordenou que se fizessem escavações em diferentes lugares indicados por pistas que a tradição propunha. Ao fim de muitos trabalhos de pesquisa foram encontrados o lugar do Calvário, bem como a Cruz. Nesse local mandou Santa Helena edificar uma igreja: a Basílica do Santo Sepulcro. Essa Basílica tornou-se o ponto obrigatório das peregrinações à Terra Santa. Lá, os peregrinos podiam recolher-se perante o rochedo do Gólgota e a sepultura de Jesus.

Mas no século vii os muçulmanos conquistaram a Palestina. Jerusalém caiu, em 637, nas mãos do califa Omar. No entanto, aos cristãos era permitido, embora com certas limitações, fazer peregrinações a Jerusalém e celebrar o seu culto. Séculos mais tarde – século xi, ano 1075 – um povo muçulmano oriundo das estepes da Ásia Central – os Turcos Otomanos – toma Jerusalém, destrói as igrejas e assassina os peregrinos.

Dessa época é a primeira convocação dos cristãos para defesa da Terra Santa: a do Papa Gregório VII. Porém, a questão das investiduras foi um grande obstáculo à concretização de um tal projecto.

Foi o Papa Urbano II que, em 1095, no sínodo de Clermont-Ferrand, em França, convocou os cristãos para uma guerra santa. O apelo do Papa foi imediatamente correspondido e logo se organizou a primeira cruzada de libertação armada dos lugares santos.

A Primeira Cruzada partiu, em 1096, sob o comando de Godofredo de Bouillon. Eram cerca de 30 000 homens que se haviam alistado, levados pela pregação de Urbano II a favor da Cruzada, que viajou alguns meses por toda a França, concedendo uma indulgência plenária a todos os que “tomassem a cruz”, sendo dispensados de todas as penitências exigidas para o perdão dos seus pecados. “Tomar a cruz” consistia em pintarem a cruz nos seus escudos e coserem uma cruz sobre o ombro esquerdo do seu vestuário.

Ao lado do exército cristão, constituído principalmente pela cavalaria francesa, formou-se uma cruzada popular, conduzida por um monge – Pedro, o Eremita – consistindo numa horda de camponeses sem qualquer treino militar e sem qualquer equipamento que se pôs, cheia de ardor, a caminho da Terra Santa. Pouco depois de terem entrado na Turquia foram completamente massacrados e dizimados numa única batalha. Entretanto, Pedro, o Eremita, escapou à chacina e pôde assistir à tomada de Jerusalém pelo bem preparado exército da Primeira Cruzada convocada pelo Papa.

Os cruzados puseram-se em marcha em 1096 e, em Constantinopla, Godofredo de Bouillon promete ao imperador oriental – Aleix I Comneno – entregar-lhe todas as terras outrora bizantinas que conquistasse. É o que acontece com Niceia, conquistada em 1097. Em 1098, os cruzados chegam a Antioquia e, em 1099, tomam a cidade de Jerusalém.

Foi imediatamente constituído um reino, sendo Godofredo de Bouillon designado como «defensor do Santo Sepulcro»[13](#), pois recusara o título de rei. Porém, um ano depois, após a morte de Godofredo,

sucede-lhe o seu irmão Balduino de Edessa, que vem a ser sagrado como primeiro Rei de Jerusalém, no dia de Natal de 1100.

O reino de Jerusalém não chega aos cem anos de existência. Logo após as conquistas dos lugares santos na Primeira Cruzada formou-se um exército para os defender e para atacar o poder muçulmano no seu coração: a cidade de Bagdade, sede do califado. Mas tal exército nem sequer consegue conquistar as cidades do litoral da Palestina, uma vez que são constantemente socorridas por mar pelos muçulmanos. Tal exército acabou por ser destruído na Ásia Menor, em 1101.

Os vários estados latinos que se formaram no Médio Oriente após a primeira cruzada foram caindo sob os ataques muçulmanos. Os exércitos cruzados são constantemente fustigados pelas forças muçulmanas, sendo-lhes infligidas pesadas derrotas, principalmente as dos príncipes de Mossul, que acabam por se apoderar de Edessa em 1146.

No entanto, apesar das guerrilhas constantes entre cruzados e muçulmanos, estabeleceu-se um *modus vivendi* entre uns e outros: o Islão é tolerado, os costumes muçulmanos são respeitados, os camponeses conservam as suas terras, que cultivam, as correntes comerciais foram restabelecidas, continuando as caravanas a atravessar o deserto; por outro lado, em contrapartida, os reis muçulmanos protegem os peregrinos cristãos, ao passo que os cruzados não impedem a viagem a Meca. Mesmo depois de terminada a Cruzada, com a reconquista muçulmana, os laços comerciais sobreviveram.

Com a queda de Edessa e a reconquista muçulmana das províncias dos vários principados cristãos, arrebatadas sucessivamente, a situação de Jerusalém tornou-se periclitante.

Perante tal situação, o Papa Eugénio III determinou que se pregasse o arranque de uma Segunda Cruzada. Encarregado de tal pregação foi Bernardo de Claraval (o futuro São Bernardo, co-fundador da Ordem dos Cistercienses), em 1145. Bernardo de Claraval correu a França e a Alemanha, conseguindo com as suas convincentes prédicas que muitos voluntários “tomassem a cruz” no seu vestuário como sinal de adesão.

Esta Cruzada teve o seu início no Pentecostes de 1147, chefiada pelo rei Luís VII, de França, e pelo Imperador da Alemanha, Conrado III. Partiram 25 000 cavaleiros e numerosa infantaria francesa. Mas os turcos, bem informados pelo imperador bizantino, que logo desde o início hostilizou os cruzados latinos, começam por derrotar os cavaleiros alemães em Dorileia. A infantaria francesa é massacrada na planície de Adália, na Anatólia. E dos 25 000 cavaleiros que partiram para a Cruzada, apenas cinco mil chegaram a Jerusalém.

O resto do exército cristão do reino de Jerusalém, reforçado pelas forças acabadas de chegar, empreendeu um ataque a Damasco e a Ascalão, mas sem qualquer êxito.

E as últimas forças cristãs acabaram por ser derrotadas junto a Hatim, na Palestina, perto do lago Tiberíades, pelas forças muito mais numerosas do sultão do Egito, Saladino, que se apoderou, poucos meses volvidos, de Jerusalém, em 1187, sem derramamento de sangue.

A Segunda Cruzada redundara num tremendo fracasso, com o que o espírito das Cruzadas arrefeceu imenso. Longe estavam os tempos da convocação da Primeira Cruzada em que o ânimo das multidões que ouviam as pregações do próprio Papa Urbano se traduzia no grito que ecoava nos ares: Deus vult (ou seja, “Deus o quer”).

Nova cruzada – a Terceira Cruzada – se preparou com a insistência de Roma, que conseguiu que Alemanha, França e Inglaterra se declarassem dispostas a participar: o imperador germânico Frederico Barba-Ruiva, Frederico I, o Rei de França, Filipe Augusto, e o Rei de Inglaterra, Ricardo Coração de Leão, lançam uma cruzada em 1190, iniciando imediatamente a marcha para o Oriente.

O exército de Frederico Barba-Ruiva foi o primeiro a avançar com êxito, mas o imperador morreu afogado nas águas do rio Salef, na Cilícia. Mesma sorte teve um filho do imperador, o duque

Frederico da Suábia, que em 1091 adoeceu gravemente, acabando por morrer. Com este acontecimento muitos cruzados alemães regressaram à Alemanha.

Após a morte do líder alemão da Cruzada, chegaram Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, que, ao cabo de um longo cerco, tomam São João de Acre, no litoral da Palestina. Depois desta conquista o rei Filipe Augusto regressa a França, deixando ao Rei de Inglaterra a missão de libertar o Santo Sepulcro.

Ricardo Coração de Leão cerca Jerusalém mas, embora tivesse obtido retumbantes vitórias em territórios à volta, não consegue conquistar a cidade. Chegado a 1192, o rei inglês, desejoso de regressar a Inglaterra, firmou com o sultão Saladino uma paz de compromisso, em que os cristãos ficariam com a faixa litoral, entre Joaze e Tiro, com a permissão das peregrinações, ficando o sultão com o controlo do interior.

No século xiii foi decidida a tristemente afamada Quarta Cruzada, marcando o quarto Concílio de Latrão o seu início para 1217. Era um projecto do Papa Inocêncio III.

O concílio pretendia levar a termo uma união das Igrejas do Oriente e do Ocidente, porque só assim uma Cruzada – que se tornara tão necessária – teria possibilidades de êxito. Mas a realidade veio fazer fracassar tais intenções. Os factos vieram precipitar os acontecimentos.

Primeiro facto: Veneza gere consideráveis interesses comerciais no Império do Oriente, mas a expulsão dos venezianos de Constantinopla, em 1171, acende uma corrente animosidade destes contra os bizantinos, ao verem-se despojados do bairro que possuíam em Constantinopla, onde estavam instalados desde o século x. Era um bairro portuário, com escadas para a acostagem dos navios, armazéns para as mercadorias e casas de habitação de vários pisos.

Segundo facto: os bizantinos alheiam-se da cruzada, pois rejeitam a ideia de matar no combate pela fé, usando a cruz, o que seria misturar o sangue dos homens ao sangue de Cristo...

Terceiro facto: para o Papa o que conta é apenas o reino Cristão da Terra Santa, cuja existência está ameaçada; já não vê nos bizantinos irmãos cristãos que é preciso socorrer e o resto do Mediterrâneo tornou-se mais uma questão estratégica do que religiosa.

Em 1202, um exército de cavaleiros franceses parte por via marítima, em navios venezianos, a caminho da Terra Santa, via Constantinopla. Pelo caminho, a fim de pagarem o preço da passagem exigido pelos venezianos, tomam a cidade de Zara, na outra costa do Adriático, pertença da Hungria.

Entretanto os cruzados recebem propostas do filho do imperador bizantino, Isaac II, que havia sido destronado pelo irmão. Para a recuperação do trono prometeu homens e dinheiro para a Cruzada e ainda o ambicionado prémio da união das Igrejas. Mas quando os cruzados, em 1203, chegam diante de Constantinopla vêem com surpresa a sua entrada barrada pela população da cidade. Os cruzados cercam a cidade e os venezianos apoderam-se, com a sua poderosa frota, de uma parte das muralhas que dominam o mar e tomam a cidade. Isaac II, retirado das masmorras, recupera o seu trono.

O imperador liberto, assustado com os compromissos assumidos pelo filho com os cruzados, vai protelando o cumprimento da sua parte, o que levou os cruzados a tomarem de novo Constantinopla, em 1204, submetendo a cidade a pilhagens durante três dias, de tal modo que os despojos do saque da cidade mais poderosa da Europa encheram três igrejas... Cruzados e venezianos iniciam a partilha entre si dos territórios do Império Bizantino. Constitui-se o Império Latino de Constantinopla, que fica a pertencer a Balduíno de Flandres. Os venezianos ficam principalmente com as ilhas: Creta, as ilhas Jónicas, etc.

E a Quarta Cruzada ficou-se por aí... A libertação da Terra Santa far-se-ia mais tarde.

Eleito Papa em 1216, Honório III convidou imediatamente o imperador alemão Frederico II, de quem fora preceptor, para a realização da Cruzada que fora resolvido empreender-se, em 1215, no

quarto Concílio de Latrão. Frederico II fez-se cruzado, prometendo uma Cruzada, mas foi adiando sempre o cumprimento da sua promessa. Tal promessa sucessivamente adiada, ano após ano, levou o Papa seguinte, Gregório IX, a excomungar o imperador.

O excomungado imperador empreendeu, então, a Quinta Cruzada, chegando, em 1228, com um pequeno exército à Terra Santa, onde enceta imediatamente negociações com o sultão do Egito, negociações estas coroadas de êxito: num armistício de dez anos de duração Jerusalém, Belém e Nazaré foram cedidas de novo aos cristãos. Frederico II entrou finalmente em Jerusalém, em 1229.

Esta “falsa Cruzada”, a “Cruzada do excomungado”, levou os italianos, apoiados pelo Papa, a revoltarem-se. No final do armistício, os lugares santos foram de novo palco de combates pela sua posse, acabando os cristãos que lá haviam permanecido por serem completamente desbaratados, voltando Jerusalém à posse dos turcos com um carácter definitivo.

No décimo terceiro concílio ecuménico – o primeiro de Lião, em 1245 – o Papa Inocêncio IV expôs, logo na primeira sessão, a aflição que se vivia na Terra Santa: Jerusalém voltara a cair nas mãos dos muçulmanos, em 1244, a Igreja do Santo Sepulcro fora arrasada e destruída, terminara o reino de Jerusalém.

Apenas um rei do Ocidente acedeu aos pedidos de Inocêncio IV para se empreender uma Cruzada de libertação dos lugares santos: o rei Luís IX, de França.

O palco dos combates foi o Egito. A princípio os cristãos foram vitoriosos, conquistando Damietta em 1249. Mas ao enfrentarem, em 1250, o numeroso exército do sultão, foram completamente derrotados, sendo feito prisioneiro o rei Luís IX, só libertado mediante o pagamento de um avultado resgate e a devolução de todos os territórios conquistados. Depois de libertado, Luís IX continuou, com o exército que lhe restara, a sua marcha para a Palestina, onde permaneceu quatro anos, mas sem obter qualquer êxito.

A Sexta Cruzada pautava-se por um rotundo desaire.

Ainda uma Sétima Cruzada foi empreendida pelo rei de França, Luís IX, em 1270, com um exército menos numeroso que o da Cruzada anterior. Desta vez, as forças cristãs tomam um caminho diferente, dirigindo-se ao Norte de África e começando por cercar Túnis. Entretanto, desencadeia-se uma epidemia de peste no acampamento cristão, acabando o próprio rei por morrer. Mais uma Cruzada que se pauta por um completo fracasso.

Em 1274, o Papa Gregório X faz novo apelo por uma Cruzada de libertação dos lugares santos, no décimo quarto concílio ecuménico, segundo de Lião. Porém, apesar de a quase totalidade dos príncipes do Ocidente se terem prontificado a participar na mesma, chegando vários deles a “tomar a cruz” como sinal da sua disponibilidade, com a morte do Papa em 1276 tudo ficou em aberto.

Em 1291 caiu Aca, derradeiro bastião do Ocidente, continuando apenas Chipre e a Arménia como reinos cristãos.

O espírito das Cruzadas acabou por se perder depois dos sucessivos desaires sofridos. E em parte em consequência das Cruzadas pudemos ver como se agravou o Cisma entre Roma e Bizâncio. De facto, havia ficado acertado, logo depois da Primeira Cruzada ter passado por Constantinopla, que os territórios reconquistados pelos cruzados aos turcos que tivessem pertencido antes aos bizantinos lhes seriam devolvidos. Niceia, primeira cidade reconquistada, foi realmente devolvida. Mas daí em diante os territórios conquistados permaneceram na posse dos conquistadores, que aí instalavam principados, reinos e condados latinos: o principado de Antioquia, o condado de Edessa, o condado de Trípolis e o reino de Jerusalém.

E a vergonha da Quarta Cruzada, que apenas conduziu à formação de um reino latino em Constantinopla?

Os senhores feudais que se entregavam à Cruzada revelaram, muitas vezes, um mercantilismo sem fé, muitos deles uns dissolutos que “compravam” uma indulgência plenária com o seu esforço bélico. E o papado que, para financiar as expedições no Ultramar oriental, “vendia” as mesmas indulgências a quem “tomasse a cruz”?

No entanto, o prestígio do papado saiu reforçado nestes séculos de Cruzadas, em que, ao mesmo tempo, acabadas as lutas com o Império Germânico, o Papa, com a humilhação do imperador, assegurava para si a liderança do mundo.

O nascimento do espírito laico

Ao minar o Império Germânico, o papado abriu o caminho à constituição de Estados nacionais modernos, abalando, ao fim e ao cabo, a sua própria posição de Papa, senhor do mundo e árbitro da Europa.

A pouco e pouco os reis de França vão aumentando o seu domínio. O mesmo se passou com o reino de Inglaterra. Por sua vez, os reinos de Espanha e de Portugal, na Península Ibérica, levam de vencida os sarracenos numa reconquista bem sucedida, que termina no século xv (1492), com a tomada de Granada.

Todos estes reinos ocidentais foram-se tornando, pouco a pouco, Estados nacionais com uma administração centralizada, ocupando-se das finanças, da justiça, das forças armadas, etc.

Sempre que estes novos Estados pretendem consolidar e aumentar a sua autoridade, esbarram com o poder pontifício.

E os monarcas rejeitam cada vez mais veementemente as intervenções do Papa nas Igrejas dos seus reinos, ao mesmo tempo que afirmam a sua própria autoridade nos assuntos eclesiásticos dos seus domínios.

O desabamento do poder papal, incubado nas múltiplas querelas entre o Sacerdócio e o Império, começou com uma série de crises, as maiores que a Igreja conheceu em toda a sua História.

A crise abriu com os conflitos de Filipe, o Belo, Rei de França, e o Papa Bonifácio VIII.

O primeiro conflito tem a sua origem nas pretensões de Filipe IV (o Belo) de fazer os clérigos contribuírem para as despesas públicas, impondo-lhes impostos brutais. Bonifácio VIII reage e, numa bula – a *Clericus laicos infestos* (Dos clérigos expostos aos ataques dos leigos) faz a apologia das imunidades eclesiásticas: só o Papa está autorizado a cobrar impostos ao clero. E brande a ameaça de excomunhão.

O segundo conflito, mais tarde, tem por objecto, já não a imunidade fiscal dos clérigos, mas a sua imunidade judiciária. O bispo de Pamiers, protegido do Papa, é citado perante o tribunal real acusado de traição. E o Papa, novamente, numa bula – *Ausculda Fili* (Escuta, filho), de 1301, convoca prelados e intelectuais franceses para Roma a fim de colocar a realeza francesa sob acusação. A bula, escamoteada e depois falsificada, desperta indignação em França, de tal modo que Bonifácio VIII insiste com nova bula – a *Unam Sanctam*, de 1302, em que afirma que a autoridade temporal deve estar submetida à autoridade espiritual... que é absolutamente necessário para a salvação que toda a criatura humana se submeta ao Pontífice romano.

Um legista de Filipe, o Belo – Guilherme de Nogaret –, prepara por conta do rei a contra-ofensiva. Acusa o Papa de todos os vícios: acusações de simonia e perjúrio, ilegitimidade da eleição pontifícia e mais umas tantas mentiras forjadas. E, com a permissão do rei francês, conduz uma expedição, em 1303, a Anagni, onde se encontrava o Papa, para o prender e o levar a julgamento. Mas a população de Anagni levantou-se a favor de Bonifácio VIII, gorando a expedição francesa. No entanto, o Papa, já bastante idoso e fortemente abalado por estes acontecimentos que traziam um grande descrédito para o Papa, volta a Roma, onde morre ao fim de um mês.

Os tempos estavam mudados. Um rei afirmava-se como o único senhor no seu reino, opondo-se à argumentação papal da superioridade do poder espiritual, ao qual o poder temporal devia estar submetido. O rei contrapõe como não tendo nenhum superior no domínio temporal.

E há uma ideia que nasce: a de que um Papa que não cumpra os seus deveres poderia ser julgado por um concílio geral.

Poucos anos passados, um Papa francês, João XXII, vê-se perante uma dupla escolha para futuro imperador: entre Frederico de Áustria e Luís da Baviera. E escolhe Frederico de Áustria.

Luís da Baviera entra em conflito com o Papa, designa um anti-Papa, Nico-lau V e dirige-se a Roma rodeado de inimigos de João XXII – que, entretanto, residia em Avinhão –, entre eles um teórico do Estado laico, Marsílio de Pádua.

Marsílio de Pádua propõe, nos seus escritos, especialmente no Defensor pacis, uma teoria das relações da Igreja e do Estado, numa oposição frontal às teses teocráticas dos últimos pontífices romanos.

Entre outras afirmações, diz Marsílio de Pádua:

De todas as definições dadas do vocábulo Igreja, a mais verdadeira e apropriada... é a que faz da Igreja o conjunto dos que crêem e invocam o nome de Cristo... Os ministros, bispos, sacerdotes e diáconos não são por si sós a Igreja. Cristo... deu a entender que a Igreja é a multidão dos fiéis... Determinar a culpabilidade, notificar, investigar, julgar, absolver ou condenar... cabe ao conjunto dos fiéis que formam a comunidade onde tal julgamento se vai realizar, ou ao Concílio Geral.[14](#)

São duas as grandes afirmações que caracterizam as reflexões sobre a natureza respectiva da Igreja e do Estado e que constituem aquilo que ficou conhecido como o nascimento do espírito laico: uma diz respeito à independência do Estado no domínio temporal; a outra consiste na insistência em definir a Igreja como o conjunto dos crentes e não a limitar à Hierarquia.

Há, portanto, uma relativa autonomia do Estado e da Igreja, constituindo cada um deles uma sociedade com a sua própria soberania. E Marsílio de Pádua vai mais longe, ainda, ao afirmar que só o Estado detém a soberania, porquanto a Igreja não é uma sociedade, pois está dentro do Estado. É este que concede os seus poderes aos clérigos e convoca os concílios.

O cativo de Avinhão (Babilónia...)

O sucessor de Bonifácio VIII, Bento XI, morre ao fim de dez meses de Pontificado, sendo substituído pelo arcebispo de Bordéus, Bertrand de Got, que tomou o nome de Clemente V, fazendo-se coroar em Lião e não em Roma, em 1305.

As desordens que, na altura, se verificam nos estados pontifícios, dado as rivalidades de umas quantas famílias nobres e poderosas de Roma, retêm o Papa em França, acabando mesmo por se instalar em Avinhão, que se converteria em residência dos Papas durante setenta anos. Esse período de tempo ficou conhecido, na História da Igreja, como o “novo cativo de Babilónia”.

Avinhão era uma cidade bem situada, ponto de fáceis comunicações com toda a Cristandade. Além disso, Filipe, o Belo, que exercia grande influência sobre o Papa – um Papa francês –, conseguiu que ele nomeasse cardeais vinte e três prelados franceses. Razão mais do que suficiente para se compreender a natural oposição que, certamente, exerceram ao regresso do papado a Roma.

E, como os cardeais eleitores eram quase exclusivamente franceses, os Papas são, agora, todos franceses, estando, do ponto de vista político, largamente dependentes da coroa de França.

As consequências da sujeição do papado à realza francesa não se fizeram esperar. Assim, a Ordem dos Cavaleiros Templários, a pedido de Filipe, o Belo, foi suprimida por Clemente V e pelo Concílio Ecuménico de Viena, em 1311. A Ordem Militar do Templo havia enriquecido consideravelmente em dois séculos de Cruzadas, de tal maneira que despertou a cobiça de Filipe IV e do seu conselheiro Guilherme de Nogaret. Os templários tinham má reputação de especulação, imoralidades e até bruxaria, calúnias, provavelmente sem qualquer fundamento, mas que constituíam o pretexto de que o rei precisava para mandar prender todos os templários do reino e sequestrar os seus bens.

Submetidos a horríveis torturas para “confessarem os seus crimes” – imaginários – antes de serem entregues à Inquisição, viram o Mestre-Geral da Ordem, Tiago de Molay, ser queimado vivo, mesmo depois de reafirmar a pureza da Ordem, suplício executado na presença de uma multidão ululante, hostil e desapiadada.

Nesta questão, as hesitações do Papa Clemente V, no décimo quinto concílio ecuménico – Viena, 1311 – convencido da iniquidade das acusações, foram esmagadas pela prepotência de Filipe, o Belo, presente no concílio, acabando por pronunciar a supressão da Ordem do Templo. O papado perdia, assim, o seu carácter de magistratura soberana aos olhos dos cristãos.

Os Papas de Avinhão fortaleceram a centralização pontifícia e incrementaram uma “corte” de mais de três mil pessoas. Para manterem uma corte tão numerosa e acorrerem, além disso, às despesas acarretadas pelas contínuas guerras que tinham de sustentar em Itália necessitavam permanentemente de avultados recursos financeiros. Para mais, Bento XII e Clemente VI construíram um palácio papal em Avinhão, cuja sumptuosidade ainda hoje se admira. Por sua vez, Clemente VI acabou por comprar o condado de Avinhão para a Igreja.

Estes Papas criaram o sistema fiscal mais perfeito da sua época. As preocupações financeiras eram permanentes, de tal modo que estes Papas não descuravam nenhuma fonte de receita possível. Assim, com as suas intervenções na designação dos bispos, viram aumentar imenso os seus recursos: o bispo designado pelo Papa devia entregar às finanças pontifícias um ano de proventos.

A ânsia tributária “passou” uma imagem ingrata do papado, prejudicando-o gravemente o prestígio pontifício. Tal facto trouxe resultados nefastos no futuro.

Foram sete os Papas de Avinhão, desde Clemente V a Gregório XI, todos franceses, passando, sucessivamente, por João XXII – o Papa das lutas com Luís de Baviera –, Bento XII – que começou a

construção do palácio papal em Avinhão –, Clemente VI – o Papa que comprou o condado de Avinhão e esgotou os cofres pontifícios com o luxo da corte e as festas sumptuosas que promovia –, Inocêncio VI e Urbano V – o Papa que restabeleceu a sede apostólica em Roma por três anos, após os quais regressou a Avinhão, por não poder suportar as intrigas políticas, os levantamentos populares e as lutas contínuas das famílias nobres romanas.

Gregório XI é o Papa do regresso definitivo a Roma, após setenta anos de “cativoiro” em Avinhão: de 1305 a 1377. A influência de Catarina de Sena foi decisiva e determinante nesse regresso, convencendo o Papa com uma argumentação incansável: a de que o Papa, sucessor de São Pedro, era bispo de Roma e devia, portanto, regressar à sua diocese.

Gregório XI morre em 1378, um ano, portanto, depois da reinstalação em Roma.

Avizinhava-se para a Igreja uma situação ainda mais humilhante que a dos setenta anos do cativoiro de Avinhão: o dos quarenta anos do Grande Cisma do Ocidente.

O Grande Cisma do Ocidente

Após a morte do Papa Gregório XI, o último francês de Avinhão, os romanos não querem deixar escapar novamente o papado e exigem, portanto, um Papa italiano.

Houve uma movimentada eleição, em que os cardeais (coagidos?) se apressam a eleger o arcebispo de Bari, que toma o nome de Urbano VI.

Urbano VI, homem duro e violento, que se exaltava à mínima provocação, começa por criticar os cardeais – na sua maioria franceses – que, na sua opinião, levavam uma vida faustosa, como príncipes.

Os cardeais reagiram, organizando-se em torno do cardeal de Amiens, homem da confiança de Carlos V, Rei de França e puseram-se de acordo para declarar nula a eleição de Urbano VI, por se ter efectuado sob coacção do povo romano. Procedem a uma nova eleição e elegem o cardeal de Genebra, que toma o nome de Clemente VII. O Rei de França reconhece Clemente VII, abrindo-se, assim, um Cisma que vai durar quarenta anos.

Batido em Marine, como não consegue tomar Roma, Clemente VII instala--se, feliz, em Avinhão, em 1379. Voltavam os belos dias do fausto do palácio de Avinhão.

A Cristandade viu-se, assim, dividida em duas: a dos “clementinos” e a dos “urbanistas”, cada um dos campos com os seus santos patronos – São Vicente Ferrer do lado dos clementinos e Santa Catarina de Sena do lado dos urbanistas.

Após a morte de Urbano VI, os cardeais elegeram imediatamente Bonifácio IX; depois, após a morte de Clemente VII, os cardeais de Avinhão elegeram Bento XIII. A Cristandade continuava dividida entre Roma e Avinhão, entre Bonifácio IX e Bento XIII.

Os dois Papas excomungam-se reciprocamente e lançam cruzadas um contra o outro. A anarquia reinante ia permitindo aos soberanos dos vários Estados, face ao enfraquecimento do papado, uma cada vez mais fácil intervenção nas suas próprias Igrejas.

Bonifácio IX morre e sucede-lhe, eleito, o Papa Inocêncio VII. A Cristandade continuava com dois Papas: Inocêncio VII e Bento XIII. E, com a morte de Inocêncio VII, os cardeais romanos elegem um veneziano, que tomou o nome de Gregório XII. Assim se vão mantendo dois Papas: Bento XIII – o Papa longo, resistente – e Gregório XII.

Os cardeais romanos e os cardeais de Avinhão procuram, entretanto, resolver esta situação da divisão da Cristandade com a convocação de um concílio para Pisa, em 1409.

Nesse concílio são depostos os dois Papas em exercício e é nomeado um novo Papa: Alexandre V.

Com a eleição de Alexandre V a Cristandade ficava, agora, com três Papas, uma vez que Bento XIII e Gregório XII se recusaram a abdicar: o “Papa de Pisa”, o Papa de Roma e o Papa de Avinhão.

A morte prematura de Alexandre V leva os cardeais a substituí-lo por João XXIII, continuando a Cristandade com três Papas, pois os eternos Bento XIII e Gregório XII recusavam-se a deixar o trono pontifício.

O imperador Segismundo, Rei de Roma, impõe a João XXIII que convoque um concílio ecuménico em Constança, concílio que irá durar quatro anos, de 1414 a 1418. O objectivo do concílio – um concílio convocado praticamente por um leigo! – consistia em impor ao papado o fim de um Cisma escandaloso.

O concílio começou por convidar o “Papa de Pisa”, João XXIII, a abdicar. Mas este recusa-se a fazê-lo, ausenta-se do concílio e foge de Constança.

O concílio promulga, então, um decreto – o Sacrosancta, de 1415 – no qual se proclama a si mesmo instância suprema da Igreja Católica, tendo recebido a autoridade directamente de Cristo e à qual

estariam submetidos todos os poderes, Papa incluído, no que respeita à fé, ao Cisma ou à reforma da Igreja.

João XXIII, fugitivo, acaba por ser preso em Friburgo, sendo deposto pelo concílio. Como não foi considerado um Papa legítimo, séculos mais tarde o cardeal Ângelo Roncalli, ao ser eleito Papa, em 1958, tomou para si esse nome.

Por sua vez, Gregório XII demitiu-se espontaneamente e o eterno Bento XIII, que viria a morrer centenário, é deposto pelo concílio.

A abdicação de Gregório XII e as deposições de João XXIII e Bento XIII permitem, então, a eleição, em 1417, de Martinho V.

Terminou, assim, o Grande Cisma do Ocidente, que durou quase quarenta anos.

O conciliarismo

O Concílio de Constança – o décimo sexto concílio ecuménico da Igreja Católica – fizera doutrina com o seu decreto de 1415 – o Sacrosancta –, em que afirmava a superioridade do Concílio Universal sobre o Papa e alterava, nos seus fundamentos, a constituição da Igreja: pela sua autoridade, recebida directamente de Cristo, o concílio proclamava-se a si mesmo a instância suprema da Igreja inteira, devendo-lhe o próprio Papa obediência em matéria de fé, de unidade da Igreja e de “reformas da cabeça e dos membros”.

E o concílio não se limitou a ficar-se nos bons propósitos e fez mais do que formular a sua doutrina conciliarista apenas no plano dos princípios: procurou, também, estabelecer um regime definitivo da participação normal do sínodo no supremo governo eclesiástico.

Assim, em 1417, o decreto *Frequens* torna o concílio ecuménico uma instituição permanente na Igreja: o concílio universal voltaria a celebrar-se daí a cinco anos, depois de sete em sete e, finalmente, de dez em dez anos, de um modo automático, com ou sem convocação pontifícia.

O Concílio de Constança tinha conseguido acabar com o Cisma do Ocidente. Havia já um Papa eleito, reconhecido universalmente: Martinho V. Porém, os decretos “conciliaristas” do concílio despertavam justificados receios, de tal modo que o novo Papa não os confirmou.

De acordo com o calendário previsto, Martinho V convocou um concílio para Pavia, em 1423, concílio que se revelou infrutífero, tendo triunfado a autoridade papal e tendo deixado já marcado o concílio seguinte para Basileia, em 1431.

Martinho V morre precisamente em 1431, sucedendo-lhe Eugénio IV, um Papa indeciso, com as mãos demasiado atadas pelo Sacro Colégio para que pudesse dominar o conflito que explodiu no Concílio de Basileia, entre o “conciliarismo” e a doutrina do primado do Papa.

O concílio havia reunido com uma presença tão reduzida de padres que o Papa, ao fim de poucos meses, ordenou a sua dissolução.

A esta resolução papal sucedem-se vários factos de extrema gravidade. Assim, em primeiro lugar, o Papa não é obedecido e o concílio continua as suas sessões. Mais grave, ainda: o concílio, cujo número de participantes, ia entretanto aumentando, renova o decreto de Constança, *Sacrosancta*, e intima, mesmo, o Papa a justificar-se.

O Papa hesita e acaba por ter contra si, pouco a pouco, a maior parte da Cristandade, que se foi colocando ao lado do concílio, ao ponto de, ao fim de dois anos, começar a ponderar-se a deposição de Eugénio IV. Entretanto, proclamara-se a República em Roma e o Papa teve de fugir, refugiando-se em Florença onde acabou por anular o decreto de dissolução do concílio. Era o triunfo dos “conciliaristas”.

E o Concílio de Basileia continua a decretar contra o Papa. Precisamente numa altura em que a Cúria estava muito carecida de dinheiro, decreta a supressão de várias taxas pontifícias. Por outro lado, determina a obrigação para o Papa de jurar observar os decretos de Constança e de Basileia aquando da sua eleição, bem como a proibição de qualquer nomeação directa pelo Papa.

A ruptura era inevitável e surgiu da discussão sobre o lugar onde se realizaria um concílio de união com a Igreja do Oriente. Enquanto os participantes do concílio propunham como lugar de encontro Basileia ou Avinhão, o Papa propõe Florença e começa por transferir o concílio para Ferrara. Porém, apenas uma minoria se transfere para este local, permanecendo a maioria em Basileia, decretando a suspensão de Eugénio IV e intimando-o a comparecer.

Entretanto, em 1439 Eugénio IV voltara a transferir o concílio, agora para Florença, onde, de facto,

se deu o encontro com os gregos. Gregos e latinos puseram-se de acordo sobre a questão do “Filioque”, admitindo, portanto, que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. E, ao fim de longos discursos, foi mesmo regulada a questão do primado do Papa.

Foi um grande triunfo de Eugénio IV o pôr um ponto final no Cisma da Igreja do Oriente. O Imperador de Bizâncio, João VIII, encontrava-se disposto à união com Roma, sobretudo porque temia um ataque dos turcos, que estavam, ameaçadores, à sua porta. E os bizantinos precisavam de contar com a ajuda dos príncipes ocidentais. A união foi levada a cabo depois de ultrapassado o escolho teológico.

No entanto, a almejada união não se efectivou. O clero e o povo bizantinos opunham-se, assim como alguns bispos que começaram, até, a organizar a oposição. Com o tempo, provavelmente, a união poderia vir a tornar-se uma realidade. Porém, – facto grave! – os ocidentais não se empenharam na defesa de Constantinopla, que caiu nas mãos dos turcos em 1453, acabando o Império Romano do Oriente.

A vitória turca suspendeu todo o contacto entre o Oriente e o Ocidente. O Concílio de Florença não tinha tido êxito, afinal, no plano da união das Igrejas.

Mas, em contrapartida, o Concílio de Florença manifestava uma clara vitória do primado papal sobre o conciliarismo.

No entanto, o Concílio de Basileia, que decorrera paralelamente ao de Florença, após a recusa em transferir-se para Ferrara por ordem papal, deu origem a um novo cisma – o Cisma de Basileia – que haveria de durar dez anos.

O facto é que, em 1439, a maioria que havia permanecido em Basileia caiu no ridículo de depor Eugénio IV e, logo a seguir, encenar uma paródia de Conclave – apenas um cardeal, um único cardeal, permanecia, ainda, em Basileia... – para eleger um leigo, o duque Amadeu de Sabóia, um pai de nove filhos, que se torna Félix V, Papa-fantoches, que logo se revela um bon vivant, acabando por entrar em desacordo com os conciliaristas de Basileia.

A Cristandade ocidental, cansada destas disputas, vai pouco a pouco aderindo a Eugénio IV e depois ao seu sucessor, Nicolau V. Abandonado por todos os reinos cristãos, o grupo cismático a que tinha ficado reduzido o concílio acabou por se desintegrar e Félix V, perdido o apoio dos seus poucos seguidores, renunciou. Félix V tinha sido o último anti-Papa.

Terminava aqui a crise do conciliarismo com uma clara reafirmação do primado romano.

A lenta incubação da Reforma protestante

Alguns acontecimentos do século xv fizeram nascer a esperança de uma renovação espiritual, tão necessária para a «reforma da Igreja na cabeça e nos membros»¹⁵, preconizada pelo decreto Sacrosancta do Concílio de Constança: os Papas haviam voltado a residir em Roma após os setenta anos de “cativo”, em Avinhão; o Cisma do Ocidente havia sido superado; as nuvens da doutrina conciliarista tinham-se dissipado.

Mas faltou o impulso indispensável determinante de uma restauração cristã de alcance geral e tal impulso só poderia provir da autoridade suprema: o Pontificado romano. Porém, infelizmente, os Papas da Renascença, que se sucederam a partir de meados do século xv, comportavam-se mais como príncipes temporais do que como pastores dedicados ao cuidado do povo cristão nas horas críticas que ele vivia no dealbar da Idade Moderna.

Os séculos xiv e xv foram testemunhas de algumas calamidades que espalharam angústia e a morte. A mais terrível foi a Peste Negra, epidemia que devastou a Europa e ceifou a vida de um terço dos habitantes. Outra calamidade foi a guerra endémica que também assolou a Europa inteira, mas mais terrivelmente aquela em que se confrontaram a França e a Inglaterra e que parecia interminável – a Guerra dos Cem Anos –, em que as maiores vítimas foram as populações civis que viviam esfaimadas e constantemente pilhadas por uma tropa licenciosa que espalhava o terror por toda a parte.

Sequelas destas tremendas calamidades são as visões trágicas e obsessivas da morte no final da Idade Média.

A morte onnipresente leva os pobres cristãos a voltarem-se para o Cristo da Pietà, para a Virgem das Dores, a organizarem procissões de flagelantes, que percorrem as cidades fustigando-se até ao sangue como expiação dos pecados. E quando as epidemias se vão sucedendo apesar de tal expiação, enquanto as guerras e o banditismo continuam, chega-se à conclusão de que têm de se procurar outros responsáveis. Os que estavam mais à mão eram os judeus, que facilmente se tornaram vítimas expiatórias.

As cerimónias fúnebres tornam-se opressivas. Os defuntos de alta condição são acompanhados até à última morada por um cortejo fúnebre de centenas de pobres. Os testamentos contêm um número impressionante de disposições, prevendo, nomeadamente, centenas ou mesmo milhares de missas a serem celebradas pelo repouso da alma.

As coisas chegaram ao ponto de se formar um autêntico exército de padres e de capelães, mais ou menos bem controlado pela hierarquia eclesiástica, cuja única função era a de dizerem missas de manhã à noite.

Abusos e desvios acompanhavam a devoção do povo. Frequentemente, as peregrinações transformavam-se em meros actos supersticiosos.

Por último, o grande causador de todas as desgraças parecia, finalmente, ter sido encontrado: Satanás, que actuaria através dos seus agentes, as bruxas e os bruxos. A demonologia perturba os espíritos e a repressão alimenta as fogueiras com milhares de vítimas. E torna-se, até, muitas vezes difícil distinguir um santo de um bruxo: veja-se, por exemplo, o caso de Joana d’Arc, acusada de feitiçaria e condenada à morte na fogueira. Por outro lado, qualquer manifestação patológica é, por ignorância, facilmente atribuída ao satanismo.

A todas as desgraças juntam-se as perturbações dentro da própria Igreja, os conflitos do século de ferro entre Papas e soberanos, o Grande Cisma do Ocidente. Tudo fenómenos e acontecimentos suficientes para perturbarem os espíritos.

Após um século xiii em que a Teologia e a Filosofia se haviam firmado – o século das universidades, de São Boaventura, o “Doutor Seráfico”, de Santo Alberto Magno, de São Tomás de Aquino, o “Doutor Angélico”, do rei São Luís de França, de São Domingos de Gusmão, de São Francisco de Assis – o século seguinte, a culminar todos os eventos e todas as crises, a Teologia e a Filosofia perdem o equilíbrio e a firmeza que haviam conquistado.

A Teologia tradicional viu-se confrontada por novos conceitos teológicos, especialmente pelo chamado Nominalismo de Guilherme de Ockam, franciscano inglês que viera para o continente para se pôr ao lado de Luís de Baviera contra o Papa João XII.

Para o Nominalismo, a ciência humana não podia conhecer senão o sensível e o individual, de tal modo que os conceitos “universais” mais não seriam do que palavras ou nomina (do latim nomen, ou seja, nome, termo, palavra, expressão, etc.). O individual, o concreto, o singular tomava o lugar das ideias gerais ou “universais”.

O Nominalismo era fideísta (isto é, que desprezando a razão preconiza a superioridade da fé no conhecimento das verdades inatingíveis) pois para ele a Revelação seria o único caminho para conhecer as verdades religiosas mais essenciais: a existência de Deus, a imortalidade da alma. Não se podia alcançar Deus pela razão, não passando os conceitos teológicos de simples construções verbais.

E Guilherme de Ockam insistia na leitura da Bíblia e no exemplo dos santos.

Os fundamentos da moral estremeciam perante a sua concepção de um Deus inacessível, distante, castigando e recompensando como muito bem Lhe parecia: as acções não seriam boas nem más por si mesmas, mas sim porque Deus as ordenava ou proibia. Deste modo, a Teologia nominalista oferecia um fundamento muito incerto para as convulsões doutrinárias que se aproximavam.

Em Inglaterra, um teólogo de Oxford, John Wiclef, que na época do Grande Cisma do Ocidente havia negado a supremacia do Papa e também condenado as indulgências e preconizado a secularização dos bens do Clero, sustentava que as Escrituras eram bastante claras, não necessitando dos comentários da Igreja para serem compreendidas.

Wiclef rejeitava a Teologia tradicional da Igreja e negava, em nome da sua Filosofia, a transubstanciação eucarística.

Tradutor da Bíblia e depois pregador ambulante, John Wiclef protestava contra o papado, contra a hierarquia, contra as ordens mendicantes às quais o papado concedia privilégios, contra os usos não bíblicos, desde a veneração dos santos e das imagens à confissão auricular e às indulgências.

Pode ser considerado um “pré-reformador”, ponto de partida da ruptura da Inglaterra com Roma, que se verificou dois séculos depois, com o rei Henrique VIII (1532-1534).

Um outro teólogo, João Huss, em Praga, influenciado pelas doutrinas de Guilherme de Ockam e pelos tratados de John Wiclef, pregava um retorno à Igreja primitiva, propondo-se reformar a Igreja pecadora do Grande Cisma do Ocidente. Para ele a Igreja deveria voltar à pobreza do Evangelho.

A sua pregação era particularmente violenta contra os abusos eclesiásticos e contra o luxo dos dignitários romanos. O rico clero checo e o Papa João XXIII (o Papa ilegítimo “de Pisa”...) excomungam-no, mas o povo de Praga protege-o. Intimado pelo Concílio de Constança, compareceu munido de um salvo-conduto do imperador Segismundo. No concílio expõe as suas ideias e, quando convidado a abjurá-las, recusa retratar-se, sendo preso e condenado à fogueira como herético depois de abandonado pelo imperador.

A execução de João Huss desencadeou, na Boémia unida contra a Igreja romana e os alemães, uma revolta que durou longos anos. O movimento hussita dividiu-se em duas tendências: uma moderada e outra mais radical.

A tendência moderada era a dos calistinos (de “calici”), que se mantiveram dentro do esquema de

João Huss: livre pregação da palavra de Deus, comunhão sob as duas espécies, abolição do poder temporal e da riqueza da Igreja.

A tendência mais radical, muito próxima dos valdenses, era a dos taboritas (do monte “Tabor”), rejeitando toda a tradição, considerando apenas o Baptismo e a Eucaristia nos sacramentos e condenando todo o luxo no culto.

Após longas lutas contra Roma e o Império, acabaram por assinar, com o Concílio de Basileia, um acordo que lhes permitia a comunhão sob as duas espécies. Porém, o movimento hussita acabaria por ser substituído, na Boémia, pela reforma luterana.

Dois grandes fenómenos culturais marcaram decisivamente o espírito do século xvi, na transição da Idade Média para a Idade Moderna: o Renascimento e o Humanismo.

O Renascimento redescobriu a Antiguidade grega e latina em todas as suas formas: literaturas, artes e ciências. Os letrados entregavam-se entusiasticamente à literatura antiga, até aí armazenada nas bibliotecas dos mosteiros, e chegavam ao ponto de assumirem as suas ideias e valores. Alguns foram, mesmo, influenciados pelo Paganismo da Antiguidade clássica nos seus modos de pensar e de viver. A mundividência renascentista era diametralmente oposta à medieval: o homem passava a ser o grande protagonista, a medida das coisas e o padrão de todos os valores, em oposição ao teocentrismo anterior.

A invenção da Imprensa por Gutenberg, em meados do século xv, contribuiu muito para uma revolução na transmissão do pensamento: obras reservadas anteriormente apenas a alguns privilegiados difundem-se, agora, largamente. Edições dos autores pagãos antigos, dos escritos dos Padres da Igreja, da Bíblia, e muitos manuais religiosos vêm, agora, satisfazer um enorme apetite de saber e andam de mão em mão.

O Humanismo foi o culto apaixonado dos clássicos latinos e gregos. Neles procuravam aprender cultura literária e sabedoria antiga como se fossem a uma fonte limpa.

A maior parte dos humanistas eram cristãos e propunham uma piedade erudita, em grande parte resultado da união entre o Cristianismo e os saberes da Antiguidade.

Entre muitos outros, sobressaía Marsílio Ficino, que, na Florença de Lourenço, o Magnífico, criou uma “academia platónica”, que pretendia um renascimento cristão, cujos fundamentos fossem Platão e Cícero, o Sermão da Montanha e São Paulo.

Um grande humanista cristão, Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, critica a sociedade política e religiosa do seu tempo na sua obra *A Utopia*. A sua fidelidade à Igreja romana leva-o ao martírio.

Mas o “príncipe dos humanistas” é Erasmo de Roterdão, que propunha o humanismo cristão como programa de renovação para a Europa. Na sua obra mais célebre – *O Elogio da Loucura* – faz uma crítica mordaz a todas as categorias sociais, muito particularmente ao mundo eclesiástico.

Erasmo propõe-se, em toda a sua obra, «regenerar o homem purificando a religião e baptizando a cultura»¹⁶. Para ele, o Evangelho devia ser acessível a todos e em todas as línguas:

Que há de indecente na leitura do Evangelho na língua natal de cada um? [...] Mais indecente me parece, e mesmo ridículo, que gentes sem instrução e mulheres, como papagaios, cantem os salmos e a oração dominical em latim, sem entenderem aquilo que dizem!¹⁷

Segundo Erasmo, impunha-se o regresso a uma religião interior purificada das suas numerosas excrescências. Ele queria restaurar a Teologia, regressando às fontes, ao texto original das Escrituras e aos Padres da Igreja.

Foi grande a influência exercida por Erasmo sobre todos aqueles que desejavam uma reforma pacífica da Igreja. Porém, o papado andava muito ocupado com outras coisas e o povo cristão não parecia estar em condições de se reformar a partir de dentro...

Nos séculos xv e xvi o povo é cristão, mas são numerosos aqueles que entre-misturam Cristianismo e ritos de feitiçaria e magia, Cristianismo e um Paganismo gálico-romano que teimava em permanecer. Outros refugiam-se, temerosos, nos braços de Deus e da Virgem, pelo terror da presença do demônio em toda a parte, mal se distinguindo, em muitos casos, a superstição da devoção. E o Renascimento, na realidade, até coincidiu com um recrudescimento da feitiçaria e da caça às bruxas, de tal modo que o Papa Inocência VIII sanciona oficialmente a bruxaria, indo a caça às bruxas durar até meados do século xvii, calculando-se hoje que em dois séculos pereceram na fogueira uns cem mil bruxos e bruxas.

Quanto aos sacerdotes, eles não correspondem à expectativa dos fiéis mais exigentes, não só pela sua ignorância, falta de formação, ausência de zelo, mas também por causa do seu mau comportamento: muitos vivem em concubinato, levando muitos outros uma vida dissoluta. E o cúmulo estava naqueles que faziam dos próprios filhos seus sucessores nas prelaturas... Sem dúvida que, nos séculos xv e xvi, a Igreja não deixou de contar com inúmeros bispos piedosos, instruídos e edificantes, mas sofreu também com os defeitos de numerosos prelados, mais interessados nos proventos dos seus bispados do que com o pastoreio do seu povo.

Mas, mais grave ainda, é o comportamento do papado que não dava o exemplo, parecendo completamente alheado das suas responsabilidades e mais preo-cupado em arranjar dinheiro por meio das anatas e das indulgências, para as despesas das construções gigantescas que empreendia e para sustentar o fausto em que vivia.

O Estado Pontifício estava reduzido a um pequeno território de tamanho médio, não sendo mais do que um dos cinco principados italianos. Os outros quatro eram o ducado de Milão, as repúblicas de Florença e de Veneza e o reino de Nápoles. E os Papas não passavam de meros príncipes italianos do Renascimento, governando o Estado Pontifício como um principado que lhes pertencesse: todos os seus favores iam para os seus sobrinhos (nepotismo) ou para os seus filhos bastardos legitimados, tentando criar verdadeiras dinastias sob a forma de pequenos principados hereditários para as famílias “pontificais” dos Riano, Della Rovere e Borgia.

Os setenta anos que decorreram desde a eleição de Nicolau V, em 1447, até à publicação das teses de Martinho Lutero contra as indulgências, em 1517, conheceram dez Papas: os Papas do Renascimento, todos italianos. Maioritariamente italiano era, também, o Sacro Colégio, pois os cardeais italianos eram os mais numerosos.

Numa Roma arruinada por vários séculos de guerras civis e anarquia, Nicolau V pretende torná-la digna do título de capital da Cristandade. Inicia a reconstrução da cidade e planeia construir uma cidade pontifícia dentro da grande Roma: o Vaticano. Para tal, começa por mandar demolir a velha basílica de Constantino, sobre cujas ruínas se ergueria, mais tarde, a basílica de São Pedro. Funda a Biblioteca Vaticana onde vai acumulando manuscritos antigos de valor.

No seu Pontificado caiu, em 1453, Constantinopla nas mãos dos turcos, acabando, assim, o Império Romano do Oriente, sem que o Ocidente esboçasse sequer um gesto...

O Papa que lhe sucedeu, Calisto III, era um Bórgia (vindo dos “Borja”, família de Espanha), e num breve Pontificado faz do nepotismo uma verdadeira instituição: concede a púrpura cardinalícia a três dos seus sobrinhos, dos quais precisamente o mais devasso, Rodrigo, viria a tornar-se Papa com o nome de Alexandre VI.

A Calisto III seguiu-se outro Papa italiano, um humanista, que tomou o nome de Pio II. A este Papa sucedeu um veneziano, que tomou o nome de Paulo II, um Papa que preferia o Palácio de Veneza a Roma para viver. Tal como os Papas que o antecederam, nada fez para reformar a Igreja, nomeadamente a convocação de um concílio geral com essa finalidade, como ficara estabelecido no

pacto eleitoral.

Ao Papa Bórgia havia sucedido, portanto, o humanista Pio II e a este um veneziano, Paulo II, a que se seguiu um Della Rovere, que foi eleito tomando o nome de Sisto IV.

Com Sisto IV, um franciscano, mas um dos mais corrompidos dos Papas, que sustentava chusmas inteiras de sobrinhos à custa da Igreja, tendo elevado a cardeais seis membros da sua família, entre os quais um primo, Pietro Riario, o mais devasso de todos, o seu governo caracterizou-se, em suma, por uma distribuição venal de cargos, e, até para obter dinheiro, cada vez mais dinheiro, de que tanto necessitava para sustentar a sua corte faustosa de príncipe italiano, o Papa multiplicava os empregos para obter benefícios. A cobrança do dízimo tornou-o odioso por toda a Europa.

Com Inocêncio VIII, o genovês que se seguiu no trono pontifício, continuou a cobrança dos benefícios dos novos empregos criados. A má reputação deste Papa advinha-lhe dos dois filhos naturais, que ele não teve pejo em reconhecer oficialmente, celebrando, mesmo, os seus casamentos com grande pompa no próprio Vaticano. Um desses filhos casou-se com uma filha de Lourenço, o Magnífico, um Médicis de Florença a quem elevou a cardeal um seu filho de treze anos, João de Médicis, para melhor cimentar a aliança das duas famílias.

Sucedeu-lhe um Bórgia, o sobrinho Rodrigo de Calisto III, que tinha sido elevado ao cardinalato. Rodrigo Bórgia foi eleito por um Conclave comprado, numa simonia sem precedentes, tomando o nome de Alexandre VI. Enquanto cardeal havia tido quatro filhos de uma amante e mais uns tantos de outras diferentes mulheres.

Diplomata talentoso, pena é que tenha colocado esse talento apenas ao serviço da sua insaciável família, em vez de se lançar na reforma de que tanto precisava a Igreja. Os seus abusos são atacados com violência por um dominicano de Florença – Savonarola – que pregava coisas como:

Vem cá, igreja infame, escuta o que te diz o Senhor [...]. Houve um tempo em que coravas dos teus pecados, agora nem esse pudor tens. Outrora, se os sacerdotes tinham filhos, chamavam-lhes sobrinhos; agora já não têm sobrinhos, têm filhos, filhos simplesmente!¹⁸

Muito naturalmente, acabou na fogueira.

Seguiu-se Pio III, de Sena, Papa só por uns dias. E chegou ao trono pontifício um Della Rovere, que tomou o nome de Júlio II. É um Papa guerreiro, sempre em lutas contra o banditismo, que elimina dos seus territórios, com os venezianos, com os franceses, com os espanhóis. Foi também um mecenas inteligente, que teve ao seu serviço um Miguel Ângelo, um Rafael e um Bramante.

Em 1512 convocou um concílio ecuménico para Latrão, pouco antes da sua morte.

A Júlio II sucedeu um Médicis, o filho mais novo de Lourenço, o Magnífico, que tomou o nome de Leão X. É um Papa inteiramente dedicado às artes, às sumptuosas festas romanas e à caça, tudo coisas muito caras. Daí o terem aumentado ainda mais os abusos fiscais da administração pontifícia.

O quinto Concílio Ecuménico de Latrão decorreu durante cinco anos, durante o seu Pontificado, mas nem sequer aborda a “reforma” geral da Igreja. Após doze sessões, encerra-se o concílio, em 1517, tendo apenas promulgado alguns decretos de “reforma”: interdição do acúmulo de benefícios, censura ao luxo do Sacro Colégio e pouco mais, medidas que não foram acatadas por ninguém.

Sete meses mais tarde, em 31 de Outubro, Martinho Lutero afixava as suas noventa e cinco teses no pátio da igreja do castelo de Wittemberg. Nesse dia nascia a Reforma Protestante.

Martinho Lutero: a Reforma protestante

Num campo preparado pela lenta decomposição dos fundamentos do Cristianismo, que se vinha verificando ao longo dos séculos da Idade Média – as doutrinas conciliaristas, o nominalismo, a carga tributária dos Papas de Avinhão, o Grande Cisma do Ocidente – aliada à crise política dos eternos conflitos entre Papas e imperadores, à debilidade do poder soberano, dividido por um sem-número de principados, bem como a decadência moral do Clero, especialmente do episcopado, numa Alemanha em que o poder feudal se opunha à autoridade do imperador, aliados a um surdo ressentimento contra Roma da parte da nação alemã, tudo isto contribuiu para o estabelecimento de um clima especial, que atingiu o seu clímax ao conjugar-se o aparecimento do homem certo no lugar certo, homem que soube interpretar as ideias e sentimentos que constituíam o cerne das aspirações religiosas de muitos dos seus compatriotas, de que, além disso, souberam aproveitar-se as ambições políticas de muitos outros.

Esse homem era um frade agostinho do século xvi, formado na teologia de Guilherme de Ockam e que vivia angustiado com a preocupação de assegurar a sua própria salvação: Martinho Lutero.

Lutero havia ingressado num convento de Santo Agostinho onde estudou, se formou e ordenou padre em 1507, tornando-se, poucos anos volvidos, professor de Exegese Bíblica na Universidade de Wittemberg.

A sua medíocre formação teológica, baseada num “ocamismo” mal digerido, conduziu-o ao desespero por se sentir impotente para superar as suas concupiscências apenas com os seus próprios meios – uma vida ascética e obras piedosas – de modo a alcançar a salvação eterna.

Quando preparava o seu curso de Exegese Bíblica fez-se-lhe subitamente luz ao estudar a Carta aos Romanos de São Paulo. A meditação do versículo dezassete do primeiro capítulo encheu de paz o seu coração: «No Evangelho a justiça revela-se única e exclusivamente através da fé, conforme diz a Escritura: “O justo vive pela fé.”» (Rm 1,17)

Lutero havia descoberto a misericórdia de Deus: Deus misericordioso justificava o homem através da fé – a “fé fiducial” – pois a segurança trazida pelas obras é ultrapassada pela confiança ou fidúcia, tirada do Evangelho, de que o homem se salva só pela graça de Deus, e esta recebida apenas pela fé.

A partir daí a Sagrada Escritura passaria a ser o centro de toda a sua actividade doutrinal e apostólica.

A meditação do versículo dezassete do primeiro capítulo da Carta aos Romanos tornara-se a proposição axiomática da sua «Teologia da consolação», sistema doutrinal que se confrontou com a tradição da Igreja.

Segundo essa doutrina da justificação, o pecado corrompera desde a origem a natureza humana. E o homem justifica-se apenas pela fé, sendo tal justificação puro dom ou graça de Deus, pelos méritos da paixão e morte de Cristo. As obras de nada serviriam para a salvação: a fé sem obras justifica...

Em 1520, Lutero inicia o seu programa reformador com uma série de textos que, através da imprensa recentemente inventada, foram inundando a Alemanha sob a forma de livros, folhetos, etc., escritos na língua alemã, e que muito contribuíram para a difusão da doutrina luterana, tornando-a facilmente acessível a qualquer pessoa.

Lutero foi-se afastando cada vez mais da ortodoxia católica, acabando por ser intimado pelo Papa Leão X a submeter-se à Igreja: foi a bula Exurge Domine, bula que ele não acata, queimando-a publicamente seis meses depois.

Entretanto, numa resposta à bula papal, Lutero formula os chamados “três grandes escritos da Reforma”: o Manifesto à Nobreza Alemã (Agosto de 1520), em que afirma que a verdadeira reforma

se deve fazer no coração e que o sacerdócio ministerial não tem qualquer razão de ser, opondo-lhe o sacerdócio universal dos cristãos e reclamando, mesmo, a reforma da Cúria e a supressão do celibato eclesiástico; um segundo grande escrito surgiu em Setembro de 1520, com a designação Da Liberdade Cristã, em que Lutero define a Igreja como uma comunidade invisível apenas daqueles que vivem da verdadeira fé, opondo à autoridade da Igreja tradicional, fundamentada na Sagrada Escritura e na Tradição, a autoridade só da Sagrada Escritura; por fim, num terceiro texto, mais destinado aos teólogos, O cativo da Babilónia, Lutero formula a sua própria doutrina dos Sacramentos, de que só mantém o Baptismo, a Ceia e, relutantemente, a Penitência, criticando a Missa e reclamando a comunhão sob as duas espécies. Os votos monásticos assim como o papado não teriam qualquer razão de ser, considerando-os pura invenção do Anti-Cristo. Para Lutero, a interpretação da Revelação dispensava a Igreja, que não seria, portanto, depositária nem intérprete da mesma. Essa interpretação seria a de cada fiel directamente inspirado por Deus.

Todo este processo se havia desencadeado três anos antes, em 1517, ano considerado o do arranque da Reforma na Alemanha.

Elemento catalizador foi a pregação de indulgências pelos dominicanos, com o fim de se obterem esmolas que se destinavam a custear as obras da Basílica de São Pedro. As indulgências eram entendidas, na doutrina da Igreja, como meios de remissão das penas devidas pelos pecados daqueles que, vivos ou no Purgatório, os tivessem confessado com um coração contrito e doado uma oferenda. Ora, estes dominicanos não só exageravam ao “tarifarem” as oferendas de acordo com os escalões de fortuna, mas exorbitaram a doutrina tradicional ao estenderem as indulgências em favor das almas do Purgatório, atribuindo-lhes uma eficácia automática e imediata às almas nominalmente designadas, fosse qual fosse o estado de graça. Houve mesmo a afirmação de um dos pregadores que se tornou fonte anedótica para o futuro: «Uma alma sobe ao Céu quando a moeda tilinta no fundo da caixa das esmolas.»[19](#)

Esta pregação suscitou a indignação de Martinho Lutero, que afixou na porta da igreja do castelo de Wittemberg noventa e cinco teses contra as indulgências, em que rejeitava a falsa segurança por elas transmitida. A última dessas teses constitui como que uma conclusão e síntese de todas as outras: «É preciso exortar os fiéis a entrarem no Céu por meio de muitas tribulações, em vez de descansarem na segurança de uma falsa paz»[20](#), e isso precisamente pelo que afirmava na primeira tese: «Quando disse “fazei penitência”, Nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo quis que a vida inteira dos fiéis fosse uma penitência.»[21](#)

Estas teses foram enviadas ao arcebispo de Mogúncia, precisamente na véspera de Todos-os-Santos e dos Fiéis Defuntos, no dia 31 de Outubro de 1517, quando muitos cristãos iam ganhar indulgências em favor dos seus defuntos.

As teses de Lutero difundiram-se muito rapidamente por toda a Alemanha e depois pelo resto da Europa, conhecendo um enorme êxito.

Nos anos que se seguiram, a fama de Lutero foi crescendo, até ter sido acusado no Supremo Tribunal de Roma, perante o qual foi intimado a apresentar-se. Mas Lutero sempre se recusou a comparecer perante o tribunal romano, continuando a adoptar posições religiosas cada vez mais críticas, culminando nos famosos três escritos de 1520, já atrás analisados. Era já imperador Carlos V.

No auge da sua contestação queima publicamente a bula papal Exsurge Domine, já no final desse ano. Logo no mês seguinte, Janeiro de 1521, Lutero é excomungado.

Levado a comparecer perante Carlos V, na dieta de Worms, continua a sua recusa de retractação, apesar de todas as ameaças que lhe são feitas, mesmo a de morte: «Não posso nem quero retractar-me»[22](#), afirmou peremptoriamente, para não ir contra a sua consciência, «cativa das palavras de

Deus»[23](#).

Banido do Império por Carlos V, que se mostrou resoluto na sua luta contra a heresia e decidido de corpo e alma a dedicar-se a defender a fé católica, Martinho Lutero teve de se esconder em Wartburg, onde empreendeu a tradução da Bíblia para o alemão.

As doutrinas de Lutero foram acolhidas com alvoroço por muitos que viam na “teologia da consolação” um meio de levarem uma vida cristã mais cómoda, tranquilizando as suas consciências quanto à segurança da sua salvação eterna.

Há facções a favor de Lutero, outras contra. As razões que levaram alguns a tornarem-se seus partidários são várias, procurando aproveitar-se da situação para satisfação das suas ambições políticas. A cobiça de muitos burgueses das cidades imperiais, bem como a de inúmeros senhores feudais foi despertada pela possibilidade de se poderem apoderar dos bens eclesiásticos, levando-os a entrarem em lutas com os respectivos bispos.

Por outro lado, os camponeses pobres levantaram-se contra os senhores que os exploravam. Tudo em nome das novas ideias, que os levaram a agir segundo a Palavra de Deus. Seguiu-se uma autêntica e impiedosa guerra civil (1524--1525), que ensanguentou a Alemanha central e meridional.

Outras motivações trouxeram muitos sacerdotes católicos para o lado do Luteranismo. Eles acolhiam entusiasticamente a supressão do celibato eclesiástico preconizada por Lutero. Era baixo o nível moral do clero naquela época. A supressão dos votos monásticos surgira como uma justificação para muitas comunidades pouco fervorosas romperem os votos e secularizarem-se.

Os principados e muitas cidades alemãs foram sendo rapidamente conquistados pelo Luteranismo. Muito rapidamente, também, a reforma luterana transborda as fronteiras da Alemanha: em 1523, Gustavo Wasa liberta a Suécia da dominação dinamarquesa e organiza uma Igreja luterana estreitamente ligada à coroa, secularizando os bens de um clero sueco muito desacreditado; a Dinamarca passa, por sua vez, para o Luteranismo, em 1526; uma Igreja luterana dano-norueguesa é instaurada em 1537 por Cristiano III.

Ao rejeitar radicalmente o poder eclesiástico, Lutero acaba por reforçar o poder dos príncipes sobre a Igreja, tornando-se as Igrejas luteranas Igrejas nacionais, cuja organização varia de Estado para Estado.

Embora inicialmente não tivesse a intenção de fundar uma nova Igreja, convencido como estava de que a Igreja se reformaria por si mesma ao regressar ao Evangelho, Lutero viu-se como que “empurrado” pelos movimentos extremistas, gerados pelas novas ideias, com divergências frequentes na interpretação da Palavra de Deus, sendo levado a precisar com maior rigor a sua doutrina e a organizar alguns detalhes do culto.

A liturgia foi regulamentada, embora baseando-se, ainda, no culto dominical. Porém, nesse culto, o lugar principal era ocupado pela leitura e pregação da Palavra de Deus e pela oração comum na língua vernácula, no seu caso o alemão.

Redige os seus catecismos, que publica em 1529: o Pequeno e o Grande Catecismo. Rejeita o culto dos santos, as indulgências, os votos religiosos, os Sacramentos não atestados no Novo Testamento. Na prática, Lutero mantém dois Sacramentos – o Baptismo e a Eucaristia – bem como a possibilidade da Confissão.

Embora acreditando firmemente na presença real, ele não quer, no entanto, ouvir falar de “sacrifício” a propósito da Ceia, que será sempre celebrada em alemão, reservando nessa celebração um papel importante ao canto coral.

Um seu discípulo – Melâncton – fixou a doutrina luterana numa Confissão que, apresentada em 1530 na dieta de Augsburg, ficou conhecida como a Confissão de Augsburg. Neste documento é

rejeitado tudo quanto era contrário à Sagrada Escritura como, por exemplo, os votos monásticos, alguns Sacramentos e o culto dos santos, sendo aceite tudo quanto não fosse contrário à Sagrada Escritura como, por exemplo, o episcopado.

A dieta de Spira, em 1529, deliberara tolerar a Reforma luterana nos lugares onde já estava implantada, proibindo, no entanto, que ela se estendesse a novos territórios. Tal deliberação gerou o “protesto” de cinco Estados e de catorze cidades, o que levou tais territórios a ficarem conhecidos como protestantes. Essa designação deu origem a um novo movimento, que foi, desde então, conhecido como Protestantismo.

Lutero morre em 1546, deixando uma Alemanha religiosamente dividida em duas, ocupando a Reforma mais de metade do seu território.

Um ano antes – 1545 – começara o Concílio de Trento, numa cidade no coração dos Alpes, convocado pelo Papa Paulo III. O concílio durou até 1563 (dezoito anos), sendo os trabalhos sucessivamente retomados com o Papa Júlio III, depois Paulo IV e, finalmente Pio IV. A obra deste concílio foi considerável, desde a definição mais precisa de alguns dogmas católicos, à reformada Igreja em todos os domínios da pastoral; desde a definição de que as tradições apostólicas deveriam ser aceites com o mesmo respeito que as Escrituras, cujo cânone foi fixado, à exposição da doutrina católica sobre a justificação, insistindo-se particularmente na colaboração da vontade humana com a graça santificante; desde uma definição da doutrina sobre os Sacramentos, sendo consagrado o termo “transubstanciação” (ou seja, conversão de toda a substância do pão na substância do Corpo de Cristo e de toda a substância do vinho na substância do Seu Sangue, conversão operada pela consagração do pão e do vinho), a declaração da Unção dos Doentes como sacramento e a definição da necessidade da confissão oral, às reformas disciplinares, com a supressão dos abusos da vida eclesiástica com a finalidade de se assegurar um mais eficiente cuidado pastoral do povo cristão – através de um episcopado inteiramente dedicado ao seu ministério, de um clero de elevada moralidade e mais bem formado, exigindo-se a residência de bispos e de párocos, proibindo-se a acumulação de benefícios, sendo a formação do clero entregue a seminários, que seriam fundados em cada diocese, e a formação religiosa dos fiéis leigos entregue, em cada paróquia, aos respectivos sacerdotes. A aplicação das decisões do concílio ficou ao cuidado dos Papas, começando o último Papa do concílio – Pio IV – por publicar oficialmente os decretos conciliares e constituir uma comissão de aplicação dos mesmos.

Assim, são publicados sucessivamente pelos Papas seguintes um Catecismo Romano (o chamado Catecismo do Concílio de Trento), o Breviário Romano e o Missal Romano, sendo imposto um texto uniforme para a Missa, suprimindo--se as liturgias com menos de dois séculos de existência e mantendo-se as mais antigas, como as de Milão, de Lião, de Braga, etc.

São fundados numerosos colégios e seminários, entre os quais a Universidade Gregoriana (pelo Papa Gregório XIII, o reformador do calendário), são estabelecidos os Núncios permanentes junto dos soberanos de cada país, o Governo da Igreja e dos estados pontifícios é organizado com a instituição das quinze congregações romanas, que, desde então, apoiam o Papa no Governo como autênticos ministérios.

O Papa Paulo V publica o Ritual Romano para a celebração dos Sacramentos.

Sem dúvida que o Concílio de Trento constitui o acontecimento central da Reforma Católica. Foram numerosos os obstáculos que se opuseram à sua celebração: a escolha do local mais adequado para ser realmente ecuménico – pois se contava que nele comparecessem os protestantes, na esperança de que se refizesse a unidade religiosa do Império – essa escolha constituiu uma solução de compromisso: Trento era cidade imperial no norte de Itália, vencendo-se, deste modo, a relutância dos protestantes em comparecerem num concílio em solo papal.

No entanto, o Concílio de Trento não conseguiu ser o sínodo unionista que se esperava, depois de mais de trinta anos de cisão religiosa. Nunca houve um verdadeiro diálogo entre católicos e reformados, nem se alterou o clima de violência mantido pelos príncipes cristãos na Alemanha e em França.

O conflito existente entre o imperador Carlos V e os príncipes alemães luteranos, que haviam formado a Liga de Smalkald com o rei francês Francisco I, acabou em luta armada, com a vitória do imperador em Muhlberg. No entanto, as traições acabaram por levar Carlos V a conceder liberdade religiosa aos luteranos pelo Tratado de Passau, em 1552. Depois, em 1555, sanciona a paz de Augsburg, que concedia igualdade de direitos aos católicos e luteranos. A cisão religiosa era, então, facto consumado e irreversível, sendo em cada principado o respectivo príncipe a decidir qual a confissão que deviam os súbditos seguir: cuius régio, cuius religio. Ao fim e ao cabo, o príncipe local tornava-se uma espécie de Papa no seu território...

A Reforma na Suíça: Ulrich Zwinglio

Um humanista, discípulo de Erasmo, que o influenciou grandemente, é nomeado, graças aos seus dotes oratórios, pároco da Catedral de Zurich, em 1518: é Ulrich Zwinglio.

O estudo das cartas de São Paulo, do Evangelho de São João e das obras de Santo Agostinho, assim como o de um dos escritos de Lutero – O Cativo de Babilónia – estão na origem da Teologia radical de Zwinglio.

A partir de 1521–1522 dá-se a viragem deste reformador humanista: faz passar Zurich para a Reforma, secularizando-se os conventos e passando a liturgia a celebrar-se em alemão.

Ataca as práticas católicas, tais como os jejuns da Quaresma e o celibato dos clérigos. Embora o bispo de Constança interviesse, exigindo-lhe que desistisse de continuar os seus ataques às tradições católicas, Zwinglio persistiu nas suas posições, apresentando, aquando de uns debates públicos sobre a autoridade da Igreja, em Zurich, as suas “sessenta e sete teses”, que constituíram o seu mais importante escrito reformador.

Essas teses declaravam que tudo quanto não tivesse fundamento na Bíblia não passava de invenção humana. Estariam nesse caso a veneração dos santos, as ordens monásticas, a primazia do Papa, a absolvição, as indulgências e o mérito das boas acções.

Num outro debate, ainda no mesmo ano, exigiu a remoção de crucifixos, relíquias, tapeçarias e imagens, pedindo ainda a abolição da Missa, da música de órgão, dos coros e até do soar dos sinos.

O Zwinglianismo caracterizava-se como um humanismo, um radicalismo e mesmo um racionalismo que já nada tinham que ver com o Luteranismo. As divergências entre Lutero e Zwinglio surgiram em relação à Ceia do Senhor: enquanto Lutero acreditava que Cristo estava realmente presente no pão e vinho consagrados, para Zwinglio não se tratava mais do que um memorial, uma simples lembrança. O Baptismo não é mais um Sacramento, não passando, como os outros Sacramentos, de simples memorial.

Zwinglio tende a confundir Igreja e Estado, reconhecendo a este último o direito de intervir em assuntos religiosos. O governo da Igreja seria confiado ao Conselho da Cidade: este seria competente em matéria de legislação matrimonial, de disciplina moral, de ajuda aos pobres e de reorganização do sistema escolar.

A Reforma de Zwinglio estende-se, a partir de Zurich, a outras cidades: Basileia, Berna, Estrasburgo, etc. Porém, os velhos cantões montanhese suíços – Lucerna, Uri, Schwyz, etc. – permaneceram católicos. E desencadeou-se a guerra civil, ficando a Confederação Helvética cortada ao meio.

Zwinglio pegou em armas e, à frente das tropas de Zurich, acaba por morrer em combate, em Cappel. Caído o corpo na mão dos católicos, a sanha dos mais exaltados levou-os a retalharem-no em quatro pedaços, queimando-os de seguida. Porém, apesar da sua morte, o Zwinglianismo subsiste, tendo preparado o terreno para um novo reformador: o francês João Calvino.

Dez anos depois da morte de Zwinglio, João Calvino edifica a sua própria Igreja em Genebra, sob a protecção da Igreja reformada da cidade de Berna.

João Calvino: a segunda geração da Reforma

Depois do Luteranismo e do Zwinglianismo, a Reforma entra numa fase de consolidação com João Calvino.

Ao contrário de Martinho Lutero, que era um monge agostiniano mais tarde ordenado padre e tornado professor de Sagrada Escritura na Universidade de Wittemberg, e de Ulrich Zwinglio, que foi pároco, primeiro em Glaris, na Suíça, e depois na paróquia da própria Sé episcopal, em Zurique, João Calvino não é clérigo, mas apenas leigo. Também enquanto os primeiros reformadores são germânicos, ele é francês.

João Calvino, tal como Lutero e Zwinglio é também um homem de profunda piedade enraizada numa fé confiante na justificação pela graça de Deus.

Nascido em Noyon, na Picardia, no norte de França, segue aos doze anos para Paris, para estudar Teologia, como bolseiro da Igreja Católica, porquanto estava destinado ao sacerdócio. Em Paris, frequenta o colégio Montaigu, onde aprende filosofia e a arte de discussão (disputatio). Inácio de Loiola é seu contemporâneo no referido colégio.

Alguns anos depois, troca o estudo das Letras pelo de Direito. Obtida a licenciatura em Direito, torna-se “professor extraordinário” na Universidade de Orleães.

Influenciado pelo humanismo de Erasmo, é levado a aprender grego (a língua da heresia, para alguns), a estudar a Bíblia e os Padres da Igreja, sobretudo Santo Agostinho.

Os passos da sua conversão à Reforma não são exactamente conhecidos, mas sabe-se que resistiu corajosamente e durante muito tempo à tentação de abandonar a Igreja Católica.

A viragem começou em 1533 (10 de Novembro) aquando do discurso inaugural como reitor da Universidade de Paris de um seu amigo, Nicolas Cop, – discurso em cuja redacção colaborara Calvino – discurso em que cita Erasmo e até Lutero, numa atitude corajosa, mas evidentemente polémica, que acaba por levar à intervenção da polícia a fim de prender Cop e os seus simpatizantes, entre os quais se contava Calvino.

Calvino consegue fugir de Paris e muda frequentemente de terra e de nome, usando identidades falsas. Continuou os seus estudos da Bíblia e dos Padres da Igreja e agora também levado a estudar seriamente Lutero.

O passo seguinte deu-se aquando do que ficou conhecido como o “Caso dos Cartazes”, em que se faziam declarações contra a Missa. O caso consistiu na afixação, em 1534 (um ano após o caso do Reitor Cop) de uns cartazes no castelo de Amboise onde, na altura, estava instalado o próprio rei, Francisco I, constituindo violentos manifestos em que eram grosseiramente vilipendiados o Papa e o Sacro Colégio, bem como a Missa. Sentindo-se pessoalmente atingido e afrontado, o Rei não perdoa e inicia uma repressão, em que são condenados à fogueira uns vinte simpatizantes evangélicos como heréticos “luteranos”, entre os quais um amigo e companheiro de quarto de Calvino.

Calvino exila-se em Basileia por questões de segurança e aí redige a primeira versão, em latim, da sua principal obra teológica: a Instituição da Religião Cristã, obra que dedica ao Rei de França, Francisco I, a quem pede que se mostre tolerante para com os evangélicos.

Nessa obra, pouco depois traduzida e publicada em francês, Calvino expõe a sua doutrina. Na sua opinião, a “teologia da consolação” luterana era totalmente insuficiente, levando Calvino as premissas fundamentais da doutrina luterana às suas últimas consequências. Com essa obra, Calvino tornava-se o mais importante teólogo reformador, tratando de fundar a fé cristã na Bíblia e nos Padres da Igreja.

A Instituição da Religião Cristã constituía a obra sistemática mais concisa da Reforma, seduzindo

os seus leitores pela clareza latina da exposição, pela férrea lógica da argumentação e o fervor inspirado na Bíblia, conseguindo persuadir multidões incontáveis. Para tal contribuiu a sua tradução para, além do francês, todas as grandes línguas da Europa, acabando por se tornar numa das obras mais lidas no século xvi. A própria tradução francesa, de 1541, fez de Calvino um dos clássicos da língua francesa.

Ao longo dos anos esta obra foi sendo ampliada pela necessidade de dar uma resposta às novas questões teóricas e práticas que iam nascendo. Assim, dos seis capítulos da sua primeira edição, de 1536, passara-se para oitenta, na edição definitiva de 1559.

Na sua obra, Calvino demarca-se da doutrina da justificação de Lutero e dos outros reformadores, ao trazer a questão da predestinação eterna de cada homem para a salvação ou a condenação.

Tal doutrina da predestinação é a doutrina característica de Calvino, acabando por ser formalmente qualificada de “dogma”.

Segundo esta doutrina, antes de toda a Criação, Deus, na sua soberana liberdade, por um decreto misterioso, insondável, predestinou alguns homens para a vida eterna e os outros para a danação eterna.

É um facto da experiência que a humanidade se reparte entre crentes e descrentes: uns acreditam, os outros, não. Na epístola de São Paulo aos Efésios, lemos:

Ele nos escolheu em Cristo [os crentes...] antes de criar o mundo [...]. Ele nos predestinou para sermos seus filhos adoptivos por meio de Jesus Cristo, conforme a benevolência da sua vontade...» (Ef 1,4-5)

Calvino atribui uma grande importância ao trabalho de cada dia do homem para a maior glória de Deus, sobretudo ao cumprimento do dever de estado. Para ele «a profissão é vocação»²⁴, que permite ao homem adquirir a certeza da salvação. As boas obras, embora não sejam a causa da salvação, são sim sinais exteriores visíveis da eleição. Porém, a salvação é só de alguns: a dos predestinados desde a fundação do mundo. Pela corrupção do homem após o pecado original, todos os homens deveriam ser condenados, mas Deus salva aqueles que predestinou.

Calvino propõe uma moral prática e social. O homem deve submeter-se a uma vida de estrita moralidade, sóbria e laboriosa. Ao homem que norteou e ordenou a sua vida quotidiana, por vezes até de uma maneira heróica, de acordo com uma tal moral, Deus abençoa a sua existência com a prosperidade nos negócios temporais, sinal de favor divino. Esta ética calvinista exerceu uma grande influência na génese do capitalismo moderno.

Calvino concebia a existência de duas Igrejas: uma interior e invisível, que seria a congregação dos predestinados à salvação, e uma Igreja externa e visível, composta pelos fiéis nela incorporados pelo Baptismo e participantes da Ceia eucarística. Seriam precisamente o Baptismo e a Ceia eucarística os dois únicos Sacramentos admitidos por Calvino.

Após uma estada de três anos em Estrasburgo, onde se ocupava dos refugiados franceses, Calvino fixa-se finalmente em Genebra, estabelecendo aí a sua residência definitiva.

A Igreja de Genebra, tal como foi organizada por Calvino, tornou-se o modelo das Igrejas da Europa e do resto do mundo. A Igreja, corpo de Cristo, devia estar organizada com rigor e cuidado, porquanto a desordem seria uma injúria ao próprio Cristo. Os fundamentos da Igreja de Genebra estão codificados na obra de Calvino, as Ordenanças eclesiásticas, obra de 1541 em que a organização tem como base a Sagrada Escritura.

Nessa organização consideram-se quatro ministérios: pastores, doutores, anciãos e diáconos.

Os pastores têm a missão de anunciar a Palavra de Deus, para doutrinar, admoestar, exortar e repreender; administrar os Sacramentos e fazer as correcções fraternas.

Os doutores têm o ofício de instruir os fiéis na sã doutrina, a fim de manter a pureza do Evangelho.

Os anciãos têm o ofício de cuidar da vida de cada um, admoestando os que erram ou levam uma vida desordenada.

Quanto aos diáconos haveria duas espécies: uns, delegados para administrar os bens dos pobres; outros, hospitaleiros para tratar e cuidar dos doentes e administrar a comida dos pobres.

Um Consistório constituído pelos pastores e doze anciãos, escolhidos pelas autoridades da cidade, controlaria a vida da Igreja. O Consistório fiscalizaria tudo na Igreja, encarregando-se o poder civil de aplicar as suas decisões.

O Consistório é uma emanção do poder civil, sendo os ministros nomeados pelo Estado, como vimos. Por outro lado, as gentes da Igreja seriam juizes da actividade do Estado. É com estas determinações que Calvino quer edificar a cidade cristã de Genebra, tornando-se Genebra uma autêntica cidade-Igreja.

Em 1559 é fundada a Academia de Genebra, onde se ministrava um ensino completo, desde o elementar ao superior. A Teologia é estudada por muitos estrangeiros nesta Academia, tornando-se depois os responsáveis das igrejas reformadas de tipo calvinista em suas terras.

A Academia de Genebra tornou-se, mais tarde, a Universidade de Genebra.

Vindos principalmente de França e de Inglaterra, onde eram perseguidos, afluíram a Genebra milhares de refugiados.

Um desses refugiados mais célebres, Miguel Servet, médico e teólogo, condenado à fogueira na Viena católica, num processo em que constavam documentos acusadores enviados à Inquisição... pelo próprio Calvino (!?), acolhera-se à Genebra protestante. Miguel Servet era acusado de blasfémia por ser anti-trinitário (ou seja, negar o dogma da Santíssima Trindade). Em Genebra, Miguel Servet acaba por morrer... na fogueira. O facto é que, na Genebra reformada, continuavam a existir uma Inquisição reformada, a tortura e a fogueira, tudo em defesa do Evangelho.

Na concepção calvinista da Igreja mantém-se a distinção entre clero e leigos: de um lado os “ministros”, do outro, o “povo”. Mas na sua organização é dada uma maior importância aos leigos. De facto, a supervisão da comunidade pelos anciãos (leigos), que controlavam a vida moral dos cidadãos, tendo livre acesso a todas as casas, podendo infligir pesadas penas, estendendo-se, também, esse controlo à doutrina dos pregadores, tudo isto eram sinais do importante papel que estes leigos desempenhavam na Igreja. Nos casos mais graves – tais como o adultério, a prostituição, a blasfémia, etc. – as penas infligidas pelos anciãos podiam ir desde a exortação aos pecadores até à exclusão da Eucaristia e, mesmo, o recurso à justiça profana, com encarceramento, banimento e até execução.

Os anciãos-leigos associados com os pastores formavam o Consistório, como vimos, organização que se reclamava da Igreja primitiva (vidé Actos dos Apóstolos), constituindo o ponto de partida de uma estrutura eclesiástica inteiramente nova: o “sistema presbiteral”, com o seu presidente, um moderador, um “bispo” à frente do colégio sinodal. O lugar do “bispo” não lhe conferia primado nem domínio.

Esta concepção foi indirectamente muito importante para o desenvolvimento da democracia moderna, sobretudo na América do Norte.

Calvino tem inúmeros discípulos em todos os países, mas sobretudo em França, onde se constituíram comunidades segundo o modelo de Genebra, mas também na Inglaterra e na Escócia. A sua Academia teológica formava pregadores destinados à Europa Ocidental e Oriental. Pastores eram enviados para França, completando-se esta acção com o envio de livros de uma fundação de escritores de Genebra (comentários dos livros da Sagrada Escritura, tratados teológicos, Catecismos da Igreja de Genebra, Disciplina Eclesiástica, etc.).

Na época de Calvino, Genebra tornara-se uma espécie de centro ecuménico. De facto, Calvino

almejava a unidade das Igrejas reformadas. Trabalhou insistentemente num entendimento com as diferentes Igrejas reformadas sobre a questão da Eucaristia.

Na realidade, uma autêntica querela a respeito da Eucaristia separava os calvinistas dos luteranos alemães, que já anteriormente haviam discrepado do Zwinglianismo.

Para Lutero, a presença de Cristo na Eucaristia era “real”. Para Zwinglio, pelo contrário, essa presença era apenas “simbólica” ou espiritual. Calvino tentou conciliar as duas interpretações, admitindo presença “espiritual” (pelo Espírito Santo), mas presença bem “real”, embora apenas para o crente enquanto come e bebe o corpo (pão) e o sangue (vinho) do Senhor: Cristo entregava-Se nesse momento aos crentes.

Apesar desta interpretação, Calvino não consegue a unidade, dando-se um corte definitivo entre as Igrejas calvinistas e as Igrejas luteranas.

Calvino celebrava a Ceia Eucarística apenas quatro vezes por ano, mantendo a Liturgia da Palavra, conservando a oração e o canto dos salmos. Suprimiu o órgão, o altar, os círios, o crucifixo e as imagens.

Apesar dos seus esforços ecuménicos pela unidade, pelo menos quanto ao protestantismo, não pôde evitar a crescente fragmentação em tendências, Igrejas e comunidades opostas.

A Reforma em Inglaterra: o Anglicanismo

A Reforma em Inglaterra é um caso muito particular. Na realidade, existia já a Igreja Anglicana desde a Idade Média, significando o termo “anglicana” que se tratava, simplesmente, da Igreja Católica situada na “Anglia”, isto é, Inglaterra.

Foi esta Igreja que forneceu missionários para as regiões germânicas ainda bárbaras do continente europeu desde o século vii. Um monge inglês beneditino, Winfrid, encarregado de uma missão oficial pelo Papa Gregório II, toma o nome de um mártir cristão – Bonifácio – e evangeliza os povos da margem direita do rio Reno. Nomeado delegado papal para toda a Germânia, foi o fundador de uma série de bispados alemães. Ficou conhecido como o “apóstolo dos Alemães”.

Já no século xi, o arcebispo de Cantuária, Anselmo, considerado o “pai da escolástica” (que precedeu o “príncipe da escolástica”, Tomás de Aquino, um século mais tarde), considerado um dos grandes pensadores cristãos, defendera a Igreja na questão das Investiduras, em Inglaterra.

Ora, foi nesta Igreja inglesa que, justamente, se fez ouvir o protesto contra o papado romano, mais cedo e em tom mais alto do que no continente, antes de João Huss, na Boémia, e de Martinho Lutero, na Alemanha.

Um teólogo inglês de Oxford, da época do Grande Cisma do Ocidente– John Wiclef – que já conhecemos de um capítulo anterior («A lenta incubação da Reforma Protestante»), é justamente considerado um “pré-reformador”. Ele via a Igreja como a “comunidade dos predestinados” e, até certo ponto, pode considerar-se um calvinista muito antes de Calvino (cerca de dois séculos antes de Calvino).

Ele foi, por assim dizer, o ponto de partida da ruptura da Inglaterra com Roma. Precisamente a legislação eclesiástica imposta dois séculos mais tarde pelo rei Henrique VIII pode considerar-se o ponto de chegada dessa ruptura, tendência para uma Igreja nacional inglesa que começara, portanto, já a esboçar-se no fim da Idade Média.

Cerca de cinquenta anos separam Wiclef, de Oxford, de João Huss, de Praga.

Cento e cinquenta anos separam Wiclef da data em que Martinho Lutero afixou as suas noventa e cinco teses, considerada a data do nascimento da Reforma: 31 de Outubro de 1517.

Mais uns anos, ainda, e Calvino publica a sua Instituição da Igreja Cristã.

O rei Henrique VIII, teólogo leigo respeitado como apologista católico, era o autor de um escrito sobre A defesa dos sete sacramentos e de um outro contra a obra de Martinho Lutero, O Cativo da Babilónia. Tinha, até, um título de defensor fidei (isto é, defensor da fé), que lhe havia sido concedido pelo Papa Leão X como recompensa dos seus trabalhos de apologética.

Ora, ao pretender a anulação do seu matrimónio com Catarina de Aragão (tia do imperador Carlos V), da qual só teve uma filha, para casar com Ana Bolena, o rei não conseguiu que o Papa Clemente VII lhe concedesse o divórcio. Perante isto, Henrique VIII coagiu a hierarquia inglesa a reconhecê-lo como chefe da Igreja de Inglaterra, em 1531. Deste modo, dois anos depois obtém a anulação do seu primeiro casamento e casa-se com Ana Bolena, da qual também tem apenas uma filha, Isabel. Dois anos mais tarde, acusada de alta traição, Ana Bolena morre no cadafalso.

A recusa do Papa em conceder o divórcio levou Henrique VIII ao repúdio do primado de Roma e ao Cisma. De facto, em Inglaterra não houve propriamente Reforma, mas, sim, Cisma. Tendo-se proclamado chefe da Igreja, o rei exige o reconhecimento da sua supremacia eclesiástica, o que foi feito pela maioria dos homens da Igreja, simplesmente por medo. Houve, no entanto, algumas excepções: a dos mártires cartuxos e, sobretudo, algumas personagens insignes que permaneceram

fiéis a Roma. Foi o caso do chanceler Tomás Moro e do bispo de Rochester, John Fisher, que pagaram com as vidas a sua oposição ao soberano.

No entanto, Henrique VIII conservou o essencial da fé católica no bill (ou seja, projecto de lei a ser enviado ao Parlamento, que o transforma em Act ou Lei, quando aprovado) dos Seis artigos, de 1539.

A Igreja de Estado, Anglicana, não imita o modelo reformado, tanto na sua doutrina, como na sua constituição, permanecendo essencialmente católica: mantém-se a hierarquia episcopal, embora os bens da Igreja tenham sido vendidos em proveito da coroa, e é criado um sistema de repressão, tipo Inquisição, para castigo de todos quantos atacassem a validade dos votos de castidade, a transubstanciação e a confissão auricular, bem como todos aqueles que preconizassem o casamento dos padres e a comunhão dos leigos no cálice.

Enfim, embora Henrique VIII tivesse rompido com Roma, manteve, no entanto, a tradição da fé católica romana. E até à sua morte, em 1547, houve apenas Cisma. De facto, Henrique VIII nunca teve o objectivo de reformar a Igreja inglesa.

No curto reinado do seu filho Eduardo VI, o arcebispo de Cantuária, Thomas Crammer e o chanceler Somerset (que se correspondiam com Calvino) realizam uma reforma com características muito especiais: uma reforma de doutrina, da liturgia e da disciplina, mas sem tocar nas estruturas ministeriais tradicionais.

Thomas Crammer, antigo teólogo de Cambridge, onde adquirira uma excelente formação, é o verdadeiro arquitecto da reforma inglesa. Introduziu o Book of Common Prayer, em 1549, como livro litúrgico oficial na língua inglesa. Este livro simplificava bastante a liturgia, concentrada no essencial, e era inspirado em várias liturgias antigas do Cristianismo. Tal liturgia permitia que os leigos, pela primeira vez depois de séculos de Cristianismo, participassem activamente e manteve-se inalterada na Igreja Anglicana até aos anos 20 do século xx.

Um outro escrito de que Crammer é o autor principal, é o bill dos “42 artigos”, de 1552, que consistia numa confissão de fé que retomava a doutrina protestante da justificação e a doutrina calvinista da Eucaristia. Nestes artigos eram também autorizados os casamentos dos pastores.

Estes dois escritos constituíram a base da fé anglicana até aos nossos dias, salvo umas ligeiras modificações.

A esta reforma da Igreja anglicana seguiu-se, a breve trecho, uma reacção católica, com a ascensão ao trono da filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão, Maria Tudor, cognominada a Católica e também a Sanguinária.

Maria Tudor, casada com Filipe II de Espanha, restabelece em Inglaterra, a jurisdição papal e desencadeia uma particularmente dura política de “re-catolização” do país, iniciando uma perseguição implacável contra os protestantes, dos quais são executados trezentos, incluindo o arcebispo de Cantuária, Thomas Crammer, que morre na fogueira (considerado mártir pela Igreja Anglicana).

Perseguidos, grande número de protestantes ingleses refugiam-se na Holanda e em Genebra, entre eles John Knox.

A Maria Tudor sucede, em 1558, sua irmã (meia-irmã) Isabel I, filha de Henrique VIII e Ana Bolena. Um ano depois de subir ao trono restabelece a independência da Igreja Anglicana relativamente a Roma e consegue o apoio, em Inglaterra, de todos quantos aspiravam a um catolicismo reformado: a Igreja reforma-se na sua liturgia e nos seus costumes, mas permanece católica na sua doutrina e na sua prática. Assim, é reintroduzida a liturgia reformada do seu meio-irmão, Eduardo VI, bem como o Prayer Book, mas mantêm-se as imagens, os crucifixos, os paramentos sacerdotais e a música sacra.

Os “42 artigos” de Thomas Cranmer são substituídos pelos “39 artigos” aprovados pelo Parlamento,

constituindo a confissão de fé da Igreja Anglicana de hoje.

O advento de Isabel I trouxe não só o retorno ao Anglicanismo, mas também a rejeição do Calvinismo puritano. O longo reinado desta rainha – quarenta e cinco anos – constituiu um período de florescimento da literatura, do teatro, da música e das artes plásticas, por um lado, e decidiu a sorte do Cristianismo em Inglaterra. As formas exteriores da tradição católica foram conservadas: as igrejas e catedrais passaram para as mãos da Igreja Anglicana; mantém-se a hierarquia eclesiástica, com os seus bispos e os seus cabidos cardinalícios, embora sem clero celibatário, nem vida monástica. Por outro lado, impôs-se uma doutrina oficial da Igreja de Inglaterra, um Anglicanismo protestantizado, com elementos luteranos e calvinistas, em que era proibida a celebração da Missa.

Na Escócia, após a queda de Maria Stuart, as pregações de John Knox acabaram por fazer triunfar uma Igreja reformada presbiteriana, sem bispos, estritamente calvinista e republicana.

A Isabel I sucede um filho de Maria Stuart, Rei da Escócia, Jaime VI. Este é coroado como Jaime I em Inglaterra e reúne as duas coroas na sua cabeça, a da Escócia e a inglesa.

Jaime I procurou reintroduzir o episcopalismo na Escócia presbiteriana. Os católicos acalentavam a esperança de melhorar a sua situação neste reinado. Porém, os extremistas deitaram tudo a perder com a intentona de 1605, em que projectavam fazer ir pelos ares o Parlamento e o rei. O malogro desta conspiração, descoberta e neutralizada a tempo, trouxe-lhes a decepção (conspiração da pólvora, que pretendia destruir o Palácio de Westminster durante um discurso do rei).

Os puritanos calvinistas temiam, apesar de tudo, que a Inglaterra acabasse por voltar ao catolicismo. Porém, essa revolução contra o absolutismo dos Stuart, contra a Igreja Anglicana, levou à reforma da Igreja segundo o modelo da Igreja Presbiteriana da Escócia.

Jaime I morreu e sucedeu-lhe seu filho Carlos I, que prosseguiu uma política absolutista, favorável, porém, às nações protestantes: confrontos com a Espanha em apoio às províncias unidas e tentativa de ajuda aos huguenotes franceses.

Carlos I envolve-se em guerras civis contra o Parlamento (os “cabeças redondas”, assim chamados por não usarem peruca). Entretanto, um deputado puritano, Oliver Cromwell, assume o comando das forças parlamentares e derrota Carlos I que, feito prisioneiro, é julgado por um Tribunal Especial que o condena à pena capital como «tirano, traidor e assassino»²⁵.

Após a decapitação de Carlos Stuart é logo proclamada a República em Inglaterra, ficando os puritanos senhores do país. A encabeçá-los está Oliver Cromwell, como Lord Protector da Inglaterra.

Aproveitando as perturbações da guerra civil, a Irlanda católica revolta-se contra os seus senhores protestantes. Mas Cromwell desembarca em 1649 na ilha revoltosa decidido a submetê-la, cerca a cidade de Drogheda, toma-a de assalto, passa a fio de espada os defensores e queima viva o resto da população que se havia refugiado numa igreja. Esta matança de Drogheda marcou o início de uma repressão que levou a um vasto movimento de expropriações de terras e ao êxodo, sendo os camponeses irlandeses católicos expulsos das suas terras férteis em favor dos protestantes. Os acontecimentos de 1649, em que 40 000 homens são chacinados ou vendidos como escravos (!), constituem um marco na fundação da identidade irlandesa contemporânea.

Cromwell morre em 1658, deixando atrás de si o país no caos, cansado da autoridade puritana, balançando entre a amargura e a monarquia.

Ao fim de quinze anos de república presbiteriana, a opinião pública inglesa mostra abertamente a sua aversão às utopias políticas e está madura para a restauração dos Stuarts. Estes regressam, na pessoa do filho de Carlos I, que havia entretanto sido proclamado rei na Escócia.

Carlos II não tarda a restaurar a Igreja episcopaliana anglicana e a lançar milhares de protestantes dissidentes na prisão, perseguindo-os sem dó nem piedade. Diferente era o tratamento dado aos

católicos: a princípio eram tratados com uma simpatia disfarçada, mas, mais tarde, aberta e franca. Carlos II chega mesmo a tentar impor ao Parlamento uma política de indulgência para com os católicos, mas nada conseguiu.

Há uma questão que domina o debate político na segunda metade do reinado de Carlos II: poderia a Inglaterra vir a aceitar um soberano católico? O facto é que o herdeiro do trono, o duque de York, irmão mais novo de Carlos II, era católico e nunca o escondeu.

E quando Carlos II morre, em 1685, sobe ao trono o seu irmão, um católico convicto, com o nome de Jaime II. Este, por sua vez, tenta impor uma política de indulgência para com os católicos. Entretanto, a sua segunda esposa dá-lhe um filho – Jaime Eduardo – que é imediatamente baptizado na Igreja Católica. Do casamento anterior, Jaime II tinha duas filhas que eram protestantes e casadas com protestantes e, uma vez que o herdeiro varão tinha precedência sobre as suas irmãs na ordem da sucessão, o trono de Inglaterra tornar-se-ia irremediavelmente católico. Assim, os acontecimentos precipitam-se, a opinião pública volta-se contra o rei e sete lords pedem ao marido da filha mais velha de Jaime II, Guilherme de Orange-Nassau, chefe das Províncias Unidas, que intervenha para restabelecer a religião protestante.

Guilherme de Orange desembarca, em 1688, em Inglaterra e marcha triunfalmente sobre Londres de onde Jaime II, isolado e traído, foge para França e abdica... precisamente em favor do genro ultra-protestante, que subiu ao trono como Guilherme III. Era a vitória da “Revolução Gloriosa”, que tinha tido por objectivo impedir a recatolização da Inglaterra.

Em 1689, o rei promulga um Acto de Tolerância, que erige em lei a liberdade de consciência, que, no entanto, não se aplica aos católicos, mas apenas aos dissidentes protestantes.

Reformadores radicais: a ala esquerda da Reforma

Os primeiros reformadores – Lutero, Calvino e muitos outros – foram relutantes em abandonar completamente os dogmas da Igreja Católica, de onde provinham. Mas outros havia que eram menos conciliadores, encabeçando movimentos religiosos e sociais de tendência radical: eram movimentos de leigos com orientação anticlerical e que, quando perseguidos, se rebelavam também contra o poder do Estado.

Lutero abriu uma autêntica boceta de Pandora, soltando forças que já só podiam ser dominadas pela força. A mensagem luterana começou a ser utilizada de uma maneira temerária, “exaltada”, por uma multiplicidade de grupos radicais que constituíam como que «a ala esquerda da Reforma»²⁶. Era o caso de um reformador, Karlstadt, que preconizava “uma igreja de santos” e atacava as missas, os padres e os monges, com um entusiasmo religioso fanático, invocando uma revelação e uma experiência imediata do Espírito. Este arrebatamento sobressaltou o próprio Lutero, que com ele rompe e combate, levando Karlstadt a refugiar-se, em 1522, na Suíça, onde preparou o caminho para Zwinglio.

Outro agitador revolucionário e radical, concorrente de Lutero – Thomas Müntzer –, antigo padre católico, queria estabelecer o reino milenar de Cristo sobre a Terra. Pretendia, também, uma aplicação radical da Reforma “aqui e agora”, a impor pela violência, se necessário, e sem atender ao direito existente.

Em 1524 rebenta a Guerra dos Camponeses. Os camponeses pobres alemães levantaram-se contra os senhores que os exploravam e faziam-no invocando, agora, o próprio Evangelho, como que legitimando as suas reivindicações sociais e económicas, mas também políticas e religiosas (a livre escolha dos pastores, por exemplo). O chefe dos camponeses era, precisamente, Müntzer, que via no Evangelho uma mensagem dirigida aos pobres, importando derrubar os poderosos e os ímpios, que os exploravam e oprimiam, bem como os doutores, como Lutero, que pretendiam monopolizar essa mensagem, deturpando-lhe o sentido em favor dos senhores.

Lutero, receando que tal revolução comprometesse a sua Reforma aos olhos dos governantes, atemorizado pelas notícias de atrocidades cometidas pelos camponeses, apela às autoridades para que intervenham sem dó nem piedade contra esta revolta (no escrito *Contra as Hordas Assassinas e Rapaces de Camponeses*). Assim, os revoltosos são massacrados e Thomas Müntzer ataca violentamente Lutero, mas acaba por ser preso e é longamente torturado até ser decapitado.

Os camponeses haviam sido esmagados, mas Lutero não saíra incólume deste acontecimento, baixando notavelmente a popularidade que havia conquistado no princípio.

Apesar de dizimados na Guerra dos Camponeses, os reformadores radicais não desapareceram de cena. Pelo contrário, as perseguições pareciam até estimulá-los.

Em 1525, ainda em plena Guerra dos Camponeses, em Zurique, onde o Zwinglianismo dominava o panorama religioso da cidade, um acontecimento marca o início de um novo movimento radical. Trata-se do primeiro baptismo de adulto, realizado por um leigo, Konrad Grebel, simplesmente com uma concha de sopa e sem mais nenhuma cerimónia, numa casa particular. O baptizando era um monge transviado.

O movimento que assim se iniciava era o movimento baptista, em que os leigos pregavam, celebravam a Ceia e baptizavam. Estes “Baptistas” criticavam vigorosamente as outras Igrejas

reformadas, por arregimentarem à força os seus fiéis e também porque baptizavam os recém-nascidos. Para eles o válido, o único baptismo cristão autêntico, é o baptismo do adulto, que se decida consciente e pessoalmente a favor da fé. Tal exigência basear-se-ia nas Sagradas Escrituras.

Os adversários dos baptistas chamam-lhes anabaptistas, do grego anabaptismos, que significa “novo baptismo”.

Ao recusarem a sua integração na comunidade eclesial zwingliana, foram perseguidos e aconteceu o mesmo que com os primeiros cristãos: em virtude dessa perseguição fizeram-se pregadores itinerantes, acabando a sua mensagem por se difundir com extraordinária rapidez através de toda a Alemanha.

Estes anabaptistas, considerando-se “purificados de novo” pelo baptismo na idade adulta, renascidos para uma vida nova, abandonavam todas as doutrinas, práticas de culto ou atitudes eclesiásticas que não fossem claramente sancionadas pela Bíblia. Consideravam-se os felizes beneficiários de uma “luz interior” e assentavam toda a sua fé na Sagrada Escritura, tendo como lei o Sermão da Montanha e praticando uma moralidade rigorosa.

O facto de se basearem inteiramente na Bíblia levava-os a recusar o uso de armas durante a guerra, bem como jurar obediência aos governantes. Em consequência, muitos anabaptistas foram perseguidos e mortos pelos outros grupos reformadores e pela nova Inquisição da Reforma. Tal facto não os desviava da sua fé, mostrando-se dispostos a suportar, como mártires, cheios de paciência e heroísmo, todas as violências e perseguições de que eram alvo da parte das instâncias políticas.

A sua resistência às perseguições mais brutais e às execuções é notável. Lutero, o seu discípulo Melâncton e outros pronunciavam-se a favor da execução de todos os que seguiam as ideias anabaptistas. Zwinglio está nesta mesma linha, a ponto de mandar afogar os anabaptistas que recusassem baptizar as suas crianças.

Em 1535, os anabaptistas de Münster pretenderam instaurar, pela força, um “Reino de Cristo”, com fundamento no Apocalipse. Invocavam o Apocalipse e o Antigo Testamento, interpretados à letra, e assim acabaram por impor legalmente o novo baptismo e reprimir brutalmente todos os que se lhes opusessem, bem como preconizar a comunhão de bens e até mesmo a poligamia.

Um grupo de baptistas moderados, liderado por um antigo padre católico – Menno Simons (1496-1561) –, espalhou-se por múltiplas comunidades na Holanda, Suíça e algumas cidades do norte da Alemanha.

Menno Simons converteu-se ao anabaptismo em 1536, fruto dos seus estudos do Novo Testamento, que o levaram a duvidar da realidade da transubstanciação, a recusar o termo “Trindade”, por não aparecer assim nos escritos sagrados, bem como a defender que a natureza dupla de Cristo, tal como definida no Concílio de Calcedónia em 451 era inexacta. Para ele, a natureza de Cristo era exclusivamente divina, tal como, já no século v, defendiam os teólogos de Alexandria e o sacerdote Eutiques.

Não obstante serem homens tranquilos e pacíficos, dispostos a aceitar o sofrimento, os menonistas são considerados rebeldes por causa da revolução baptista de Münster, acabando milhares deles por sofrer o martírio. No entanto, apesar de todas as perseguições sofridas, a Igreja Menonista sobreviveu, em grande parte graças ao tremendo esforço desenvolvido por Menno Simons, bem como os numerosos livros que escreveu.

Um outro anabaptista muito conhecido foi Jakob Anmann (1644-1711), menonista que viveu e trabalhou na Alsácia e na Suíça. Em 1693, corta relações com outras Igrejas Menonistas e, com quatro mil fiéis, funda os Menonistas Amish. A sobrevivência deste grupo anabaptista deveu-se ao facto de ter emigrado para novas terras, onde puderam praticar as suas crenças numa paz relativa. Muitos

destes Amish instalaram-se na América do Norte, a maior parte na Pensilvânia, onde permanecem até hoje. Mantêm-se firmes na sua convicção de que a maior parte da tecnologia moderna tende para corromper a vida simples preconizada por Cristo. Daí a sua recusa em usar muitas invenções modernas.

Vivem em comunidades fechadas para manterem os seus valores.

As guerras religiosas: a cisão cristã definitiva

A Cristandade fragmentara-se, no decurso do século xvi, em múltiplas Igrejas. Porém, o imperador Carlos V, que nunca perdera a esperança de refazer a unidade religiosa do Império, quer solucionar a questão religiosa, convocando a Dieta de Augsburgo, em 1530, na qual pretende que as diferentes facções “protestantes” apresentem as suas doutrinas.

É nessa Dieta (dieta, ou seja, assembleia legislativa em alguns países) que, em nome dos luteranos, Melânchton apresenta a que ficou conhecida desde então como a “Confissão de Augsburgo” e que até hoje constitui a referência para todos os luteranos.

O imperador, envelhecido e já cansado de tantas querelas, traições e guerras, acaba por reconhecer como facto consumado a divisão confessional da Alemanha, sancionando a paz religiosa de Augsburgo, que concedia igualdade de direitos a católicos e luteranos.

Os príncipes alemães haviam encontrado a “sua” solução para o problema religioso, cuja fórmula – *Cuius regio, cuius religio* – significava que cada Estado professaria a religião do seu governante. Os súbditos que não seguissem a opção religiosa do seu príncipe deviam exilar-se.

Na França de Francisco I, após o “Caso dos Cartazes”, de inspiração zwingliana, a repressão contra os hereges torna-se cada vez mais dura.

Em 1545, os Valdenses da Provença, que haviam aderido à Reforma, são massacrados em grande número.

Em muitas cidades de França são implantadas Igrejas reformadas. Os Reformados, em França, denominados Huguenotes (da palavra alemã *Eyguenot*, ou seja, confederado), constituem-se, mesmo, em partido político, que quer defender, até pelas armas se necessário fosse, as suas liberdades. São-lhes concedidas algumas liberdades pela coroa, mas cedo começam as guerras religiosas em França, com o seu episódio mais sangrento conhecido como o massacre de São Bartolomeu (em 1572). São mortos os Huguenotes de Paris, a mando da regente Catarina de Médicis, a pretexto de fazer abortar uma conspiração protestante. O massacre é seguido em muitas outras cidades francesas, sendo o número de vítimas da ordem das dezenas de milhares.

Quando Henrique de Navarra, descendente do rei São Luís, mas protestante, chefe de Huguenotes, quer aceder à coroa de França, vaga, passa para o catolicismo, em 1593, e é coroado como Henrique IV. Este rei, a fim de superar os efeitos catastróficos das guerras de religião, inicia uma política de reconstrução, saneando as finanças e restabelecendo a paz, ao assinar o édito de Nantes (em 1598), em que é reconhecida a liberdade de consciência e concedida liberdade de culto aos 1,2 milhões de reformados franceses, embora com algumas restrições. Nas cidades de maioria huguenote (cerca de duzentas), estes detêm o poder político e militar, a fim de garantir a sua segurança: os protestantes constituíam, assim, em França, um autêntico Estado dentro do Estado... Tal situação acaba por ser modificada, mais tarde, pelo cardeal Richelieu, primeiro-ministro de Luís XIII, que retira aos Huguenotes os seus particulares direitos políticos e militares, embora mantivesse os seus direitos religiosos. Dirige, pessoalmente, campanhas militares contra as praças-fortes dos protestantes, no Oeste e no Sul, para suprimir esse «Estado dentro do Estado»²⁷ (1628-1629). Apesar disso, e quando convinha à França, não hesitava em concluir alianças com Estados protestantes a fim de “aliviar” o cerco da França pelos Habsburgos (católicos) em Espanha, no Império Alemão e em Itália.

Na sequência do Concílio de Trento, as suas decisões vão sendo postas em prática lentamente, mais lentamente ainda em França onde só foram realmente aplicadas no século xvii.

Após as reformas preconizadas, surge uma Igreja tradicional, com uma fisionomia que se conservou

até recentemente. Do concílio nasce uma Igreja estabilizada, hierarquizada, centralizada à volta do seu chefe: o Papa.

O dinamismo do Concílio de Trento não se ficou por aí. Por iniciativa do Papa Pio V (São Pio V) constituiu-se uma Liga Santa que empreendeu uma autêntica cruzada contra os turcos, vencendo-os na batalha naval de Lepanto, em 1571.

Porém, a ameaça turca continuou, chegando a atingir o sul da Polónia e a Áustria. Só em 1683 é que o rei João Sobieski, à cabeça das tropas polacas e imperiais, conseguiu obrigar os Turcos a levantarem o cerco de Viena. E, na ofensiva que se seguiu, foram libertadas Budapeste e Belgrado.

A reconquista religiosa das populações do centro da Europa consolidou a Igreja Católica ao norte dos Alpes.

Grande parte da Suíça “francesa” regressou ao Catolicismo, graças às missões de São Francisco de Sales.

Os países germânicos do Sul – a Áustria e a Baviera – assim como a Polónia e a Boémia, foram reconquistados para a Igreja Católica.

Tinham acabado as guerras da religião em França, continuando este país a ser maioritariamente católico, com uma minoria huguenote.

No Leste da Europa deu-se a adesão à Igreja Católica de uma parte importante da hierarquia ortodoxa, nascendo a Igreja Uniata (União de Brest-Litovsk, de 1596), tendo a sua sede metropolitana em Kiev (Ucrânia). Essa Igreja oriental é denominada “uniata” por reconhecer a autoridade do Papa. Porém, conservou os seus costumes tradicionais: língua, liturgia, matrimónio dos padres.

No século xvii, os soberanos, não só os católicos mas também os protestantes, pretendem, dentro dos seus domínios, ser senhores absolutos de todas as instituições, inclusivamente das Igrejas.

Para estes senhores absolutos a religião deveria servir os seus interesses políticos. Estes interesses eram, por vezes, contraditórios: veja-se o caso, por exemplo, de uma França católica aliando-se frequentemente aos príncipes protestantes e até, por vezes, aos Turcos, conduzindo uma política contra o imperador e o Rei de Espanha, tanto um como o outro católicos eminentes, enquanto, para dentro de portas, continuava a perseguir e maltratar os “seus” protestantes.

Na Alemanha, o Protestantismo sentia-se cada vez mais acuado, temendo a reconquista católica, de tal modo que o conflito era permanente: um conflito religioso que servia de pretexto ao político.

O Sacro-Império Romano-Germânico só teoricamente era governado pelo imperador. O seu território constituía um conjunto descentralizado e heterogéneo composto por um mosaico de 350 Estados largamente autónomos, além de um milhar de unidades geopolíticas: simples principados senhoriais ou eclesiásticos, dispondo do direito de justiça.

Desde a paz de Augsburg, de 1555, que o Império é pluriconfessional, situação com a qual não se conformava o imperador, que nunca perdera a esperança de restabelecer integralmente o Catolicismo nos seus Estados.

Em 1618, após o estabelecimento de medidas cada vez mais rigorosas contra os protestantes da Boémia, uma delegação destes dirige-se a Praga, a capital, para “exigir” explicações ao Governo. A inevitável discussão gerada, com a recusa de explicações, enfurece os delegados protestantes, que atiram por uma janela do castelo três checos católicos: a defenestração de Praga.

Os revoltosos formam, imediatamente, um Governo insurreccional provisório e recrutam um pequeno exército. Estava montado o rastilho e a chispa foi a eleição imperial de Fernando II: deu-se início a uma guerra terrível, conflito longo e devastador – a Guerra dos Trinta Anos.

Os Católicos foram vitoriosos a princípio, obrigando os Protestantes a devolver os bens eclesiásticos que foram confiscando desde 1552. As potências católicas estiveram a um passo de conseguir uma

vitória completa, mas os Protestantes fazem uma aliança com a Suécia, primeiro, e depois até com a própria França (!). A intervenção da França foi decisiva e fez pender o triunfo para o lado dos príncipes protestantes.

O conflito, estendido desde então a toda a Europa, acabou por reduzir a metade a população alemã.

Chega, por fim, ao seu termo esta guerra terrível entre “bandos” vagabundos e ávidos de pilhagens, tanto do lado Católico, como do Protestante, levando a miséria e a destruição a todo o lado, perante a impotência dos Estados e dos príncipes para controlar os exércitos mercenários que eles mesmos haviam fomentado.

A França consegue os seus objectivos: a supremacia na Europa deixou de pertencer a Espanha e o Império ficou extremamente debilitado. A França tornara-se a primeira potência mundial.

Quando, finalmente, se assinou, em 1648, o Tratado de Westfália, o caos mais absoluto reinava na Europa Central: cidades e aldeias inteiras encontravam-se em ruínas, ficara a memória das atrocidades indescritíveis cometidas por ambas as confissões religiosas.

No plano religioso, as consequências foram catastróficas. Por um lado, a reconquista católica da Alemanha ficou suspensa, por outro perdeu-se a esperança da almejada unidade cristã. O ideal da Cristandade unida foi definitivamente abandonado: tinha-se chegado à cisão cristã definitiva.

No tratado de paz, o Papa nem sequer era mencionado: a voz da Igreja, tão respeitada noutros tempos, não se conseguia ouvir com o estrondo dos nacionalismos exacerbados que iam nascendo.

Nos Países Baixos, as ideias reformistas de Calvino foram-se expandindo a partir de 1540, sobretudo em Antuérpia, que era considerada a “Genebra do Norte”.

Pregadores calvinistas fanáticos incitam as populações em Ypres, Dunquerque, Armentiers e outros lugares a destruírem as imagens religiosas e a profanarem as Sagradas Partículas.

Em 1556, repetem-se motins semelhantes na Flandres, na Zelândia, na Holanda e na Frísia: sacerdotes e religiosos foram maltratados e alguns, mesmo, assassinados; os vitrais das igrejas e das Catedrais foram partidos; um grande número de livros religiosos foi queimado; peças valiosíssimas de arte religiosa foram destruídas. Em Antuérpia, não se salvou um único templo: foram todos “purificados” à moda calvinista. E em muito poucas semanas, quatrocentas igrejas e mosteiros foram completamente “despidos”, ficando só as paredes e o tecto.

Em nome do Rei de Espanha, Filipe II, o duque de Alba inicia uma repressão sangrenta. As condenações à morte multiplicaram-se: mil e oitocentas vítimas. Porém, nada conseguia vencer a resistência daquela gente, que, animada pela família de Orange (Guilherme, o Taciturno), proclamando a secessão, em 1586, das sete províncias do norte dos Países Baixos, que passaram a constituir as Províncias Unidas: a futura Holanda.

As províncias do Sul – a futura Bélgica –, onde eram numerosos os jesuítas e exercia uma grande influência a Universidade Católica de Lovaina, permaneceram católicas.

Durante vários decénios, a guerra entre a Holanda e a Espanha prosseguiu, até terminar com a paz de Westfália, em 1648.

Duc in altum: a evangelização fora da Europa

Igreja Missionária do século xv ao xviii

Chegados ao fim do século xv, os descobrimentos marítimos portugueses puseram a Europa em contacto com a Índia (Vasco da Gama, 1498) e com a América do Sul (Pedro Álvares Cabral, 1500). Colombo, ao serviço dos soberanos espanhóis, havia chegado à América do Norte (1492). Na pegada dos portugueses, os espanhóis radicam-se principalmente na América Central e do Sul, depois de repartir o mundo descoberto com os Portugueses (Tratado de Tordesilhas).

Vasco da Gama esperava encontrar na Índia os cristãos asiáticos, que todos julgavam ser muito numerosos, já que, segundo a Tradição, a Ásia teria sido evangelizada por São Tomé. A finalidade da viagem de Vasco da Gama estava no acesso às especiarias, cujo comércio os Portugueses desejavam fazer sem os intermediários árabes.

Ao Rei de Portugal é concedida a jurisdição temporal e espiritual sobre as terras descobertas, numa série de bulas de cruzada da Santa Sé. O Papa Alexandre VI encarrega não só o rei português como também o espanhol de organizar a Igreja nas terras que haviam conquistado após as descobertas: formação de dioceses, nomeação dos bispos, envio de missionários para a evangelização, etc. Essas concessões designavam-se como o direito de padroado.

Portugal, um país pequeno, com uma população diminuta (milhão e meio de habitantes nessa época), via-se em sérias dificuldades para conseguir o pessoal necessário para exercer o seu direito de padroado, pelo que teve de recorrer a missionários estrangeiros. Mas exige a todos os missionários estrangeiros que se destinem aos seus territórios ultramarinos que passem por Lisboa.

Os espanhóis exercem o mesmo direito de padroado (patronato, em castelhano) e já no século xvi, após a conquista do México, a que se seguiu a da Colômbia e do Peru, desencadeou-se uma verdadeira corrida, entre 1520 e 1540, seguindo na pegada dos conquistadores (Cortez, no México, Pizarro, no Peru) os comerciantes e os missionários. A coroa espanhola, mesmo sem ter assumido os riscos da conquista, que eram obra de expedições privadas, em que banqueiros e ricos mercadores financiavam as viagens e as conquistas, encorajava o povoamento das suas colónias: os reis decretavam amnistias para os presos que estivessem dispostos a partir; os conquistadores eram recompensados com terras e títulos; eram nomeados governadores das colónias (os adelantados), com todo o poder em matéria jurídica; eram enviados missionários, etc.

No século xvii, em 1662, Roma quis passar à iniciativa na direcção da evangelização fora da Europa, com a criação da Congregação da Propaganda Fide (ou seja, de Propagação da Fé).

Com tal criação, paralelamente ao existente direito de padroado, era inevitável surgirem, em muitos casos, situações de conflito de jurisdição.

Entretanto, a congregação desempenha um grande papel, ao criar vigários apostólicos e bispos missionários que ficavam dependentes directamente do Papa. A Propaganda Fide funda seminários e universidades e fornece muitos meios de que tanto necessitavam as missões, entre eles uma imprensa poliglota.

Nas colónias que se iam constituindo no ultramar, os primeiros missionários provinham das antigas Ordens religiosas: Agostinhos, Franciscanos, Dominicanos, Carmelitas. Já no século xvi, os Jesuítas, muitos poucos anos depois do reconhecimento, em 1540, da nova Ordem religiosa pelo Papa Paulo III, sob o nome de Companhia de Jesus, partiram em missão para a Índia Portuguesa, chegando a Goa em 1542.

Depois, já no século xvii, são enviados missionários para o ultramar, membros das ordens dos Lazaristas, Sulpicianos, etc. Os franceses, por meio da Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris, enviam sacerdotes para as missões da Propaganda Fide.

A todos estes missionários juntaram-se, inicialmente, muitos padres seculares que, meio sacerdotes, meio aventureiros, acompanhavam os primeiros conquistadores.

A primeira evangelização da África é feita pelos portugueses, que haviam descoberto e explorado as suas duas costas: a Ocidental, até ao Cabo da Boa Esperança, na ponta sul do continente africano, em 1486; a Oriental, até Moçambique, em 1498.

Em 1491, os missionários portugueses baptizaram o Rei do Congo, Afonso I, nascendo uma Igreja congoleza. O filho do rei é o primeiro negro a ser ordenado sacerdote. A capital do reino, Salvador, torna-se sede episcopal em 1596.

A Propaganda Fide envia Capuchinhos a evangelizar, surgindo os primeiros conflitos de jurisdição.

Depois, a partir do século xvii, missionários franceses entram na evangelização de África: Costa do Marfim, Madagáscar (Lazaristas), Senegal (Espiritanos).

Vem, a seguir, o Oriente, desde a Índia ao Japão e à China.

O fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loiola, designou como missionário para a Índia um dos seus companheiros da primeira hora: Francisco Xavier, que chegou à colónia central das “Índias Portuguesas” – Goa – em 1542. Ao longo da costa ocidental da Índia, Francisco Xavier baptiza alguns milhares de indianos. Segue, depois, para Malaca, onde se encontra em 1545. Por fim, com mais alguns companheiros jesuítas, chega ao Japão em 1549, instalando-se em Kagoshima, na ilha mais ao sul do Japão: Kyu Shu.

No Japão, Francisco Xavier muda completamente o seu método missionário no confronto com a realidade cultural japonesa, com a sua filosofia e os seus costumes, muito estranhos para um europeu. Francisco Xavier dedica-se a aprender a língua japonesa e procura adaptar-se aos costumes do país. E, assim, introduziu o Cristianismo na cultura japonesa, com tanto êxito que, por volta de 1600, mais de 300 000 japoneses se haviam convertido, principalmente na ilha de Kyu Shu e nas regiões de Kyoto e de Tóquio. No entanto, não tardaram as perseguições aos cristãos, fruto da conjugação de vários factores: a oposição budista e sintoísta, as guerras entre os senhores feudais japoneses e os receios dos japoneses de que os católicos constituíssem uma porta de entrada (hoje dir-se-ia uma quinta coluna) para a invasão europeia.

Assim, em 1597, após quase cinquenta anos de Cristianismo no Japão, são executados em Nagasaki vinte e seis missionários e fiéis: crucificados, decapitados e queimados.

Já em 1614, o Cristianismo é proibido em todo o Japão, sendo os cristãos executados depois de sujeitos a terríveis suplícios. Só numa dessas fases de perseguição, em 1635, são massacrados 35 000 cristãos. Duzentos missionários acabam por ser expulsos, fechando-se o Japão à sua entrada até ao século xix.

Na Índia, os portugueses instalados em Goa entram em conflito com os cristãos nestorianos aí existentes, dependentes da Igreja siríaca da Mesopotâmia.

O primeiro bispado é instalado em Goa, em 1533, bispado que acabou por ser a sede de todo o Oriente, até à China. Além de São Francisco Xavier, que participou na evangelização “sumária” que ali se praticava, distinguiu-se, já no século xvii, um missionário português, que acabou por ser martirizado por amor da fé: São João de Brito, decapitado em 1693.

Poucos anos depois de se terem instalado em Goa, os portugueses instalam-se, em 1553, em Macau, mercê de um acordo com as autoridades chinesas de Kuang Tsung: instalação de uma feitoria na península de Macau, com a contrapartida de expulsarem os piratas da região.

Em 1565 há uma residência jesuíta na colônia que, mais tarde, em 1597, instalou a primeira universidade europeia no Oriente: o colégio-universidade da Madre de Deus.

Pouco tempo, também, depois de se terem instalado os jesuítas em Macau há um bispo (1576).

A partir de Macau, os jesuítas chegam a Pequim. E em breve o Papa Paulo V autoriza a tradução da Bíblia e dos textos litúrgicos para o chinês (1615). Os jesuítas acabam por ser bem recebidos na corte imperial, ao transmitirem aos chineses os conhecimentos científicos europeus que eles absorviam com grande entusiasmo. Assim, em fins do século xvii, há já na China cento e vinte missionários e entre 200 e 300 000 chineses cristãos.

Entretanto, ao intrometer-se a Propaganda Fide no terreno do padroado português, eram inevitáveis os conflitos, inoportunos porquanto os imperadores chineses se desencantam e acabam por desencadear perseguições aos cristãos. Para isso contribuiu, também, a designada “querela dos ritos”: os próprios missionários europeus dividiam-se em questões de linguagem quanto à liturgia e quanto aos costumes tradicionais. Assim, os jesuítas da Índia e da China haviam feito muitas adaptações, entregando-se a um “apostolado intelectual”, dando a conhecer a ciência ocidental – a astronomia, as matemáticas – e usando um vocabulário especial para designar Deus em chinês, bem como autorizando aos cristãos chineses a prática dos ritos tradicionais chineses tais como a veneração dos antepassados e de Confúcio.

Quanto aos missionários de outras Ordens religiosas – Dominicanos, Franciscanos, etc. – esses consideram as “adaptações” dos jesuítas como concessões à idolatria.

Consequência desta situação foi a dos imperadores chineses tolerarem unicamente os jesuítas letrados, na sua corte de Pequim. No entanto, os cristãos chineses sofriam a perseguição...

Esta situação, entretanto, acabou por se agravar irremediavelmente no século xviii com a supressão da Companhia de Jesus (1792). A Revolução Francesa fez o resto...

No outro lado do mundo, os Espanhóis iniciaram a evangelização da América Central e de quase toda a América do Sul. Aqui exceptuava-se o imenso território do Brasil, sob o domínio português.

Os colonos eram auxiliados por missionários de várias Ordens: Franciscanos, Dominicanos e, mais tarde, Jesuítas. A política espanhola, ao chocar-se com as civilizações chamadas pré-colombianas, agia brutalmente, fazendo tábua rasa (tabula rasa) dessas civilizações, destruindo sistematicamente os ídolos que encontravam e entregando-se a uma rigorosa despistagem de quaisquer vestígios de idolatria, a fim de os votar à destruição.

A “tábua rasa” foi ajudada pelas velhas doenças importadas da Europa e para as quais os índios não tinham qualquer imunidade: a terrível varíola e o sarampo. Tais doenças faziam “razia” nos índios, ainda por cima depauperados e esgotados pelos duros trabalhos a que eram submetidos nas minas. Já em meados do século xvi, em alguns territórios colonizados pelos espanhóis – por exemplo as Antilhas –, a população autóctone havia sido extinta.

Esta situação faz nascer atritos e sérios conflitos entre os missionários e os colonos. Queixas de um lado e do outro para a corte de Espanha levam esta a legislar no sentido de os índios serem considerados homens livres, devendo os seus patrões (os encarregados ou encomenderos) tratá-los como tal, preocupando-se com a sua vida cristã (leis de Bengos, de 1512).

A Espanha, colonizadora da América Latina, teve o cuidado de organizar a Igreja nas suas colônias e, em menos de cem anos, do século xvi ao século xviii (entre 1511 e 1620), criou trinta e quatro dioceses com os seus respectivos bispos, os quais eram normalmente escolhidos entre os religiosos missionários da metrópole.

A evangelização dos índios, para além da destruição sistemática dos ídolos, procura ser séria, esforçando-se os missionários pela aquisição de um elemento fundamental para a sua eficácia: o

conhecimento das línguas locais, escrevendo os catecismos e os sermões nessas línguas locais. E assim os baptismos seguiam-se em bom ritmo...

Entretanto, a Igreja bem se organizava, com as suas dioceses, as suas escolas, igrejas e até seminários, tendo porém que se adaptar a uma instituição civil que era a sua antítese: a encomienda (isto é, encomenda, encargo) que entregava territórios vastos, com os seus habitantes indígenas, aos colonos (os encomenderos). Nas encomiendas constituíam-se explorações agrícolas vastas e exploravam-se as minas, sendo os índios assalariados para esses trabalhos (apenas em teoria uma vez que eram submetidos a trabalho escravo). Este trabalho levava os índios ao esgotamento, fazendo as doenças importadas o resto, como já vimos, começando a diminuir drasticamente a população autóctone.

A breve trecho, a falta de mão-de-obra local, pela “razia” a que eram submetidos os índios, desencadeia uma grande procura de mão-de-obra em África, fazendo nascer o tráfico de Negros. Este tráfico de escravos africanos para trabalharem nas Américas espanholas e portuguesas mantém-se até ao princípio do século xix, calculando-se terem sido traficados, nos séculos xvi e xvii, entre catorze a vinte milhões de negros.

No entanto, a Igreja procura suavizar a vida dos índios. Entre os seus membros avulta um dominicano que consagra a sua vida numa luta pela justiça em favor dos índios: Bartolomeu de Las Casas. Em 1542, Las Casas enviou ao imperador Carlos V uma Brevíssima Relação da Destruição dos Índios, em que descreve os horrores da colonização espanhola. Tal relatório esteve na origem das Novas Leis, que levaram a uma extinção progressiva da encomienda. Porém, Las Casas, entretanto feito bispo de Chiapa, na Guatemala, em 1545, teve o desgosto de ver a exploração da encomienda ser substituída pelo tráfico de escravos negros trazidos de África. Bartolomeu de Las Casas acabou por regressar definitivamente a Espanha, em 1547, dada a hostilidade que sofria da parte dos colonos.

Na colónia portuguesa da América do Sul – o imenso Brasil – havia os chamados “donatários”, que se assemelhavam muito aos encomenderos nos privilégios que tinham. Aí, a defesa dos índios era feita principalmente por um jesuíta português, o Padre António Vieira. É famoso pelos seus Sermões (editados actual-mente em quinze volumes), dos quais se destaca, na matéria de que estamos a tratar, o Sermão do primeiro Domingo da Quaresma, de 1653, que lhe valeu a perseguição dos colonos e o repatriamento.

Quanto aos escravos negros, alguns viram as suas miseráveis vidas suavizadas pela acção caridosa de um jesuíta, Pedro Claver, em 1654.

A América do Norte tem a sua primeira diocese poucos anos depois da independência, em 1776. Essa primeira diocese foi a de Baltimore, fundada em 1789. O seu primeiro bispo foi John Carroll.

No Canadá, franceses e irlandeses fazem crescer rapidamente uma comunidade cristã. Porém, a conquista inglesa do Canadá francês trouxe intranquilidade permanente para a Igreja Católica, que era apenas tolerada. E só no século xix se fundaram dioceses católicas no Canadá.

O contraste com o México e a América do Sul era flagrante. Quando foi criada a diocese de Baltimore havia já, na América espanhola e portuguesa, sete arcebispados e trinta e seis bispados.

No século xviii, a actividade missionária foi fortemente enfraquecida, devido à conjugação de alguns factores: as crises internas da Igreja – o Iluminismo, a debilidade do papado perante os “déspotas-iluminados”, verdadeiros senhores das Igrejas, levando à extinção da Companhia de Jesus pelos diversos Estados católicos e, finalmente, pelo Papa Clemente XIV, em 1773, levando ao repatriamento de todos os missionários jesuítas; depois, os acontecimentos da Revolução Francesa e as guerras que se lhe seguiram, levando ao declínio das potências coloniais, que com muita dificuldade contactavam as suas colónias ultramarinas, dado o domínio dos mares ter passado para as

mãos dos ingleses.

Só com a supressão da Companhia de Jesus entram em inactividade três mil missionários no mundo. As outras Ordens religiosas não dispunham de efectivos suficientes para os substituir, ficando muitos dos novos convertidos entregues à sua sorte.

Os mares, dominados pela Inglaterra, tornam muito difíceis as viagens dos missionários católicos. Os protestantes, quase sozinhos em campo, aproveitam a sua oportunidade, nascendo em Inglaterra muitas sociedades de missões protestantes.

E, assim, a Igreja viu frustrada a sua ambição de converter o Oriente, tanto mais que tão mal tinha sido equacionado o problema do encontro do Cristianismo com outras culturas.

Século XVII: o grande século francês

O século xvii foi, na realidade, o grande século francês, não só no campo político como também no campo religioso.

O absolutismo do Rei Sol, Luís XIV, está na origem da chamada crise galicana. O rei julga-se o senhor da Igreja, em França, até mesmo da consciência dos seus súbditos. Sucessor de um Luís XIII que havia consagrado o seu reino à Santíssima Virgem, em 1638 – autêntico símbolo do «século de ouro do catolicismo em França»²⁸ –, Luís XIV acaba com a tolerância face aos protestantes, revogando o édito de Nantes, em 1685, impondo, assim, a unidade católica pela força. Porém, o facto de acabar com a tolerância que houve até então para com os súbditos huguenotes do seu reino não impediu Luís XIV, com o seu orgulho e vaidade, de entrar em conflitos com a Santa Sé.

O galicanismo já se revelara no século xiv com Filipe, o Belo, aquando do confronto violento deste rei com o Papa Bonifácio VIII, ao afirmar a sua própria autoridade nos assuntos eclesiásticos do seu reino. Lá no fundo, não conseguia esconder a sua sede por dinheiro, não se mostrando escrupuloso nos meios para o obter: cobrar impostos sobre os bens da Igreja (causa do primeiro conflito com Bonifácio VIII que defendia a imunidade fiscal da Igreja). O segundo conflito teve por objecto a imunidade jurídica dos clérigos. Filipe, o Belo, afirma-se como o único senhor no seu reino sem qualquer superior no domínio temporal. Chegou ao ponto de ameaçar fisicamente a integridade do Papa, mandando Guilherme de Nogaret, um seu legista, acusar o Papa de heresia, simonia, salteador da cátedra de Pedro, etc., devendo caber a um concílio geral julgá-lo e condená-lo. Bonifácio VIII, já bastante idoso, sente-se fortemente abalado e acaba por morrer.

Por outro lado, os magistrados franceses reivindicavam que qualquer decisão romana deveria ter a sua autorização para ter força de lei em França.

E alguns teólogos franceses afirmavam a superioridade dos concílios sobre o Papa. Um deles, Richer, da Faculdade de Teologia de Paris, como manifestação da liberdade da Igreja galicana, propõe mesmo uma organização colegial da Igreja de França com base em eleições.

O mais grave dos conflitos de Luís XIV com o Papa consistiu na querela da “Regalia”: o rei pretendia cobrar em todo o seu reino os direitos de regalia ou proventos dos bispados vagos, direito em que estava limitado por uma Concordata de 1516 às províncias mais antigas.

Perante esta pretensão, o Papa Inocência XI reage, não aceitando o facto consumado e recusando-se a reconhecer os bispos designados pelo rei, o que trouxe como consequência a vacatura, a breve trecho, de trinta e seis dioceses.

O episcopado francês pôs-se ao lado do rei, numa assembleia do clero convocada para resolver esta situação. Foi a ocasião para que um dos mais ilustres membros dessa assembleia, o bispo de Meaux, Bossuet, redigisse a Declaração dos Quatro Artigos Orgânicos, que passou a constituir a verdadeira carta do galicanismo: o rei é senhor do seu reino e não está submetido a qualquer poder eclesiástico; o concílio é superior ao Papa, pelo que os decretos do Concílio de Constança (superioridade do concílio em relação a toda a autoridade, inclusive o Papa), aprovados e observados pela Igreja galicana, continuavam em vigor; os costumes galicanos deviam ser respeitados; os decretos do Papa em matéria de fé só seriam irreformáveis após terem obtido a conformidade da Igreja.

Tais Artigos Orgânicos deviam ser ensinados em todos os seminários franceses e assim foi até ao fim do conflito das regalias, sendo essa ordem revogada em 1693, vinte anos depois de ter começado (1673). Porém, o Galicanismo não morreu aí... Continuou a viver ao longo de todo o século xviii.

No campo religioso, o século xvii foi, sem dúvida, o grande século francês pelas grandes figuras que

surgiram nesse tempo: grandes santos, como São Francisco de Sales, que durante vinte anos foi bispo de Genebra, cidade que havia sido o centro de toda a actividade de Calvino, com toda a sua actividade na difusão da piedade pessoal entre os leigos que viviam no mundo, escrevendo dois livros que muito contribuíram para a renovação da vida espiritual (a Introdução à Vida Devota e o Tratado do Amor de Deus); São Vicente de Paulo, que, por um lado, promoveu as missões populares dos sacerdotes “lazaristas” (assim chamados por se formarem no Seminário de São Lázaro), e, por outro, teve uma intensa acção beneficente, através da congregação religiosa que fundou – as Irmãs da Caridade – a primeira congregação religiosa feminina que se dedicava aos doentes e necessitados fora dos conventos; Santa Margarida Maria Alacoque, freira de uma ordem fundada por São Francisco de Sales – a Ordem da Visitação – e que, em 1675, teve uma revelação do Senhor no sentido de difundir a devoção do Seu Sagrado Coração, constituindo essa difusão o principal objectivo da sua vida; Santa Joana Francisca de Chantal, que fundou com São Francisco de Sales a Ordem da Visitação, de freiras salesianas contemplativas.

No século xvii os temas religiosos estavam na ordem do dia: era um tempo de disputas teológicas e a paixão com que se abordavam algumas questões era reveladora de um estado latente de instabilidade espiritual.

Uma dessas questões, sobre a qual se debruçaram todos os teólogos da época, era o problema das relações entre a graça divina e a liberdade humana ou livre arbítrio. Tal questão sempre apaixonou, em todos os tempos, os teólogos cristãos.

Já Santo Agostinho (de seu nome Aurelius Augustinus) sustentara uma polémica, no século v, contra a heresia pelagiana, que pretendia que não era necessária a graça divina para nos salvarmos, pois não existia o pecado original e o homem poderia, por si só, com o seu esforço, alcançar a perfeição, pelo que se tornava também desnecessária a Redenção. Porém, Santo Agostinho acreditava numa graça divina todo-poderosa e na miséria e decadência do homem.

Lutero e Calvino aderiram à tese de Santo Agostinho.

Já o Concílio de Trento, em 1547, após longa reflexão sobre o tema, anatemizava, na sua sexta sessão, quem dissesse que o homem se poderia justificar sem a graça divina, só pelas suas obras, e quem dissesse que o homem não exercia o livre arbítrio (a liberdade da vontade humana) para se justificar ou não. Eram necessárias a graça divina e a liberdade humana concorrendo na realização das obras meritórias para a salvação, mas o concílio absteve-se de se pronunciar sobre o modo dessa cooperação.

E já na segunda metade do século xvi, um jesuíta – o padre Luís de Molina –, atacava as posições agostinianas, pondo o acento tónico no papel do livre arbítrio na salvação. Esta doutrina é o “molinismo”, que afirma que a graça suficiente para fazer o bem só produz o seu efeito pela decisão da vontade humana livre.

Esta doutrina suscitou violentas controvérsias, estando à cabeça da contestação a Faculdade de Teologia da Universidade de Lovaina, cujo chanceler – Baio – defendia uma tese na linha da tradição agostiniana, salientando a graça e a predestinação em detrimento da liberdade humana. Esta tese de Baio foi condenada por Roma em 1567.

Um outro teólogo da Universidade de Lovaina, Cornélio Jansen (Jansénio), que mais tarde foi bispo de Ypres, nos Países Baixos Espanhóis (actual Bélgica), expõe as suas teses sobre a graça, numa obra publicada postumamente em 1640: o Augustinus (isto é, Santo Agostinho).

Jansénio expôs, no seu tratado, uma doutrina sobre a graça, que se fundamentava nas teses formuladas por Santo Agostinho, nas polémicas que sustentou com Pelágio, precisamente aquelas teses em que ele sublinhou, até ao extremo, a irresistível força da graça concedida por Deus aos

predestinados e a importância do homem para obter a salvação.

O Jansenismo, que tem o nome de Jansen, é uma doutrina que manifesta um grande pessimismo a respeito da natureza humana, absolutamente depravada pelo pecado original e impotente para fazer o bem. E frisa a convicção de que Cristo não tinha morrido para nos salvar a todos.

O Jansenismo tem sido chamado o “calvinismo católico”, isto é, «a doutrina de Santo Agostinho vista através de Calvino»²⁹. Estas ideias de Jansen foram difundidas pelo abade de Saint-Cyran, director espiritual da abadia de Port-Royal, mosteiro de freiras cistercienses, e também por Antoine Arnault, que, na sua obra de 1643, *A Comunhão Frequente*, combate o que se se chama de “laxismo” dos jesuítas, apresentando a comunhão eucarística não como um meio de santificação, mas como uma recompensa adquirida através de mortificação.

O introdutor do Jansenismo em França foi o abade de Saint-Cyran, irradiando esta doutrina a partir da abadia de Port-Royal, cuja abadessa, a madre Angélica Arnault, restaurou a disciplina, introduzindo uma rigorosa e severa observância. Era irmã de Antoine Arnault. E em torno das cistercienses de Port-Royal e dos Arnault constituiu-se um “partido jansenista”: o grupo dos solitários de Port-Royal, encabeçado por um convertido recente, o ilustre matemático e físico genial Blaise Pascal.

Este grupo sustentou uma luta dura e longa, sempre em polémica com os opositores, tendo os jesuítas no comando, e contra os quais Pascal escreveu as suas famosas Cartas Provinciais, acusando-os de acomodarem a religião às exigências e aos interesses do século.

A primeira crise do Jansenismo surgiu quando os seus opositores levaram o conflito ao conhecimento de Roma. O Papa Inocêncio X condenou, em 1653, cinco proposições heréticas do Augustinus.

A condenação papal não acaba com o conflito, tanto mais que os jansenistas afirmavam que as cinco proposições não eram do Jansenismo, e Blaise Pascal toma o partido dos jansenistas, atacando publicamente a moral laxa dos jesuítas. Uma paz de compromisso surgiu em 1688, paz essa que mais favorecia a influência de Port-Royal, que servia de refúgio aos descontentes, aos aristocratas e a toda a nobreza desiludida com o absolutismo real. Criadores das Pequenas Escolas, onde os leigos alimentavam uma vida espiritual pessoal, com o recurso à Bíblia, dispendo de numerosos eruditos (Nicole, Hamon, e Le Maistre, entre outros), que faziam a apologia do Cristianismo.

Uma segunda crise nasce no fim do século xvii e prossegue pelo século xviii dentro. Arnault morre no exílio (1694), tornando-se chefe do Jansenismo um oratoriano, Quesnel, instalado nos Países Baixos (futura Bélgica) e depois nas Províncias Unidas do Norte (futura Holanda). Quesnel publicou, em 1695, umas Reflexões Morais, das quais cento e uma proposições são condenadas por uma bula do Papa Clemente XI: a bula *Unigenitus*.

Luís XIV, farto das dissidências entre os jansenistas e os seus opositores, ordenou a demolição da abadia de Port-Royal, conseguindo a excomunhão das cistercienses, que foram expulsas e dispersas pela província. A condenação real e simultaneamente papal do Jansenismo acabou com a história externa de um movimento que constituiu como de discórdia para os cristãos de França durante três quartos de século.

As consequências da extinção do Jansenismo francês não são menos deploráveis. Os chefes do Jansenismo refugiam-se, agora, na Holanda, onde constituem uma Igreja jansenista, separada de Roma pelo Cisma de Utrecht, em 1705. Alguns anos depois forma-se a Igreja Cismática dos Velhos Católicos, à qual aderem, além da diocese de Utrecht, as dioceses de Haarlem e Deventer. Estes “Velhos Católicos” – dos quais existem actualmente cerca de 13 000 fiéis – só reconhecem ao Papa um primado de honra e já celebram a liturgia na sua língua nacional desde o início, muito antes, portanto, do Vaticano II.

Outra consequência deplorável, e mais grave ainda, foi a de ter criado um estado de espírito que muito contribuiu para acabar com os seus maiores opositores: os jesuítas, que defendiam activamente a ortodoxia católica, multiplicando-se numa acção que os tornava presentes em todo o lado, sendo, assim, o alvo de todos os inimigos da Igreja.

Estavam abertas, de par em par, as portas que permitiram a entrada das turbas anticristãs do século xviii francês, o século da Revolução.

Na segunda metade do século xvii surgiu em França uma doutrina mística denominada Quietismo, consistindo numa atitude contemplativa baseada numa passividade e não resistência ao mal.

O Quietismo teve como autor um sacerdote espanhol que residia em Roma: Miguel de Molinos (1628-1696). Para este sacerdote, não só era inútil realizar “boas obras”, como também se não deveria opor resistência à tentação, pois resistir era uma forma de agir, de tomar a iniciativa quando a verdadeira atitude deveria ser a da passividade relativamente a tudo, até mesmo ao pecado. Tal passividade acabaria, sem dúvida, por justificar um laxismo moral.

Molinos publicou, em 1675, O Guia Espiritual, onde propunha a sua doutrina mística de abandono e contemplação, doutrina esta recebida entusiasticamente pelos seus seguidores, não só em Itália, mas também em França.

Tal doutrina, após um longo processo, levou Molinos a ser condenado pela Inquisição a prisão perpétua, em 1687. Acabou por morrer doze anos mais tarde.

Em França, a sua doutrina sobreviveu-lhe numa forma mais mitigada, sendo sua divulgadora uma senhora viúva – Madame Guyon – que pregou a sua mensagem durante as viagens que empreendeu em França. Publicou em 1684 um Meio Curto e Fácil para a Oração. Presa, é libertada por intervenção da esposa de Luís XIV, Madame de Maintenon, que apresenta Madame Guyon a Fénelon, arcebispo de Cambrai.

Fénelon descobre a via mística por intermédio de Madame Guyon e torna-se seu seguidor, a ponto de a defender quando ela perdeu o favor real. Madame Guyon foi novamente encarcerada durante dez anos.

Para essa defesa Fénelon escreveu a sua bela obra Explicação das Máximas dos Santos sobre a Via Interior, em 1697, apoiando-se nos autores tradicionais.

Seu adversário, Bossuet, que convenceu o rei Luís XIV a obter do Papa Inocêncio XII a condenação de vinte e três proposições extraídas do livro de Fénelon, levou este a submeter-se e passar a dedicar-se intensamente à sua tarefa de arcebispo de Cambrai.

O grande século francês foi, sem dúvida, o século xvii, com o florescimento do Catolicismo em França, dando à Igreja quatro grandes santos franceses e a preocupação especial pela elevação do nível do clero diocesano – com a fundação do Oratório pelo cardeal de Bérulle e a preparação de professores para os seminários diocesanos franceses a partir dos sulpicianos vindos do seminário de São Sulpício. Século cuja vida intelectual se enriqueceu sobremaneira com figuras de primeira grandeza: Pascal, matemático e grande pensador cristão, os prelados Bossuet e Fénelon. A consagração do reino de França à Santíssima Virgem, em 1638, voto do rei Luís XIII, coroou o que pode, assim, considerar-se o século de ouro do catolicismo francês.

Por outro lado, foi um século de grandes disputas teológicas em França, dando origem a posições heréticas. Nasceu o Jansenismo, com as suas deploráveis consequências: o Cisma de Utrecht, culminando na Igreja Cismática dos Velhos Católicos; o clima de irreligiosidade do século seguinte, em França; o século da Revolução; a criação de um estado de espírito que muito contribuiu para acabar com os jesuítas, os seus maiores opositores.

Século de luzes, sem dúvida, mas também de algumas sombras...

Os Regalismos do século XVIII

No século xviii, as tendências da Igreja Galicana foram imitadas praticamente por todas as monarquias católicas: tendência para um intervencionismo eclesiástico no próprio país e hostilidade para com a sede romana.

Perante um papado sem autoridade e sem vigor, uma vez que se tratavam, geralmente, de Papas bastante idosos (Inocêncio XIII, Bento XIII, o octogenário quase cego Clemente XII, Clemente XIII e Clemente XIV, também sem qualquer autoridade, até Bento XIV, que ainda conseguiu enfrentar os déspotas do seu tempo, tendo um grande reinado, mas, por fim, um Pio VI, amigo do luxo, fraco e egoísta) erguiam-se os “déspotas esclarecidos” do tempo, inescrupulosos, pretendendo só depender de Deus ou de si mesmos e “esclarecidos”, porque imbuídos das novas ideias filosóficas, que admitiam que a libertação e o progresso da humanidade pressupunham governos fortes. Déspotas esclarecidos, como o tinha sido Luís XIV, em França, eram agora, Frederico II da Prússia, Catarina, a Grande, da Rússia e Gustavo III da Suécia.

Nos países germânicos, as doutrinas regalistas, que então estavam na moda, deram origem ao que ficou conhecido como o Febronianismo, doutrina devida ao bispo auxiliar do príncipe-bispo eleitor de Tréveris, de nome João Nicolau de Hontheim, mas que se escondia debaixo de um pseudónimo: Febrónio.

Febrónio publicou uma obra, a Constituição da Igreja, cujas teses ressuscitavam as velhas doutrinas conciliaristas, atribuindo ao concílio uma supremacia, numa Igreja em que o Papa desempenharia apenas funções de gestão administrativa. Mas Febrónio ia mais longe: ele defendia a subordinação das Igrejas aos príncipes, reclamando, além disso, uma maior autonomia para os bispos em relação à Sede romana e um regresso à disciplina de uma pretensa “Igreja primitiva”.

A obra de Febrónio foi condenada pelo Papa, que a colocou no Índice, em 1764. No entanto, essa obra difundiu-se amplamente na Europa, sendo bem acolhida.

O Regalismo monárquico penetrou, também, na monarquia dos Habsburgos sob a forma de Josefismo, designação derivada do nome de José II, que seguia uma política religiosa visando limitar a acção de Roma apenas ao domínio dogmático, ao mesmo tempo que unificava a legislação dos seus diversos Estados e levava a Igreja à sua pureza primitiva.

Para José II da Áustria, a Igreja deveria ser uma espécie de departamento do Estado, tendo a seu cargo o culto e o fomento da ordem moral. Ao Governo competiria a regulação dos serviços eclesiásticos, desde o calendário litúrgico aos estudos dos seminários, desde o regime dos mosteiros até às comunicações com Roma.

E, na onda da supressão da Companhia de Jesus, José II elimina também os mosteiros de contemplativos, que considerava inúteis, passando as suas rendas para o baixo Clero e para as escolas paroquiais.

Pretendia, também, vigiar de perto a formação do clero do país nos seminários, ter conhecimento prévio dos sermões para os censurar, regulamentar minuciosamente o culto, interditando procissões e peregrinações. Por tudo isto chegou a ser apelidado de “rei-sacristão”.

Este “despotismo esclarecido”, característico do Regalismo, estendeu-se à Baviera, onde Maximiliano-José III agravou o controlo do clero pela coroa, limitando a censura eclesiástica apenas aos livros dogmáticos e exigindo formalidades civis para o Matrimónio. Já para o fim do século, o seu ministro Montgelas, inspirado no Josefismo, suprime os mosteiros.

A influência da política eclesiástica deste “despotismo esclarecido” fez-se sentir para além das

fronteiras das monarquias católicas. Assim, um “déspota esclarecido” da Igreja ortodoxa, o czar da Rússia, Pedro, o Grande, suprimiu, em 1723, o Patriarcado da Igreja russa substituindo-o por um Santo Sínodo que o Governo controlava estreitamente.

A Igreja romana, amputada pela Reforma Protestante e assim privada de muitos dos seus fiéis, minada como já vinha sendo pelo racionalismo, era combatida no seu terreno, na área a que ficara reduzida, pelos seus próprios fiéis. Com a vida monástica suprimida em muitos lados e um poder papal desautorizado, enquanto a irreligião se espalhava entre as classes elevadas, nas vésperas de uma terrível era de revoluções, a vida cristã não parecia inspirar nenhuma grande obra, havia crise de santos e a barca de Pedro, embora navegando ainda, era fustigada por ventos tempestuosos e vagas alterosas.

A nefanda perseguição aos jesuítas

A Companhia de Jesus, fundada por Santo Inácio de Loiola, foi, sem dúvida, o mais importante legado do século xvi.

Iñigo de Loyola – que mudaria o nome para Ignatio – era um jovem basco da nobreza que tinha servido como oficial do imperador Carlos V (Carlos I de Espanha). Na batalha do cerco de Pamplona, sitiada pelos franceses, é ferido numa perna por uma bala de canhão, ficando irremediavelmente coxo. Renunciou, então, a tudo quanto possuía e peregrinou até à Terra Santa.

Juntamente com outros cinco companheiros, fez em Paris os votos religiosos, comprometendo-se todos a consagrarem-se ao serviço das almas. Era o ano de 1534. Resolvem permanecer unidos e pôr-se à plena disposição do Papa. E assim, poucos anos passados, em 1540, o Papa Paulo III aprovou uma nova Ordem religiosa de clérigos regulares cuja finalidade primordial era a propagação da fé católica e o ensino da doutrina.

Aos votos clássicos das Ordens religiosas – pobreza, castidade e obediência – tinham acrescentado um quarto voto, precisamente aquele de estarem sempre à disposição do Papa.

O Papa apercebeu-se imediatamente de que tinha encontrado naqueles jovens brilhantes e eloquentes, dialecticamente hábeis e com uma formação teológica segura, uma autêntica tropa de choque, uns “comandos” disciplinados e sempre prontos a combater na linha da frente contra a heresia e na evangelização dos gentios das terras mais longínquas.

A Companhia de Jesus desenvolveu-se rapidamente, contando já com um milhar de membros em 1556, à data da morte de Santo Inácio. Meio século mais tarde, já no século xvii, eram 13 000.

Os membros desta Ordem – os chamados jesuítas – prestaram serviços inestimáveis à Igreja Católica em plena Reforma, especialmente na formação do clero, na educação da juventude e nas missões.

Logo a partir de 1547 a Companhia de Jesus adopta o ministério do ensino. Fundaram um colégio em Messina e outro em Roma: o colégio o Gesù. Em 1580 já dirigem em toda a Europa 144 colégios nos quais se formava a elite europeia.

A reconquista católica da Contra-Reforma deveu-se, em grande parte, à acção pacífica do autêntico exército admiravelmente preparado que era a Companhia de Jesus. Era uma acção à base de colégios e de pregações, em que sobressaem alguns nomes, como Pedro Canísio, jesuíta holandês, que correu, sem descanso, a Europa, os países germânicos em especial, para implantar a Reforma católica, dedicando-se também à educação religiosa, fundando numerosos colégios e publicando vários catecismos, de que se sucederam as edições (quinhentas e cinquenta), dado o seu êxito espantoso.

Na evangelização mundial pelas missões sobressai o nome de um jesuíta canonizado: São Francisco Xavier.

Francisco Xavier foi um dos companheiros de Inácio de Loiola em Paris, colaborador muito chegado na fundação da Companhia de Jesus. Inácio de Loiola designou-o como missionário para a Índia, onde chegou em 1542, fixando-se em Goa, centro da Índia portuguesa. Catequista incansável, baptiza alguns milhares de indianos do sudoeste da Índia.

Mais tarde chega ao Japão (1549), onde aprende cuidadosamente a língua, estuda a filosofia japonesa e adapta-se aos costumes locais.

Depois segue para a China, onde prega até à sua morte, em 1552.

A missão jesuíta não se limitou à Ásia, encontrando-se missionários jesuítas desde o Canadá à América do Sul, onde tentaram evangelizar e pacificar os nómadas Guaranis da região dos três rios:

Paraná, Paraguai e Uruguai. Conseguiram sedentarizar essas populações em várias aldeias cristãs, onde ficavam ao abrigo da exploração colonial. Nessas aldeias, os Guaranis levavam uma vida comunitária cristã, em que não havia propriedade individual transmissível, sendo tudo utilizado em comum, isto é, os Guaranis haviam-se constituído, pela mão dos jesuítas, numa autêntica república comunitária cristã.

Os jesuítas foram os grandes opositores dos jansenistas, colhendo, assim, grandes inimizades. E não só dos jansenistas, mas também dos inimigos da Igreja que rapidamente se aperceberam de que eles constituíam o maior obstáculo para poderem acabar com ela, dada a intensa actividade que desenvolviam, multiplicando a sua presença por toda a parte, onde defendiam com grande vigor e uma argumentação “cerrada” a ortodoxia católica.

Contavam ainda com outros inimigos, estes dentro da própria Igreja, entre os quais se destacavam os “galicanos”.

O maior inimigo da Igreja – e portanto dos jesuítas – era Voltaire (1694-1778), cuja obsessão constante consistiu na aniquilação da Igreja Católica, a que ele chamava a “infame” (isto é, de má fama, desacreditada, desavergonhada, abjecta, tantos são os significados dessa palavra...). A ambição de Voltaire era acabar com o Cristianismo, que odiava acima de todas as religiões. Escreveu, mesmo, que «Cristo necessitou de doze Apóstolos para propagar o Cristianismo; eu vou demonstrar que basta um só para o destruir...»[30](#)

Para isso, tinha de esmagar os jesuítas. E assim se concertou uma campanha por todos quantos comungavam das ideias de Voltaire, tecendo uma teia de intrigas com o objectivo de acabar com a Companhia de Jesus.

As intrigas espalharam-se em Portugal, na Alemanha e mesmo em Espanha. Foram precisos apenas quinze anos (entre 1759 e 1773), para conseguirem que o Papa – Clemente XIV – dissolvesse a Companhia de Jesus.

Em Portugal, o Marquês de Pombal limita a influência da Igreja e expulsa, em 1759, todos os membros da Companhia de Jesus, inclusive do Brasil e das Índias. Os jesuítas são detidos e deportados para os Estados pontifícios, perante a impotência do Papa que protestou em vão.

Este exemplo foi, em breve, seguido noutros países. Em França, os inimigos galicanos e deístas dos jesuítas conseguem de Luís XV a supressão da Companhia de Jesus.

Em Espanha, Carlos III suprimiu, em 1768, a Companhia de Jesus. Os reis de Nápoles e da Áustria (José II) seguiram-lhe o exemplo.

Finalmente, o Papa Clemente XIV acabava, de uma só penada, com a Companhia de Jesus, que tão grandes serviços prestara à Igreja desde a sua fundação, dois séculos antes, em 1540. Um tanto ou quanto incompreensivelmente o Papa prescindia da sua tropa de elite, aqueles “comandos” disciplinados que se viam nas primeiras linhas sempre que a Igreja era atacada.

Polemistas temíveis, capazes de rebater com denodo os argumentos mais ignóbeis e subreptícios, não podiam ser ridicularizados como o restante clero, ignorante, tacanho, sem formação. O único meio de os neutralizar estava na sua extinção...

O Iluminismo: do Deísmo inglês à Ilustração francesa e à Aufklärung germânica

Após o Tratado de Westfália, em 1648, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, seguiu-se um período que se caracterizou por uma reavaliação crítica dos pensamentos e crenças existentes, período que ficou conhecido como a Idade da Razão ou Iluminismo.

Tratava-se de uma autêntica revolução – científica e social – e tinha os seus alicerces já firmes na segunda metade do século xvii. A escavação para esses alicerces tinha já sido feita muito antes, com o advento dos sistemas seculares de pensamento, no século xvi. E se até aí a doutrina cristã constituía uma base vital das ideias sobre as quais se edificaram a filosofia medieval e a Reforma Protestante, deixou de entrar nas reflexões filosóficas dos pensadores do Iluminismo que iam surgindo.

Um grande número de ideias amadureceu, fruto de uma mudança verificada nas mentalidades, naquele período de trinta e cinco anos, que vai de 1680 a 1715, e que correspondeu ao reinado de Luís XIV em França.

Já ia longe – dois séculos – desde que a crise protestante fizera desmoronar a unidade espiritual da Europa. No entanto, não tinha passado de uma revolução, religiosa sim, mas ainda cristã.

Pois é precisamente, em França, que a filosofia do Iluminismo – as Luzes – atinge o seu maior brilho, constituindo um momento decisivo na História das ideias, em que a Europa inteira participou com o maior entusiasmo.

Os progressos conseguidos pela ciência, entre os anos de 1620 e 1660, desde Galileu até Pascal, constituem as raízes do Iluminismo. E a aplicação das aquisições científicas mais avançadas no campo das ciências exactas não podia ficar confinada a esse campo, acabando por se estender a outros domínios do saber ou da vida social: política, educação, religião...

O pensamento europeu começou a ser dominado por duas escolas de filosofia: a dos Empiristas, em Inglaterra, a que se seguiu a dos Racionalistas, em França e na Alemanha.

Para os empiristas, a base da explicação de tudo estaria nos dados, e apenas nesses, que nos eram fornecidos pelos órgãos dos sentidos. Os empiristas mais importantes foram Locke, George Berkeley e David Hume.

Quanto ao racionalismo, começou com René Descartes, sendo depois desenvolvido por Espinosa e Leibnitz, atingindo o seu mais perfeito desenvolvimento na obra de Emanuel Kant, que criou um sistema em que o empirismo se reconciliava com o racionalismo.

Sem dúvida que o grande mestre de todos quantos abraçaram as ideias novas foi o filósofo Descartes, aluno brilhante do colégio dos jesuítas La Flèche.

Os seus discípulos sentiram que os princípios-chave de uma reflexão livre, propulsora do espírito crítico, estavam na sua obra Método para bem conduzir a razão e sobretudo no seu recurso sistemático à dúvida para libertar-se dos erros e dos preconceitos.

Já o empirista inglês David Hume havia desenvolvido um conceito que viria a exercer uma grande influência noutros pensadores: para ele, o fim lógico do Empirismo era o ceticismo, conceito que levou muitos intelectuais do seu tempo a começar a pôr em dúvida alguns aspectos sobrenaturais do Cristianismo.

Mas era Descartes quem proclamava como princípio do discurso humano a dúvida metódica, rejeitando tudo quanto não se impusesse com evidente clareza ao supremo tribunal da razão. No entanto, pessoalmente, Descartes era católico, excluindo a verdade religiosa da sua dúvida metódica.

O racionalismo, nascido a partir do pensamento de Descartes, acabou em outras mentes por negar valor ao conhecimento fundado na fé e, portanto, à Revelação e à ordem sobrenatural.

E assim se chegou facilmente a um cepticismo religioso, ao repudiar-se a Revelação, e tudo passou a ser errado ou problemático, tudo quanto, até aí, se acreditava com firmeza. Incerteza e insegurança eram o pano de fundo das novas ideias.

Uma corrente hedonista, no extremo do maior desinteresse para com a religião, deu origem aos “libertinos epicuristas”, cujos horizontes estavam na temporalidade e cuja única ambição era gozar ao máximo as delícias da vida presente: «Comamos e bebamos que amanhã morreremos.» (Is 22,13) (1Cor 15,32)

Para Descartes e os filósofos que se lhe seguiram, o imperativo supremo era a razão e, ao inspirar o livre exame, afasta os preconceitos que haviam sido aceites pelas gerações que os precederam.

Iluminada pelo conhecimento, a razão pode operar numa transformação positiva do mundo. Era, assim, certo o progresso e com este a felicidade do género humano. Aqui, uma característica fundamental do Iluminismo tornava-se evidente: o optimismo. Poucas épocas tiveram tanta fé no homem.

A natureza começou a ser dominada pelo homem, até certo ponto, graças aos progressos das ciências. Houve progressos na Física, na Medicina, começando a ter êxito a luta contra certas doenças. É dessa época, por exemplo, o início da imunização contra a varíola.

Ao mesmo tempo gera-se um movimento imparável de difusão dos conhecimentos adquiridos. E não só nas ciências exactas. Os princípios da Filosofia, da Moral, da Política lutam abertamente contra o obscurantismo: os alvos são o fanatismo, o erro e os preconceitos que durante séculos reinaram no mundo.

Ambas as escolas filosóficas – o Empirismo e o Racionalismo – foram, na realidade, lideradas por cristãos: Descartes, Locke e Berkeley eram crentes. Mas muitos outros filósofos como que tomaram o freio nos dentes e desenvolveram as suas teorias, não só à margem, mas até por uma via contrária ao Cristianismo.

Com a morte de Luís XIV, em 1715, a Igreja tornou-se o alvo a abater, começando a ser visada de todos os lados. As querelas doutrinárias, nascidas com a Reforma Protestante, e depois com o Jansenismo, viram-se subitamente agravadas por correntes subterrâneas de cepticismo e de epicurismo. E a Igreja passara a ser considerada uma fortaleza de intolerância e de dogmatismo, redobrando de violência os ataques que, desde já há algum tempo, lhe eram dirigidos.

Com as Luzes parecia ter nascido uma nova humanidade. E uma nova humanidade precisava de uma nova religião. Mas uma religião simplificada, como simplificados eram todos os conceitos do século xviii, a fim de se ver mais claro.

Assim, não tardou a substituição da religião revelada por uma mera religião natural, “fabricada” por um filosofismo que tinha pressa em desfazer-se do humanismo cristão. A Revelação era completamente descartada, de maneira que a crença era agora num Deus simples e sem rosto, ser supremo e inteligente, mas totalmente à margem da Revelação, um ser distante e afastado do homem, negando-se a necessidade de perdão da humanidade com a pretensão de eliminar as “superstições” das religiões positivas. Era o Deísmo, que não negava Deus como o ateísmo, mas fazia d’Ele um criador que se limitara a criar e a pôr em movimento o universo, estabelecendo as leis naturais por que se regeria esse movimento, desinteressando-se de qualquer controlo sobre as suas actividades, incluindo o género humano nesse desinteresse.

Entretanto, como o Cristianismo, apesar de tudo, se mantinha vivo e de pé, e, como «o inimigo que não se consiga eliminar o melhor será juntar-se a ele»³¹, as novas ideias procuram utilizá-lo de uma

maneira muito especial, tentando fazê-lo regressar ao seu «núcleo primitivo de religião natural»³², em que a caridade se transforma em beneficência, a razão é erigida em regra universal e a Revelação é substituída pela ciência.

E enquanto os cristãos punham todo o seu empenho no estudo de Deus – Teologia –, os deístas, pelo contrário, consideravam que o principal interesse deveria residir na Ciência: identificação e definição das leis exactas que Deus aplicou à sua Criação.

Locke, o pai do Iluminismo inglês, era um cristão com fortes influências deístas. Este autor tentou sintetizar a essência da sua fé em duas verdades básicas: que Jesus era o Messias e que os cristãos deveriam viver em harmonia com os Seus ensinamentos.

Expôs as suas convicções religiosas em duas obras: Um ensaio sobre a Tolerância religiosa e A razoabilidade do Cristianismo. Mas ao tentar defender as crenças cristãs acabou por inspirar mais os deístas do que os próprios cristãos.

Um célebre matemático e físico inglês, Isaac Newton, fez muito para promover o Deísmo. Era membro da Igreja Anglicana e, na realidade, acreditava que Jesus era o Redentor enviado por Deus para a salvação da humanidade. Porém, não acreditava na divindade de Cristo...

Para Newton, os únicos caminhos que levavam ao verdadeiro conhecimento eram a observação e a experiência. Teve uma grande influência nas filosofias deístas que se lhe seguiram.

O Deísmo constituiu o molde da Maçonaria, cujas primeiras “lojas” se fundaram em Inglaterra, já no princípio do século xviii. Sociedade secreta que combatia a religião positiva – e, muito especialmente, o Cristianismo –, a Maçonaria fomentava, entre os seus membros, a fraternidade e a prática da filantropia.

O ano da morte de Luís XIV – 1715 – viu abrirem-se todas as portas que o absolutismo real mantinha fechadas, com uma censura férrea que impedia as obras mais ousadas de serem publicadas. Até aí o pensamento livre só fora de França, no estrangeiro, conseguia quem lhe editasse os escritos, sendo, na época, a Inglaterra e sobretudo a Holanda refúgios seguros onde não chegava o poder real. Pelo contrabando, as obras editadas acabavam por ser difundidas no país de origem: a França.

A repressão real era, por vezes, muito séria: a fogueira aguardava os autores mais ousados e, quando estes não eram apanhados, eram condenados ao fogo os seus escritos. Foi o que aconteceu com as Cartas Filosóficas escritas por Voltaire em Inglaterra.

Mas depois da morte de Luís XIV, as novas ideias passaram a difundir-se livremente, expostas em milhares de panfletos, jornais, libelos, que eram copiados e recopiados, impressos ilegalmente ou então no estrangeiro, e entrando, depois, clandestinamente, mas com outras facilidades.

Os clubes, cafés, salões e academias são locais em que as novas ideias circulam, veiculadas por alguns grandes espíritos: Montesquieu, Diderot, d’Alembert, Voltaire, J. J. Rousseau.

Uma corrente impetuosa de irreligião, sem diques, arrastava tudo e todos.

Nos primeiros anos, o domínio intelectual dos “filósofos das luzes” era absoluto. Eles formaram uma autêntica seita, de que era líder Voltaire. As obras deístas de Locke e de Newton influenciaram Voltaire no tempo em que esteve exilado em Inglaterra.

Voltaire, embora filho de jansenistas, tornou-se um dos grandes adversários do Cristianismo. Escritor prolífico, que exprimia livremente os seus pontos de vista, não escondia a sua animosidade à Igreja Católica, não perdendo uma ocasião de alfinetar a “Infame”, como ele se lhe referia. Com o seu espírito mordaz, bastante claro e persuasivo, desencadeara uma campanha contra “aquela” em que julgava ver aquilo que mais odiava: a teocracia, as seitas – as Ordens religiosas... –, uma moral rígida e desumana e, sobretudo, um dogmatismo baseado numa Escritura que ele considerava absurda, com as suas histórias cruéis, e uma Tradição petrificada pela intolerância.

A Ilustração rejeitava totalmente as verdades dogmáticas, considerando-as uma expressão de intolerância e de fanatismo. Os “ilustrados” consideravam-se a si mesmos “espíritos fortes” e faziam gala do seu “livre pensamento”. Atacavam a ortodoxia cristã, tornando-a objecto de troça e sinal de fraqueza de espírito, própria de mentes atrasadas, incapazes de acompanhar o progresso.

Este espírito das Luzes encontrou o seu melhor ambiente em França, onde ia nascendo, num parto laborioso, a opinião pública. A princípio, nos salões da aristocracia e da alta burguesia, acabou por se popularizar nos “novos espaços” em que lhe era permitido expressar-se: nos clubes (o mais célebre era o Clube de l’Entresol, que abriu em Paris, em 1720, para vir a conhecer alternativas de encerramento e reabertura, consoante o parecer de momento das autoridades); nos cafés (de que os mais célebres são o Café Procope e o Café de la Regence), locais em que as novas ideias circulavam livremente, eram comentadas as gazetas, embora sob uma vigilância apertada de espiões da polícia (os “moscas”).

A popularização da ideologia “ilustrada” ficou a dever-se a uma obra projectada por Diderot e d’Alembert e que levou vinte anos a coligir: a Enciclopédia, que teve como redactores uma equipa que ficou conhecida como a dos enciclopedistas. A orientação intelectual da Enciclopédia era radicalmente hostil ao Cristianismo. Essa orientação pretendia demonstrar uma incompatibilidade do Cristianismo com as ciências exactas, experimentais, bem como com as exigências da razão.

Essa ideologia anti-religiosa do Enciclopedismo inspirava-se no Racionalismo naturalista, com umas pinceladas de um vago Deísmo de J. J. Rousseau, um dos vultos do Iluminismo francês.

A maçonaria teve uma influência indiscutível no desenvolvimento da Ilustração francesa, acabando por ser condenada, em 1738, pelo Papa Clemente XII.

Na Alemanha surgiu, também, um pouco por toda a parte, o apelo das Luzes, correspondendo, nas palavras de Kant à «saída do homem do estado de menoridade... ou, seja, a incapacidade para se servir do seu entendimento sem se servir da ajuda de um outro»³³.

A Aufklärung quer difundir as Luzes na Alemanha, num mundo obscurecido pelas superstições e por alguns preconceitos da Igreja. Estava-se na idade da razão e a influência demasiado pesada da Religião, da Igreja e da Teologia, com todos os seus conventos, procissões, peregrinações e indulgências, e uma contínua ingerência da Igreja nos assuntos do Estado, haviam-se tornado insuportáveis. Tratava-se de uma autêntica revolução cultural, em que eram postas em causa não as autoridades eclesiásticas, mas toda e qualquer autoridade, excepto a que pertence à razão.

Mas, houve, paralelamente, uma Aufklärung católica, tendo como terreno de eleição certos países germânicos como a Áustria, a Baviera e a Renânia.

Nesses países, a Igreja faz um exame de consciência e resolve acabar com a mediocridade nos estudos sagrados. Há uma renovação em todos os aspectos da Igreja.

A Aufklärung representa, nestes países, uma reacção contra uma piedade barroca, misturada com práticas supersticiosas e devoções piegas e excessivas.

A renovação deu-se desde os estudos teológicos até à formação dos pastores, da prática da devoção à pastoral aplicada aos problemas sociais e económicos. Embora tivesse, também, por sua vez, os seus excessos, tal política de renovação acabou por contribuir – e muito – para elevar o nível cultural e social do Clero e, em consequência, dos próprios fiéis.

No Protestantismo, a Aufklärung começou bastante mais tarde, tomando formas muito mais moderadas do que numa França católica. Muitos teólogos e homens da Igreja, bem como grande parte dos príncipes protestantes, voltou-se para a nova Filosofia das Luzes.

Entre os intelectuais, o antigo padrão é posto, cada vez mais, como em França, não ao serviço do Deísmo, do Ateísmo e do Materialismo, mas sim a uma religiosidade cristã esclarecida e, por vezes, ao idealismo.

Aqui, quem lidera não é Voltaire, que zomba da Religião, mas Leibnitz, que procura reconciliar, no espírito das Luzes, a Ciência e a Filosofia, a Filosofia e a Teologia. Acaba mesmo por se tornar mediador ecuménico entre o Catolicismo e o Protestantismo.

Leibnitz não preconiza as Luzes contra a Religião, aspirando a fazer aderir as Luzes na e com a Religião.

A Aufklärung só muito lentamente se introduziu na Teologia protestante alemã. Os novos teólogos punham no mesmo plano a Razão e a Revelação, mas subordinando a Revelação à Razão, chegando mesmo a atacar o dogma.

Tais teólogos eram considerados heréticos e por essa razão eram designados pejorativamente de neólogos: não negavam a Revelação, mas faziam investidas nos dogmas. Por exemplo, nada diziam sobre um determinado dogma da Revelação, mas atacavam um outro e, por vezes, introduziam a sua interpretação deste ou daquele dogma. E cortaram a oito nos dogmas, procurando atingir o cerne da Revelação até chegarem a uma Religião da Razão baseada, sem dúvida, em Deus, mas abandonando, como “desnecessário”, e não fazendo qualquer sentido para a piedade moderna, várias afirmações, que passaram a considerar supérfluas: a divindade de Cristo, o seu nascimento de uma Virgem, a sua morte redentora e a sua Ressurreição, a sua ascensão, o seu regresso no fim dos tempos...

Esta Teologia da Aufklärung acabou por se impor na Alemanha protestante, mas não na católica, pois os teólogos católicos nunca se atreveram a mexer nos dogmas, nem a subtrair-se à autoridade do Magistério da Igreja.

Sem dúvida que o Iluminismo francês e a Aufklärung germânica constituíram uma revolução cultural que minou o Cristianismo até aos seus alicerces. Os processos políticos, sociais, económicos e culturais tinham-se “emancipado” das exigências religiosas, teológicas e eclesiásticas. Ao contrário, a organização eclesiástica e a Teologia estavam cada vez mais determinadas pelos factores políticos, sociais, económicos e culturais.

Começara um processo ameaçador para o Cristianismo: a secularização, traduzindo-se num distanciamento crescente em relação à Igreja e por uma descristianização cada vez mais extensa.

Era uma secularização que não se reduzia a uma transferência do património eclesiástico para as mãos dos homens e dos Estados, para lhe darem um uso profano – isto é, uma secularização jurídico-política –, mas que ia mais longe, a ponto de subtrair à influência das Igrejas (não só da confissão católica, mas também das confissões protestantes), da Teologia, da Religião, não apenas alguns bens da Igreja, mas todos os sectores importantes da vida humana: as ciências, a economia, a política, o direito, o Estado, a cultura, a educação, etc. Esses sectores eram colocados directamente à responsabilidade do homem, postos à disposição do homem, mas um homem “secular”, profano, racional e que atingira a maioria.

Na perspectiva deste mundo “secularizado”, a revolução cultural apresentava-se como um progresso sem precedentes:

- Um progresso enorme das ciências, que deixam de partir de pressupostos dogmáticos para se fundarem nos dados da experiência;
- Uma ordem social totalmente nova, em que o direito natural é o fundamento da tolerância religiosa e da liberdade de crença, bem como de ideias novas de um Estado de direito, da abolição dos privilégios do Clero e da nobreza;
- Uma revalorização do indivíduo, caminhando-se a passos largos para uma crescente necessidade de codificação dos direitos naturais do homem.

Esta mentalidade “ilustrada” e “esclarecida” do século xviii, forjada num racionalismo e num naturalismo religioso, sem mistério nem ordem sobrenatural, num clima generalizado de rebeldia e

espírito crítico, era apanágio de uma minoria dirigente muito reduzida.

E onde estava o povo?

Este conservava a sua tradicional religiosidade cristã: ia assistindo à Missa dominical, mas tinha muito pouco fervor, vivendo o seu Cristianismo com um comportamento rotineiro, feito de hábitos, sem adesão intensa a um ideal evangélico.

Foi nesta atmosfera de revolução cultural que se desencadeou a grande crise económica e social da segunda metade do século xviii, em França: vagas de inflação, revoltas dos famintos, massas de mão-de-obra sem trabalho e a viver na miséria.

Estavam equacionados os termos que conduziram da revolução cultural das Luzes à revolução política por excelência que foi a Revolução Francesa.

A Revolução Francesa: a Via-Sacra da Igreja em França

A crise económica e social em França, na década de 70, conduziu à Revolução, tendo como catalizadora a bancarrota do Estado. A crise financeira obrigou o governo real a convocar os Estados Gerais, em Versailles, reunindo os representantes das três ordens que constituíam o país: o clero, a nobreza e o terceiro estado.

Na abertura desses Estados Gerais, no dia 4 de Maio de 1789, comemorou-se o acto com uma procissão solene presidida pelo rei – Luís XVI – e os representantes dos três Estados, que acompanharam devotamente, de círio na mão, o Santíssimo Sacramento. Todos os deputados participaram nessa procissão incluindo – caso curioso – o próprio Robespierre.

Essa procissão era, na realidade, o começo de uma Via-Sacra da Igreja a caminho do seu calvário.

Os Estados Gerais, graças aos membros do baixo clero que se haviam solidarizado com o Terceiro estado, tornaram-se uma Assembleia Nacional Constituinte, em Junho de 1789, seis semanas depois da procissão solene do Santíssimo Sacramento. O processo revolucionário começava, assim, a desenvolver-se rapidamente. Deste modo, três meses após o início dos Estados Gerais – em 4 de Agosto de 1789 – a Assembleia Constituinte, dominada por elementos do Jansenismo, do Galicanismo e do livre pensamento, numa “sessão patriótica” memorável, viu os representantes do clero (o alto clero, o episcopado) bem como os da nobreza renunciarem aos seus privilégios tradicionais.

Logo a seguir – em 26 de Agosto – a Assembleia vota a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento fortemente inspirado nas doutrinas dos filósofos das Luzes, assim como na declaração americana dos direitos, proclamada poucos anos antes aquando da independência dos Estados Unidos.

Tal Declaração dos Direitos do Homem girava em torno de algumas ideias generosas tais como a liberdade, igualdade e fraternidade – autênticos valores ligados ao Cristianismo, mas que, nos espíritos da época, estariam fora do contexto cristão.

Alguns clérigos católicos desempenharam um papel de relevo na Assembleia Constituinte aquando do decretar da Declaração dos Direitos. Assim, algumas vezes levantaram-se a reclamar que esta declaração se fizesse “em nome de Deus” e fosse completada por uma outra declaração, mas esta dos deveres do homem... Porém, tal pretensão pareceu descabida a muitos, embora concordando que, falar só de “direitos naturais” pareceria muito pouco. E assim acabaram por chegar a acordo numa fórmula: «na presença e sob a salvaguarda do Ente Supremo»³⁴.

A estação seguinte da Via-Sacra verificou-se em 10 de Outubro de 1789: a Assembleia Constituinte decretou a secularização de todos os bens eclesiásticos. Os bens eclesiásticos ficavam «à disposição da nação»³⁵ e – caso curioso – a proposta partiu do próprio bispo de Autun, Talleyrand.

Logo a seguir, esses bens são vendidos em hasta pública aos particulares, em pequenas parcelas. Acabou, deste modo, em mãos de particulares um rico património que constituiu a base económica da nova burguesia francesa.

A Igreja possuía, em França, um sexto do solo nacional, de modo que se assistiu a uma indescritível transferência de propriedade para a burguesia e para os camponeses ricos, que não tiveram quaisquer escrúpulos na preservação de numerosos edifícios monumentais e de grande valor artístico, demolindo igrejas e conventos para aproveitarem o terreno para outros fins.

O Estado tomou a seu cargo a “subsistência do clero” e iniciou uma laicização progressiva das

tarefas até então asseguradas pelo clero: assistência, ensino, registros do estado civil.

Já em 1790, com a radicalização do processo revolucionário, sucederam-se as estações da Via-Sacra da Igreja, com as atitudes cada vez mais agressivas para com o Cristianismo.

Assim, em 13 de Fevereiro, foi decidida, pela Assembleia Constituinte, a proibição dos votos monásticos, sendo suprimidos todos os conventos e Ordens religiosas.

Poucos meses depois, a Igreja “cai” mais uma vez, em nova estação: em 12 de Julho, a Assembleia Constituinte aprovou uma “constituição civil do clero”, que reorganizava a Igreja em França, remodelando-a de acordo com a nova estrutura administrativa do país.

Deste modo, sem consultar Roma, as dioceses passavam a corresponder aos departamentos, descendo assim o seu número de cento e trinta para oitenta e três. Por outro lado, o clero tornava-se um corpo de funcionários do país remunerados pelo Estado. Os párocos seriam escolhidos por todos os cidadãos do cantão, sendo o bispo designado pela administração pública no departamento.

Surgia, assim, uma “igreja nacional”, constitucional, à margem da autoridade pontifícia, sendo as nomeações episcopais notificadas apenas a Roma.

Tal Constituição, votada e aprovada na Assembleia Constituinte, acabou por ser promulgada pelo próprio rei, embora contra a sua vontade, no dia 24 de Agosto.

Mas o calvário ainda estava longe, de maneira que uma nova estação se seguiu: a Assembleia Nacional, perante a oposição da maioria dos bispos deputados (trinta em trinta e dois) às extremamente radicais disposições tomadas sem terem o acordo do Papa, faz uma jogada de antecipação, radicalizando ainda mais as suas atitudes para com a Igreja, e impõe a todos os clérigos que prestem o juramento de respeito à Constituição Civil do Clero.

A maioria dos bispos recusou-se a fazer esse juramento: só sete, em cento e sessenta, o fizeram. Claro que são demitidos das suas funções e ficam com o labéu de contra-revolucionários. Cerca de metade do baixo clero recusou-se, do mesmo modo, sofrendo as mesmas consequências.

O Papa Pio VI proibiu, em 1791, o juramento, excomungando os sacerdotes que o prestassem.

Assistia-se a um autêntico Cisma entre os padres “ajuramentados” e padres “não ajuramentados”, entre uma Igreja Constitucional e uma Igreja Refractária.

Os padres não-ajuramentados ou refractários celebravam o culto onde podiam, uma vez que tinham sido desapossados dos lugares próprios, as igrejas. E assistia-se a uma concorrência entre padres constitucionais e padres refractários, disputando, às vezes, os enterros, os baptismos e os casamentos.

E a Via-Sacra continuou. Numa nova estação, a Assembleia Nacional, agora Legislativa depois de ter sido Constituinte, decretava em 27 de Maio de 1792 a deportação dos sacerdotes “não-ajuramentados”: são, assim, expulsos de França, 40 000 padres que se haviam recusado a prestar juramento.

Em Setembro do mesmo ano, a Convenção substitui a Assembleia Legislativa, começando a matança dos sacerdotes: cerca de trezentos padres contam-se entre as 1100 a 1400 vítimas dos chamados “massacres de Setembro”.

É, entretanto, abolida a Monarquia e proclamada a República, sendo o rei Luís XVI executado em 21 de Janeiro de 1793.

A Convenção, dominada pela Comuna, empenha-se numa política de descristianização. Terrível estação da Via-Sacra da Igreja, porquanto a França, assediada por todos os lados – guerra com a Áustria, levantamentos do Oeste de França, Vandeia e Bretanha, revezes sucessivos – encontra a sua salvação apenas no Terror, descristianiza e seculariza a vida nacional, ao mesmo tempo que leva à guilhotina padres e religiosas.

Durante o Terror, num período de dez meses que vai de Setembro de 1793 a Julho de 1794,

exacerba-se o ódio ao Cristianismo, alcançando o apogeu a perseguição anticatólica: foram justicados, na guilhotina, muitos milhares de vítimas.

Houve a pretensão, mesmo, de apagar da vida francesa qualquer traço cristão. O registo civil (registo dos nascimentos, matrimónios e óbitos) é retirado ao clero e entregue aos municípios; o divórcio é autorizado.

A própria Igreja Constitucional, aquela Igreja resultante da Constituição civil do clero, a única reconhecida pelo Estado, foi perdendo o pouco prestígio que ainda tinha, pois aquelas medidas – registo civil, divórcio – tornavam-na inútil, não havendo já necessidade de se recorrer oficialmente a ela.

Vários edifícios religiosos foram destruídos, como já vimos, e nas igrejas que restavam faziam-se autênticas mascaradas, culminando na entronização da “Deusa-Razão” na Catedral de Notre Dame, em 10 de Novembro de 1793, e na instituição do culto do “Ser Supremo”, por Robespierre.

Assim, em meados de 1784, já não funciona sequer a Igreja Constitucional e o culto externo desaparecera praticamente.

Com a queda de Robespierre – no Termidor, do novo calendário republicano, correspondente a Julho de 1794 – termina o Terror e começa um novo período – breve – de tranquilidade para a religião: separação entre o Estado e as Igrejas, votada pela Convenção em 21 de Fevereiro de 1795, permitindo que a Igreja Católica saísse da clandestinidade, reconhecida como era por lei no interior das igrejas a liberdade de culto. As igrejas encheram-se, na Quaresma desse ano, embora continuasse a oposição entre a Igreja Constitucional e a Igreja Refractária, isto é, a dos bispos e presbíteros que não juraram fidelidade à nação e à Constituição.

Não tinha terminado, no entanto, a Via-Sacra da Igreja. Com a volta dos jacobinos ao Directório (1797-1799), recrudesce a perseguição religiosa. As tropas francesas ocuparam Roma e proclamaram a República romana, deportando o Papa Pio VI para França, onde, velho e doente, faleceu em Agosto de 1799 na cidade de Valence.

Alguns dos revolucionários mais exaltados diziam que tinha morrido o último Papa da Igreja e proclamaram-no por todos os lados.

A Igreja Refractária parecia ter chegado ao calvário, crucificada e morta: a morte do seu Papa de oitenta e três anos, prisioneiro em Valence, as igrejas esvaziadas e vendidas, o vandalismo iconoclasta, a proliferação de novos cultos de uma religiosidade duvidosa, o paganismo de volta por toda a parte, as palhaçadas das “procissões cívicas” a ridicularizarem o ritual católico, o novo calendário revolucionário, em que deixa de haver domingos, substituídos pelos “decadis”, de dez em dez dias, estabelecendo-se um culto decadário; o fim das festas dos santos, substituídas por sans-cullotides (os sans-cullots, ou seja, os “sem calções”, são a extrema esquerda na Assembleia Legislativa e na Convenção).

A esperança de restauração da Igreja nasceu, entretanto, com o advento, quase simultâneo, de Napoleão Bonaparte (Dezembro de 1799) e de Pio VII (Março de 1800). Tudo começou com um golpe de Estado (o 18 Brumário, no calendário republicano, correspondendo a 9 de Novembro), que elevava Napoleão Bonaparte a Primeiro Cônsul, enquanto, em 14 de Março de 1800 o Conclave Cardinalício reunido em Veneza elegia o cardeal Chiaramonte como Papa, que tomou o nome de Pio VII.

Poderia a Igreja renascer, ainda, de tanta ruína material das suas igrejas destruídas e de tanta ruína espiritual devida ao deliberado processo de descristianização fomentado pela Revolução?

Napoleão e Pio VII: a Concordata

Entraram em cena quase simultaneamente as duas personalidades que mais influenciaram na História nos primeiros anos do século XIX: Napoleão Bonaparte, o jovem general corso que se tinha apropriado do poder e se tornara Primeiro Cônsul, e Pio VII, o monge beneditino nomeado bispo de Tivoli e depois de Isola, e feito cardeal pelo Papa Pio VI, a quem veio a suceder após uma eleição papal que se realizou no mosteiro beneditino San Giorgio, em Veneza, cidade sob protecção austríaca.

Em França dera-se, entretanto, uma mudança radical. Após a morte do Papa Pio VI, prisioneiro em Valence, em 1799, o papado parecia ter chegado ao fim, ao mesmo tempo que o poder de Napoleão estava em franco crescimento.

Napoleão, um déspota realista, estava consciente de que a Igreja Católica era a única âncora capaz de trazer de novo a segurança e a paz a uma França atormentada por uma Revolução que não cessara de atacar as profundas raízes da fé cristã do seu povo, mas sem conseguir a erradicação da mesma. Pragmático, tinha, por um lado, “uma forte noção da influência do poder da Igreja sobre as massas populares”, cónscio da força do sentimento religioso, e, por outro, queria construir uma França e um Império sólidos, tendo na sua base a religião católica.

Em carta dirigida ao Papa, Napoleão reconhecia precisamente que a religião católica era a única âncora e que a Igreja receberia apoio da França. Por seu lado, Pio VII queria, acima de tudo, uma normalização da vida da Igreja em França. Estavam assim prontos os ingredientes para se estabelecer um acordo – uma Concordata – que regulasse as relações entre o Pontificado e a República Francesa, uma república que se transformaria, logo de seguida, em Império, de que Napoleão seria o imperador, um imperador que queria ser coroado pelo Papa para poder ombrear com as outras cabeças coroadas da Europa.

A Concordata, não obstante muitas dificuldades surgidas, foi assinada em 15 de Julho de 1801. Neste documento foi fixado o número de bispados em sessenta (entre os quais dez arcebispados). Todos os bispos que existiam até aí foram destituídos do cargo: quer os bispos “constitucionais”, quer os bispos “legitimistas”, que haviam abandonado o país, emigrando para o estrangeiro.

Pela Concordata, Napoleão ficava com o direito de nomear bispos e estes deveriam prestar juramento de fidelidade ao Governo. Tudo isto consequência da situação delicada do Papa nas negociações com Napoleão, tendo de fazer algumas concessões.

E Napoleão foi ainda mais longe, pois acrescentou por sua iniciativa aos termos da Concordata, “vinte e sete artigos orgânicos”, pelos quais todos os escritos do Papa, todos os decretos dos concílios, sínodos nacionais e provinciais, deveriam ter a aprovação do Governo. Naturalmente, o Papa protestou contra tal inclusão, mas o seu protesto não teve qualquer efeito.

Certamente que a França viu restaurada, graças à Concordata, a vida cristã. A Concordata tornou também possível a abertura de seminários que seriam sustentados pelo Estado, permitindo a formação de um novo Clero, mas um Clero da “situação”, controlado, vigiado, na base de uma Hierarquia tendo no topo um bispo, autêntico funcionário do Estado: um “prefeito de sotaina”...

Pio VII pensou que, encontrando-se pessoalmente com Napoleão, poderia conseguir que se esbatessem um tanto estas prepotências do déspota francês. E contava ter esse encontro por ocasião da coroação do imperador, que se realizaria em Paris, em 1804. Para tal, partiu para Paris, onde o povo o recebeu com grande júbilo. Mas Napoleão recebeu-o com frieza e altivez, tratando-o como um subordinado.

Em 2 de Dezembro de 1804 tem lugar a coroação do imperador, mas este apenas aceitou que o Papa

o ungisse e abençoasse, pois ele próprio colocou a coroa sobre a sua cabeça e a de sua mulher, Josefina.

Após a coroação, a situação de Pio VII tornou-se ainda mais difícil, pois Napoleão propôs (impôs...) ao Papa que permanecesse em França, em Paris ou em Avinhão. Perante a recusa de Pio VII, deixou-o partir para Roma, mas rompeu imediatamente a Concordata, passando a exigir do Papa o reconhecimento dos “artigos orgânicos”, a nomeação de um patriarca autónomo para França e a composição do Colégio Cardinalício por, pelo menos, um terço de franceses.

Como Pio VII não cedeu a estas exigências de Napoleão, Roma foi ocupada pelas tropas francesas em 1808. No ano seguinte, Napoleão incorporou os Estados Pontifícios em França, o que levou Pio VII a publicar uma bula de excomunhão contra o imperador, que considerava «ladrão do Patrimonium Petri»³⁶. Em consequência disso, o Papa foi detido e levado para fora de Roma, sendo conduzido de carruagem, primeiro para Grenoble, depois para Avinhão e por último para Savona, em Itália, perto de Génova. No fim do mesmo ano os cardeais foram obrigados a mudarem-se para Paris.

O Papa manteve-se firme, prisioneiro em Savona, e o seu prestígio subiu muito devido à prepotência de Napoleão, que chegou ao ponto de lhe retirar tudo, incluindo material de escrita, os livros e até o «anel do Pescador»³⁷.

Em 1811, Napoleão, tal como muitos séculos antes já haviam feito Constantino e Teodósio, convocou um concílio para a Catedral de Paris, para o qual foram convidados bispos alemães, italianos e franceses. Porém, o concílio não correu como ele queria, pois logo o bispo de Münster propôs que o Papa fosse libertado, recebendo esta proposta a aprovação unânime dos outros bispos. Furioso, Napoleão dissolveu o concílio, prendendo três dos bispos. Mas voltou a convocá-lo, dois meses mais tarde sem ter conseguido que os seus planos fossem aprovados pelo mesmo, pelo que voltou a dissolvê-lo. E um ano depois, em 1812, o Papa é levado secretamente para Fontainebleau por ordem do imperador.

Napoleão sofrera, entretanto, uma derrota esmagadora na Rússia. No seu regresso a França, o imperador ansiava por uma reconciliação com o Papa. Visitou-o em 1813, em Fontainebleau, mostrando-se muito cortês e conciliador. Propôs ao Papa uma nova Concordata e a restituição parcial dos Estados Pontifícios. Pio VII respondeu que tal restituição não era matéria negociável, mas sim um caso de justiça. Mas quer as negociações para a nova Concordata, quer a restituição dos Estados Pontifícios não chegaram a ultimar-se, pois Napoleão, apertado de todos os lados por sucessivas derrotas militares, acaba por libertar o Papa, em 1814, podendo assim Pio VII voltar para Roma após cinco anos de cativeiro.

Napoleão abdicara, em 1814, derrotado pelos exércitos coligados da Áustria, Prússia, Rússia e Suécia, sendo exilado na pequena ilha de Elba. No trono francês é colocado o irmão mais novo de Luís XVI: Luís XVIII. Mas os emigrados regressados a França, com as suas exigências de total restituição dos seus bens, por um lado, e os oficiais de Napoleão mandados para a reforma com meio soldo, por outro, tornam esta “restauração” inexecutável, preparando um terreno favorável ao regresso do imperador. De facto, menos de um ano depois de exilado, Napoleão regressa e entra, triunfalmente, em Paris, sem qualquer oposição. Porém, os exércitos coligados voltam à guerra e Napoleão é definitivamente derrotado em Waterloo, acabando por ser deportado para a ilha de Santa Helena, após uma aventura que durara cem dias.

Pio VII, em Roma, vê serem-lhe restituídos a maior parte dos Estados Pontifícios pelo Congresso de Viena. E o Papa concedeu asilo político em Roma à mãe de Napoleão, Letícia Bonaparte, bem como à família imperial, quando o imperador foi exilado para a ilha de Santa Helena, prisioneiro dos ingleses.

A Restauração e novos fôlegos revolucionários: a Igreja e o Liberalismo

Após a derrota de Napoleão, em 1815, posto completamente fora de acção, no exílio, na ilha de Santa Helena, sob a rigorosa vigilância das forças inglesas, a restauração das velhas monarquias absolutas pretendia o regresso da Europa ao Antigo Regime, após o “trauma” do último quarto de século (de 1789, começo da Revolução Francesa, a 1815, deportação de Napoleão para a ilha africana de Santa Helena, ou seja, vinte e cinco anos).

Entretanto, as potências europeias reuniam-se em Viena – o Congresso de Viena – para redefinirem as suas fronteiras, em seu benefício, criando um novo mapa da Europa. E, enquanto a Alemanha continuava dividida nos trinta e nove estados da Confederação Germânica (entre os quais os cinco reinos da Prússia, Saxónia, Württemberg, Baviera e Hanover), na França, devolvida às suas fronteiras de 1789, os Bourbons voltam ao trono, após a abdicação de Napoleão: sobe ao trono Luís XVIII, irmão mais novo de Luís XVI.

O rei francês começou por outorgar a Carta Constitucional, que instaura um regime monárquico moderado por duas assembleias: a Câmara de Deputados e a Câmara de Pares, nomeada pelo rei. São assim consagradas as grandes conquistas da Revolução – a igualdade e a liberdade – e legislação liberal sobre a Imprensa. Por outro lado, Luís XVIII, além de transigir aceita o modelo social napoleónico, bem como a Concordata com a Igreja de 1801.

A Luís XVIII sucedeu, em 1824, o seu irmão Carlos X. Este fez-se sagrar em Reims (a última sagração de um Rei de França...) e oficializou a aliança entre o Trono e o Altar: o catolicismo voltara a ser religião do Estado, embora fosse mantida a liberdade de culto. No entanto, permanece em vigor a Concordata de 1801, mas o divórcio é suprimido. Porém, os bens da Igreja, nacionalizados na Revolução, não são restituídos.

Em França, a Igreja intenta recristianizar as massas populares, tão afastadas do Cristianismo por acção da Revolução. Para esse fim, são reorganizados os seminários, maiores e menores, e a escolha do Clero passa a ser muito cuidada. As ordenações sacerdotais sobem em flecha e promovem-se missões internas para levar as populações à prática religiosa. Os resultados variam muito consoante as regiões. No entanto, a prática religiosa aumentou perto do meio do século, embora a maior parte reduza a sua prática religiosa ao Baptismo, Primeira Comunhão, Matrimónio e funeral religioso. Tal como hoje...

Carlos X cedo se confronta com os liberais, avançando com um projecto de lei em que se impunham à imprensa obrigações e taxas pesadíssimas, tornando praticamente impossível a publicação de um jornal independente. Mas a Câmara dos Pares rejeita este projecto. Carlos X continua a acumular erros até chegar a um confronto com a Câmara dos Deputados, que acaba por dissolver.

Após as eleições de 1830, a Câmara dos Deputados regressa ainda mais forte, levando o rei a tentar um golpe de força com a promulgação de quatro “ordenanças”: a primeira amordaça a imprensa; a segunda dissolve a Câmara recentemente eleita; a terceira modifica a lei eleitoral; a quarta marca a data de novas eleições.

Precisamente em 1830, Lamennais, com um grupo de “católicos liberais”, funda um jornal – L’Avenir – tendo como lema «Deus e Liberdade». Este mesmo tornou-se, também, o lema do Catolicismo liberal. Defendiam uma conciliação da Igreja com o Liberalismo, advogando a separação da Igreja e do Estado.

A ideologia do Liberalismo tinha uma mundivisão antropocêntrica, em que os homens seriam iguais e livres e, mais ainda, autônomos, isto é, desvinculados da lei divina. Essa ideologia, com a sua doutrina política e econômica, postulava a liberdade de consciência, de pensamento, de associação e de imprensa, considerando tais liberdades como direitos inalienáveis da pessoa. E fazia derivar do povo o poder, sendo essa a única fonte de legitimidade. Neste ponto colidia, frontalmente, com a doutrina cristã tradicional, segundo a qual o poder procede de Deus.

Sem dúvida que a ideologia liberal favorecia a secularização e a indiferença religiosa ou mesmo o ateísmo, ao afirmar não haver qualquer diferença entre o Cristianismo e as outras religiões, sendo a Religião considerada assunto que competia apenas à intimidade das consciências, devendo a Igreja estar separada do Estado e ser sujeita do direito comum, como qualquer outra associação.

Como seria de prever, quer o Papa, quer o monarca francês estavam contra tal ideologia.

Os católicos liberais eram “ultramontanos”, olhando “para além dos montes”, para Roma, mostrando grande devoção ao Papa. Mas isto foi só no princípio, porque o Papa – Gregório XVI – condenou, na encíclica *Mirari Vos* de 1832, todas as ideias de Lamennais: a igualdade de tratamento de todas as crenças conduziria a um indiferentismo religioso; a separação completa entre a Igreja e o Estado; a liberdade de consciência; as liberdades, sem limites, de opinião e de imprensa. Lamennais não se conforma e abandona o sacerdócio e a pró-pria Igreja.

Quanto a Carlos X, as suas quatro “ordenanças” constituíam provocação excessiva. Além disso, a situação social que se vivia leva a uma exacerbação dos ânimos: subida do preço do trigo, desemprego, pilhagens e motins desencadeiam graves tensões. A sublevação do povo de Paris é o culminar de um ressentimento contra o regime e os seus decretos, nomeadamente o da supressão da liberdade de imprensa. E esse ressentimento manifesta-se num anticlericalismo violento, com pilhagem do palácio do arcebispo de Paris, sendo os sacerdotes que vestiam batina (os “homens negros” de Roma) agredidos nas ruas.

A sublevação do povo, em Julho de 1830, conduz a uma quase guerra civil: operários, estudantes e jornalistas erguem barricadas, depois atacam os palácios reais. A burguesia, atemorizada, evita que a sublevação popular se transforme numa revolução brutal, escolhendo um novo rei: Luís Filipe I, sobrinho de Carlos X, mais popular pela sua simplicidade “burguesa”.

A chamada revolução liberal de 1830 pusera fim ao Antigo Regime, restabelecendo-se a monarquia constitucional brevemente subvertida por Carlos X. Nessa nova monarquia, chamada Monarquia de Julho, as novas orientações são bem definidas pelos liberais: o Catolicismo deixava de ser a religião do Estado, sendo assegurada a igualdade religiosa; o Estado pretendia reorganizar o sistema educativo, acabando com o monopólio da Igreja; e a burguesia consegue uma Constituição à sua medida. A República – sentia-se – embora adiada, vinha a caminho.

A revolução que rebentara em Paris, em 1830, repercutiu-se por toda a Europa, fazendo soprar um vento de liberdade. E assim, pela Europa fora reproduzem-se revoluções de 1830, em que, em muitos casos, católicos e liberais dão as mãos. Em vários países europeus, as políticas liberais favoreceram o desencadear de autênticas explosões de sentimentos nacionais, permitindo a emancipação de populações católicas até aí sob o domínio de príncipes de outras confissões cristãs.

É o caso da aliança entre católicos e liberais belgas anticlericais contra os holandeses, começando a insurreição dos habitantes de Bruxelas, logo um mês depois da revolução parisiense: Agosto de 1830. A Bélgica consegue sacudir o jugo do soberano holandês, Guilherme I de Orange, calvinista, organizando-se o Reino independente da Bélgica em bases liberais: uma monarquia constitucional e hereditária, tendo como rei o príncipe alemão de Saxe-Coburgo que tomou o nome de Leopoldo I.

A seguir à Bélgica, a Polónia, em Novembro de 1830, proclama a independência após a insurreição

que se seguiu a uma amotinação dos quadros do exército polaco, que acabam por ocupar Varsóvia. Sacudindo o jugo do czar da Rússia, Nicolau I, sofrem, no entanto, uma repressão terrível: a Rússia esmaga a insurreição, sucedendo-se os enforcamentos, confiscações, deportações para a Sibéria, dissolução do exército polaco, destruição da indústria e do comércio, russificação brutal do Estado polaco.

Milhares de polacos abandonam o seu país, dirigindo-se dois terços para Paris. No Ocidente católico despertam as simpatias não só dos católicos, mas também dos liberais. E solicitam uma intervenção do Papa Gregório XVI. Mas o Papa, em luta com uma insurreição nos seus próprios Estados, vê-se manietado, impedido de animar o levantamento dos polacos.

Os Irlandeses Católicos, explorados por proprietários britânicos protestantes, caminham para a emancipação graças à acção de O'Connell. Na própria Inglaterra dão-se reformas liberais que acabam com as discriminações por motivos religiosos, melhorando a situação dos católicos britânicos e irlandeses imigrados. Uma personalidade britânica eminente, Nicolau Wiseman, é escolhido pelo Papa Pio IX como primeiro arcebispo de Westminster (católico, note-se). Dessa mesma época é um padre anglicano, Newman, um dos fundadores do Movimento de Oxford, que pretendia a renovação da Igreja Anglicana, que, na sua completa submissão ao poder, vegetava, entorpecida. E com o tempo, após madura reflexão, Newman converte-se ao Catolicismo.

A Restauração fracassara por todo o lado. Vitorioso, o Liberalismo, movimento de protesto, abarca a vida toda, de todos. A partir de 1830 os acontecimentos começam a configurar uma nova realidade nos campos político, económico e religioso. Precisamente a ideologia do Liberalismo tinha uma doutrina política, económica e religiosa. Faltava-lhe, no entanto, um aspecto importante: a ausência de preocupação social, apesar da “questão social” ser um facto evidente perante um “proletariado” nascido com a revolução industrial. Esse proletariado concentrava-se nos subúrbios das grandes cidades, nas suas zonas industriais, onde vivia em condições miseráveis, em “cortiços” insalubres, fornecendo operários para as fábricas que o capitalismo liberal explorava por vezes “selvaticamente”: um trabalho escravo, com um horário esgotante, pago com um salário miserável, trabalhando para um “patrão” distante ou anónimo, que aplicava implacavelmente as leis da economia liberal – a lei da oferta e da procura – e as leis de uma concorrência desenfreada.

Como seria de esperar, esta situação social constituiu a fonte de uma “questão social” que desencadeou reacções a tão flagrantes injustiças. Opõem-se e confrontam-se uma burguesia enriquecida graças aos progressos da ciência e da técnica e um mundo operário miserável, esmagado, esgotado e explorado, vítima de tão flagrantes injustiças sociais, terreno fértil em que vicejam as utopias de Cabet e Owen, a anarquia de Proudhon, os vários socialismos utópicos, até ao Manifesto Comunista de Karl Marx e Engels, época em que um pensamento político em ebulição descobre, ao mesmo tempo, o reformismo socializante e a teorização da violência reaccionária.

Em França, mais uma vez, a revolta parisiense expulsa o último rei francês, Luís Filipe I, sendo proclamada a “República”. É a Revolução de 1848, gerada no cadinho das injustiças sociais, aliadas à grave crise económica, que se desencadeara dois anos antes, levando a uma agitação social frequentemente reprimida pela autoridade. No mesmo ano, uma série de revoluções incendeia a maior parte dos Estados europeus, ora por razões sociais, ora por razões nacionalistas.

Em França, a revolução social de 1848, levando, poucos meses depois do seu início, a um levantamento operário em Paris, que o exército afoga em sangue, vê assim chegar o seu fim com o triunfo da classe burguesa. A breve II República conduz à eleição de Luís Napoleão Bonaparte para a presidência. Seguiu-se um golpe de Estado, em 1851, e o nascimento do Segundo Império.

Todos os grandes Estados europeus foram abalados por movimentos revolucionários. Exceptuaram-

se a Inglaterra e a Rússia.

Os chefes liberais, no entanto, fracassaram, pois a sua inexperiência política, a falta de meios militares e diplomáticos, não puderam vencer a reacção e os governos autoritários, que, por sinal, até lucraram com a revolução de 1848.

Os italianos e os alemães não souberam e não conseguiram construir a sua unidade. Em Itália acendera-se o anticlericalismo, atizado pelas sociedades secretas que se constituíram um pouco por todo o lado, das quais se destacam, pela sua importância, os carbonários. Ao mesmo tempo, crescia um forte movimento a favor da unidade italiana, que não encontrou receptividade da parte do Papa (Gregório XVI).

Na Alemanha, os católicos ficaram sob a autoridade de príncipes protestantes. A reorganização da Igreja exigiu grandes negociações. Por fim, o rei Luís I da Baviera torna Munique o centro do catolicismo alemão.

Em França, a II República, mas principalmente o Segundo Império, favoreceram a restauração das antigas Ordens religiosas bem como a fundação de muitas congregações religiosas hospitalares e educacionais.

Em Itália assistia-se também ao nascimento de novas Ordens religiosas. No Piemonte, um sacerdote passou a dedicar-se à juventude transviada e aos jovens abandonados. Esse sacerdote era João Bosco – Dom Bosco – que criou uma família de 40 000 membros: os salesianos e as filhas de Maria Auxiliadora ou salesianas. João Bosco (São João Bosco) foi canonizado em 1934 pelo Papa Pio XI.

O clero francês tem um modelo a imitar na pessoa do Cura d’Ars – João Maria Vianney – que conseguiu com a oração, a mortificação e a pobreza em que vivia transformar radicalmente a sua paróquia. E não apenas isso: ele atraía penitentes de toda a parte, inclusivamente de Paris.

O clero era muito apoiado pelos leigos que se distinguiram, no século XIX, em França: um Chateaubriand, um Veuillot, um Montalembert, Alberto de Mun, etc. E não só em França. Na Alemanha e na Bélgica não faltaram “santos leigos” saídos da aristocracia e da alta burguesia.

Obras como a Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1833 por Ozanan e mais meia dúzia de estudantes seus colegas, pretendiam convergir numa grande organização de obras católicas, incluindo a Sociedade de São Francisco Xavier, as “santas famílias”, obras para militares, etc.

Sem dúvida que o apoio ao clero da parte dos leigos, bastante dinâmicos na sua acção, constituía um facto novo no século XIX.

Porém, um sentimento “de sitiado” abafou esse clero, cercado pelo liberalismo, pelo ateísmo, pelo socialismo, pelo cientismo ou simplesmente pelo modernismo. A sua única arma era a santidade de uma vida generosa, séria e regularmente espiritual, embora fraca na sua preparação intelectual, mas, mesmo assim, suficiente para atrair os fiéis afastados e confundir os seus mais acérrimos adversários.

Da Restauração e dos novos fôlegos revolucionários que se lhe seguiram, a Igreja, a braços com um liberalismo que a hostilizava, recuou, seguindo o Papa. Depois da revolução de 1848, renovou-se a aliança entre o Trono e o Altar, que durou até 1860, com Luís Napoleão I. Porém, gerou-se uma oposição ao trono imperial violentamente anticatólica. Intelectuais como Gambetta, Ferry, Clemenceau e outros regem-se por uma moral puramente racional, um Positivismo de Augusto Comte avesso a toda a metafísica, que se limitava a observar os fenómenos e a procurar as suas leis, acabando por desembocar numa sociologia que pretendia arvorar-se em religião da humanidade.

Ao Positivismo aliaram-se uma franco-maçonaria republicana e racionalista; a ala esquerda do protestantismo, que pregava um Cristianismo liberal, sem dogmas, sem autoridades sacerdotais; o livre pensamento, o materialismo, o niilismo de Nietzsche, etc.

Um dos mais importantes fenómenos do século XIX foi a descristianização do Ocidente,

caracterizando-se pelo abandono das práticas de culto e uma autêntica paganização dos costumes e das mentalidades. A Igreja não poderia sobreviver a esse grave fenómeno do século XIX sem aquele pequeno “resto” que cultivava uma santidade, que se manifestava na fidelidade à mensagem evangélica. Assim conseguiu ultrapassar as crises que constantemente a atormentaram.

Sobrevivendo aos ataques dos intelectuais hostis ao Catolicismo, a partir de 1870 e até ao fim do século, a Igreja quase soçobrou diante dos novos fenómenos: o Proletariado e o Socialismo.

Duc in altum: a Igreja Missionária do século xix

(de Gregório XVI a Pio XI)

De Gregório XVI (1831-1846) a Pio XI (1922-1930), os dois Papas das Missões, decorrem aproximadamente cem anos. Antes de ser eleito Papa, o cardeal Bartolomeu Alberto Mário Cappellari, um monge camaldulense, havia dirigido com êxito a congregação romana Propaganda Fide. Durante esses anos o número de congregações religiosas dedicadas à evangelização, sobretudo do continente africano, multiplicou-se enormemente. A grande novidade do século xix é mesmo a fundação de congregações religiosas especificamente missionárias: cinquenta e três fundações masculinas, duzentas congregações femininas!

Em 1817 é reorganizada a congregação romana da Propaganda Fide (ou seja, propagação da fé), precisamente pelo seu Prefeito (isto é, administrador) mais importante, entre 1826 e 1831, o futuro Papa Gregório XVI. Com a experiência adquirida aquando da sua Prefeitura na Propaganda Fide, Gregório XVI foi um precursor no campo missionário. Em 1839 condena a escravidão dos negros e, na instrução da Propaganda Fide de 1845 – a *Neminem profecto* (na verdade ninguém) –, o Papa propõe a constituição de igrejas locais, com clero autóctone, em todos os graus da hierarquia, nos países missionados. Porém, não foi ainda no século xix que se formou um clero autóctone.

Sem dúvida que os esforços missionários católicos receberam um grande impulso durante o Pontificado de Gregório XVI. O Papa nomeou vigários apostólicos (ou seja, bispos em territórios específicos, respondendo directamente ao Papa) para as terras missionadas. Nomeou, assim, 195 bispos missionários. Com isso frustrou as pretensões de Portugal e de Espanha, que reclamavam o direito de controlar todas as iniciativas missionárias fora da Europa.

Um factor que teve grande importância na problemática das missões no “estrangeiro” foi o domínio dos mares que, desde o início do século xix, pertencia à Inglaterra. Com isso, os missionários católicos estavam impedidos de navegar até ao ultramar. Deste modo, as sociedades protestantes missionárias viam-se sozinhas em campo, expandindo de uma forma extraordinária a sua actividade de evangelização.

Mas por fim a liberdade de navegação é restabelecida pelos tratados de 1814 e 1815.

As colónias de Espanha e de Portugal, na América do Sul, haviam proclamado a independência, e os respectivos países colonizadores, mercê das crises que entretanto sofreram, perderam o seu poderio marítimo, que passou para as mãos da Inglaterra e da França. Além do domínio marítimo, as duas potências rivalizavam entre si e concorriam nos campos comercial e colonial, mas também missionário. Vimos já como as missões protestantes, com o domínio marítimo da Inglaterra, conheceram uma tremenda expansão. Agora era a vez das missões católicas protegidas pela França conhecerem um grande incremento nas terras do ultramar.

A literatura da época contribuiu, de certo modo, para a expansão missionária nas terras do ultramar. É o caso da obra de Chateaubriand, de 1802, *O Génio do Cristianismo*, em que são exaltadas as missões e os missionários. Em numerosas obras aparecidas desde então, a missão era apresentada como uma autêntica aventura e, mais ainda, como uma aventura que favorecia a expansão da França.

Concorrem as missões católicas com as protestantes: as primeiras querem obstaculizar ao máximo as segundas; estas pagam-lhes na mesma moeda.

A evangelização em qualquer dos campos confessionais é sempre acompanhada de um esforço humanitário e civilizador dos povos autóctones. E os missionários são, muitas vezes, profissionais:

médicos, professores, assistentes sociais.

Há, no século xix, um grande esforço para organizar as missões: trata-se de arranjar os fundos tão necessários, de recrutar o pessoal adequado, de se estruturarem as missões e finalmente de se elaborar um método.

Os fundos necessários para a actividade missionária eram conseguidos por associações que se formavam com essa finalidade. Assim, por exemplo, em Lyon, nasceu numa fábrica a que ficou conhecida como a «Obra da Propagação da Fé», graças aos esforços de uma jovem operária, Paulina Jaricot. Orar juntos pela evangelização e recolher as suas dádivas para sustentarem as missões era o lema de Paulina, conseguindo rapidamente reunir à sua volta um milhar de associados, que angariavam entre si, por uma pequena cotização regular, os recursos que enviavam para as missões longínquas.

Em breve, os Papas interessaram-se pela Obra e todas as dioceses, a começar pelas de França, a favoreceram. O interesse alastrou pelos outros países europeus, sucessivamente pela Bélgica, Suíça, os Estados alemães e italianos, Inglaterra, Espanha e Portugal. E Gregório XVI, em 1840, numa carta circular, recomendava a Obra a todas as igrejas. Depois, os Papas que se lhe seguiram “exigiram” que todas as dioceses tivessem a Obra, até se converter no serviço financeiro fundamental das missões católicas.

E desde então vão nascendo outras Obras com o mesmo fim, aparecendo, ao longo do século, cerca de 270 associações que prolongaram a sua actividade pelo século xx dentro. Destas citaremos apenas a Obra da Santa Infância, fundada em 1843 por monsenhor Forbin-Janson, destinada às crianças dos países das missões.

Estas Obras, para darem a conhecer cada vez mais a actividade das missões, publicam revistas que chegam a ter tiragens enormes, da ordem das centenas de milhares, e em várias línguas. Assim, ao longo do século fundaram-se 380 revistas missionárias em várias línguas.

O pessoal missionário começou a ser recrutado pelas antigas congregações missionárias que foram renascendo aos poucos: os Lazaristas, os Padres do Espírito Santo, etc.

Depois, as grandes ordens dos Jesuítas, Dominicanos, Franciscanos recrudesceram a sua actividade missionária.

No início do século xix havia apenas uma sociedade religiosa exclusivamente missionária: a Sociedade de Missões Estrangeiras de Paris, que vinha já desde o século xvii (1651). A grande novidade do século xix é a fundação de congregações exclusivamente missionárias. A França e a Itália são pioneiras neste esforço missionário, respondendo à vontade expressa de Gregório XVI.

Em 1805, aparece a primeira congregação: a Sociedade dos Sagrados Corações, Padres do Picpus, que foi encarregada da evangelização das ilhas da Oceânia espalhadas pelo Pacífico Sul.

Em 1816 é fundada a Congregação dos Oblatos de Maria Imaculada, evangelizadores do norte do Canadá e da África do Sul.

Os Maristas são enviados por Gregório XVI para a Oceânia.

Em 1848 é fundada a Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria, obra do padre Libermann.

Em 1850 é fundado em Milão o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras.

Em 1866 é fundado por Daniel Comboni o Instituto para as Missões Africanas. Neste ano é também fundada a congregação dos Missionários de Mill Hill, obra do futuro cardeal Vaughan.

Em 1868-1869 são fundadas pelo cardeal Lavignerie as congregações dos Padres Brancos e das Irmãs Brancas.

Em 1879 é criada a Sociedade do Verbo Divino, obra de Arnold Janssen.

Em 1884 nasce um ramo especificamente missionário de uma antiga ordem religiosa: os Beneditinos de Santa Otília.

Em 1882 nascem os Missionários de Marianhill, criados pelos trapistas alemães, evangelizadores do sul de África. Foram obra de um abade cisterciense, Franz Pfanery, que três anos mais tarde fundou as Irmãs Missionárias do Preciosíssimo Sangue.

Em 1895 nascem os Missionários Javerianos e em 1901 os da Consolata.

E quase todos os novos institutos missionários masculinos eram seguidos por uma fundação feminina paralela. Merecem menção especial as Irmãs de São José de Cluny fundadas em 1806 pela madre Javouhey, e as Irmãs de São José da Aparecida, congregação fundada em 1833. Ao longo do século xix continuou a fundação de numerosos institutos religiosos missionários femininos.

Nesta enumeração de novas congregações religiosas ficámos, sem dúvida, muito aquém das mais de 250 criadas ao longo do século xix.

Facto interessante é que, segundo Delacroix, havia apenas 270 missionários católicos em territórios de missão em 1815. Em 1939, por ocasião da morte do Papa Pio XI, que sucedeu a Gregório XVI, o precursor no campo missionário, a Igreja havia aumentado o número dos seus missionários para 40 000.

À frente das novas obras missionárias encontram-se grandes personalidades: padre Libermann, o cardeal Lavigerie, Comboni, a madre Javouhey, etc. O espírito missionário que estes fundadores pretendiam transmitir consistia numa vida espiritual intensa, uma grande capacidade de adaptação, interesse pela formação de cooperadores e catequistas indígenas e a convicção de que era necessário fomentar o clero nativo.

O método dos missionários aliava sempre à evangelização um esforço humanitário de ajuda às populações indígenas, consistindo numa ajuda material e sanitária, com as dádivas chegadas da Europa, e um esforço civilizador.

Chegados ao local da missão, os missionários começavam, quando possível, a construção de uma capela. E iniciavam logo a prática do culto com uma solenidade que atraísse as populações.

Os missionários católicos dedicavam-se, também, ao estudo da língua dos nativos. Por outro lado, construíam escolas, que consideravam um meio essencial para a catequese e para infundir nos nativos a sua própria cultura europeia, num esforço civilizacional que se verificou mais tarde ser errado. Assim, se foram destruindo muitas estruturas culturais locais, porquanto os missionários julgavam os usos e costumes, bem como as tradições orais, eivados de idolatria.

Nos primeiros anos do século xix, o esforço colonizador europeu foi, em muitos casos, precedido pelo esforço missionário. E os missionários, além de disporem de poucos fundos para sustentarem as suas missões, porquanto as potências colonizadoras não lhes concediam, tinham, em muitos casos, de competir no terreno com os missionários protestantes. Além disso, em muitos locais os nativos, hostis, desencadeavam perseguições aos missionários católicos completamente desprotegidos.

A partir do século xvi ficou assegurada a protecção política por parte de Portugal e de Espanha, países dos descobrimentos dos novos territórios. Qualquer obra missionária era directamente protegida através dos padroados. E, no século xix, passou a França a assumir o papel de potência protectora.

Após a partilha da África pelo Tratado de Berlim (1885), as várias potências coloniais protegiam as “suas” missões e conjuntamente uniam os seus esforços numa tarefa comum: a de construção de escolas, hospitais e outras estruturas.

As zonas de influência das potências europeias foram delimitadas pelo Congresso de Berlim, distribuindo-se pela Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Portugal. Nas suas respectivas zonas de

influência, as administrações dos países europeus suprimiram a escravatura. Porém, as necessidades de mão-de-obra levaram-nas a estabelecer o trabalho forçado mais ou menos encapotado.

Dá-se uma nova vaga de evangelização das colónias africanas, que começara no século xv com os portugueses, a quem a Santa Sé concedeu a jurisdição temporal e espiritual sobre as terras conquistadas e as que viessem a ser descobertas. Entre as concessões do Papa estava a entrega, ao rei português, da responsabilidade da organização da Igreja. Pertencia-lhe a delimitação das dioceses, a nomeação dos bispos, limitando-se o Papa a ratificar, apenas, as nomeações, não intervindo directamente. Todas estas concessões, que tornam o soberano chefe das novas Igrejas, constituíam o chamado direito de padroado.

O padroado trazia, por vezes, inconvenientes graves, porquanto sujeitava a evangelização ao acaso da colonização e da política. Portugal, com o seu milhão e meio de habitantes na época (século xvi), não podia satisfazer as necessidades da evangelização do meio mundo que lhe havia sido entregue pelo Tratado de Tordesilhas (em 1493). Daí a necessidade de ter de recorrer a missionários estrangeiros.

A grande necessidade de mão-de-obra nos territórios das Américas fez nascer o tráfico de escravos negros que eram aprisionados nas costas de África. Para escândalo maior, havia missionários que tinham a sua quota-parte no tráfico de negros e possuíam, mesmo, os seus próprios escravos, contribuindo – e de que maneira! – para uma desfiguração completa da evangelização trazida pelas missões europeias.

Até ao século xvii, Portugal, a potência que fizera a primeira evangelização de África, esteve sozinho em campo, embora dispondo de muitos missionários estrangeiros que lhe eram enviados pela Propaganda Fide de Roma: Capuchinhos, nomeadamente.

A partir do século xix começam os missionários franceses a partir para África. Costa do Marfim, Madagáscar, Senegal, etc.

No século xix é proibido, entretanto, pelos vários governos coloniais, o tráfico de escravos, que só desaparecerá completamente após a abolição da escravatura nas várias colónias, quer em África, quer nos países agora independentes da América Latina.

E o afã missionário renasce, logo desde o princípio do século. Agora é a França a potência europeia com maior actividade missionária.

Em 1814, o padre Francisco Libermann funda a Congregação do Imaculado Coração de Maria, que acabou por se fundir com uma congregação mais antiga: a Congregação do Espírito Santo, fundada no século xviii.

Em 1819, as Irmãs de São José de Cluny, fundadas pela madre Ana Maria Javouhey, fixam-se no Senegal.

Em 1850, os Oblatos de Maria, fundados por monsenhor Mazenod, instalam-se na África do Sul.

Em 1856 é fundada a Sociedade das Missões Africanas de Lyon, por monsenhor de Marion Brésillac.

Em 1842 é criado um vicariato apostólico das Duas Guinéas, partindo das feitorias europeias do litoral a evangelização para o interior.

Em 1867 é nomeado o primeiro arcebispo de Argel, um francês, o cardeal Lavigerie, que se consagrou completamente desde aí à evangelização de África.

Em 1868, o cardeal Lavigerie funda os Missionários de África, que ficam conhecidos pela designação de Padres Brancos. E em 1869 cria os Irmãos agricultores e as Irmãs agricultoras (estas tornar-se-ão as Irmãs Brancas). Mais tarde, em 1879, para proteger os missionários, o cardeal Lavigerie cria os Irmãos Armados do Saará.

O cardeal Lavigerie elaborou um programa geral de evangelização, em que preconiza que os missionários deveriam adaptar-se aos locais em que iriam desenvolver a sua actividade, adoptando os usos e costumes, o traje, a alimentação, a língua, a habitação.

Muitos dos missionários Padres Brancos instalam-se na região dos Grandes Lagos na África Equatorial.

Na Índia renascem as actividades missionárias e com esse renascimento os antigos problemas: a questão das jurisdições, consistindo nos conflitos entre os bispos do padroado português, nomeados por Lisboa, e os vigários apostólicos da Propaganda Fide; e a querela dos ritos, em que os métodos missionários eram postos em discussão na sua atitude perante as culturas locais.

Com a Índia sob o domínio britânico são favorecidas a liberdade de circulação e de pregação. As missões católicas e protestantes entram em concorrência. Os jesuítas acabam por abrir, em 1847, um noviciado para irmãos indianos. E na ilha de Ceilão (hoje Sri Lanka) é criado um seminário para formar o clero de toda a Índia.

Infelizmente, a evangelização na Índia tinha aspectos particulares que a poderiam tornar ineficaz: o sistema de castas. A maioria dos novos cristãos pertenciam às castas mais baixas, de maneira que a evangelização se convertia numa acção de provocação social, por um lado, mas, por outro, tinha o perigo de ser logo desdenhada pelas outras castas.

Desde o século v que a Índia e a China eram evangelizadas pelos Nestorianos, da Igreja do Império Persa. Os Nestorianos negavam – lembremo-lo – a maternidade divina de Maria, negando-lhe o título de theotokos, isto é, Mãe de Deus, atribuindo-lhe apenas o de christotokos ou Mãe de Cristo. O Concílio de Éfeso, em 431, convocado por causa da questão cristológica, depôs Nestório de bispo de Constantinopla e desterrou-o. Um novo movimento nascera entretanto – o Nestorianismo – porque muitos bispos orientais se recusaram a aceitar a condenação de Nestório. Uma Igreja cismática, a Igreja Nestoriana, tornou-se, por circunstâncias políticas, a Igreja do Império Persa. A Igreja Nestoriana difundiu-se na Ásia Central, na Mongólia, na China, chegando a contar com cerca de duzentos bispos nestorianos. Assim, o cristianismo nestoriano é encontrado na China, no século xiii, por um missionário – Plancarpino – e por um viajante célebre – Marco Polo.

No século xvi são os portugueses instalados em Macau desde 1557 que arrancam com a evangelização da China. Nos séculos xvii e xviii essa evangelização continuou, embora já muito perturbada pela querela dos ritos, pelos conflitos de jurisdição entre o padroado português e a Propaganda Fide, determinando um descontentamento dos imperadores chineses, que passaram a tolerar, apenas, alguns jesuítas letrados na corte de Pequim, desencadeando uma perseguição aos restantes cristãos. A extinção da Companhia de Jesus nos diversos Estados católicos, mercê da campanha concertada – lembremo-lo – dos filósofos, dos galicanos, dos jansenistas e até das outras Ordens religiosas, fez o resto. A situação na China, que já era difícil nos fins do século xviii, agravou-se sobremaneira e ficou definitivamente comprometida.

Chegados ao século xix, os cristãos chineses – leigos, padres ou missionários – continuam a ser perseguidos. A China opõe-se à entrada de missionários, bem como dos comerciantes europeus, o que leva as potências europeias a imporem, em meados do século (1842), a abertura dos portos chineses ao comércio europeu, bem como a protecção dos cristãos, nomeadamente dos missionários que se dirigissem ao interior do país. Portugal estava fora da corrida. Agora era a França que se considerava a protectora das missões da China, opondo-se, mesmo, a que a Santa Sé tenha relações directas com a China e a que o Papa – Leão XIII – enviasse um delegado ao Governo chinês.

O autêntico saque económico da China, perpetrado pelas potências europeias, é ligado, pelas sociedades secretas chinesas, aos missionários estrangeiros, apelidando-os de «cães missionários»³⁸

«que vêm pregar uma religião bárbara»³⁹ «que profanam e difamam o Santo Confúcio»⁴⁰, etc. Chegados a 1900, verifica-se um sangrento motim em Pequim. São assassinadas algumas dezenas de missionários, religiosos, bispos e milhares de fiéis.

Não obstante esta situação de perseguição periódica, quando se chegou a 1912 havia na China cerca de um milhão e meio de católicos baptizados e mais de quinhentos mil protestantes. O sucesso das missões protestantes – fundadas por um metodista, James Hudson Taylor, com mais de oitocentos missionários –, era tal que entre os chineses cristãos protestantes se encontrava o primeiro presidente da República da China: Sun Yat-Sem. Proeza notável, sem dúvida, num país com arreigadas tradições religiosas ancestrais e com uma xenofobia militante, sendo os estrangeiros, normalmente, olhados com desconfiança.

A Igreja Católica da China tinha um total de mais de 2200 padres, dos quais mais de duzentos eram chineses. Porém, não havia ainda bispos chineses.

Cinquenta anos depois do início da evangelização do Japão por São Francisco Xavier, em 1549, os cristãos sofrem perseguição, com várias execuções de missionários e fiéis. São Paulo Miki e os companheiros foram os primeiros mártires do Extremo-Oriente. O Cristianismo acabou por ser proscrito em 1614 em todo o Japão. Seguem-se massacres de cristãos, ficando o Japão fechado aos missionários até ao século xix.

E, tal como já havia acontecido com a China, as potências ocidentais forçam a abertura dos portos japoneses, bem como o direito de construir igrejas para os ocidentais, no século xix, a partir de 1853.

Facto surpreendente, um missionário descobre em Nagasaki, em 1865, descendentes dos cristãos do século xvii. Mesmo sem sacerdotes, esses cristãos japoneses haviam conservado a fé e os ritos sagrados.

Um pouco mais tarde, em 1873, o Japão, ao mesmo tempo que inaugurava uma nova era de abertura à civilização ocidental, concedia a liberdade de culto a todos, começando imediatamente a chegar missionários e religiosas cada vez em maior número. Por todo o lado iam fundando escolas, correspondendo essa fundação ao intenso desejo dos japoneses de acederem à ciência e à tecnologia ocidentais.

Em 1891 foram criadas a arquidiocese de Tóquio e as dioceses de Nagasaki, Osaka e Hakodaté. Em 1912 calculava-se que o número de cristãos no Japão era de 66 000 e o de sacerdotes japoneses de 33, havendo 152 missionários estrangeiros. Só em 1927 é que é nomeado o primeiro bispo japonês para a diocese de Nagasaki, nomeação feita por Pio XI.

Os cristãos japoneses foram vítimas de suspeitas pela restante população por estarem ligados a uma religião ocidental. Essas suspeitas acentuaram-se no período do exacerbar do nacionalismo e do imperialismo japoneses, aquando das suas vitórias sobre a China, a Rússia e a Coreia.

A Coreia constitui exemplo de surpreendente fidelidade ao Cristianismo, não obstante as permanentes perseguições ao longo do século. Apesar de uma longa tradição que vinha do século xvii, do conhecimento do Cristianismo pela Coreia sem nunca ter sido evangelizada, o Cristianismo ainda é proibido, aquando da criação, em 1831, de um vicariato apostólico. O número de cristãos foi aumentando, não obstante as perseguições que se mantiveram até 1885.

O Cristianismo no Vietname vinha dos séculos xvi e xvii, tendo aí sido introduzido pelos cristãos japoneses, então perseguidos no seu país, e pelos jesuítas, que chegaram mesmo a transcrever a língua vietnamita em caracteres latinos.

As perseguições aos cristãos no século xix começam em 1825, tendo morrido mais de cinquenta sacerdotes e cerca de 50 000 fiéis. Uma expedição franco-espanhola intervém, ocupando Saigão, acabando o soberano vietnamita por ceder. Com a necessidade de dar protecção aos missionários,

nasce a colonização, acabando, em 1885, por ficarem na dependência da França o Vietname, o Cambodja e o Laos, formando-se o que ficou conhecido como a Indochina Francesa.

Os catequistas constituíram, durante as perseguições, aquele “resto” que mantinha a comunidade cristã. Apesar dos obstáculos existentes à evangelização – como, por exemplo, o culto aos antepassados – o Vietname tornou-se um dos raros países do Extremo-Oriente onde os cristãos constituem quase 10% da população, número notável, formando-se rapidamente um influente clero vietnamita.

Na Oceânia assiste-se a uma corrida e competição entre missionários protestantes e católicos. Os católicos chegam em 1827, com duas congregações religiosas: os padres Maristas de Lião, que ficaram a missionar nas ilhas ocidentais, e os padres do Sagrado Coração (Picpus), que ficaram com as ilhas mais para o oriente.

Um padre picpusiano, o padre Damião, consagrou a sua vida, de 1873 a 1889, aos leprosos na ilha Molokai, no Havai, acabando por morrer desta doença.

A Austrália tornou-se, no princípio do século xix, terra de imigração. Porém, os católicos só lá puderam missionar depois da emancipação dos católicos aprovada pelo Parlamento inglês, em 1829. Mas logo em 1834 converteu-se em vicariato apostólico por decisão do Papa Gregório XVI. Em 1842 constituiu-se o arcebispado de Sidney, com as dioceses sufragâneas de Adelaide e Hobart.

Depois, a Nova Zelândia tem, em 1848, as suas dioceses de Auckland e Port Nickolson (futura Wellington).

Tanto na Austrália como na Nova Zelândia, o catolicismo tinha um núcleo muito forte nos irlandeses imigrados.

Na Tailândia, os missionários só se puderam instalar e começar a evangelização depois de um tratado firmado com a França em 1856. No entanto, os tailandeses mostravam-se desconfiados e renitentes com uma religião que eles identificavam com os franceses, a quem detestavam. E em 1912 havia 36 000 cristãos na Tailândia, mas a maioria eram chineses.

Metade dos cristãos da Ásia estava nas Filipinas, mercê do trabalho missionário das Ordens religiosas espanholas. Havia uma arquidiocese em Manila e cinco dioceses sufragâneas.

Numerosas congregações religiosas provenientes dos Estados Unidos e da Europa organizaram uma extensa rede de escolas já no século xx.

Na América Latina, onde portugueses e espanhóis desenvolveram uma séria tarefa de evangelização e de organização da Igreja nos seus vários domínios desde o século xvi, os missionários tiveram o choque de civilizações índias, que desconheciam completamente, com uma idolatria que procuraram combater. Por outro lado, por vezes os missionários chocavam-se com os próprios colonos, que exploravam os índios, reduzindo-os quase à escravidão.

Chegados ao século xix, com a invasão de Portugal e Espanha pelas tropas de Napoleão, as suas colónias na América Latina revoltam-se e tornam-se independentes entre 1817 e 1823.

Os bispos fogem das novas nações nascidas das antigas colónias espanholas por se manterem fiéis ao rei espanhol. Assim, a Igreja desorganiza-se profundamente nesses países.

Entretanto, o Papa Gregório XVI reconheceu a independência das novas repúblicas provindas das colónias espanholas e do Império do Brasil, de origem portuguesa.

Nos novos países como que se reproduzem os conflitos que se verificavam na Europa entre os conservadores e liberais. A Igreja tendia, sempre, para o lado conservador, dada a política anticlerical dos liberais.

Entretanto, ao longo do século xix vai diminuindo a influência da Igreja. Há mesmo o caso paradigmático da revolução do México, em 1910, que, com a Constituição elaborada, pretende uma

limitação da influência da Igreja, ao querer eliminar os vestígios da colonização: limita o número de padres, os eclesiásticos são proibidos de dirigirem escolas, etc. E desencadeia-se uma guerra civil que durou três anos, por revolta dos católicos, em nome de Cristo. Há perseguição aos católicos que só terminará em 1937.

Nos Estados Unidos, graças à liberdade de culto consignada na Constituição, os Protestantes – que no século xix eram essencialmente Metodistas e Baptistas – tornam-se o grupo religioso mais numeroso do país.

Na altura da independência – 1776 – há apenas cerca de 30 000 católicos no país, número que foi aumentando com a emigração europeia. Primeiro foram os irlandeses que desde o princípio ganham as posições-chave na Igreja, a que se seguiram os italianos, os alemães e os polacos.

Entretanto, já desde 1776 havia uma diocese, a de Baltimore. O primeiro bispo católico norte-americano foi John Carroll, que procurava harmonizar a sua fé com as suas convicções “ilustradas” e liberais. Ele não duvida em defender a separação da Igreja e do Estado, com uma autonomia absoluta das Igrejas, bem como todas as liberdades liberais. Tinha também uma especial sensibilidade pelo papel activo e responsável dos leigos na marcha da Igreja.

Na segunda metade do século xix, à diocese de Baltimore juntou-se não só a de Nova Iorque como também mais 55 novas dioceses, com irlandeses e alemães a marcarem, mais do que as outras etnias, o catolicismo americano.

No fim do século, os Católicos constituíam 15% da população norte-americana, levando o Papa Pio X, em 1908, ao reconhecer esta realidade, a determinar que a Igreja norte-americana adquirisse a sua plena autonomia, deixando de depender da Propaganda Fide.

Já nos fins do século, a Igreja Católica nos Estados Unidos era uma Igreja de operários e de pobres, concentrando-se a Igreja no ensino primário e nas obras de caridade. Não havia recursos nem tempo para a cultura e o ensino universitário. No entanto, pouco a pouco, a Universidade Católica da América, em Washington (1889), a Universidade de Notre Dame bem como outras instituições de educação superior adquiriram um prestígio notável.

Uma das personalidades mais prestigiadas foi o cardeal Gibbons, arcebispo de Baltimore, conhecido pelas suas preocupações sociais e pelo seu apoio aos sindicatos, especialmente aos Knights of Labor. O cardeal Gibbons foi o primeiro norte-americano a votar a eleição de um Papa.

Depois da Primeira Guerra Mundial, a comunidade católica tornou-se a mais numerosa minoria do país, com uma presença notável no meio da cultura, da economia e da vida político-social. Aumentou a educação católica, o número e a qualidade das suas universidades. Em 1965, 70% dos católicos iam regularmente à Missa dominical.

Em 1899, o arcebispo de Baltimore, o cardeal Gibbons recebeu uma carta de Leão XIII, a *Testem benevolentia*, em que o Papa considerava como ideias perigosas «o conjunto denominado por muitos pelo nome de “Americanismo”»⁴¹, a tendência para suavizar alguns artigos doutrinários, com o fim de os tornar mais aceitáveis, a diminuição da importância concedida aos votos religiosos, a marginalidade das virtudes sobrenaturais e a tendência para seguir a inspiração directa do Espírito Santo, fazendo caso omissa da autoridade eclesiástica.

Os bispos americanos, com o cardeal Gibbons e o bispo de Saint Paul, monsenhor João Ireland, à cabeça, protestam e lamentam o termo “Americanismo” utilizado para designar as tais ideias perigosas que eles também reprovavam. Consideravam uma injustiça à Igreja americana a utilização do termo “Americanismo”, como designando uma espécie de heresia. E intervieram junto do Papa Leão XIII no sentido de se minimizarem os efeitos da condenação do Papa.

As missões do ultramar, que se encontravam esmorecidas e praticamente inactivas desde a

Revolução Francesa, renascerem no início do século XIX, impulsionadas pela Restauração da Europa e da Igreja, com a sua renovação religiosa.

Desde logo, a Santa Sé assumiu a sua responsabilidade na direcção da actividade missionária. Em 1817, é reorganizada a Propaganda Fide, como vimos, e o Papa Gregório XVI, antigo prefeito dessa congregação, favorece com decisão o desenvolvimento das missões: o número de dioceses e vicariatos apostólicos aumentou de uma maneira considerável, multiplicando-se, também, o número de congregações religiosas dedicadas à evangelização.

Há a considerar dois períodos na história das missões do século XIX: o período antes e o período depois de 1870.

Antes de 1870, ao despertarem as missões, no início do século, os missionários estão sós no terreno, nas colónias europeias no ultramar, com poucos meios materiais, desprotegidos do Governo dos seus respectivos países, sujeitos, por vezes, às perseguições que se desencadeavam contra os cristãos.

Depois de 1870 começa a era dos imperialismos: partilha da África, em Berlim, por zonas de influência, as missões passam a trabalhar no ultramar sob a protecção das potências coloniais. Missionário e colonizador passam a trabalhar de mãos dadas na construção e administração de escolas, hospitais, etc. E o colonizador prefere que o missionário seja seu compatriota, de tal modo que, quando o território colonizado passa para as mãos de outra potência, por qualquer circunstância, os antigos missionários são substituídos pelos missionários compatriotas do novo colonizador. Estava aqui o embrião de um problema que viu a luz do dia anos mais tarde.

Chegada a Primeira Guerra Mundial – a Guerra de 1914-1918 – as missões são vítimas das novas circunstâncias criadas pela guerra: muitos missionários – os mais jovens – haviam sido mobilizados e não voltaram mais; as congregações perderam alguns meios de acção; os países, esgotados pela guerra, não têm mais recursos para as missões; e o problema de que falávamos atrás, consistindo no “nacionalismo” dos missionários, mudando consoante a potência colonizadora, tornou-se patente. Os missionários alemães eram expulsos ou postos em residência vigiada, quando as colónias alemãs foram ocupadas pelos franceses e ingleses, na Oceânia, nos Camarões, no Togo, na África Oriental Alemã, etc.

Os novos cristãos, nativos, ficam perturbados com a imagem que lhes era oferecida por esta situação de quebra de solidariedade entre católicos e o nacionalismo exacerbado de alguns missionários.

E como a situação se apresentava delicada, o Papa Bento XV reagiu com uma encíclica, a *Maximum Illud*, logo no ano seguinte ao fim do conflito. O Papa mostra-se horrorizado com o “nacionalismo” dos missionários, que confundiam a causa de Deus com a dos seus próprios países. E insiste na necessidade de haver um clero indígena e uma verdadeira Igreja local nestes países colonizados e evangelizados já desde há séculos.

E chegámos ao outro cognominado Papa das Missões, depois de Gregório XVI: o Papa Pio XI.

Pio XI, Papa de 1922 a 1939, começou o seu Pontificado no aniversário dos trezentos anos da criação da Propaganda Fide.

Este Papa esforçou-se por espalhar a presença do Evangelho e da Igreja nos continentes africano e asiático. E repetiu a necessidade, já mencionada pelos seus antecessores, de que a presença missionária estivesse dissociada da actuação colonial, insistência para que os missionários deviam encarnar-se, em todos os sentidos, no país em que exercessem o seu ministério.

Na sua encíclica de 1926 – a *Rerum Ecclesiae* – ele explicita a sua doutrina: afirma a necessidade de “nacionalizar-se” para exercer a missão.

E o Papa reforça a centralização romana das missões e o papel da Propaganda Fide para mostrar que a Igreja e as missões estão acima da política. Envia delegações e visitantes apostólicos para afirmar a

independência em relação aos governos. No mesmo ano, 1926, institui o Dia Mundial das Missões (terceiro domingo de Outubro) e declara Santa Teresinha do Menino Jesus padroeira das missões.

No ano anterior, 1925, o Papa promovera, por ocasião do Ano Santo, a grande Exposição Missionária em que todo o trabalho das missões era posto em evidência.

Pio XI preocupa-se com a criação de um clero local, a fim de que as respectivas Igrejas estejam aptas e se bastem a si próprias na eventualidade de os missionários europeus se verem obrigados a deixar as suas missões. E assim o Papa nomeia como bispo, em 1923, um jesuíta indiano, e em 1926 preside ele mesmo, em Roma, à ordenação episcopal dos primeiros seis bispos chineses. Em 1927 nomeia o primeiro bispo japonês para Nagasaki e em 1933 o primeiro bispo vietnamita e primeiro bispo de raça negra.

No ano em que morreu Pio XI, 1939, há 48 territórios de missão confiados a bispos nacionais. Há também um número razoável de padres autóctones, com uma formação completa, idêntica à dos padres de todo o mundo, para o que haviam sido criados seminários nas regiões dependendo directamente de Roma.

Com Pio XI fechava-se um ciclo que havia começado com as inquietações missionárias de Gregório XVI. Nesse período de aproximadamente cem anos, a actividade missionária da Igreja Católica foi extraordinária, escrevendo-se uma das páginas mais ricas da nossa História recente. Facto tanto mais espantoso, porquanto em fins do século xviii tudo parecia configurar-se para uma decadência definitiva do esforço missionário.

Porém, o Senhor não dorme e proporcionou, como vimos, as circunstâncias que levaram ao renascimento religioso da Europa e ao despertar do espírito missionário. A consciência da universalidade da Igreja foi o “coração” de um tal despertar, lá, onde o Senhor habita connosco.

O mais longo Pontificado da História da Igreja: Pio IX

Após a morte do Papa Gregório XVI – cuja eleição levava mais de dois meses de Conclave cardinalício – os cardeais demoraram apenas quinze dias para elegerem um cardeal italiano, Giovanni Conti Mastai-Ferretti, que tomou o nome de Pio IX. O seu Pontificado prolongou-se por 31 anos e 8 meses, entre 1846 e 1878: o mais longo da História da Igreja Católica.

Logo no início do seu Pontificado, Pio IX, homem generoso e magnânimo, não hesitou em introduzir, nos Estados Pontifícios, algumas reformas que lhe trouxeram a reputação de partidário das doutrinas do Liberalismo: uma amnistia política, reformas na Administração, bem como uma Constituição e um Governo para os Estados Pontifícios, nomeando um civil como primeiro-ministro – Pelegrino Rossi. A reputação de liberal granjeada com tais reformas tornou o Papa muito popular entre os romanos, levando os católicos liberais nacionalistas a convidá-lo para liderar uma liga nacional que lutaria pela liberdade e pela união da Itália, ainda ocupada, no norte, pelos austríacos.

Porém, Pio IX declarou-se neutro perante a luta pela liberdade e pela unidade italiana, dado que considerava o facto de ter sido chamado a ser pastor de todos os povos, em igualdade de condições, não obstante considerar-se um italiano de coração. Com tal declaração, a sua reputação de liberal viu-se não passar de um equívoco, a sua popularidade decresceu rapidamente e foi mesmo acusado de inimigo da pátria.

Os cabecilhas da rebelião exigiam que o Papa declarasse a “guerra santa” contra a Áustria e, com esse propósito, assediaram-no às portas do Parlamento, injuriando-o violentamente, chegando ao ponto de assassinos contratados pelo movimento “Jovem Itália” apunhalarem até à morte o primeiro-ministro pontifício Pelegrino Rossi, em Novembro do ano da Revolução (1848). Pio IX viu-se obrigado a fugir de Roma acompanhado pelos cardeais, refugiando-se no reino de Nápoles, em Gaeta.

Em Roma, sem o Papa, Mazzini, o fundador do movimento “Jovem Itália”, proclamou, poucos meses volvidos – em Fevereiro de 1849 – a República.

Pio IX apela então às tropas francesas, que descem até aos Estados Pontifícios e, após duros combates, ocupam Roma. O Papa regressa, assim, a Roma em 1850. Pio IX, abalado pelas amargas situações que havia experimentado e que o haviam levado ao exílio, mostrou-se, desde então, contrário ao movimento do Liberalismo, ao ponto de se entregar ao sagrado dever de se lhe opor de todas as formas, tanto mais que levava tropas italianas a conquistarem grandes áreas do território dos Estados Pontifícios.

As tropas francesas que haviam conquistado Roma em 1850, aí permaneceram durante vinte anos. Os territórios dos Estados Pontifícios foram-se desagregando, entretanto, pouco a pouco, caindo nas mãos do reino piemontês.

Em 1861 constituiu-se, finalmente, o reino de Itália, sendo proclamado rei Vítor Manuel de Sabóia. A Itália unificada escolheu Roma como sua capital e foram as tropas francesas que, mais uma vez, evitaram que os nacionalistas italianos ocupassem a cidade. Assim, Pio IX pôde permanecer em Roma.

Em 1870 começa a guerra franco-prussiana, o que levou as tropas francesas a retirarem-se de Roma, tendo como consequência imediata a ocupação da cidade pelas tropas do rei italiano, que fez de Roma a capital do seu reino.

Pio IX recusa uma doação fixa que lhe era oferecida para desistir do Estado Pontifício. Perante essa

recusa, o Governo italiano agiu unilateralmente, tomando a iniciativa de “garantir” ao Papa poder dispor do Palácio do Vaticano, do Palácio de Latrão e da vila de Castelgandolfo para “seu uso”, assim como um subsídio de três milhões e meio de francos. Mas Pio IX continua na sua recusa, condenando essa chamada “Lei de Garantias”, declarando que não podia renunciar a direitos que não eram seus.

Esta questão, não só política e territorial, mas também religiosa – conhecida, desde então, como “Questão Romana” –, levou a que Pio IX e os Papas que lhe sucederam até 1929, já com Pio XI, se considerassem como “prisioneiros do Vaticano”: os Papas não saíram do Vaticano até se ter chegado ao Papa Pio XI, no século xx.

Em 1929, jubileu de ouro da ordenação do Papa Pio XI, foram celebrados os chamados “tratados de Latrão”, pelos quais se efectivaram a soberania da cidade do Vaticano, uma doação financeira e uma concordata. Ficava, finalmente, resolvida a Questão Romana.

Em 1849, Pio IX consultou os bispos do mundo sobre a possibilidade da proclamação do dogma da Imaculada Conceição (“concepção”) da Virgem Maria. Os bispos expressaram a sua concordância numa grande maioria.

Deste modo, no dia 8 de Dezembro de 1854, na presença de duzentos bispos de todo o mundo, o referido dogma foi solenemente anunciado. Em tal proposição de fé acreditava por todo o povo cristão já desde os primeiros tempos do Cristianismo: a Virgem Maria havia sido preservada, desde a sua concepção, da mancha do pecado original.

Pio IX, após ter ponderado todos os factos, não só o peso da tradição, como também uma reflexão sobre as palavras de saudação do Anjo Gabriel a Nossa Senhora – «Ave, Maria, cheia de graça...»⁴² – decidiu, assim, proclamar que essa verdade fazia parte da Revelação Divina.

Em 1864, o Papa publicou uma encíclica, em que era definida a posição da Igreja perante os “liberalismos”: a encíclica Quanta Cura (ou seja, quanta inquietação). Anexa à encíclica vinha uma relação (Syllabus, ou seja, sumário, índice) de oitenta proposições em que se resumiam os principais “erros” da época: o Panteísmo, o Naturalismo, o Racionalismo, o Indiferentismo, o Socialismo e o Comunismo, bem como erros doutrinários acerca do matrimónio e da moral cristã. Tudo ideologias que proliferaram no século xix e que, de um modo ou outro, afrontavam e se opunham mesmo ao Cristianismo. Cada um dos “ismos” catalogados no Syllabus era objecto de uma condenação expressa. A última proposição traz implícita uma rejeição de toda a sociedade leiga, ao refutar a pretensão de que o Pontífice Romano podia e deveria reconciliar-se com o progresso, com o liberalismo e com a civilização moderna.

Rejubilaram os católicos tradicionais, estremeceram os católicos liberais, que se sentem desaprovados. Os anticlericais tomaram esta encíclica como uma ruptura no diálogo entre católicos e os adversários da Igreja.

Os católicos liberais – Montalembert, Dupanloup, etc. procuram por todos os meios atenuar tal situação. Assim, monsenhor Dupanloup elabora um documento em que, embora afirmando a sua adesão ao poder temporal do Papa, procura dar uma interpretação suavizada, tornada aceitável por todos, do texto da encíclica. Pio IX aceitou tal interpretação, acalmando os ânimos dos mais exaltados.

É neste contexto das relações da Igreja com o mundo moderno que se gera um dos mais importantes fenómenos do século xix: a descristianização do Ocidente, acelerada pelo cerco da Igreja por acontecimentos políticos e sociais, um pouco por todo o lado. O código civil, as nacionalizações, a industrialização, as migrações, etc. acabam por contribuir para essa descristianização, um tanto facilitada pela própria cristianização incompleta ou superficial. A descristianização manifestava-se pelo abandono, parcial ou mesmo total, das práticas do culto e por uma autêntica paganização dos costumes e das mentalidades.

O mais relevante acontecimento da Igreja no Pontificado de Pio IX foi a convocação e a realização de um concílio ecuménico: o Concílio Vaticano I.

Em 1865 foi constituída uma comissão para preparar a temática do concílio. Terminados os trabalhos dessa comissão, foi solenemente anunciada a sua realização.

Para o concílio foram convidadas as Igrejas do Oriente e, na sua abertura solene, em 8 de Dezembro de 1869, constatou-se a presença de setecentas pessoas, das quais 642 eram padres conciliares com direito a voto.

Embora a comissão preparatória tivesse indicado numerosos temas, as circunstâncias político-militares acabaram por limitar os trabalhos do concílio a dois temas: a Constituição Dogmática sobre a Fé Católica (a Dei filius) e a Constituição Dogmática sobre a Igreja de Cristo (Pastor Aeternus).

A Constituição sobre a Fé Católica, perante os erros que circulavam do Racionalismo, do Panteísmo, do Fideísmo, define a existência de um Deus pessoal que a razão humana pode atingir, mas ao mesmo tempo afirma a necessidade da Revelação. E entre a razão e a fé não podia haver conflito.

No capítulo iv da Constituição sobre a Igreja de Cristo era definida a infalibilidade pontifícia. Uma minoria de bispos acha inoportuna tal definição e abandona o concílio antes da votação final, para não escandalizarem os católicos. Entretanto, os padres conciliares votaram a constituição Pastor Aeternus, em 18 de Julho de 1870, no meio de aclamações. A afirmação do primado e da infalibilidade pontifícia está explícita no documento.

No dia seguinte ao da proclamação da constituição dogmática Pastor Aeternus, é declarada a guerra entre a França e a Alemanha, o que leva Napoleão III a retirar de Roma as tropas que protegiam o Papa. Entretanto, no princípio de Setembro cai Napoleão III e no fim do mesmo mês as tropas italianas ocupam Roma, que se torna a capital do reino da Itália.

Os bispos foram, entretanto, regressando às suas dioceses, em França e na Alemanha, ficando o concílio muito reduzido da presença de padres conciliares. Tal facto, aliado aos acontecimentos da ocupação de Roma e perda do Estado Pontifício, leva Pio IX a adiar definitivamente o concílio. Mesmo aqueles bispos que se haviam ausentado aquando da votação da constituição da infalibilidade papal, ao terem conhecimento das decisões conciliares, acataram-nas, com excepção de alguns alemães. Alguns destes constituem uma Igreja: a Igreja de Velhos Católicos, à qual se associaram, após a sua fundação, alguns teólogos alemães altamente conceituados

Nos congressos destes vétero-católicos foi resolvida, com a aprovação do chanceler Bismarck, a eleição de um bispo e, assim, um antigo professor de Breslau, J. H. Reinkus, foi ordenado em Roterdão pelo bispo jansenista Heycamp de Deventer. Em cada país, a Igreja dos Velhos Católicos forma uma Igreja nacional. Os Velhos Católicos aceitam todos os princípios da doutrina cristã, mas a infalibilidade papal, nos termos em que foi definida no Vaticano I, é por eles rejeitada. Aceitam os Sacramentos no mesmo sentido em que os aceita a Igreja Católica, mas repudiam as peregrinações e a veneração de imagens e relíquias. A autoridade máxima para assuntos gerais reside num sínodo constituído por clérigos e por leigos.

No Pontificado de Pio IX assistiu-se a uma considerável propagação das “velhas” Ordens religiosas: os beneditinos, os dominicanos e os jesuítas. E nascem novas congregações religiosas, tal como os salesianos de Dom Bosco, que se tornam uma congregação de grande importância.

O aumento das vocações sacerdotais foi notório, revelando um clero mais bem preparado, disposto a todos os sacrifícios, depois de temperado numa longa passagem pela austeridade dos seminários, esforçando-se por se submeter a uma disciplina mais rigorosa, o que se manifestava no reaparecimento do uso generalizado do traje eclesiástico. Um clero que se esforçava pelo humilde cumprimento dos seus deveres, da pregação à celebração do culto, da catequese à administração dos

Sacramentos, e muitos outros deveres, no sentido de elevar o nível espiritual dos seus paroquianos. E esse clero tinha como modelo o modesto Cura d'Ars, João Maria Vianney, que, com a sua vida heróica de mortificação, pobreza e permanente comunhão com Deus, conseguiu, pela oração, não só transformar radicalmente a sua humilde paróquia, mas também atrair, pela sua santidade sacerdotal, inúmeras pessoas de toda a parte, que vinham muitas vezes de muito longe para o escutarem e se confessarem. Foi mais tarde proclamado padroeiro do clero secular, aquando da sua canonização, em 1924, pelo Papa Pio XI.

O clero do século XIX beneficiou muito de um fenómeno novo e notável: a sua acção era apoiada pelo laicado. Algumas iniciativas de apostolado e de beneficência partiam da acção de “santos leigos” que se empenharam na criação de numerosas obras como, por exemplo, a obra dos vicentinos ou Sociedade de São Vicente de Paulo, fundada em 1833 por Frederico Ozanan e seis jovens estudantes.

O Pontificado de Pio IX destacou-se ainda pelo dinamismo com que impulsionou a Igreja Universal. Nos Países Baixos, o Papa renovou a hierarquia católica que se havia desagregado na época da Reforma Protestante.

Na Inglaterra foi restabelecida a hierarquia católica. Em 1850, Pio IX escolheu como primeiro arcebispo de Westminster uma personalidade inglesa de grande valor: Wiseman, do Colégio Inglês de Roma, que trouxera um novo ânimo aos católicos ingleses, ao dar-lhes a conhecer a vitalidade do catolicismo no continente. Foi Wiseman que preparou o caminho para a conversão de um padre anglicano de grande nomeada: o padre Newman, convertido em 1845 e elevado, mais tarde, ao cardinalato.

Na América desenvolveu-se a Igreja Católica de um modo muito sensível, surgindo novas dioceses. As missões tiveram um grande impulso com Pio IX. A Igreja celebrou, durante o Pontificado desse Papa, Concordatas com vários países: com a Rússia (1847), com a Espanha (1851), com a Áustria (1855), com Portugal (1857) e com alguns países centro-americanos.

Na Alemanha, os católicos uniram-se na chamada Sociedade Pio IX. Todos os anos se reunia, desde 1848, a assembleia dos bispos. Em 1870 foi fundado o Zentrum (Centro), autêntico Partido Político do Centro, para poder responder aos ataques do Partido Liberal. Viviam, ainda, a Igreja Católica numa situação favorável e o Zentrum constituía a representação política dos católicos alemães.

O Império Alemão é proclamado em Janeiro de 1871, consagrando a unidade da Alemanha sob a égide da Prússia. O Chanceler deste Estado era um protestante: Bismarck. Os católicos alemães sentem-se mal dentro de um Estado que lhes era hostil. Realizam assembleias anuais – as Katholikentag – de clérigos e leigos, onde estes têm um lugar preponderante.

Em 1871, os acontecimentos precipitam-se. A definição do dogma da infalibilidade pontifícia agita os meios protestantes e o Governo de Bismarck desencadeia a Kulturkampf (combate pela cultura), em que o combate era pela cultura contra o obscurantismo católico, dando lugar a uma abundante legislação anticlerical: proibição, na Alemanha, de qualquer actividade dos jesuítas, redentoristas e lazaristas, em 1872; as “leis de Maio”, de 1873, colocando os bispos e os párocos sob tutela estatal, tendo sido “depósitos” pelo Governo dois terços dos bispos e mais de mil paróquias ficaram sem padre, os seminários fechados; aos Velhos Católicos são concedidos favores nas universidades.

Pio IX condenou as referidas “leis de Maio” numa encíclica publicada em 1875. E a Kulturkampf acabou por demonstrar não ser mais do que um golpe político fracassado. Bismarck queria a formação de uma Igreja nacional alemã. Mas o “combate pela cultura” não dividiu a Igreja, frustrando as expectativas do Governo alemão, acabando por unir os católicos alemães mais estreitamente, ainda ao Papa; no campo político o Zentrum vai-se afirmando nas eleições.

Pio IX morreu em 7 de Fevereiro de 1878. Não obstante ter perdido os Estados Pontifícios e os seus

últimos anos de vida terem sido ensombrados pela violência anticlerical no novo reino de Itália e no novo Império Alemão, em que uma Kulturkampf, traduzida em leis hostis à Igreja Católica, reflectia uma política nacionalista de inspiração protestante, a época de Pio IX constituiu um período francamente positivo da História da Igreja Católica. Nenhum Papa do século XIX tivera tão forte apoio dos católicos de todo o mundo. “Papa mártir”, assim venerado em muitos círculos da Igreja da Alemanha pela “Via-Sacra” assumida nas lutas com o Império Alemão.

Um autêntico fenómeno verificou-se com Pio IX na “aproximação” entre o Papa e o Povo de Deus. Multidões de católicos de todo o lado afluíam a Roma para verem um Papa que deixara de ser uma figura longínqua, inacessível, para se tornar “próximo” e acessível ao comum dos fiéis. Tal fenómeno tornou-se possível com o grande desenvolvimento dos meios de comunicação, que vieram facilitar e tornar possível a viagem para Roma: os caminhos-de-ferro e a navegação a vapor.

Pio IX foi o primeiro Papa “amado”, da História moderna do Pontificado. Ficou na História como o fundador do Pontificado moderno.

Nascimento de uma Doutrina Social da Igreja:

Leão XIII

O tipo de reacções à “questão social” foi muito variado ao longo do século XIX. Desde os revolucionários – como os Anarquistas – que defendiam acções violentas para derrubar o Estado, com a sua ordem social injusta, ao Marxismo – o “socialismo científico” – baseado num materialismo histórico e dialéctico, na luta de classes, com completa exclusão da religião, considerada o “ópio do povo”, passando pelos sistemas de socialismo utópico – ou “pré-marxistas” – com os seus doutrinários – Saint-Simon, Fourier, Proudhon – visando construir modelos de sociedade ideais ou “utopias”, defendendo uma planificação geral da economia, com base no que designavam de propriedade social dos meios de produção e de gestão democrática. Da Economia e do Estado, todo este tipo de reacções pretenderam instrumentalizar um proletariado vítima de injustiças gritantes, colocando-se na primeira linha da luta revolucionária. Sentimentos hostis ao Cristianismo, e muito especialmente à Igreja Católica, afloravam no ideário de quase todas estas doutrinas que, de uma maneira geral, consideravam o Cristianismo – e muito especialmente a Igreja Católica – como absolutamente incapaz de dar resposta à “questão social”. Mais ainda: consideravam-no como o maior e principal obstáculo à emancipação do proletariado.

Na Europa, a massa de operários criada pela Revolução Industrial constituía a nova multidão dos chamados proletários. Na antiga Roma, os proletários eram os cidadãos da última classe social que não pagavam impostos e eram considerados úteis apenas porque procriavam... Na sociedade industrial, o significado de proletário é quase o mesmo: proletário é o cidadão pobre que só tem para viver a remuneração – muitas vezes insuficiente por nem sequer chegar ao mínimo vital – da sua força de trabalho. Mal remunerado, o proletário “procria”.

Muito cedo empurra os filhos para a fábrica, de modo a aumentar o rendimento familiar. A sua vida decorre entre a fábrica, o cortiço e a taberna. E o trabalho duro e excessivo, a alimentação sempre insuficiente, a habitação miserável, onde se alojam em condições insalubres autênticas colmeias de gente, e a taberna, lugar de refúgio dessa pobre gente, onde pode desafogar o peso de uma existência miserável, todas essas condições determinam uma elevada mortalidade. O trabalho infantil, particularmente, caracterizava-se por uma mortalidade escandalosa.

Por sua vez, os camponeses acossados por situações de penúria abandonam os meios rurais onde sempre viveram, desenraizando-se e vindo amontoar-se nas zonas industriais das cidades, incorporando-se à massa do operariado fabril, aumentando, assim, desmesuradamente a classe do proletariado. Aí não encontram qualquer estrutura pastoral da Igreja, tal como tinham nos seus povos e aldeias. As paróquias urbanas não chegam aos subúrbios, de modo que o novo proletariado se torna presa fácil das doutrinações anarquistas e marxistas.

Os católicos acordaram tarde, de uma maneira geral, reagindo timidamente à proletarização da classe operária. Tal reacção traduziu-se em várias iniciativas generosas, com o fim de minorar, pela caridade e pela beneficência, tanta penúria e tanta miséria.

Lamennais e Carlos de Caux, no jornal *L’Avenir*, denunciavam a exploração dos trabalhadores, propondo como solução uma nova organização económica e social, apoiando-se numa democracia política.

Frederico Ozanan trabalha pela reconciliação das classes sociais e funda uma obra – a Sociedade São Vicente de Paulo – cujos membros, os vicentinos, são católicos que tomam contacto com a

miséria, “temperando-se” na preparação de uma acção social mais ampla.

Todos estes podem ser considerados autênticos pioneiros do catolicismo social. Nos jornais, nas suas obras, condenaram o capitalismo, denunciaram o liberalismo económico como agente da morte do operário-máquina (Ozanan). E as bases de um “socialismo cristão” preconizadas por Buchez procuravam conciliar a revolução e o catolicismo.

Estes primeiros católicos sociais são contemporâneos dos primeiros socialistas, dos quais os utópicos como Saint-Simon e Fournier se inspiravam em princípios cristãos. Mas aos “utópicos” sucederam, após 1848, socialismos irreligiosos que se opõem à Igreja, que consideram solidária com o poder político e, sobretudo, económico, explorador. É o caso de Proudhon, que preconiza ser preciso substituir o conceito de Deus pelo de justiça.

E precisamente em 1848 é publicado o Manifesto Comunista, de Karl Marx e Engels, e em 1867 O Capital, de Karl Marx. Nasce o “socialismo científico” ou Marxismo. A História passara a ter um novo motor e à Igreja católica tal socialismo marxista opunha uma contra-Igreja cujos fiéis vinham do proletariado. A nova religião condenava a caridade cristã, chamando-lhe «a cínica intrometida que corrompe o pobre, que avilta a sua dignidade e o habitua a suportar pacientemente a sua iníqua e miserável sorte»⁴³. Essa nova religião tinha até o seu catecismo: o Catecismo Comunista, de Engels.

Os acontecimentos de 1871 em França puseram alguns católicos a reflectir. O conde Alberto de Mun e René de La Tour du Pin fundam os Círculos Católicos de Quadros. Estes círculos lutam pela contra-revolução e por uma restauração da Monarquia. Procuram reunir os vários estratos sociais, contribuindo para que a burguesia – uma burguesia atemorizada pela violência dos acontecimentos da Comuna, em 1871 – tomasse consciência dos problemas sociais. A burguesia cristã entenda-se...

A Comuna, proclamada em Março de 1871 por Thiers, após a amotinação da população parisiense, começa por tomar algumas medidas contra a Igreja: confiscação do património da Igreja, o arcebispo de Paris, Darby, e alguns padres são presos, e muitas outras medidas anticlericais. A amotinação dos populares acaba num banho de sangue, quando as tropas do Governo retomaram Paris. A Comuna manda executar os reféns: o arcebispo Darby e vinte e quatro padres.

Porém, nos anos que se seguiram a tais perturbações, a Igreja goza de um ambiente mais favorável. É construída a Basílica do Sagrado Coração, em Montmartre, sendo esta obra considerada, por decreto, de interesse público. Organizam-se peregrinações a Lourdes, onde se chegam a reunir grandes multidões. E o bispo de Orleans, Dupanloup, consegue que seja aprovada em 1875 uma lei concedendo a liberdade de ensino superior católico, o que levou a que em poucos anos se abrissem algumas faculdades católicas.

Porém, os republicanos não dormiam ...

A secularização das massas populares constitui o fenómeno da maior importância do século XIX. Na génese desta secularização estavam os republicanos, em França, saudosistas de uma revolução – a revolução de 1789 – que libertara os franceses da escravidão a que os submetiam a nobreza e a Igreja. Uma revolução que chegou a toda a Europa, que recebeu a ideologia revolucionária levada na ponta das baionetas dos exércitos franceses, que haviam partido à conquista dessa mesma Europa.

Esses republicanos estavam imbuídos do positivismo de Augusto Comte, Littré e Taine, positivismo negador de toda a metafísica, eliminando toda a inquietação transcendente do homem e limitando-se a observar os chamados fenómenos, determinando as leis que os regiam e acabando por desembocar na sociologia, pregando uma moral altruísta e uma “religião” da humanidade. Um progresso ilimitado da Ciência fazia parte das suas crenças.

A franco-maçonaria, por sua vez, reforçava o republicanismo e o racionalismo.

O inimigo a abater, para os republicanos, é o católico, que para eles é o adversário político que quer

restaurar a Monarquia e professa uma religião que consideram obscurantista. Os republicanos pretendem reduzir a religião ao âmbito do foro íntimo, embora mantendo a liberdade de culto. Por outro lado, querem um ensino fora da influência da Igreja, o que implicava luta aberta com as congregações religiosas.

E assim os republicanos, com as suas fileiras recheadas de positivistas, de voltairianos e de maçónicos, foram esperando a sua oportunidade. E essa oportunidade surgiu em 1879, quando todos os poderes do Estado, em França, passaram para as suas mãos.

O sufrágio universal fez o resto. Os católicos não conseguem qualquer mudança no campo político, pois os republicanos, em eleições sucessivas, têm sempre uma maioria confortável na Câmara dos Deputados. Deste modo o anticlericalismo torna-se um modo de estar, encorajado pelos republicanos. Esse anticlericalismo manifesta-se de múltiplas maneiras: nas escolas, no matrimónio, nos seminaristas e até nos cemitérios...

Há uma laicização das escolas e esse foi o primeiro passo. Uma lei da iniciativa do ministro da Instrução Pública, J. Ferry, restringe a liberdade de ensino superior católico e proíbe a actividade do ensino às congregações não autorizadas, que são mesmo expulsas. É caso não só dos Jesuítas, como também dos Dominicanos e dos Franciscanos.

Os cemitérios são também laicizados, perdendo o seu carácter confessional. Leis de 1884 permitem o divórcio. Os seminaristas são obrigados ao serviço militar.

Neste clima generalizado de secularização, de anticlericalismo e de descristianização desenrola-se a chamada “questão social” que, como já referimos, era uma sequela da Revolução Industrial, que contribuiu grandemente para a criação de desigualdades sociais gritantes, um tanto fruto de um capitalismo desenfreado, provocador de múltiplas injustiças.

Esse capitalismo apoiava-se numa burguesia liberal, em grande parte anti-clerical, ou vivendo um indiferentismo religioso total, ou mesmo anti-religioso, mas que persegue a Igreja, despojando-a dos seus bens e erguendo imensos obstáculos à sua obra educativa e caritativa. Facto surpreendente, este, porquanto os movimentos operários surgidos na época identificavam a Igreja com a burguesia, considerando-a um inimigo. Este o paradoxo flagrante de um período da História da Igreja: esta era mal vista e marginalizada pelos dois extremos que se enfrentavam, a burguesia liberal e a classe operária. A Igreja entre dois fogos...

1830. 1848. 1871. Estas três datas balizam acontecimentos revolucionários em França, sempre de cariz violentamente anticlerical, acontecimentos rapidamente exportados para os restantes países europeus.

Em 1830, a tónica geral era a da liberdade: liberdade de consciência, liberdade de culto, liberdade de imprensa e de associação, separação da Igreja e do Estado, desembocando no liberalismo, com a sua ideologia política, a sua doutrina económica. A “questão social” aflorava, aqui e ali, mas não fazia parte das cogitações do liberalismo.

Os acontecimentos desses anos chegam ao ponto de unirem republicanos, católicos, operários no desemprego, levando à revolução de 1848, em que aparentemente se iniciava uma “primavera dos povos”, uma reconciliação geral, em que o Governo provisório pede orações e os padres, por vezes, se referem a Cristo como o Santo Republicano de todos os tempos, morto na “árvore da liberdade” e de cujo Calvário descera a liberdade...

Todos pareciam esquecer-se dos deserdados: o proletariado desempregado que afluiu a Paris na busca de trabalho nas empresas nacionais, que foram suprimidas por não serem rentáveis. Os operários apossam-se das ruas de Paris, onde erguem barricadas, lutando numa guerra civil de três dias, em que há milhares de mortos, incluindo o arcebispo Dionísio Affre, morto quando pregava a

reconciliação, chegando-se ao ponto de o medo levar os burgueses anticlericais a aproximarem-se da Igreja, procurando o seu apoio. E a Assembleia Legislativa eleita tem uma maioria de católicos conservadores e de partidários da Monarquia. A República foi, entretanto, proclamada e o seu presidente é o príncipe Luís Napoleão.

A revolução de 1848 alastra pela Europa inteira e em Roma é implantada a República.

Em 1871 surge a Comuna de Paris com as suas medidas contra a Igreja. Agora já não é o liberalismo que impera, é o socialismo que se lhe opõe.

Pela Europa fora surgem alguns católicos dinamizadores da luta contra o liberalismo económico, preconizando novas organizações da sociedade.

Um empresário cristão belga – Léon Harmel – procurou pôr em prática os princípios cristãos na sua fábrica perto de Reims. Numa autêntica fábrica-modelo, L. Harmel promoveu a formação de círculos de estudos sociais só de operários com uma finalidade formativa. Tais círculos eram acentuadamente anti-socialistas para os contrapor ao sectarismo anticristão dos socialistas. Associa o operário à gestão da sua fábrica e de todas as suas outras empresas. Léon Harmel organiza peregrinações a Roma com os seus operários e tem vários encontros com o Papa Leão XIII, dialogando ambos sobre os problemas sociais.

Na Alemanha, o bispo de Mogúncia, Von Ketteler, é o principal dinamizador do catolicismo social alemão. Opunha-se tanto ao liberalismo nas suas vertentes políticas que não admitia limites na soberania do Estado. Considerava esta ideologia uma instituição reaccionária, ultrapassada, que devia ser posta de lado, e económica, porque subordinava a acção governativa à lei do salário mínimo vital. Von Ketteler preconizava uma organização corporativa da sociedade e pediu a intervenção do Estado no sentido de limitar as horas de trabalho, de impor o descanso semanal ao domingo, de fazer participar os operários nos lucros, etc.

Em Itália constituiu-se, em 1874, a Obra dos Congressos, que reunia numa complexa organização as iniciativas mais importantes do catolicismo social italiano.

No norte de Itália surgiram centros de formação profissional de jovens que não tinham tido qualquer possibilidade de estudar. Nesses centros conseguiam uma formação pessoal integral e um trabalho dignamente remunerado. São João Bosco bem como o beato Murialdo, São José Cafasso e São José Cotelengo são nomes inseparáveis da história social dessa época.

Nos Estados Unidos, o cardeal Gibbons, arcebispo de Baltimore, constitui um elemento proeminente da história católica americana, muito conhecido pelas suas inquietações sociais e pelo seu apoio aos sindicatos, especialmente aos denominados Knights of Labor (Cavaleiros do Trabalho), que constituíam uma organização activa, onde os operários podiam defender os seus direitos.

Em Inglaterra, o cardeal Manning, arcebispo de Westminster, que passara do Anglicanismo para o Catolicismo, tem algumas tomadas de posição, porque as suas propostas eram favoráveis aos operários, chegando a ser acusado de socialista, o que era falso. Manning tornou-se popular no país por ter arbitrado a greve dos estivadores de Londres, de 1889.

Na Áustria, as ideias sociais conheceram um grande incremento, graças a um discípulo de Ketteler, recém-convertido ao Catolicismo: o barão Karl von Vogelsang. Jornalista, criticava o capitalismo liberal, defendendo os direitos dos operários e preconizando um corporativismo imposto pelo Estado, capaz de neutralizar o individualismo liberal. A violência das posições que tomava valeu-lhe o epíteto de “socialista cristão”.

Na Suíça, monsenhor Mermillod organizou, a partir de 1885, encontros sociais internacionais, designados como União de Friburgo (ou melhor, União Católica dos Estudos Sociais de Friburgo). Os trabalhos desta União inspiraram intervenções do Papa.

Os católicos em França, com o conde Alberto de Mun, um dos principais representantes do catolicismo social, organizam, com René de La Tour de Pin, como já vimos, os Círculos Católicos de Quadros, que levou a burguesia atemorizada com a violência dos acontecimentos desencadeados pela Comuna, em 1871, a tomar consciência dos problemas sociais.

Nestes países, estes católicos, deixando para trás um catolicismo liberal da primeira metade do século xx, são agora católicos sociais e as suas reflexões e tomadas de posição na acção, paralelamente com a situação política iniciada na década de 90, com uma recrudescência do Socialismo, com as suas greves sangrentas e as violências da anarquia, com os seus atentados e outras acções violentas com a pretensão de derrubar o Estado, com a sua ordem social injusta, reflexões e acontecimentos, confluíram para o desejo intenso de uma intervenção do Papa Leão XIII a fim de pôr uma certa ordem no pensamento geral e dar directivas de acção para todos.

Pode dizer-se que a encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de Maio de 1891, constituía o fruto de todas as reflexões sociais, sobretudo na segunda metade do século xix, aliado à conjuntura de 1890.

A *Rerum Novarum* foi o primeiro documento do magistério eclesiástico que procurou estudar seriamente o problema social ocasionado pela industrialização. Nesta encíclica são condenados o Liberalismo e o Socialismo, sendo reconhecido o direito natural à propriedade, sublinhando-se o seu valor social; o papel promotor do bem comum cabia ao Estado; é condenada a luta de classes; reconhece-se aos operários o direito a um salário justo, assim como o direito de os operários se associarem na defesa dos seus interesses.

A *Rerum Novarum* tinha um carácter essencialmente anti-socialista, pelo que não teve acolhimento nos ambientes não-católicos, especialmente nos conciliaristas anti-infabilistas e galicanos e no mundo operário. De resto, as argumentações abstractas a que em muitos passos recorre, deixavam por concretizar a situação real criada pelo capitalismo, não analisando as causas da miséria da classe operária. Embora deplorando essa situação dos operários, destaca mais os remédios morais do que as reformas estruturais.

Com esta encíclica foram pela primeira vez solenemente proclamados os direitos do operário e a injustiça do sistema liberal.

Este documento de Leão XIII constitui um ponto de referência, levando muitos sacerdotes em todos os países a dedicarem-se com entusiasmo à pastoral social, multiplicando-se as obras sociais.

Desde então, os Papas que se seguiram a Leão XIII publicaram, por sua vez, alguns documentos importantes em que desenvolviam o mesmo tema, enriquecendo-o com as suas achegas. Tais documentos surgem habitualmente nos aniversários da *Rerum Novarum*, assinalando a evolução das preocupações sociais da Igreja e a presença da mesma Igreja na sociedade.

Um trabalho imenso de reflexão foi-se acumulando, nascendo uma doutrina social da Igreja. A partir da magna carta do catolicismo social moderno – a *Rerum Novarum* – surge, quarenta anos depois, em 1931, a encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em que este Papa critica o socialismo e se distancia do liberalismo económico, denunciando os exageros da livre concorrência.

Sucessivamente, os Papas, nos vários documentos que publicam, condenam o Comunismo bem como o Reich alemão nazi, debruçam-se sobre pontos concretos da doutrina social como, por exemplo, o trabalho, a família e o uso dos bens materiais. E o concílio ecuménico do século xx – o Vaticano II – debruça-se, numa constituição pastoral, sobre uma série de problemas: a dignidade do Matrimónio, a família, a vida da comunidade política, o fomento da paz, a eliminação das causas da guerra e a promoção humana dos povos do Terceiro Mundo.

E a “ciência social católica” foi-se edificando aos poucos à luz dos ensinamentos aportados pelos documentos do Magistério da Igreja, emanados dos Papas, do concílio, dos sínodos dos bispos, etc.,

que se esforçavam por dar uma resposta aos sucessivos problemas de consciência colocados pela evolução social.

Esta «aplicação da regra cristã da fé e costumes às relações sociais»⁴⁴, na definição de Langlois, é o ensino social da Igreja, que «explicita as consequências sociais (e, portanto, económicas e políticas) da fé cristã»⁴⁵.

Este ensino social engloba o que se pode chamar o Magistério social da Igreja, que se encontra em diversos documentos da Sé Apostólica (encíclicas, constituições conciliares, exortações apostólicas, instruções) e a elaboração que a partir desses fundamentos fazem os teólogos e os peritos, elaboração que constitui a chamada Doutrina Social da Igreja.⁴⁶

Entre as várias consequências da encíclica de Leão XIII, considerada a primeira das grandes encíclicas sociais, além do apoio que trouxe aos católicos sociais, suscitando-lhes uma nova dinamização, nascem em França, na Bélgica e em Itália movimentos que se chamaram democrata-cristãos, em que às aspirações apostólicas juntavam a vontade de reformas sociais e preocupações políticas favoráveis à democracia.

Leão XIII mantém-se “prisioneiro no Vaticano” por causa da Questão Romana, iniciada com Pio IX, e devida à perda dos Estados Pontifícios. O Papa decretara a proibição aos católicos de Itália de participarem na vida política: nem eleitores, nem eleitos. Porém, fora de Itália, Leão XIII conseguiu aumentar o prestígio da Santa Sé graças a uma inteligente actividade diplomática que incrementou.

As relações com a Alemanha melhoraram, levando Bismarck a acabar com as leis da Kulturkampf, terminando o conflito com a Igreja em 1887.

Em França, a Terceira República tornou-se o Estado de um partido republicano cada vez mais forte, que acabou por dominar completamente a cena política a partir de 1877. Um partido intensamente anticlerical, hostil à Igreja Católica, que tinha como objectivo fundamental a luta contra as congregações religiosas para se “apoderar” do ensino, que queria que fosse “laico”. Católicos e republicanos confrontavam-se, porquanto os católicos franceses eram, na sua maioria, monárquicos. E Leão XIII interveio, não porque tivesse simpatias especiais pelo regime republicano, mas porque queria salvaguardar os interesses espirituais da Igreja em França. Para isso, procurou que os católicos se reconcilhassem com o regime republicano no poder. Numa encíclica de 1892 – *Au milieu des sollicitudes* – pede que os católicos franceses adiram, sem reservas, à República, mas sem deixarem de combater a legislação hostil à Igreja com meios honestos. Tal encíclica teve um acolhimento dúbio.

No entanto, as duas encíclicas de Leão XIII – a *Rerum Novarum* (1891) e a *Au milieu des sollicitudes* (1892) – conduziram, nos últimos anos do século XIX, a uma renovação da Igreja, em França, nos campos social e político. Começa o projecto da fundação de um partido democrata-cristão.

Em 1878, Leão XIII fez cardeal um sacerdote recém-convertido do Anglicanismo ao Catolicismo: Newman. Padre anglicano, Newman havia sido um dos fundadores, em Inglaterra, do “Movimento de Oxford”, que pretendia “sacudir” uma Igreja Anglicana entorpecida pelo jugo do Estado. Esta elevação de um sacerdote inglês à púrpura cardinalícia foi considerada, pela nação inglesa, como uma honra. Em Inglaterra, o Catolicismo ia adquirindo, pouco a pouco, carta de cidadania e de respeitabilidade.

Leão XIII estabeleceu Concordatas com a Áustria, a Bósnia-Herzegovina, a Suíça, Montenegro e Portugal. O Papa estava convencido de que a Igreja podia legitimar a nova sociedade com o seu ensino e o seu acompanhamento.

Exerceu o seu magistério por meio das numerosas encíclicas que escreveu e que tiveram uma ampla repercussão nos meios intelectuais e eclesiais católicos.

O grande mérito deste Papa foi o de fazer ver a todos, mesmo aos inimigos da Igreja, que esta era

indiferente aos regimes políticos, não se identificando com monarquias ou impérios.

Leão XIII procurou dar seguimento ao trabalho de reforma iniciado com o Concílio Vaticano I. Em algumas das suas encíclicas tomou posições em questões teológicas. Aconselhou que São Tomás de Aquino fosse considerado modelo para os estudos teológicos e filosóficos. Em 1902 instalou a Comissão Bíblica Pontifícia para os estudos bíblicos.

Este Papa, que teve um longo Pontificado – 25 anos e 3 meses – o terceiro mais longo, e que havia celebrado o jubileu do seu Pontificado – pertence ao grupo dos mais influentes Papas do seu século. Em todo o mundo, o prestígio da Igreja alcançou níveis há muito tempo perdidos. Leão XIII conquistou o respeito do mundo inteiro: na opinião dos historiadores, a reconciliação da humanidade moderna com a Igreja constitui um mérito perene deste Papa.

Síntese dos nove primeiros séculos do segundo milénio da História da Igreja Católica

O segundo milénio da História da Igreja Católica começa praticamente com a cisão resultante do Cisma da Igreja do Oriente em 1054. Antes desta cisão da Igreja, tinha acontecido a divisão do Império Romano em duas partes – Oriente e Ocidente – que acabou por ter uma repercussão profunda na Igreja.

O primado do Pontífice romano sobre a Igreja Universal era indiscutível e tinha mesmo um fundamento dogmático definido com precisão pelos Papas dos séculos iv e v, especialmente Dâmaso, Leão Magno e Gelásio: a primazia de Pedro, concedida por Cristo, e os Papas como únicos e legítimos sucessores de Pedro.

Entre o Oriente e o Ocidente cristãos estabeleceram-se vários factores de tensão já a partir do próprio século v. Às tensões derivadas do confronto das respectivas culturas – grega e latina – chegando ao ponto da incompreensão linguística, factor de numerosos equívocos, receios de parte a parte, naquela época tão crítica de heresias e controvérsias teológicas, juntou-se o cânone 28 do Concílio de Calcedónia (451), que concedia ao Patriarcado de Constantinopla autoridade e jurisdição sobre todos os territórios do Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino, autoridade e jurisdição sobre todos os territórios não dependentes dos outros três Patriarcados Orientais (Alexandria, Antioquia e Jerusalém). Constantinopla tornara-se a “nova Roma”, tanto mais que era a capital do Império e residência do imperador.

As relações entre Roma e Constantinopla sofreram a primeira “fissura” no século v com o Cisma de Acácio; depois sobreveio o problema da iconoclastia; a tudo isto juntou-se a querela da evangelização dos búlgaros no século ix; seguiu-se outra “fissura” com o Cisma de Fócio; até que se chegou, no século xi, ao Cisma de Cerulário, o Patriarca de Constantinopla, em 1054. A “fissura” alargou-se, então, até à separação completa: a comunhão eclesiástica da Igreja grega com a Igreja latina fora interrompida. Até hoje.

Também no século xi, em 1059, após o chamado século de ferro do Pontificado – em que este caíra nas mãos de umas tantas famílias nobres romanas, “fazendo” Papas a seu bel-prazer e consoante os seus interesses –, foi elaborada pelo Papa Nicolau II uma lei segundo a qual, no futuro, os Papas seriam eleitos apenas por um Colégio Cardinalício e sem que fosse precisa a confirmação e reconhecimento do imperador.

Estes os principais factos da transição do primeiro para o segundo milénio. Aí ficámos no final do primeiro volume da História da Igreja Católica.

O início do segundo milénio coincide com um autêntico apogeu da Cristandade. Emancipada a eleição pontifícia da tutela imperial pela lei do Papa Nicolau II, impunha-se uma reforma que levasse à emancipação de todo o corpo da Igreja. Foi o que fez a reforma gregoriana (Papa Gregório VII). Todos os abusos diagnosticados pelos Papas – o nicolaísmo, a simonia, a investidura laica – estavam na raiz de todos os males do clero, sobretudo a «nomeação de leigos para cargos eclesiásticos feita pelos senhores temporais»⁴⁷, ou investidura laica, que ao fim e ao cabo estava por detrás dos dois flagelos que minavam a moral da Igreja: a simonia e o concubinato dos clérigos. Estavam, assim, lançados os dados da questão das investiduras, que opôs os Papas aos imperadores germânicos até ao século xii, encontrando a solução com a concordata de Worms, em 1122.

O Pontificado romano chegou ao auge com o Papa Inocêncio III, Papa da transição do século xii

para o século xiii, e que foi, na realidade, um autêntico senhor do mundo numa Roma centro incontestado da política europeia, de que Inocêncio foi o árbitro.

Mas o século xii foi também o palco da chamada heresia medieval dos cátaros, que se fixaram no sul de França onde se tornaram os Albigenses (da cidade de Albi) sendo contra eles pregada uma cruzada: a Cruzada contra os Albigenses, que venceu os heréticos para dar lugar, em seguida, a uma impiedosa perseguição, completada pela instituição da Inquisição. Estamos perante uma das páginas mais sombrias da Igreja.

Os séculos xii e xiii foram os dois séculos mais prodigiosos da Idade Média. A fé cristã constituía o fundamento da grande comunidade dos povos da Europa durante esses séculos. Um incrível progresso económico, cultural e político, ao mesmo tempo que se desenvolviam as artes e a arquitectura, caracterizou o século xii. A Europa respirava, agora que parecia livre das invasões dos bárbaros Vikings, dos Magiares e dos Sarracenos. E, aí, começaram a suceder-se factos e acontecimentos com enorme rapidez. Monges de Cluny, a Cartuxa de São Bruno, a Ordem de Cister, fizeram dos séculos xi e xii os séculos monásticos. Já o século xiii foi o século dos frades das ordens mendicantes: Franciscanos e Dominicanos. Aos mosteiros sucediam-se os conventos. São os séculos, também, de uma nova arquitectura das catedrais e das igrejas – nascera a arte gótica. Nasceram, também, as universidades: Bolonha, a primeira, e depois Paris, Oxford, Pádua, Tolosa, Coimbra...

Nascera a Teologia Escolástica com Santo Anselmo e o franciscano Alexandre de Hals. O século de ouro da Escolástica foi o século xiii, com Santo Alberto Magno e o seu discípulo São Tomás de Aquino, o “Doutor Angélico”.

O século xiii foi ainda o século de um rei santo: Luís IX, Rei de França.

A religiosidade medieval manifestou-se nas peregrinações: a Roma, aos sepulcros de São Pedro e São Paulo; a Compostela, ao sepulcro do Apóstolo Santiago; a Jerusalém, ao Santo Sepulcro.

No século xi, os Turcos Otomanos tomam Jerusalém, destroem as igrejas e massacram os peregrinos. O Papa Urbano II convoca a Primeira Cruzada para a libertação armada dos lugares santos. Seguiram-se novas cruzadas no século xii: a Segunda, convocada por São Bernardo; a Terceira, cruzada de Frederico Barba-Ruiva, Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão. Depois, já no século xiii, a tristemente afamada Quarta Cruzada, projecto do Papa Inocêncio III: os cruzados cercam Constantinopla, conquistam-na e pilham-na durante três dias. A libertação da Terra Santa ficara para mais tarde. A Quinta Cruzada, levada a cabo pelo imperador germânico Frederico II, foi uma “falsa cruzada”, pois não passou de uma negociação entre Frederico II e o sultão do Egipto, conseguindo um armistício de dez anos de duração. A Sexta Cruzada, do rei São Luís de França, único rei do Ocidente que respondeu aos pedidos do Papa Inocêncio IV, foi um desastre completo, chegando a ser feito prisioneiro dos muçulmanos o próprio rei. A última Cruzada, a Sétima, foi novamente empreendida pelo rei São Luís, que acabou por morrer vítima da peste que atacara todo o acampamento cristão. E o espírito das cruzadas perdeu-se, mercê dos sucessivos desaires. O único resultado de dois séculos de cruzadas pela libertação da Terra Santa foi o ter-se cavado ainda mais fundo o fosso entre Roma e Bizâncio, agravando-se o Cisma. Mas, por outro lado, o prestígio do Pontificado romano saiu reforçado nestes séculos de cruzadas, ao terem finalizado as querelas com o imperador Frederico II, protagonista da que ficou conhecida como a “cruzada do excomungado”. O excomungado era Frederico II, por ter protelado sucessivamente o início da Quinta Cruzada (doze anos), só a empreendendo depois de excomungado pelo Papa Gregório IX. Este imperador germânico sobreviveu a Inocêncio III e a mais quatro Papas, sempre em luta com eles, porquanto pretendia fazer de Roma a sua capital, reunindo as duas coroas, a germânica e a italiana. O papado triunfou, com Inocêncio IV, que no Concílio Ecuménico de Lião, em 1245, depôs solenemente o imperador. Terminadas as

querelas com a humilhação do imperador, o Papa assegurava para si a liderança do mundo.

A velocidade a que se sucederam, desde então, os acontecimentos leva-nos a falar, com propriedade, de que vamos assistir a uma aceleração da História.

O Império Germânico, minado pelas lutas com os Papas, desmembra-se em Itália e na Alemanha numa série de territórios independentes. Estava aberto o caminho à constituição dos Estados nacionais modernos, reinos ocidentais com a sua administração centralizada, ocupando-se das finanças, da justiça, das forças armadas, etc.

Os reinos de França, de Inglaterra, de Espanha e de Portugal consolidam cada vez mais o seu domínio. Mas sempre que pretendiam aumentar e consolidar a sua autoridade, esbarravam com o poder pontifício. E começam a rejeitar as intervenções do Papa nas Igrejas dos seus reinos.

A querela das investiduras terminara com a humilhação do imperador germânico, tornando-se o Papa senhor do mundo e árbitro da Europa. Mas as múltiplas querelas entre a Igreja e o Império incubaram, por sua vez, o desabamento do poder papal.

As maiores crises que a Igreja conheceu na sua História estiveram na génese desse desabamento.

As duas primeiras crises nasceram dos conflitos entre o Rei de França, Filipe, o Belo, e o Papa Bonifácio VIII, a primeira tendo por objecto a imunidade fiscal dos clérigos contestada pelo rei, e a segunda a imunidade judiciária dos mesmos, também contestada. A bula do Papa Unam Sanctam, em que afirma que a autoridade temporal deve estar subordinada à autoridade espiritual, leva um legista do rei francês a uma contra-ofensiva em que acusa o Papa de simonia, perjúrio, ilegitimidade da sua eleição e mais algumas mentiras forjadas. Vai ainda mais longe, tentando prender o Papa em Anagni, onde ele se encontrava, e levá-lo a julgamento. Porém, um levantamento do povo impediu tal prisão, regressando o Papa a Roma, onde acabou por falecer.

Tais acontecimentos muito contribuíram para o descrédito do papado. Nascia um novo espírito, o espírito laico. Qualquer rei rejeitava a superioridade do poder espiritual, não admitindo qualquer superior a si no domínio temporal.

E o século xiv continuou com uma nova crise da Igreja. Um teórico do Estado laico, Marsílio de Pádua, propõe nos seus escritos uma teoria das relações da Igreja e do Estado, em que afirma, entre outras coisas, que a Igreja não é só a Hierarquia, mas sim a multidão dos fiéis, de que a Hierarquia faz parte, isto é, a Igreja não se limita à Hierarquia; uma outra afirmação diz respeito à independência do Estado no domínio temporal.

E Marsílio de Pádua foi mais longe ainda ao afirmar que só o Estado detém a soberania absoluta, sem qualquer dependência do Pontificado romano.

Estas foram as grandes afirmações que constituem aquilo que ficou conhecido como o nascimento do espírito laico. E o poder real estendeu-se mesmo aos assuntos eclesiásticos, dando origem a uma tendência para o nacionalismo eclesiástico. Em Inglaterra, já no século XIV, muito tempo antes de Henri-que VIII e da Reforma, nascia uma Igreja submissa ao rei: a Igreja Anglicana.

Em França, o espírito laico aliado à onnipotência real conduziram ao Galicanismo.

No princípio do século xiv, em 1305, é coroado em Lião, e não em Roma, um Papa francês que tomou o nome de Clemente V. Em Roma e nos Estados Pontifícios verificavam-se desordens devidas às rivalidades de várias famílias nobres e poderosas de Roma, o que levou o Papa a deixar-se ficar em França, acabando por se instalar em Avinhão, que se tornou residência papal durante setenta anos. Esse período ficou conhecido, na História da Igreja, como o novo cativo da Babilónia.

Os cardeais eleitores eram, agora, quase exclusivamente franceses, de maneira que os Papas são todos franceses, sendo largamente dependentes da coroa de França do ponto de vista político.

A cobiça de Filipe, o Belo, levou-o a pedir a Clemente V a supressão da riquíssima Ordem dos

Cavaleiros Templários, enriquecida em dois séculos de Cruzadas. O Papa convocou o décimo quinto concílio ecuménico para Viena, em 1311, concílio em que esteve presente Filipe, o Belo, presente e prepotente, conseguindo que fosse pronunciada pelo concílio a supressão da Ordem dos Templários. Assim, o rei conseguiu deitar a mão a todos os bens da Ordem suprimida.

Durante setenta anos sucederam-se sete Papas, todos franceses, em Avinhão, até ao último, Gregório XI, que regressou a Roma em 1377.

No entanto, vinha a caminho uma situação mais humilhante que a de todas as crises provocadas por Filipe, o Belo, e pelos setenta anos do cativo de Avinhão: os quarenta anos do Grande Cisma do Ocidente.

Quando morreu Gregório XI, o último Papa francês, o Conclave de cardeais elegeu um italiano, que tomou o nome de Urbano VI. A eleição foi tumultuosa, pois os romanos queriam a todo o custo que lhes não escapasse de novo o papado, “exigindo” que fosse eleito um italiano.

O facto foi aproveitado quando surgiram desinteligências entre Urbano VI e os cardeais franceses. Estes, reagindo a críticas do Papa, declararam nula a eleição dele, por ter havido, segundo eles, coacção, e elegem um novo Papa, francês, que tomou o nome de Clemente VII. Este anti-Papa foi reconhecido pelo Rei de França, Carlos V, e mudou-se para Avinhão.

Dois Papas: o legítimo, Urbano VI, em Roma; o anti-Papa, Clemente VII, em Avinhão. Começava um Cisma que iria durar quarenta anos: o Grande Cisma do Ocidente.

Em Roma, a Urbano VI sucede Bonifácio IX.

Em Avinhão, a Clemente VII sucede Bento XIII.

Os dois Papas excomungam-se reciprocamente. Com a Cristandade dividida reina a anarquia, e o enfraquecimento do Papa permite aos soberanos dos vários Estados uma cada vez maior intervenção nas suas próprias Igrejas.

Em Roma, a Bonifácio IX sucede Inocêncio VII, eleito. Em Avinhão continua Bento XIII, o anti-Papa, e a cristandade dividida.

Com a morte de Inocêncio VII, os cardeais em Roma elegem Gregório XII. Em Avinhão continua o longo anti-papa, Bento XIII. Havia-se chegado ao século xv e o Cisma persistia, acarretando graves perturbações, pois tornara-se muito difícil discernir qual seria o Papa legítimo. Por outro lado, dois Papas pressupunham duas cúrias cuja manutenção trazia uma pesada sobrecarga financeira.

Um grupo de cardeais romanos e um grupo de cardeais de Avinhão resolveram, entretanto, tomar a iniciativa de pôr um ponto final a esta crise que ameaçava partir a Igreja em duas, nunca tendo enfrentado tão grande crise ao longo da sua História.

Havia a convicção generalizada de que só a instância mais elevada da Igreja – um concílio ecuménico – poderia restabelecer a unidade. E assim os cardeais, determinados a resolver a crise, convocam um concílio ecuménico para Pisa, em 1409.

Nesse concílio são depostos os dois Papas em exercício e é “nomeado” um novo Papa, Alexandre V. Porém, como os dois Papas em exercício se recusaram a abdicar, a Cristandade ficou, agora, com três Papas: o “Papa de Pisa”, o Papa de Avinhão e o Papa de Roma.

Após a morte do Papa de Pisa, Alexandre V, os cardeais conciliares “substituíram-no” por João XXIII. Com nova recusa de abdicação dos Papas de Avinhão e de Roma, a Cristandade continuou com três Papas.

Entretanto, João XXIII convoca um concílio ecuménico para Constança, em 1414, por “ordem” do Rei de Roma, o imperador Segismundo. O Concílio de Constança propunha-se impor ao papado reinante o fim de um Cisma a todos os títulos escandaloso. Num decreto de 1415 deste concílio – o Sacrosancta – proclama-se a si mesmo instância suprema da Igreja Católica, à qual estariam

submetidos todos os poderes, Papa incluído, no que respeita à fé, ao Cisma ou à tão necessária reforma da Igreja, dado ter recebido a autoridade directamente de Cristo.

O Papa de Roma abdica. O concílio depõe o Papa de Avinhão e o Papa de Pisa. Estava resolvido o Cisma, o que permitiu a eleição legítima, em 1417, de Martinho V.

A Igreja saíra de mais de cem anos de crises e de quarenta anos de Cisma. O xvi concílio ecuménico da Igreja Católica – de Constança – fizera doutrina com o seu decreto Sacrosancta: afirmava a superioridade do concílio sobre o Papa e proclamava-se a si mesmo como a instância suprema da Igreja, devendo-lhe obediência o próprio Papa em matéria de fé, de unidade da Igreja e de “reformas da cabeça e dos membros”. E o concílio tratou de aplicar, na prática, os princípios da doutrina conciliarista que definira. Assim, decretou que o concílio ecuménico se tornaria uma instituição permanente da Igreja, celebrando-se com uma certa periodicidade, com ou sem convocação pontifícia.

De acordo com o calendário de Constança, o Papa convocou um concílio para Pisa e depois em 1431 um outro para Basileia. Martinho V morre precisamente nesse ano, sucedendo-lhe Eugénio IV que no Concílio de Basileia não conseguira dominar o conflito que explodira entre o Conciliarismo e a doutrina do primado do Papa. Os Conciliaristas venceram este primeiro round com o Papa, porque, tendo este decretado a sua dissolução, o concílio não lhe obedeceu, continuou os seus trabalhos, chegando mesmo a ponderar a deposição de Eugénio IV. Entretanto, proclamara-se a República em Roma, refugiando-se o Papa em Florença, onde acabou por anular o decreto da dissolução do concílio.

O Concílio de Basileia continuou a decretar contra o Papa. A ruptura era inevitável.

Entretanto, começou a discussão sobre o lugar onde se realizaria um concílio de união com a Igreja do Oriente que acabou por se realizar em Florença em 1439. Aí se deu o encontro com os gregos, pondo-se as duas Igrejas, do Oriente e do Ocidente, de acordo em questões teológicas – a do Filioque – sendo regulada a questão do primado do Papa.

O Imperador de Bizâncio, João VIII, estava disposto à união com Roma, pressionado pelos turcos que estavam, ameaçadores, às portas de Constantinopla. A ajuda dos príncipes ocidentais era fundamental. E a união fez-se: o Cisma do Oriente chegara ao fim. Mas... chegaria se o Clero e o povo bizantinos não se tivessem oposto e se os ocidentais se tivessem empenhado, de facto, na defesa de Constantinopla, que acabou por cair nas mãos dos turcos, em 1453.

O Concílio de Florença não atingia, assim, o seu objectivo de união com a Igreja grega, mas revelava uma nítida vitória do primado papal sobre o Conciliarismo.

E um novo Cisma surgira, entretanto, o qual duraria dez anos: o Cisma de Basileia. É que o Concílio de Basileia nunca se dissolvera, continuando a decorrer paralelamente ao de Florença. Este Concílio de Basileia acabou por cair no ridículo, ao encenar uma paródia de conclave – com apenas um cardeal! – para eleger um leigo, o duque Amadeu de Sabóia, que se tornou o Papa Félix V. Mais um anti-Papa, este leigo, pai de nove filhos e bon vivant, que rapidamente entrou em desacordo com os conciliaristas.

Mas a Cristandade, cansada de tanto disparate, apoia Eugénio IV e depois o seu sucessor Nicolau V. E o grupo cismático de Basileia, abandonado por todos, acabou por se desintegrar, levando o último anti-papa, Félix V, a resignar. Tudo isto redundou numa clara afirmação do primado romano, terminando a crise conciliarista.

Faltava a «reforma da Igreja na cabeça e nos membros»[48](#) do decreto Sacrosancta, de 6 de Abril de 1415, do Concílio de Constança. Renascia a esperança de uma renovação espiritual após a solução, no século xv, de alguns problemas da Igreja: os Papas haviam voltado a residir em Roma, após os 70 anos do cativo em Avinhão; o Cisma do Ocidente havia sido superado; a doutrina conciliarista terminara, condenada pelo Papa Eugénio IV. O primado romano era, assim, claramente reafirmado.

Os olhos estavam postos no Pontificado: só da sua autoridade suprema poderia provir o indispensável impulso determinante de uma restauração cristã de alcance geral.

No entanto, duas ordens de factos constituíram um grande escolho, que acabou por impedir a tão necessária Reforma Católica.

Por um lado, nos séculos xiv e xv, o povo cristão vivia momentos críticos, em que se espalhou a angústia, o terror e a morte: a Peste Negra, epidemia que devastou a Europa, ceifando a vida de um terço de europeus; a guerra endémica, destacando-se a Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra, de que as maiores vítimas foram as populações civis que viviam esfaimadas e constantemente pilhadas por uma tropa licenciada, que espalhava o terror por toda a parte.

Por outro lado, os Papas, que o povo cristão esperava que actuassem como pastores dedicados, comportavam-se mais como príncipes temporais, apaixonados das Artes e das Letras, protectores mecenas de alguns autênticos génios. Foram os Papas da Renascença, que se sucederam a partir de meados do século xv: Nicolau V..., Alexandre VI (um Bórgia)..., Júlio II...

Todos estes factos negativos tiveram as suas sequelas. Uma delas era a visão trágica e obsessiva da morte, que orientou o povo cristão para devoções particulares: as procissões de flagelantes, as cerimónias fúnebres, com os seus cortejos de centenas de pobres e as disposições dos testamentos dos mais abastados, determinando centenas ou mesmo milhares de missas pelo repouso da sua alma. Abusos e desvios acompanhavam esta devoção do povo cristão: um autêntico exército de padres e capelães, mais ou menos bem controlado pela hierarquia, celebrava missas de manhã à noite.

Procuravam-se responsáveis para tantas calamidades, tornando-se frequentemente os judeus os bodes expiatórios. Mas o maior responsável de tudo seria Satanás, que actuaría através dos seus agentes, os bruxos e as bruxas. E a repressão alimentou as fogueiras em que pereceram milhares de vítimas.

A própria Teologia e a Filosofia, que se haviam firmado num rico século xiii, perdem, no século seguinte, o equilíbrio que haviam conseguido com um São Boaventura (o Doutor Seráfico), um Santo Alberto Magno, um São Tomás d'Aquino (o Doutor Angélico), um São Domingos de Gusmão, um São Francisco de Assis, um rei São Luís de França.

A Teologia tradicional viu-se confrontada por novos conceitos teológicos, especialmente o Nominalismo de Guilherme de Ockam, franciscano inglês, para quem a Revelação Divina seria o único caminho para conhecer as verdades religiosas mais essenciais – a existência de Deus, a imortalidade da alma – pois não se podia alcançar Deus pela razão, porquanto os conceitos teológicos não passavam de “nomina”, isto é, simples construções verbais. Um teólogo de Oxford, John Wyclif, sustentava que as Escrituras eram bem claras, não necessitando dos comentários da Igreja para serem compreendidas, e negava a transubstanciação eucarística. Como pregador ambulante protestava contra o papado e contra a hierarquia, contra as ordens mendicantes, tão privilegiadas pelo papado, contra os usos não bíblicos, desde a veneração dos santos e das imagens à confissão auricular e às indulgências, enfim, um autêntico “pré-reformador”, ponto de partida da ruptura da Inglaterra com Roma, que se verificaria dois séculos mais tarde; um teólogo de Praga, João Huss, que pregava um retorno à Igreja primitiva, voltando à pobreza evangélica, pregando violentamente contra o luxo dos dignitários romanos e os abusos eclesiásticos, acabando por ser excomungado pelo clero rico e pelo Papa “ilegítimo” de Pisa, João XXIII, acabou por ser preso e condenado à fogueira, dando origem, após a sua morte, a um movimento hussita que com o tempo culminou, na Boémia, na Reforma luterana.

O espírito do século xvi ficou marcado por dois grandes fenómenos culturais: o Renascimento e o Humanismo.

A invenção da imprensa por Gutenberg, em meados do século xv, trouxe uma revolução na

transmissão do pensamento, difundindo-se largamente obras que estavam anteriormente reservadas só a alguns privilegiados. Os autores pagãos antigos, os escritos dos Padres da Igreja e a Bíblia, muitos manuais religiosos tornam-se acessíveis a todos em edição impressa.

E o Renascimento como que redescobriu a Antiguidade grega e latina na literatura, nas artes e nas ciências. Obras até aí guardadas nas bibliotecas dos mosteiros vêm à luz do dia e apaixonam os letrados, influenciando o seu pensar e a sua vida. Na mundividência renascentista o homem passava a ser o grande protagonista, padrão de todos os valores, medida das coisas, em oposição ao teocentrismo medieval.

O culto apaixonado dos clássicos latinos e gregos, onde se procurava a sabedoria antiga e se aprendia a literária, constituía o Humanismo. A maior parte dos humanistas são cristãos, unem a sabedoria antiga e o Cristianismo, propondo uma piedade erudita. Foram vários os humanistas cristãos, que se destacaram: Marsílio Ficino, em Florença; Tomás Moro, em Inglaterra; Erasmo de Roterdão.

Marsílio Ficino criou a “Academia Platónica”, na Florença de Lourenço, o Magnífico... Pretendia um renascimento cristão fundamentando-se em Platão e Cícero, o Sermão da Montanha e São Paulo.

Tomás Moro, chanceler de Inglaterra, escreveu uma obra – A Utopia – em que critica a sociedade política e religiosa do seu tempo. Católico, a sua fidelidade a Roma leva-o ao martírio.

Erasmo de Roterdão é o “príncipe dos humanistas”. Propôs o Humanismo cristão como programa de renovação para a Europa. O Elogio da Loucura é a sua mais célebre obra, em que critica muito especialmente o mundo eclesiástico. Para ele, o Evangelho deveria ser acessível a todos e em todas as línguas. Ridicularizou todos aqueles que, sem qualquer instrução, cantavam os salmos e o Pai Nosso em latim sem entenderem aquilo que diziam... A sua grande aspiração era o regresso a uma religião interior e a uma Teologia voltada para as fontes, ao texto original das Escrituras e dos Padres da Igreja, influenciando todos quantos pretendiam uma reforma pacífica da Igreja.

Mas, quer o povo cristão, quer o papado, cada um à sua maneira, estavam muito longe da almejada reforma, o primeiro mergulhado nos seus medos e superstições, o segundo ocupado em coisas muito diferentes.

Nos séculos xv e xvi, o povo é, sem dúvida, cristão, mas muitos misturam o Cristianismo com outras coisas: feitiçaria, magia, paganismo gálico-romano. A feitiçaria e a caça às bruxas recrudesceram, precisamente, no Renascimento, estendendo-se até meados do século xvii. Um cálculo actual concluiu que, em dois séculos, pereceram na fogueira cerca de 100 000 pretensos bruxos e bruxas.

Os sacerdotes, em numerosos casos, não são aquilo que deveriam ser: a sua ignorância, falta de formação, ausência de zelo, o seu mau comportamento – vivendo, muitos, em concubinato, levando, outros, uma vida dissoluta, e fazendo muitos dos próprios filhos seus sucessores na prelatura. Muitos bispos estavam mais interessados nos seus proventos do que no pastoreio do seu povo. Apesar de tudo, nos séculos xv e xvi, a Igreja pôde contar com bispos piedosos, instruí-dos e edificantes.

Porém, mais grave do que tudo isso é o comportamento do próprio papado: não dava o exemplo, parecendo alheado das suas responsabilidades e mais preo-cupado em arranjar dinheiro por meio das anatas e das indulgências para as suas construções gigantescas e para sustentar o fausto em que viviam.

E a tão necessária reforma católica tardava de tal maneira que foi “ultrapassada” por uma reforma protestante. Martinho Lutero, um frade agostinho na Alemanha, desencadeou a grande revolução religiosa do século xvi, causa de nova cisão na unidade da Igreja cristã. Depois da separação da Igreja do Oriente, quinhentos anos antes, era agora a própria Igreja do Ocidente que se via cindida em duas,

pois a revolta protestante separava da Igreja Católica metade dos povos europeus. A Reforma Protestante – com Lutero, Zwinglio, Calvino e outros – tinha raízes fundas, que foram beber, na Idade Média, as doutrinas conciliaristas, as filosofias nominalistas, os nacionalismos eclesiásticos, a pesada carga tributária do papado de Avinhão, os conflitos entre Papas e imperadores. Mais tarde, na transição da Idade Média para os tempos modernos, essas raízes beberam da decadência moral do clero católico, especialmente do episcopado. A tudo isto se juntou a cupidez dos príncipes, que viam na agitação religiosa um excelente pretexto para se apropriarem dos bens eclesiásticos.

E a Reforma Católica chegou depois. Tardou, mas chegou, pagando o ônus do atraso. As antigas Ordens religiosas – beneditinos, franciscanos, o Carmelo – sentiram a necessidade de uma renovação espiritual. Novas Ordens se fundaram, entre as quais se destaca, como a mais importante fundação religiosa do século xvi, a da Companhia de Jesus, de Santo Inácio de Loiola. Em Itália, um rebento dos franciscanos – os capuchinhos – alcançaram grande notoriedade pela vida austera que levavam e a sua dedicação ao ensino.

Mas a Reforma Católica teve no Concílio de Trento o seu acontecimento central. No entanto, o concílio também tardou cerca de quinze anos até à sua inauguração em 1545: avanços e recuos, o pedido de um concílio vinha tanto dos católicos como dos protestantes, o que causava apreensões em Roma; a escolha do local para sede do concílio era delicada, porquanto dele dependeria a presença dos protestantes, que nunca participariam numa reunião desta natureza que decorresse em solo papal. Assim, a escolha de Trento, no norte de Itália, foi perfeita; a própria ordem dos trabalhos trouxe discussões infundáveis. Entre a sua inauguração e o seu encerramento, em 1564, decorreram dezanove longos anos, demasiado tempo para um concílio que se pretendia unionista com os protestantes. E não o foi. Mas nem por isso deixou de ser o grande concílio da Reforma Católica, tendo sido fixado com precisão o dogma católico nas questões que os protestantes punham em causa: a Revelação Divina; a interpretação do Magistério da Igreja da tradição apostólica; o tema da justificação, bem como o tema dos Sacramentos, que tão baralhados tinham sido pelos protestantes.

Por outro lado, foi o concílio da solução das questões disciplinares, de que a formação do clero, que se queria transformar e tornar de alta moralidade, constituiu um ponto alto: um seminário em cada diocese para a formação, tanto intelectual, como espiritual.

Tal programa de renovação cristã, minuciosamente legislado pelo Concílio de Trento, não ficou na gaveta do episcopado, como tantas vezes aconteceu, tornando-se uma realidade viva e perene nos anos que se seguiram ao concílio. As constituições e decretos traduziram-se num Catecismo romano, num Missal e num Breviário. Bispos exemplares, como em Milão, São Carlos Borromeu, São Filipe Néri, em Roma, que fundou a congregação do Oratório, e São Francisco de Sales, que se dedicou aos leigos que viviam no mundo, no meio das suas actividades, fizeram a aplicação deste concílio.

Porém, e já no século xvii, tiveram lugar as “guerras da religião” em solo francês, entre católicos e protestantes. A chamada Guerra dos Trinta Anos foi o confronto dos Habsburgos católicos e das potências protestantes, guerra em que as potências católicas eram quase vitoriosas, quando, paradoxalmente, a França católica intervém a favor dos príncipes protestantes. O Tratado de Westfália bloqueou a reconquista católica da Alemanha, ao mesmo tempo que morria a esperança da unidade cristã. O antigo princípio cuius regio, cuius religio (cada Estado segue a religião do seu príncipe) consagrou uma pulverização religiosa da Alemanha, com os seus 343 principados e cidades.

Já no século xviii, as monarquias católicas, na esteira do absolutismo do rei francês Luís XIV, embora reconhecendo o Catolicismo como religião única do Estado, entravam em conflito com Roma, arrogando-se um novo intervencionismo do Estado, quase no estilo do da época das investiduras: a Igreja era concebida quase como um serviço público, o Estado teria a “regalia” de intervencionismo e

da unidade espiritual da Europa no seu próprio país, e a desconfiança em relação a Roma tinha como alvo a Companhia de Jesus, considerada como a principal força de que dispunha o Pontificado Romano. E os jesuítas acabaram por ser expulsos de França, da Espanha, de Portugal e de Nápoles, acabando a Companhia de Jesus por ser dissolvida pelo Papa Clemente XIV. Toda esta doutrina e conflitos ficaram conhecidos como Regalismo, adquirindo um sobrenome consoante o Estado em causa: Galicanismo, em França; Josefismo, na Áustria; Febronianismo, nos países germânicos.

Dois séculos depois da revolta religiosa do Protestantismo, fomentadora de uma nova cisão que levou ao despedaçar da unidade espiritual da Europa, o próprio Cristianismo foi posto em causa. O Racionalismo cartesiano, com a sua dúvida metódica, negava valor ao conhecimento fundado na fé e não na experiência directa, nomeadamente as verdades religiosas reveladas, bem como a ordem sobrenatural. Daí ao cepticismo religioso foi um passo. Depois, a crítica radical da Bíblia de Spinoza vinha pôr em causa o valor histórico dos livros revelados, negando a ordem sobrenatural, bem como os milagres, metidos no mesmo saco que as lendas e as superstições. Veio, depois, de Inglaterra o Deísmo com a pretensão de substituir a religião revelada por uma simples religião natural, em que Deus não seria mais do que uma construção racional, à margem da Revelação. O Deísmo inglês chegou a França e à Alemanha, e cedo se introduziu nas sociedades secretas, que começaram em Inglaterra, no princípio do século xviii: a Maçonaria, que combatia as religiões positivas, e muito especialmente o Cristianismo, fomentando, entre os seus membros, a fraternidade e a prática da filantropia.

Após a morte de Luís XIV, em 1715, começaram a circular livremente os escritos dos “filósofos das luzes” liderados por Voltaire, grande adversário do Cristianismo, que não escondia a sua animosidade para com a Igreja Católica, a que chamava “a Infame”. Os filósofos das luzes ou “iluministas” tiveram a sua ideo-logia popularizada pela Enciclopédia de Diderot e d’Alembert que, radicalmente hostil ao Cristianismo, pretendia demonstrar a incompatibilidade deste com as ciências exactas, experimentais. O desenvolvimento da filosofia iluminista ou “Iluminação” deveu-se, em França, à maçonaria.

Na Alemanha, o Iluminismo ou “Ilustração” era a Aufklärung, cuja divisa era Sapere aude, isto é, “tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento”. E é nessa mesma Alemanha, na Áustria, na Baviera e na Renânia que a Igreja Católica tem a sua própria Aufklärung, como reacção contra uma piedade barroca misturada com devoções piegas e até mesmo supersticiosas. A sua política de renovação contribuiu muitíssimo para elevar o nível cultural e social do clero e, através deste, dos próprios fiéis.

Nos países protestantes germânicos houve, mais tarde, uma Aufklärung que conduziu a uma religiosidade cristã esclarecida. E, enquanto em França era um Voltaire zombador da religião quem liderava a “Ilustração”, na Alemanha o líder era o grande filósofo Leibnitz, que se tornou um mediador ecuménico entre o Catolicismo e o Protestantismo.

A secularização tornou-se um processo ameaçador para o Cristianismo, conduzindo a uma descristianização crescente e extensa, forjada num racionalismo e num naturismo religioso. Um progresso sem precedentes seria a consequência da revolução cultural que se vivia: nas ciências, na ordem social, na codificação dos direitos naturais do homem. E foi nesta atmosfera de revolução cultural e de progresso que, na segunda metade do século xviii, se desencadeia a grande crise económica e social: inflação, fome, desemprego, miséria, revoltas das famílias. E assim, da revolução cultural das “luzes” à revolução política por excelência – a Revolução Francesa – foi só um passo.

A bancarrota do Estado, determinada pela grave crise económica e social, em França, na década de 70 do século xviii, obrigou o Governo real a convocar os Estados Gerais, em Versailles, com os representantes das três ordens do país: o clero, a nobreza e o Terceiro Estado. Assim, em Maio de

1789, deu-se a abertura solene desses Estados Gerais, presididos pelo próprio rei – Luís XVI.

Dois meses depois, os Estados Gerais tornam-se numa Assembleia Nacional Constituinte (Junho de 1789). E, pouco depois, logo em Agosto, na mesma Assembleia, o alto clero e a nobreza renunciaram aos seus privilégios. Ainda em Agosto de 1789, a Assembleia vota uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento inspirado nas doutrinas dos filósofos das Luzes, girando em torno de algumas ideias generosas: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Ideias, aliás, que constituíam autênticos valores ligados ao Cristianismo, mas que, na época, na cogitação dos seus votantes estariam fora do contexto cristão.

Logo em Outubro de 1789 começa, de facto, uma autêntica via-sacra para a Igreja, em França: a Assembleia Constituinte decreta a secularização de todos os bens eclesiásticos, que são, em seguida, vendidos ao desbarato em hasta pública. Tais bens, adquiridos pelos particulares, constituem a base económica da nova burguesia.

O Estado toma a seu cargo a “subsistência do Clero” e inicia uma laicização progressiva das tarefas por ele desempenhadas até então: assistência, ensino, registo do estado civil.

O processo revolucionário radicaliza-se em 1790 e logo em Fevereiro são proibidos os votos monásticos e todas as ordens religiosas são suprimidas.

Rude golpe no Cristianismo, mas os problemas estavam apenas a começar... Em Julho é aprovada uma Constituição Civil do Clero: sem consultarem Roma, as dioceses passam a corresponder aos departamentos e o clero torna-se um corpo de funcionários do país remunerado pelo Estado, sendo os párocos escolhidos por todos os cidadãos e o bispo designado pela administração pública do departamento. Nascia, assim, uma Igreja Nacional Constitucional, à margem da autoridade do Papa.

A atitude da Assembleia Nacional para com a Igreja radicaliza-se ainda mais com a imposição a todos os clérigos de prestarem juramento à Constituição Civil do Clero. Mas apenas menos de 5% dos bispos o fizeram – a grande maioria deles recusou-se a fazer esse juramento, sendo, claro, demitidos das suas funções. Também metade dos sacerdotes se recusou a prestar o juramento, sendo igualmente demitidos das suas funções.

O Papa Pio VI proibiu, em 1791, o juramento, excomungando os sacerdotes que o fizessem.

Produziu-se, deste modo, um autêntico cisma no interior da própria Igreja, em França: de um lado, os padres “ajuramentados”, com a sua Igreja Constitucional; do outro, os padres “não ajuramentados”, com a sua Igreja refractária. Estes últimos viram-se desapossados das igrejas, de maneira que celebravam o culto como e onde podiam.

Mais um ano, 1792, a Assembleia Nacional torna-se Legislativa e decreta a deportação dos sacerdotes refractários. São, assim, expulsos de França cerca de 40 000 padres. Logo em Setembro do mesmo ano, ao ser substituída a Assembleia Legislativa pela Convenção, dão-se os “massacres de Setembro”, com as suas 1100 a 1400 vítimas, entre as quais se contaram trezentos padres. É abolida a Monarquia e proclamada a República, sendo o rei, Luís XVI, guilhotinado em Janeiro de 1793.

A Convenção, dominada pela Comuna, empenha-se numa política de descristianização. A França, assediada por todos os lados – guerra com a Áustria, levantamentos em algumas províncias e outros revezes, leva a Convenção a uma “fuga” para a frente, procurando salvar-se por meio do terror: descristianiza e seculariza a vida nacional, ao mesmo tempo que leva à guilhotina padres e religiosas. Foram justiçadas, em poucos meses, muitos milhares de vítimas pela guilhotina. Esse período foi o do apogeu da perseguição anticatólica. Pretendia-se apagar, de vez, qualquer traço cristão da vida francesa.

A própria Igreja Constitucional foi perdendo prestígio e utilidade, pois o registo civil é retirado ao clero e entregue aos municípios, ao mesmo tempo que o divórcio passava a ser autorizado.

E, para desprestigiar ainda mais o Cristianismo, nas igrejas que tinham escapado à destruição faziam-se mascaradas da religião, chegando ao ponto de entronizar a “Deusa Razão” em Notre Dame, sendo instituído por Robespierre o culto do “Ser Supremo”. Em meados de 1794 já não havia Igreja Constitucional e o culto exterior praticamente desaparecera.

Após a queda de Robespierre termina o terror e há um breve período de tranquilidade. Mas, logo no princípio de 1795, a Convenção decreta a separação entre o Estado e a Igreja, reconhecendo-se, por lei, a liberdade de culto, permitindo-se assim que a Igreja Católica saísse da clandestinidade. Poucos anos volvidos (1797-1799), recrudesce a perseguição religiosa com o regresso dos Jacobinos ao Directório. E para cúmulo, tropas francesas ocupam Roma, proclamam a República romana, prendem e deportam o Papa Pio VII para a cidade francesa de Valence onde, velho e doente, acaba por falecer. «Tinha morrido o último Papa», proclamavam aos quatro ventos os revolucionários mais exaltados.

A morte do Papa, as igrejas esvaziadas, vendidas, destruídas, o vandalismo iconoclasta, a proliferação de novos cultos, de uma religiosidade mais do que duvidosa, o paganismo de volta em todo o lado, as palhaçadas das “procissões cívicas”, em que se ridicularizava o ritual católico, tudo isto parecia representar o Calvário da Igreja Refractária.

Um golpe de Estado – o 18 Brumário – eleva Napoleão Bonaparte a primeiro cônsul (Março de 1799). Em Março de 1800, os cardeais, reunidos em Conclave em Veneza, elegem o Papa Pio VII.

Com este advento renascia a esperança de restauração da Igreja em França. Entravam em cena, quase simultaneamente, as duas personalidades que mais influíram na História, nos primeiros anos do século XIX: o jovem general corso, Napoleão Bonaparte, e um monge beneditino eleito Papa, em Veneza, num mosteiro beneditino, em território sob protecção austríaca.

Napoleão era um déspota, mas realista e pragmático, convencido de precisar da Igreja Católica para trazer a paz e a segurança a França. Ele queria construir uma França e um Império sólidos, tendo na sua base a religião católica. Tendo escrito a Pio VII, reconhecendo que a religião católica era a única âncora e que a Igreja receberia apoio da França, por seu lado, o Papa desejava uma normalização da vida da Igreja em França. Estavam, assim, lançados os dados de uma Concordata que acabou, não obstante inúmeras dificuldades, por ser assinada em meados de 1801. O número de bispos era fixado em 60; quer os bispos “constitucionais”, quer os bispos “refractários” eram destituídos; Napoleão ficava com o direito de nomear bispos, devendo estes jurar fidelidade ao Governo. O pior é que Napoleão acrescentou, por sua conta e de sua lavra, “27 artigos orgânicos”, segundo os quais todos os escritos do Papa, todos os decretos dos concílios e dos sínodos deveriam ter a aprovação do Governo. O Papa protestou, mas em vão...

A vida cristã foi, no entanto, restaurada em França graças à Concordata. Os seminários abrem e são sustentados pelo Estado, para a formação de um clero que será estreitamente vigiado e controlado. E os bispos não eram mais do que funcionários do Estado, autênticos “prefeitos de sotaina”.

Pio VII partiu, em 1804, para Paris, para a coroação do imperador, sendo recebido com grande júbilo pelo povo. Na coroação, Napoleão aceitou apenas que o Papa o ungisse. A coroa colocou-a ele próprio na sua cabeça e na de sua mulher, Josefina.

Após a coroação, Napoleão propôs (impôs...) que o Papa permanecesse em França, instalando-se em Paris ou em Avinhão. Perante a recusa do Pontífice, deixou-o partir para Roma, mas rompeu logo a Concordata, passou a exigir que Pio VII reconhecesse os “artigos orgânicos” e que o Colégio Cardinalício tivesse, no mínimo, um terço de franceses.

Pio VII não cedeu a estas exigências, vendo, em consequência disso, Roma ocupada pelas tropas francesas, em 1804, incorporando Napoleão na França os Estados Pontifícios. Então, o Papa publica uma bula de excomunhão, mas acaba por ser detido e levado para fora de Roma, sendo os cardeais

obrigados a mudarem-se para Paris.

Napoleão, tal outro Constantino ou Teodósio, convocou um concílio, a realizar-se na Catedral de Notre Dame, convidando os bispos do mundo. Mas, o tiro saiu-lhe pela culatra, pois os bispos, na abertura do concílio, começaram por aprovar por unanimidade uma proposta de libertação do Papa, o que despertou a fúria de Napoleão, que imediatamente dissolveu o concílio.

O Papa é levado secretamente para Fontainebleau, onde permanece prisioneiro por ordem do imperador.

Entretanto, Napoleão, derrotado esmagadoramente na Rússia e depois de sucessivas derrotas militares acaba por libertar o Papa em 1814, regressando este imediatamente a Roma após cinco anos de cativo. Napoleão abdica e é exilado, mas passado um ano regressa triunfalmente a Paris, onde se vivia uma atmosfera política que tornava muito difícil a restauração. Porém, acaba por ser derrotado em Waterloo e é deportado para a ilha de Santa Helena.

Pio VII, em Roma, viu restituídos a maior parte dos Estados Pontifícios. Não obstante ter-se restabelecido a vida cristã, em França, embora só parcialmente, a Igreja sofreu ainda grandes atropelos e agruras durante os quinze anos do reinado de Napoleão.

A Restauração instala-se na Europa após a queda de Napoleão. No Congresso de Viena, as potências europeias desenham um novo mapa da Europa. A França viu-se devolvida às suas fronteiras de 1789 e os Bourbons voltam ao trono: sobe ao trono Luís XVIII, irmão mais novo de Luís XVI.

Luís XVIII transige com o espírito revolucionário e mantém a Concordata de 1801. Em 1824 sucede-lhe seu irmão, Carlos X. Este fez-se sagrar em Reims e oficializa a aliança entre o Trono e o Altar: o Catolicismo voltou a ser a religião do Estado, mas mantém-se a Concordata e os bens da Igreja, nacionalizados pela Revolução, não são restituídos. No entanto, o divórcio é suprimido.

A Igreja faz então um esforço para recristianizar as massas populares: reorganizam-se os seminários e o clero passa a ser escolhido criteriosamente. Promovem-se missões internas para levar a população à prática religiosa.

Entretanto, o Liberalismo, com a sua doutrina política e económica, considerava que o poder derivava do povo, sendo essa a única fonte de legitimidade. Aqui, colidia frontalmente com a doutrina cristã tradicional, segundo a qual o poder procede de Deus. E a ideologia liberal favorecia a secularização e a indiferença religiosa ou até mesmo o ateísmo, achando que a Igreja deveria estar separada do Estado e sujeita ao direito comum como qualquer associação. O Papa e o rei francês estavam, certamente, contra tal ideologia, embora houvesse os chamados católicos liberais, com o padre Lamennais e outros, que advogavam também a separação da Igreja e do Estado, defendendo, no entanto, uma conciliação da Igreja com o liberalismo. Estes católicos liberais mostravam uma grande devoção pelo Papa Gregório XVI, que, no entanto, condenou numa encíclica (a *Mirari Vos*) todas as ideias de Lamennais. Este, não se conformando, abandona o sacerdócio e a própria Igreja.

Carlos X confronta-se com os liberais, mas a situação social que se vivia então, com a subida do preço do trigo, o desemprego, conduzindo a pilhagens e motins, que terminaram numa sublevação do povo de Paris, manifestando um anticlericalismo violento levou à revolução de 1830, em que os sacerdotes foram agredidos nas ruas e o palácio do arcebispo de Paris foi pilhado. A esta sublevação seguiu-se uma quase guerra civil, tendo, de um lado, atrás das barricadas que levantaram nas ruas, operários, estudantes e jornalistas, e do outro, as forças da ordem. Os burgueses atemorizados escolhem um novo rei, um sobrinho de Carlos X bastante popular pela sua simplicidade burguesa: Luís Filipe I. Foi assim restabelecida a monarquia constitucional, por esta chamada revolução liberal de 1830. Neste novo regime, são os liberais que definem as novas orientações: o Catolicismo deixou de ser a religião do Estado, o Estado reorganizou o sistema educativo, acabando com o monopólio da

Igreja. E a República espreitava.

A revolução de 1830, de Paris, repercutiu-se por toda a Europa. Nas revoluções que se fizeram nos vários países, muitas vezes católicos e liberais, dão-se as mãos. A Bélgica emancipou-se, assim como a Polónia, mas neste país dá-se uma repressão russa terrível e brutal. Por sua vez, os católicos irlandeses vêem melhorada a sua situação.

A Restauração fracassara e é agora o Liberalismo, com a sua doutrina política, económica e religiosa, que impera.

No entanto, o Liberalismo fracassava também num ponto: passava ao lado de uma “questão social”, por estar ausente, na sua doutrina, a preocupação social. A revolução industrial fizera nascer um proletariado, que se concentrava nos subúrbios das grandes cidades, vivendo aí em condições miseráveis, em “cortiços” humanos insalubres, explorado “selvaticamente” pelo capitalismo liberal de uma burguesia enriquecida pelos avanços da ciência e da técnica. Trabalho escravo e esgotante, pago miseravelmente, era o que os capitalistas tinham para oferecer nas suas fábricas, aplicando implacavelmente a lei da oferta e da procura, bem como a de uma concorrência desenfreada, tudo leis da economia liberal.

Se 1830 foi o ano da revolução liberal, quase vinte anos depois, gerada no cadinho das injustiças sociais, catalisada pela grave crise económica, nasce a revolução social de 1848, na esteira de uma revolta parisiense que acabou por proclamar a República, conduzindo, poucos meses depois, a um levantamento operário que o exército afogou em sangue. Ao fim e ao cabo triunfou a classe burguesa, que elegeu Luís Napoleão Bonaparte presidente da Segunda República. Pouco depois, um golpe de Estado, em 1851, dá lugar ao Segundo Império.

A revolução de 1848 “reproduziu-se” pela Europa fora. Mas italianos e alemães não conseguem construir a sua unidade. Em Itália reacende-se o anticlericalismo, atizado pelas sociedades secretas. E na Alemanha os católicos ficaram sob a autoridade dos príncipes protestantes. Só a Baviera tem em Munique o centro do catolicismo alemão.

Em França, o Segundo Império favorece a restauração das antigas Ordens religiosas e fundam-se novas congregações religiosas hospitalares e educativas. Nasce também novas Ordens religiosas em Itália, nomeadamente os Salesianos e as Filhas de Maria Auxiliadora, de São João Bosco.

Mas em França o clero sentia-se “sitiado”: cercado pelo Liberalismo, pelo Ateísmo, pelo Socialismo, pelo Cientismo ou simplesmente pelo Modernismo. A sua única arma era a santidade e também o grande apoio que lhe proporcionavam leigos como Chateaubriand, Veuillot, Montalembert, Alberto de Mun, etc. São do século xix muitos “santos leigos”, na Bélgica, na Alemanha e em França, onde um Ozanan e meia dúzia de estudantes seus colegas criaram uma obra como a Sociedade de São Vicente de Paulo.

Após a revolução de 1848 renova-se, especialmente no Segundo Império, a aliança entre o trono e o altar, durando essa aliança até 1860. A oposição ao trono imperial era violentamente anticatólica, com Gambetta, Ferry, Clemenceau e outros, cuja religião era a “sociologia”, e aos quais se aliaram a franco-maçonaria republicana, a ala esquerda do Protestantismo, o livre pensamento, etc.

Fenómeno muito importante do século xix foi a descristianização do Ocidente. Sem aquele pequeno “resto”, que confiou na promessa de Cristo – «Eu estarei sempre convosco até ao fim do mundo» (Mt 28,20) – cultivando uma santidade fiel à mensagem evangélica, a Igreja não teria ultrapassado as numerosas crises que tanto a atormentaram desde a revolução de 1789 e depois 1830 e 1848, quase soçobrando diante dos novos fenómenos do proletariado e do socialismo.

O Papa da época da revolução de 1848 era Pio IX, eleito dois anos antes, após a morte de Gregório XVI. Logo desde o início do seu Pontificado – o mais longo da História da Igreja, 31 anos e 8 meses –

viu-se confrontado com o movimento “Jovem Itália” que, em Novembro de 1848 – o ano das revoluções –, mandou assassinar o primeiro ministro pontifício às portas do Parlamento.

Pio IX viu-se obrigado, juntamente com os cardeais, a fugir de Roma, refugiando-se no reino de Nápoles. Sem o Papa, em Roma é rapidamente proclamada a República.

O Papa apela então às tropas francesas que ocupam os Estados Pontifícios e Roma, permitindo assim que Pio IX regresse a Roma em 1850. E as tropas francesas permaneceram vinte anos em Roma.

Em 1861 constituiu-se finalmente o reino de Itália, que queria Roma para sua capital. Porém, as tropas francesas não permitiram que os unionistas ocupassem a cidade, pelo que Pio IX pôde permanecer em Roma.

Em 1854, Pio IX proclamou o dogma da Imaculada Conceição de Maria.

Em 1864 publica uma encíclica em que definia a posição da Igreja face ao Liberalismo: a Quanta Cura (Quanta Inquietação). Anexo à encíclica fica uma relação ou Syllabus dos principais erros da época, desde o Panteísmo, ao Racionalismo, ao Indiferentismo Religioso, o Socialismo, o Comunismo, etc. Enfim, tudo “ismos” que proliferaram no século xix e que, de um modo ou de outro, confrontavam o Cristianismo. Cada “ismo” catalogado no Syllabus tinha a sua condenação expressa.

Os anticlericais tomaram a encíclica como um corte no diálogo entre a Igreja e os seus adversários. E os acontecimentos políticos e sociais puseram cerco à Igreja, acelerando um dos mais importantes fenómenos do século xix: a descristianização do Ocidente. A juntar-se a estes acontecimentos, e facilitando, mesmo a sua acção, havia ainda a cristianização incompleta e superficial das populações católicas.

O acontecimento mais importante da Igreja durante o Pontificado de Pio IX foi a convocação do Concílio Vaticano I. Abriu em 1869, com 642 padres conciliares. O concílio debruçou-se sobre dois temas: a Constituição Dogmática sobre a Fé Católica (a Dei filius), em que, perante os erros que circulavam então, definia a existência de um Deus pessoal, que a razão humana podia atingir, sendo necessária, no entanto, a Revelação; e a Constituição Dogmática sobre a Igreja de Cristo (a Pastor Aeternus), em cujo capítulo iv se definia a infalibilidade pontifícia. Esta constituição foi votada no meio de aclamações, embora antes da votação alguns bispos contrários a essa definição abandonassem o concílio.

Entretanto, no dia seguinte à proclamação dessa constituição, a França e a Alemanha entram em guerra, o que levou o imperador francês a retirar as tropas que tinha em Roma. Poucos meses volvidos, as tropas italianas ocupam Roma e fazem dela a sua capital. E o concílio acabou por ficar suspenso.

No Pontificado de Pio IX, as “velhas” Ordens religiosas propagaram-se consideravelmente e nasceram novas congregações como os Salesianos de Dom Bosco. As vocações sacerdotais aumentaram também notoriamente. Um clero mais bem preparado, esforçando-se pelo fiel cumprimento dos seus deveres, desde a celebração do culto à pregação, desde a catequese à ministração dos Sacramentos. Modelo desse clero foi o Santo Cura d’Ars, João Maria Vianney, que com a sua vida santa conseguiu transformar radicalmente a sua paróquia, atraindo à sua santidade pessoal gente de toda a parte.

O apoio dos leigos foi muito benéfico para esse clero do século xix. Numerosas obras foram criadas por “santos leigos”, de que é exemplo a obra dos Vicentinos.

Durante o Pontificado de Pio IX, a Igreja celebrou Concordatas com vários países: Rússia, Espanha, Áustria, Portugal e alguns países centro-americanos.

Na Alemanha, com um chanceler protestante, Bismarck, é desencadeada a Kulturkampf (combate pela cultura) com abundante legislação anticlerical: jesuítas, redentoristas e lazaristas são proibidos

de qualquer actividade; vieram, depois, as “leis de Maio” (1973) que depuseram dois terços dos bispos e mais de mil paróquias ficaram sem padre; os seminários foram fechados.

Pio IX condenou essas “leis de Maio”, numa encíclica. E demonstrou-se que a Kulturkampf não passou de um golpe político: Bismarck queria que se formasse uma Igreja Nacional Alemã. Mas os católicos alemães uniram-se ainda mais ao seu Papa.

A época de Pio IX constitui um período francamente positivo na História da Igreja Católica. Pio IX foi o Papa mais apoiado no século XIX pelos católicos de todo o mundo. A “aproximação” entre o Papa e o Povo de Deus foi um fenómeno extraordinário, levando multidões de católicos de todo o mundo a afluírem a Roma para verem o seu Papa, o primeiro Papa “amado” da História do Pontificado moderno.

A situação política, que começou na década de 90 com um recrudescimento do Socialismo, com as suas greves selvagens e sangrentas, bem como com as violências da anarquia, com os seus atentados e outras acções violentas, com a pretensão de derrubarem o Estado, um Estado com a sua ordem social injusta, catalizaram as reflexões dos católicos sociais, em França, confluindo os acontecimentos e essas reflexões para o desejo intenso de uma intervenção do Papa Leão XIII, que sucedera a Pio IX, a fim de pôr uma certa ordem no pensamento geral, com directivas de acção para todos.

Fruto de todas as reflexões sociais, sobretudo da segunda metade do século XIX, foi a encíclica de Leão XIII, de 15 de Maio de 1891: a *Rerum Novarum*, primeiro documento do magistério eclesiástico que procurava estudar seriamente o problema social. Condena o Liberalismo e o Socialismo, é reconhecido o direito natural à propriedade, que o papel de promotor do bem comum cabia ao Estado, são condenadas as lutas de classes, reconhece-se o direito a um salário justo, assim como o direito de associação dos operários para defesa dos seus interesses.

Embora a *Rerum Novarum* não tivesse tido acolhimento nos meios não católicos, especialmente nos socialistas, por ter um carácter essencialmente anti-socialista, bem como no mundo operário, foram com ela, pela primeira vez, proclamados os direitos do operário e a injustiça do sistema liberal.

A encíclica levou muitos sacerdotes a dedicarem-se à pastoral social, em muitos países, e as obras sociais multiplicaram-se.

Os Papas que se seguiram a Leão XIII continuaram a desenvolver o mesmo tema em documentos importantes, enriquecendo-o com as suas achegas. Tais documentos surgem, habitualmente, nos aniversários da *Rerum Novarum*. E assim se foi acumulando um imenso trabalho de reflexão, nascendo uma Doutrina Social da Igreja.

O catolicismo social moderno tinha a sua magna carta na encíclica *Rerum Novarum*. A esta seguiu-se, quarenta anos depois, em 1931, pela mão de Pio XI, a *Quadragesimo Anno*, em que o Papa critica o Socialismo e denuncia os exageros da livre concorrência do liberalismo económico. Em documentos sucessivos dos vários Papas são condenados o Comunismo, bem como o Reich alemão, debruçando-se sobre pontos concretos da Doutrina Social: trabalho, família, o uso dos bens materiais. O concílio do século XX – o Vaticano II – tem uma constituição pastoral sobre uma série de problemas: a dignidade do matrimónio, a família e o fomento da paz, a comunidade política, a promoção humana nos países do Terceiro Mundo, etc.

E foi-se edificando uma “ciência social católica” à luz dos documentos do Magistério da Igreja.

Leão XIII manteve-se “prisioneiro no Vaticano” por causa da Questão Romana, iniciada com Pio IX, por causa da perda dos Estados Pontifícios.

Nos países fora da Itália, Leão XIII conseguiu aumentar o prestígio da Santa Sé, graças à intensa actividade diplomática que desenvolveu. E melhoraram as relações com a Alemanha, acabando Bismarck com as leis da Kulturkampf e terminando o conflito com a Igreja em 1887.

Em França, país agora Terceira República, católicos e republicanos anticlericais e laicos confrontam-se, levando Leão XIII a procurar uma reconciliação dos católicos com os republicanos a fim de salvaguardar os interesses espirituais da Igreja em França. E uma encíclica de 1892 – a *Au milieu des sollicitudes* – pede que os católicos franceses adiram, sem reservas, à República.

Em 1878, Leão XIII eleva ao cardinalato um sacerdote recentemente convertido do Anglicanismo ao Catolicismo: Newman.

O grande mérito de Leão XIII foi o de fazer ver a todos, mesmo aos inimigos da Igreja, que esta era indiferente aos regimes políticos, não se identificando com monarquias ou impérios.

Por outro lado, Leão XIII tomou posições em questões teológicas, em algumas das suas encíclicas, aconselhando que São Tomás de Aquino fosse considerado modelo para os estudos teológicos e filosóficos. E em 1902 instalou a Comissão Bíblica Pontifícia para os estudos bíblicos.

O Pontificado de Leão XIII durou 25 anos e 3 meses e foi considerado o terceiro mais longo da História da Igreja.

Leão XIII ficou a pertencer ao número dos Papas mais influentes do seu século, alcançando o prestígio da Igreja em todo o mundo, níveis há muito tempo perdidos. Este Papa conquistou o respeito do mundo inteiro.

Bibliografia

AA. VV. (1979), Problemi di Storia della Chiesa nei secoli XV, XVI, Nápoles: Edizioni Dehoniane.

AA. VV. (1982), Problemi di Storia della Chiesa nei secoli XVII, XVIII, Nápoles: Edizioni Dehoniane.

AA. VV. (2001), Nova Enciclopédia Larousse, vol. xi, Círculo de Leitores.

Aubert, R.; Crunican, P. E.; Ellis, J. T.; Pike, F. B. (1977), Nuova Storia della Chiesa – La Chiesa nella Società Liberale, vol. v/1, Génova: Ed. Marietti.

Augé, M.; Santos, S. E.; Borriello, L. (1988), Storia della Vita Religiosa, Bréscia: Ed. Queriniana.

Aumann, J. (1986) Sommario di Storia della Spiritualità, Nápoles: Edizioni Dehoniane.

Baptista, C. J. (1960), História dos Concílios Ecuménicos, Évora.

Bihlmeyer, K. & Tuechle, H. (1988), Storia della Chiesa, vol. i e ii, 10.^a edição, Bréscia: Ed. Morcelliana.

Cerlandis, J., História Breve do Cristianismo, Editora Rei dos Livros.

Clemente, M. (1978), A Igreja no Tempo – Historia Breve da Igreja Católica, Lisboa: Ed. Secretariado Diocesano do Ensino Religioso e Centro de Estudo Pastoris.

Collins, Pe. M. & Price, M. A. (1999), História do Cristianismo – 2000 anos de Fé, Círculo de Leitores.

Comby, J. (1989a), Para ler a História da Igreja, vol. ii, Porto: Ed. Perpétuo Socorro.

Comby, J. (1989b), Para ler a História da Igreja, vol. iii, Porto: Ed. Perpétuo Socorro.

Delumeau, J. (Ed.) (1985), Storia Vissuta del Popolo Cristiano, 2.^a edição, Turim: Ed. S.E.J.

Duroselle, J.-B. & Mayeur, J.-M. (1988), Historia do Catolicismo, Lisboa: Ed. Livros do Brasil.

Febvre, L. (1957), Au Coeur Religieux du XVI^e siècle, Paris.

Fischer-Wollpert, R. (1999), Os Papas, de Pedro a João Paulo II, 5.^a edição, Petrópolis: Editora Vozes.

Flichea, A. & Marin, V. (1977), Storia della Chiesa, vol. viii-xxiii/1, 2.^a edição Italiana, Turim: Ed. S.A.I.E.

Franzen, A. (1987), Breve Storia della Chiesa, Bréscia: Ed. Queriniana.

Gilles, A. (1986), The People of the Faith – The Story Behind the Church of the Middle Ages, USA: Ed. St. Anthony Messenger Press.

Gilles, A. E. (1987), The People of the Anguish – The Story Behind the Church of the Middle Ages, USA: Ed. St. Anthony Messenger Press.

Gilles, A. (1988), The People of the Hope – The Story Behind the Church of the Middle Ages, USA: Ed. St. Anthony Messenger Press.

Gómez, A. J. (1987), Manual de História de la Iglesia, 5.^a edição, (CMF), Madrid: Publicaciones Clautianos.

Herrero, J. S. (2005), História de la Iglesia, vol. II: Edad Media, Madrid: BAC.

Jedin, H. (1972), Chiesa della Fede-Chiesa della Storia, Bréscia: Ed. Morcelliana.

Jedin, H. (1986), Breve Storia dei Concili, 7.^a edição, Bréscia: Ed. Herden-Morcelliana.

Jedin, H. (1986), Manual de História de la Iglesia, vol. IV, V, VI, VII, VIII, IX, 2.^a edição, Barcelona: Herder.

João Paulo II (2001), Carta apostólica Novo Millenio Ineunte, Lisboa: Edições Paulinas.

João Paulo II, (2003), Encíclica Ecclesia de Eucharistia, Vaticano.

Knowles, M. D. & Obolevsky, D. (1989), Il médio evo (600-1500), vol. iii, Génova: Ed. Marietti S.

P. A.

Küng, H. (1994), O Cristianismo, Essência e História, Círculo de Leitores.

Laboa, J. M. (2002), História de la Iglesia, vol. iv, Época Contemporânea, Madrid: BAC.

Langlois, J. M. I. (1990), Doutrina Social da Igreja, Lisboa: Rei dos Livros.

Llorca, B. & Villoslada (1987), Historia de la Iglesia Catolica. Edad Nuova: La Iglesia en la época del Renacimiento y de la Reforma Catolica (1303-1648), vol. iii, 3.^a edição, Madrid: BAC.

Llorca, B. & Villoslada (1988), Historia de la Iglesia Catolica. Edad Media: La Cristandade en el mundo europeu y feudal, vol. ii, 5.^a edição, Madrid: BAC.

Llorca, B. & Villoslada (1991), Historia de la Iglesia Catolica. Edad Moderna: La época del absolutismo monárquico (1648-1814), vol. iv, 2.^a edição, Madrid: BAC.

Lortz, J. (1982), Historia de la Iglesia, En la perspectiva de la Historia del Pensamiento, vol. ii, Madrid: Ed. Cristiandad.

Lortz, J. (1979/1981), La Riforma, vol. 1 e 2, Milão: Jaca Book.

Martina, G. (1980), Storia della Chiesa, Roma: Ed. Unum Sint.

Mezzadri, L. (1989), La Chiesa e la rivoluzione francesa, Edizioni Paoline.

Orlandis, J. (1985), Historia Breve do Catolicismo, Lisboa: Ed. Rei dos Livros.

Oro, J. G. (2005), Historia de la Iglesia, vol. iii: Edad Moderna, Madrid: BAC.

Pierrard, P. (1982), História da Igreja, São Paulo: Edições Paulinas.

Rogier, L. J.; Bertier, G.; Hajjar, J. (1989), Nuova Storia della Chiesa, Secolo dei lumi, rivoluzioni, restaurazioni (1715-1848), vol. iv, Génova: Ed. Marietti.

Rogier, L. J.; Aubert, R. Knowles, M. D. (1989), Nuova Storia della Chiesa, Il medioevo (600-1500), vol. ii, Génova: Ed. Marietti.

Solé, J. (1989), A Revolução Francesa em Questão, Novas Prespectivas, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Tüchle, H.; Bauman, C. A.; Le Brun, J. (1981), Nuova Storia della Chiesa. La Riforma e la Contrariforma (1500-1715), vol. iii, Génova: Ed. Marietti.

Villoslada, R. G. (1985), Martin Lutero, Il Frate Assetato di Dio, Milão: Istituto Propaganda Libreria.

Villoslada, R. G. (1987), Martin Lutero, In lotta contra Roma, Milão: Istituto Propaganda Libreria.

Wohl, L. de (1993), Fundada sobre a Rocha – História Breve da Igreja, Editora Rei dos Livros.

[1](#) Febvre, 1957: 3-70.
[2](#) João Paulo II, 2003: 1.
[3](#) Idem .
[4](#) João Paulo II, 2001: 5.
[5](#) Idem.
[6](#) Idem.
[7](#) Ver «O século de ferro do Pontificado», no volume I.
[8](#) Collins & Price, 1999: 110.
[9](#) Comby, 1989a: 36.
[10](#) Küng, 1994: 368.
[11](#) Idem.
[12](#) Küng, 1994: 381.
[13](#) AA.VV., 2001: 3344.
[14](#) Comby, 1989a: 46.
[15](#) Decreto Sacrosancta, de 6 de Abril de 1415, do Concílio de Constança.
[16](#) Comby, 1989a: 67.
[17](#) Erasmo, Advertência ao leitor para as paráfrases de S. Mateus (1527), citado em Comby, 1989a: 65.
[18](#) Comby, 1989a, que respigou as imprecações de Savonarola da Histoire de l’Église, tomo 15, p. 134.
[19](#) Comby, 1989a: 72.
[20](#) Pierrard, 1982: 17.
[21](#) Comby, 1989a: 71.
[22](#) Idem.
[23](#) Idem.
[24](#) Küng, 1994: 533.
[25](#) AA. VV., 2001: 95.
[26](#) Küng, 1994: 519.
[27](#) Idem, p. 609.
[28](#) Orlandis, 1985: 90.
[29](#) Wohl, 1993: 211.
[30](#) Orlandis, 1985: 98.
[31](#) Pierrard, 1982.
[32](#) Idem, p. 203.
[33](#) Küng, 1994: 631.
[34](#) Idem, p. 664.
[35](#) Pierrard, 1982: 212.
[36](#) Fischer-Wollpert, 1999: 149.
[37](#) Wohl, 1993: 219.
[38](#) Comby, 1989b: 83.
[39](#) Idem.
[40](#) Idem.
[41](#) Laboa, 2002: 134.
[42](#) Wohl, 1993: 227.
[43](#) Pierrard, 1982: 246.
[44](#) Langlois, 1990.
[45](#) Idem.
[46](#) Idem.
[47](#) Wohl, 1993: 103.
[48](#) Decreto Sacrosancta, de 6 de Abril de 1415, do Concílio de Constança.